



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

CPDOC

Centro de Pesquisa e
Documentação de História
Contemporânea do Brasil

História recente das comunicações no Brasil

entrevista com

Euclides Quandt de Oliveira



Ministério das
Comunicações



Apoio

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS (ECT)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação.
Permitida a cópia xerox. A citação deve ser textual, com indicação
de fonte conforme abaixo.

OLIVEIRA, Euclides Quandt de. *Euclides Quandt de Oliveira*
(depoimento, 2005). Rio de Janeiro, CPDOC/EMPRESA
BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS (ECT), 2005.

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre
CPDOC/FGV e EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E
TELÉGRAFOS (ECT). É obrigatório o crédito às instituições
mencionadas.

EUCLIDES QUANDT DE OLIVEIRA
(depoimento, 2005)

Ficha Técnica

tipo de entrevista: história de vida

entrevistador(es): Ana Christina Saraiva Iachan; Ignez Cordeiro de Farias

levantamento de dados: Ana Christina Saraiva Iachan; Ignez Cordeiro de Farias;
Rosana Glória Barbosa

pesquisa e elaboração do roteiro: Ana Christina Saraiva Iachan; Ignez Cordeiro de Farias

sumário: Rosana Glória Barbosa

técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes

local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil

data: 09/03/2005 a 21/03/2005

duração: 16h 20min

fitas cassete: 17

páginas: 157

Entrevista realizada no contexto do projeto "História recente das comunicações no Brasil", desenvolvido pelo CPDOC em convênio com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), entre dezembro de 2004 e agosto de 2005.

temas: Associações Empresariais, Aviação Militar, Centros de Pesquisa, Companhia Telefônica Brasileira, Correios E Telégrafos, Crise de 1955, Crise de 1961, Educação, Empresa Brasileira de Telecomunicação (Embratel), Empresas Privadas, Empresas Públicas, Ernesto Geisel, Escola Naval, Escola de Guerra Naval; Forças Armadas, Golpe de 1964, Góes Monteiro, Humberto de Alencar Castelo Branco, Informática, Integralismo, Marinha, Ministério Das Comunicações, Pesquisa Científica e Tecnológica, Radiodifusão, Segunda Guerra Mundial (1939-1945), Telecomunicações, Telecomunicações Brasileiras (Telebrás), Televisão, Viagens e Visitas

Sumário

1ª Entrevista: 09.03.2005

Data e local de nascimento; origem familiar; lembranças da infância e situação financeira da família após a morte do pai em 1933; formação escolar; o gosto pela matemática e pela leitura; escolha da carreira militar e incentivo da família de Américo Vieira de Melo para a entrada na Escola Naval (1937); repercussão do integralismo na Escola Naval (1938); vida como aluno da Escola Naval na ilha das Enxadas e na fortaleza de Villegagnon; viagens de instrução como estudante no navio-escola Almirante Saldanha (1937-1938) e no navio do Lloyd (1939); estágio na aviação naval (1939); viagem de instrução Rio-Montevideu como guarda-marinha a bordo do navio Almirante Saldanha (1942); notícia do torpedeamento dos navios brasileiros na costa do Nordeste (Montevideu, agosto de 1942); recepção calorosa aos oficiais brasileiros em Montevideu; volta ao Brasil no navio-escola de setembro a outubro de 1942; criação da Força Naval do Nordeste em 5 de outubro de 1942; trabalho com criptografia no Serviço de Comunicações para a Força Naval do Nordeste no navio oficina Belmonte (1943); explicações sobre criptografia; participação no comando da Força Naval e ligações com a Força Aérea no período vivido no Belmonte; viagem no navio Carioca encarregado da artilharia e ataque anti-submarino; embarcado na corveta Rio Branco também encarregado da artilharia e ataque anti-submarino de 1943 a 1944; trabalho como voluntário em um destróier-escolta americano; relato de como conheceu sua futura esposa (1939); comentários sobre as dificuldades advindas do tempo e da distância para se encontrar com a noiva; casamento adiado para abril de 1945 devido a embarque em um navio americano de julho a setembro de 1944 e a posterior viagem para Miami; trabalho no navio destróier de escolta americano Alger, como auxiliar do encarregado de armamento de julho a setembro de 1944; outros comentários sobre o trabalho de cifragem e decifragem; viagem de treinamento para Miami encarregado do controle de avarias no navio; curso de propulsão elétrica de navios em Miami (1944); oficiais brasileiros homenageados nos Estados Unidos; comentários sobre a obra do escritor Samuel Eliot Morison sobre a Segunda Guerra Mundial; descrição da viagem de trem de Miami a Cleveland com suboficiais, sargentos e marinheiros brasileiros e o racismo americano na época; aulas de radar dadas pelo colega Hedno Vianna Chamoun (Miami, 1944); curso de motores diesel em Cleveland na General Motors Diesel School (1944); volta para o Brasil transferido para Recife como chefe de oficina de radar e de motores diesel; instalação de um radar na Corveta Carioca junto com o companheiro Laborieaux; volta dos aviões americanos da Europa para os Estados Unidos, no fim da Segunda Guerra Mundial; comentários sobre o início da vida de casado em Recife, notícia do estado de saúde debilitado de Góis Monteiro e a conseqüente transferência para o Rio de Janeiro (dezembro de 1945); servindo no Departamento Rádio da Diretoria de Navegação da Marinha (1946), recomendado pelo almirante Soares Dutra; organização, com os companheiros José Gurjão Neto, Eddie de Oliveira Coutinho e Hedno Vianna Chamoun, de uma escola de eletrônica para o Centro de Instrução da Marinha (1947- 1950); comentários sobre a necessidade de preparação do programa, currículo e material didático para o curso de eletrônica; curso técnico de ensino no Centro de Instrução Almirante Wandenkolk; designado como oficial de eletrônica da Força de Contratorpedeiro encarregado do projeto, instalação e manutenção de equipamentos; embarque como oficial de reparo eletrônico no Esquadrão de Contratorpedeiros; dinâmica do curso de eletrônica; trabalho no cruzador Tamandaré também como oficial de eletrônica (Filadélfia, 1951); curso eletrônico especial de radares em Great Lakes, subúrbio de Chicago; ida de Góis Monteiro a Washington, para discutir os termos do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, e o entrevistado no cargo de tradutor de Góis Monteiro em Washington (1951); comentários sobre o conturbado período político da época de Vargas; volta para a Filadélfia com a família; no Brasil, e ainda no Tamandaré, é promovido a capitão de corveta e nomeado encarregado de comunicações do navio; explicações sobre a função de um encarregado de comunicações; integrante da Diretoria Eletrônica da Marinha na Ilha das Cobras (1954); comentários sobre a crise política de 1955; distância da atuação política do sogro Góis Monteiro; no comando do contratorpedeiro Bracuí (1956); viagem para analisar a parte de

eletricidade e eletrônica do porta-aviões inglês Vengeance que o Brasil pretendia comprar (setembro de 1956); dificuldades em conseguir um estaleiro para o reparo do navio inglês devido à Guerra do Suez (1956); motivo da venda do Vengeance; comentários sobre mudanças geradas com o surgimento de novos equipamentos eletrônicos nos navios; visita ao navio holandês Karel Doorman, também comprado na Inglaterra; volta para o Brasil devido à morte de Góis Monteiro (outubro de 1956), trazendo o relatório de análise do porta-aviões; na Comissão de Construção de Navios na Europa (1957-1959); diretor da Escola de Marinha Mercante do Pará; comentários sobre sua atuação como diretor e sobre sua personalidade característica de planejador; participação na manobra conjunta de Exército, Marinha e Aeronáutica para o transporte de tropas no Amazonas e seu primeiro contato com o general Castelo Branco; no curso de Estado-Maior (1961); atuação nos correios como membro da 2ª Seção do Estado-Maior (seção de informações) durante a crise política de agosto de 1961; criação do Conselho Nacional de Telecomunicações (Contel) no governo Jânio Quadros; comentário sobre os entraves colocados pelas administrações municipais para o desenvolvimento das telecomunicações; dificuldades na aprovação do Código Brasileiro de Telecomunicações e a conseqüente organização do novo Conselho Nacional de Telecomunicações (Contel) em 1962; criação do Plano Nacional de Telecomunicações e da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) em 1965; explicações sobre o trabalho na Força Patrulha Costeira Sul, em 1963; como oficial de logística do Comando em Chefe da Esquadra.

2ª Entrevista: 10.03.2005

No curso de Comando e Estado-Maior na Escola de Guerra Naval (1961); no comando da Força Patrulha Costeira Sul (1963); distanciamento político e recusa à medalha de Ordem de Mérito Naval (1963); breve panorama de suas funções: na Diretoria de Eletrônica, como oficial de logística no Comando de Esquadra em 1964, como adjunto da Marinha no Gabinete Militar do governo Castelo Branco; no Contel (1965-1967) e volta para funções na Marinha como comandante do porta-aviões Minas Gerais; ligações com Ernesto Geisel, chefe do Gabinete Militar do governo Castelo Branco; a questão da aviação embarcada e as conseqüentes crises nos comandos da Marinha e da Aeronáutica; comentários sobre a divisão existente na Marinha entre os cargos em terra e os cargo embarcados; convite para o Departamento de Produção da Comissão de Construção de Navios no Brasil; as atividades do Departamento de Produção; pedido de transferência para a reserva como capitão-de-mar-e-guerra (1969); diferenças entre as promoções no Exército e na Marinha e a reforma no sistema das promoções das Forças Armadas feita pelo presidente Castelo Branco; posição de Castelo em relação à aviação embarcada; breves comentários sobre ameaça de golpe no governo Juscelino Kubitschek; a Revolta dos Marinheiros e sua posição diante do movimento de 1964; comentários sobre sua relação com Ernesto Geisel e Castelo Branco; atuação da Companhia Telefônica Brasileira (CTB), as concessões da mesma e a criação da Companhia Estadual de Telefones da Guanabara (Cetel) (1962); problemas de expansão enfrentados pela CTB; comparação entre o Contel e a atual Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); organização e funções do Contel; criação do Ministério das Comunicações (1967) e sua função inicial; opiniões divergentes sobre a criação da Embratel e os problemas da CTB; posição do presidente do Contel, José Cláudio Beltrão Frederico e do presidente Castelo Branco na criação da Embratel; promoção a capitão-de-mar-e-guerra e a conseqüente nomeação para o Contel; as primeiras diretorias da Embratel; ligações e divergências entre o Contel e a Embratel e as prioridades estipuladas pelo Contel: instalação do chamado Tronco Sul e a instalação de um sistema de canais de ligações entre as cidades; necessidade da criação de uma indústria brasileira de telefonia e a criação da Associação Brasileira das Empresas Fabricantes de Equipamentos Telefônicos (Abrafet); o chamado autofinanciamento e a criação de empresas telefônicas locais e particulares; normas estipuladas pela Telebrás para as companhias telefônicas particulares e as tarifas cobradas por essas companhias; regulação do plano de autofinanciamento feito pelo Contel; breves comentários sobre a compra da CTB; normas para a radiodifusão (rádio e televisão); problemas enfrentados devido à concessão de rádio; influência dos Estados Unidos nas normas para a

radiodifusão; o aparecimento da nova tecnologia: o satélite; criação do grupo Comsat e a entrada do Brasil no sistema de satélite.

3ª Entrevista: 16.06.2005

O Contel, o Decreto-lei 200 e a criação do Ministério das Comunicações (1967); dificuldades enfrentadas pelo novo ministério em seus primeiros anos (1967-1969); comentários a respeito da Embratel sob a direção do general Francisco de Souza Galvão e a origem e a formação dos integrantes da empresa (1967); organização alcançada no Ministério das Comunicações com o ministro Hygino Caetano Corsetti (1969-1974); verbas para o Ministério das Comunicações e explicações sobre o Fundo Nacional de Telecomunicações; mudança dos órgãos públicos federais para Brasília e a permanência dos Correios no Rio de Janeiro; breve comentário sobre a transformação do Departamento de Correios e Telégrafos (DCT) em Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) (1969); implantação do Sistema Nacional de Telecomunicações; compra da CTB pela Embratel; comentários sobre a multiplicidade de empresas de telefonia e sobre a idéia de autofinanciamentos na CTB; dificuldades encontradas pelas companhias telefônicas locais em atender os pedidos de instalações devido à falta de crédito para o autofinanciamento; a falta de apoio da Embratel à CTB; comentários sobre as várias empresas telefônicas locais, a idéia de fazer uma ligação entre todos os estados brasileiros e a conseqüente idéia de criação da Telebrás; a secretaria geral encarregada de organizar as bases dessa nova organização da telefonia; comentário sobre a diferença entre telefone e terminais telefônicos; criação de um grupo de trabalho para elaborar e propor o anteprojeto de lei de criação da empresa holding do sistema telefônico nacional; transformação da Embratel em uma sociedade de economia mista e a criação da empresa Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás) (1972); funções e atuação da Telebrás; centros de treinamento criados pela Telebrás; breve comentário sobre a saída do entrevistado da Siemens (1972); congressos organizados pelo Contel, em 1966, sobre a área de telecomunicações; primeiro contato do entrevistado com Corsetti; convite para dirigir a divisão da CTB em São Paulo e o conseqüente desligamento da Siemens; convite para organizar a Telebrás; esforço para formar o sistema Telebrás; comentários sobre a entrega da gestão do Fundo Monetário de Telecomunicações (FMT) para a Telebrás; o plano de expansão do sistema telefônico da Telebrás; investimento em empresas telefônicas do governo e a contratação de profissionais para a expansão do sistema telefônico; encampação do serviço telefônico de Sergipe e a incorporação da Telergipe à Telebrás; o uso de satélite na comunicação interna brasileira (Belém-Brasília); criação do Grupo Executivo de Telecomunicações da Amazônia (Getam); entrada da Embratel no serviço internacional e o fim das concessões para empresas internacionais prestadoras de serviços de telefonia no Brasil; a importância do satélite para o desenvolvimento das telecomunicações; divergências entre Embratel e Correios relacionadas ao controle do telégrafo e telex; mudanças no governo (1969): Médici na presidência da República, Higinio Corsetti no Ministério das Comunicações e Haroldo Correia de Matos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; posição contrária do entrevistado quanto à criação da empresa Telebrás Telégrafos S. A. (Teletel) (1974); divisão dos serviços de telegramas e telex entre os Correios e a Embratel; a contribuição da Rede Gentex, via telex, para a melhoria dos serviços telegráficos; desenvolvimento industrial exigido pela demanda das novas empresas telefônicas; comentários sobre as condições impostas para a integração da Companhia Telefônica de Pernambuco à Telebrás; ajuda na resolução de problemas entre a Telepar (Paraná) e a CTB (Rio Grande do Sul) relacionados à compra de equipamentos de telefonia automática.

4ª Entrevista: 21.03.2005

Relato sobre o incêndio vivenciado no Edifício Andraus (São Paulo, 1972); comentário sobre as primeiras criações da Embratel: a estação de satélite internacional, os troncos de microondas no Brasil e a instalação de centros de televisão para a distribuição por todo o país; implantação, pela Embratel, do Serviço Móvel Marítimo; explicações sobre o Sistema Computadorizado de Retransmissão de Mensagem (Sicram), serviço de repetição de mensagens telegráficas; instalação da Rede Telex (1970); comentários sobre a Política Nacional de Telecomunicações; as comunicações e a política de desenvolvimento do país; o Código Brasileiro de

Telecomunicações (1962), o Contel e o primeiro Plano Nacional de Telecomunicações (1963); a importância do Decreto-lei 162, de 1967, e a federalização das telecomunicações; contribuições do ministro das Comunicações Higinio Caetano Corsetti (governo Médici) para o desenvolvimento do sistema de telecomunicações; implantação da televisão em cores no Brasil (1972); a adoção no Brasil do sistema alemão, o PAL; comentários sobre o desinteresse das estações de televisão pela televisão em cores; esforço de Corsetti para promover a radiodifusão na Amazônia; explicações sobre a demora para a implantação da telefonia rural no Brasil; criação de empresas regionais de telefonia nos estados; redução dos custos com a entrada da Telebrás; cancelamento da cobrança da chamada cota de previdência; formação de um grupo de trabalho para criar a Telebrás; os planos diretores, formação e treinamento de pessoal e o estudo de novas técnicas; o Plano de Emergência feito pela CTB para a instalação de um milhão de telefones; utilização das cartas de intenção para a compra de material; os planos de trabalho e as prestações de contas anuais da Telebrás; crescimento na receita da CTB provocado pelo plano de um milhão de telefones (1971-1976); comentários sobre os congressos de telecomunicações; criação de associações de empresas de telefonia como a Telenordeste, a Tele-sul e a Telecentro; apoio da Telebrás à Tele-Brasil; cargos ocupados pelo entrevistado na Tele-Brasil; criação de centros de desenvolvimento científico para o desenvolvimento industrial; breve explicação sobre o surgimento de novas tecnologias no Brasil; a digitalização dos sistemas feita pelo Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Telebrás (CPqD); desenvolvimento do cartão telefônico brasileiro; a compra da Vesper pela Embratel; criação de grandes empresas telefônicas regionais; incentivos à indústria de telecomunicações no Brasil (1948); primeiro plano de expansão da CTB (de 1965 a 1966); na presidência da Telebrás, preocupado com estudos aprofundados sobre semieletrônicos e com a posterior CPA (Central por Programa Armazenado); breve explicação sobre o CPA espacial; comentários a respeito da participação brasileira em um simpósio internacional sobre a eletrônica das companhias telefônicas, realizado em Munique, e a assimilação da experiência pela Telebrás; a Portaria 661, de 15 de agosto de 1975, fixando uma política industrial de telecomunicações, e o descontentamento do setor; relação política com Ernesto Geisel; interesse da Portaria 661 em viabilizar um sistema digital no Brasil; o problema do balanço de pagamentos provocando restrições às importações e ocasionado pela crise do petróleo; necessidade da nacionalização das indústrias de fabricação de CPAs existentes no país; atuação e crescimento da Ericsson no Brasil; fechamento da ITT e venda do controle da Standard Electric a Mário Garnero; a atuação de Mário Garnero na NEC; complementação da política industrial baixada pela Portaria 622/78, a Política de Compras do Sistema Telebrás, de 1º de junho de 1978; menção a empresas brasileiras fabricantes de materiais com técnicas atualizadas; apoio do CPqD às empresas de software; objetivos da Portaria 215 do Ministério das Comunicações (1981); visita a diversos países da Europa e ao Japão para conhecer suas companhias telefônicas; parceria do Ministério das Comunicações com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INEP) para fazer um satélite brasileiro para uso na educação; motivos do cancelamento do programa de implantação do satélite brasileiro durante o governo Geisel; observações sobre a relação entre os ministérios durante o governo de Ernesto Geisel; breves comentários sobre o Ministério das Comunicações e a censura nos meios de comunicação; comentários sobre o pedido de um plano de desenvolvimento feito pelo Ministério do Planejamento ao Ministério das Comunicações; nível de autonomia de José Antonio de Alencastro Silva (presidente da Telebrás de 1974 a 1985) e Adwaldo Cardoso Botto de Barros (presidente da Empresa de Correios e Telégrafos de 1974 a 1985) em relação ao Ministério das Comunicações; interesse do Ministério das Comunicações pela informática; o trabalho na Transit Semicondutores, em Belo Horizonte; a Lei de Informática (1984) e como assessor na Secretaria Especial de Informática (SEI); participação no grupo de trabalho vinculado à secretaria do Conselho de Segurança Nacional; divergências entre as telecomunicações e a SEI; incentivo do BNDES à indústria nacional de computadores; a Marinha e o desenvolvimento tecnológico e o contato profissional com José Luiz Guarany; como assessor na Spline do Brasil S.A. (Sorocaba, 1980-1986); na Rede Bandeirantes de Televisão; comentários sobre o declínio ocorrido no setor de comunicações na década de 1980; problemas ocasionados pela politização no setor de telecomunicações a partir de 1982; o entrevistado em relação à idéia de privatização do setor de telecomunicação nos governos

Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso e sua posição atual em relação ao tema;
breve comentário sobre sua posição religiosa.

1ª Entrevista: 09.03.2005

I.F. – Ministro, vamos começar falando sobre as suas primeiras recordações e com os primeiros dados que temos sobre o senhor. Confirme a data de nascimento: 23 de novembro de 1919?

E.O. – Confirmando.

I.F. – No Rio de Janeiro?

E.O. – Sim, sou do bairro do Andaraí.

I.F. – Naquela época, era Distrito Federal.

E.O. – Exato.

I.F. – E os nomes de seus pais são Inácio Francisco de Oliveira e Ida Quandt de Oliveira.

E.O. – Correto.

I.F. – Esse nome Quandt me parece bastante estranho. É de que nacionalidade?

E.O. – A minha avó era alemã, e veio para o Brasil com um ano de idade. Mas eram camponeses, foram para o interior de Santa Catarina, Joinville.

Minha mãe nasceu lá e aprendeu a falar português com 17 anos de idade. Era um pessoal extremamente ligado à Alemanha. Inclusive, ela só sabia falar alemão, porque quando os pais dela vieram da Alemanha, um grupo grande, eles estavam sem meios de educação naquele interior, em Santa Catarina. Então, escreveram uma carta para o *Kaiser*, na Alemanha, e ele mandou um professor, que ficou sempre. Foi fundada uma escola com um professor vindo da Alemanha.

I.F. – Em que época eles vieram? Porque eu sou daquela região, meu avô também veio da Alemanha, numa época em que houve uma proibição da Alemanha de mandar colonos para cá, porque estavam considerando que os colonos eram maltratados. Eu lembro de dizerem que meus avós tiveram que sair pela Holanda, não vieram direto da Alemanha para o Brasil.

E.O. – Eu creio que deve ter sido por volta de 1860.

I.F. – Então, foi na época da fundação de Blumenau¹, Joinville², em torno daquela época.

E.O. – É, bem no princípio. E Quandt é um nome de origem holandesa. Muitos anos atrás, eu trabalhei durante quatro anos na Siemens, e a primeira vez em que estive na Alemanha resolvi pegar no catálogo de telefone para ver: “Será que encontro o nome de

¹ A cidade de Blumenau (Santa Catarina) foi fundada em 1850. Nessa época, era uma colônia agrícola de imigrantes europeus. Disponível em: www.blumenau.sc.gov.br. Acessado em: 10.03.2005.

² A cidade de Joinville (Santa Catarina) foi fundada em 1851. Nessa época, era uma colônia de imigrantes europeus. Disponível em: www.joinville.sc.gov.br. Acessado em: 10.03.2005.

algun parente aqui?” E tinha *páginas* de Quandt. Era um nome extremamente comum, embora entre eles tenha a Magda Quandt, que era esposa do Himmler³, e tem os Quandts que eram donos da Mercedes-Benz. Mas que não tinham nada [riso] com os meus parentes.

I.F. – E seu pai, Inácio Francisco de Oliveira, era de Santa Catarina também?

E.O. – Não. Meu pai era do Espírito Santo, da cidade de São Mateus. Os pais dele também eram brasileiros, mas ele brigou com o pai, abandonou o nome Cardoso e passou a se chamar de Oliveira. O nome real que eu deveria ter seria Cardoso. Meu pai casou-se muito tarde. Ele era engenheiro ferroviário, construtor de estradas de ferro, e foi, depois de algum tempo, encarregado de dirigir a construção da estrada de ferro entre São Francisco e Porto União, em Santa Catarina. Quando ele passou por Joinville, conheceu a minha mãe, e lá eles se casaram. Só que ele já tinha 50 anos, e ela, 20. Quando eu nasci, ele já tinha 63 anos.

I.F. – O senhor é filho único?

E.O. – Não, sou o quinto da fila.

I.F. – Quinto? Ela teve cinco filhos?

E.O. – Eu sempre dizia em casa: eu fui a quinta tentativa de uma menina. [risos] Os outros quatro eram todos homens. Eu também sou o único sobrevivente.

I.F. – E por que o senhor nasceu no Rio?

E.O. – Esse começo foi em Santa Catarina. Eles se conheceram quando passaram por Joinville, se casaram lá, o meu irmão mais velho nasceu lá, e depois eles passaram a morar num vagão de estrada de ferro. Mas era um vagão realmente de moradia. E foram nascendo os outros. Meus quatro irmãos nasceram em Santa Catarina, em Joinville. Minha mãe voltava para Joinville para o filho nascer, e moravam praticamente nesse vagão de estrada de ferro.

Quando terminou a construção da estrada de ferro, por volta de 1917, ele [o pai] foi deslocado para Salvador, porque naquele tempo ele era do Ministério da Viação e Obras Públicas. Foi na época em que o Brasil entrou na guerra contra a Alemanha.⁴ Então, por exemplo, os meus irmãos todos tiveram praticamente como língua de berço o alemão, embora meu pai não falasse alemão. Ele provavelmente entendia, mas não falava. Ela proibiu os filhos de falarem alemão e nunca mais falou alemão em casa. Eu não aprendi, já nasci em 1919. Depois, de Salvador, ele foi transferido para o Rio de Janeiro, e em casa eu não ouvia falar alemão.

I.F. – Que pena, não é? [riso]

³ Magda Quandt casou-se em 1931 com Joseph Paul Göebbels, chefe da Propaganda Nazista e ministro do Terceiro Reich. Disponível em: www.paginas.terra.com.br/educação. Acessado em: 10.03.2005.

⁴ Em 26 de outubro de 1917, o Brasil declarou guerra à Alemanha, colocando-se ao lado das nações aliadas. O que motivou este fato foi os alemães terem torpedeado os navios mercantes brasileiros: *Paraná, Lapa, Tijuca, Macau e Acari*. Disponível em: <http://www.consulteme.com.br/historia/bpmundib.htm>. Acessado em: 20.06.2005.

E.O. – Bom, depois eu aprendi.

I.F. – Mas aprendeu com mais dificuldades do que se tivesse aprendido em casa.

E.O. – Foi bem mais difícil. Mas é uma coisa interessante. Quando eu saí da Marinha, fui trabalhar na Siemens, e tinha que fazer um curso, porque tudo era feito em alemão. Passei quatro meses aprendendo alemão na Alemanha, numa pequena aldeia chamada Kochel am See. Foi quando eu aprendi alemão. E, quando eu já falava – eu tinha como colegas de turma palestinos, gregos, japoneses, de modo que o professor nunca falou uma palavra que não fosse em alemão na sala de aula –, uma vez, em conversa com ele, eu me lembrei de uma coisa que me veio à cabeça, e perguntei: “O que é isso?” Ele me disse [riso]: “É uma canção de ninar muito antiga da Alemanha, que deve ter ficado no seu cérebro.” Eu não sabia o que era aquilo.

I.F. – Que engraçado, ficou lá no fundo.

E.O. – Ficou lá no fundo. É interessante. Então, eles vieram depois para o Rio de Janeiro...

I.F. – Seu pai continuou trabalhando no ministério?

E.O. – É, sempre trabalhando no ministério. Moraram uns dois anos no Andaraí e depois ele resolveu comprar uma casa, porque ele ia ficar permanentemente no Rio de Janeiro. Na compra dessa casa, há um fato interessante. Ele queria uma casa com terreno, por causa dos filhos, que ainda eram pequenos, e queria uma casa com cinco quartos. E tinha duas casas muito parecidas em tamanho: uma ficava no Encantado e a outra ficava num lugar chamado Copacabana, que era um...

I.F. – [riso] Um matagal.

E.O. – E eram pelo mesmo preço. Então, ele resolveu comprar a do Encantado, porque a de lá ficava numa avenida chamada avenida Copacabana, que não era nada, era lá no fim, na esquina da Sá Ferreira. Bom, eu fui para o Encantado com um ano de idade, o que eu me recordo da minha infância já é no Encantado.

I.F. – Eu vi que o senhor entrou em 1927 para a Escola Goiás. Era no Encantado?

E.O. – Era lá.

I.F. – Particular?

E.O. – Não, escola pública, e nessa escola eu fiquei cinco anos. Eu era muito mirrado, muito pequeno. Sempre fui, na escola pública, dos mais baixos da turma, dos mais fracos.

Minha mãe tinha um aspecto: ela era extremamente rigorosa com os filhos, e todos tinham que aprender tudo. Por exemplo, todos nós, inclusive eu, aprendemos a costurar, a bordar, a tocar piano, a cozinhar, a arrumar sua roupa, a limpar a casa. Tudo isso ela fazia. Nós morávamos nessa casa, que tinha um terreno muito grande, todo arborizado de árvores frutíferas, quase um sítiozinho. Era em dois níveis, só que era uma rua absolutamente sem calçamento, tinha muita sujeira, muita lama na rua, e ela

proibia absolutamente... Aí, já era só eu, porque a diferença de mim para o meu irmão, o primeiro acima de mim, é de seis anos. Os outros quatro eram quase que duas duplas: o primeiro era 13 anos mais velho do que eu, o segundo tinha diferença de um ano e pouquinho, o terceiro tinha diferença de três anos e com a diferença de um ano e pouquinho para o quarto. Eu ficava completamente só.

I.F. – Temporão, mesmo.

E.O. – Era temporão, e vivia em cima das árvores. Passei quase que a minha infância toda trepado em árvore.

I.F. – E era bom aluno? Mirradinho, mas gostava de estudar?

E.O. – Eu gostava de estudar matemática.

I.F. – Sempre teve tendência para matemática?

E.O. – Sempre gostei muito de matemática, e sempre fui mau aluno de português, principalmente porque minha letra, desde aquele tempo e até hoje, era horrível. Às vezes eu não conseguia ler o que eu tinha escrito.

I.F. – E, naquela época, tinha caligrafia, aqueles cadernos de pauta dupla.

E.O. – É, mas não adiantava. Mas em matemática eu sempre fui muito bom. Ainda me lembro de uma ocasião, eu estava no quarto ano, em que a professora do quinto ano, zangada, chegou lá e disse: “Ah, esse pessoal! Ninguém quer aprender matemática!” Falou com a minha professora e ela disse: “Pode.” A outra professora disse: “Tem um problema de álgebra, vamos ver se vocês conseguem resolver.” Em cinco minutos eu resolvi o problema. Aí, ela me pegou e levou lá para a outra sala e disse: “Estão vendo? Este aqui, que é lá de baixo, conseguiu resolver, e vocês não conseguiram.” E eu fiquei com medo: [riso] “Depois, lá fora, vou levar umas bolachadas dessa turma.” [risos] Mas em matemática eu era muito bom, além de trepar em árvore, comer frutas, cair lá de cima, quebrar um braço, todas essas coisinhas eu tive.

Outra coisa de que sempre gostei, desde muito cedo, foi de ler. E lia muito, porque meus irmãos também liam. Eu lia tudo quanto era romance. Uma das distrações que eu tinha, quando aprendi álgebra, era resolver exercícios de álgebra. Hoje, a minha memória é ruim, mas em números ainda não é muito ruim, não.

I.F. – Seu pai viveu até quando?

E.O. – Ele faleceu com 76 anos de idade, em 1933. Eu tinha 13. Ele faleceu em abril e eu ia fazer 14 anos em junho.

I.F. – E sua mãe ficou sozinha, tomando conta da família?

E.O. – Ela ficou tomando conta. Havia uma tia minha, uma irmã de meu pai, que morava conosco desde que eu me entendo. Ela veio do Espírito Santo, de onde era meu pai.

I.F. – Então, a Escola Goiás era pública. Depois, o senhor passou, no segundo grau, para a Escola Nacional do Rio de Janeiro. Também pública?

E.O. – Não, o Colégio Nacional ficava em Todos os Santos, e era particular. Quando eu ia passar para o ginásio, meu pai não quis que eu fosse para o Pedro II, porque achava que não era bom de ensino. Então, ele preferia que eu fosse para esse Colégio Nacional, que era o que ficava mais perto de nossa casa. Só que o Colégio Nacional, no fim de meio ano, fechou essa filial que tinha em Todos os Santos e passou a ter só a matriz, que era em São Cristóvão. Eu já estava com 12 anos de idade, já podia ir sozinho, e vinha de trem até São Cristóvão.

I.F. – São Cristóvão. Então era perto do Pedro II.

E.O. – É, era perto do Pedro II. E eu fiz em cinco anos.

I.F. – E o ensino era melhor mesmo, era puxado?

E.O. – Era um colégio puxado, tanto que, naquele tempo, para você entrar para o ginásio, você tinha que fazer um exame de admissão. Quando eu fiz o exame de admissão – foi até no Colégio Pedro II que foi feito o exame de admissão para entrar no Colégio Nacional –, eu me saí muito bem na prova, se não me engano tirei o primeiro lugar. Tanto que um camarada de um ginásio em Vila Isabel, nem me lembro o nome, me procurou, queria que eu fosse para lá, que eles dariam uma bolsa de estudos. Mas eu não quis nada com aquilo, fiquei muito assustado. Um detalhe interessante: tanto na Escola Goiás como no Colégio Nacional, e mais tarde na Escola Naval, após o meu primeiro ano de estudos, foi fechado aquele lugar onde era o local da escola e foi mudada para outro. Na Escola Goiás, eu comecei num lugar e aí eles fecharam, construíram uma escola nova, até não era muito longe, era na mesma rua Goiás, e passei para lá. Quando estava no Colégio Nacional, no fim de seis meses ele fechou e eu passei de Todos os Santos para São Cristóvão. Foi até no meio do ano. E, quando eu comecei na Escola Naval, ela ficava na ilha das Enxadas. No fim do primeiro ano, passou para a ilha de Villegaignon.

I.F. – Coincidências engraçadas.

E.O. – Uma coincidência interessante.

I.F. – E como foi essa escolha da carreira? Influenciado por quem? Por que a Escola Naval? O senhor gostava tanto de matemática, nunca pensou em ser engenheiro?

E.O. – Eu gostava de matemática, mas a minha idéia era ser médico. Mas, quando meu pai faleceu, em 1933, a família ficou numa situação financeira muito difícil. O meu irmão mais velho já estava com 26 anos, mas teve um problema muito sério de saúde. Naquele tempo, o sujeito ter um problema qualquer de coração, ficava em cima da cama e acabou.

I.F. – Era repouso absoluto.

E.O. – Repouso absoluto. O seguinte estava estudando engenharia na Escola Politécnica, e o terceiro e o quarto já estavam estudando na Academia de Comércio.

Todos estavam estudando, ninguém estava ganhando dinheiro. Então, a família ficou numa situação muito difícil.

I.F. – Só tinha a pensão dele.

E.O. – Que, naquela época, demorava um pouco. Ela demorou mais de um ano para receber a primeira vez. E nós conseguimos, vamos dizer, sobreviver, graças... Já éramos muito conhecidos lá, já morávamos há muito tempo. Eu me lembro de que, na padaria, nós devíamos praticamente um ano. E o padeiro continuava a nos dar o pão.

I.F. – Anotando a dívida. E essa tia que morava tinha alguma renda que ajudasse?

E.O. – Não tinha nada, não tinha nenhum bem.

I.F. – Então, era uma família grande e apertada de dinheiro.

E.O. – Muito apertada de dinheiro.

I.F. – E como tinham dinheiro para pagar seu ginásio, se era particular? Conseguiu bolsa?

E.O. – O primeiro ano já tinha passado. O segundo e o terceiro anos ainda se ajustaram bem. Eu tive uma sorte muito grande, pois quando chegaram os dois últimos anos, o quarto e o quinto, o colégio resolveu dar uma bolsa àqueles que tinham tido notas acima de um tanto. Escolheram duas pessoas ou uma em cada turma para ter uma bolsa. Aí, eu tive uma bolsa para terminar. Esse colégio ficava em São Cristóvão, mas quase todos os professores eram militares da Marinha – isso era um detalhe. E eu tinha vários colegas, colegas meus ou de outras turmas, que queriam ir para a Marinha, inclusive fizeram exame para entrar para a Marinha. Mas eu dizia que detestava esse negócio de ser militar, não queria nada com isso. Se não pudesse estudar medicina, como provavelmente não teria condições, teria que começar a trabalhar. Em toda a minha vida, eu nunca tive mesada. Então, era o que naquela época se chamava ser balconista, eu ia arrumar um trabalho de balconista. Só que eu tinha uma prima que era casada com um oficial de Marinha, um almirante. E ela se dava muito bem conosco, muito bem com minha mãe. Mamãe visitava muito os parentes, mesmo que não fossem do lado dela, do lado do marido também, mesmo depois de ele falecido. E essa prima sempre dizia: “Convence o Euclides para ele vir para a Marinha, ele tem que vir para a Marinha.”

[FINAL DA FITA 1-A]

E.O. – Ela convidou. O marido dela foi ser diretor da Escola Naval, já era almirante.⁵

I.F. – Como era o nome dele?

E.O. – Américo Vieira de Melo, era o diretor da Escola Naval em 1937. O diretor da Escola Naval morava numa casa na ilha das Enxadas, e ela nos convidou e disse: “Vem cá, porque está vindo um navio-escola francês, vai ter um negócio lá. Assim ele é capaz de ver e gostar.” E foi o que aconteceu. Eu fui para lá, saí com os filhos dela, meus

⁵ Américo Vieira de Melo era contra-almirante quando diretor da Escola Naval. Ver Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro, daqui para frente designado apenas como DHBB.

primos, eles pegavam um barquinho e saíam pescando, e eu achei aquela coisa interessante.

Agora vou voltar um pouquinho atrás, para o que acho que foi outra fase marcante da minha vida. Meu pai faleceu de tuberculose. Eu era, como disse, muito mirrado, muito magro. Ficaram com receio de que eu tivesse algum problema, e resolveram que eu devia ir para uma praia. Então, fomos para uma praia chamada Itacuruçá. Só que Itacuruçá, naquela época, nem era uma aldeia de pescadores, era um centro de pescadores, e a gente ficava ali no meio daqueles pescadores. Eu passei a ir lá sempre, porque aí eu ficava todo o ano no meio daquela história, meus irmãos todos gostavam daquilo, e eu andava muito em canoa de pescador. Passei a nadar e a remar muito, e, em três anos, passei de mirradinho a um dos mais altos e robustos da minha classe. Foi nadando e remando em Itacuruçá.

I.F. – Então, quando foi para a ilha das Enxadas, já tinha essa formação.

E.O. – Quando eu fui para a ilha das Enxadas, eu vi aquelas coisas lá de Itacuruçá. Depois que nós assentamos – porque depois meus irmãos começaram a trabalhar, a vida era muito apertada, mas era normal –, eu passei a freqüentar Itacuruçá sempre. Mesmo depois que eu estava na Marinha, a gente saía da escola no sábado de tarde e voltava domingo de tarde. E, no sábado de noite, eu pegava um trem e ia para Itacuruçá. Às vezes, eu ia dormir em canoa de pescador, comer ostra nas pedras, pescar e cozinhar o peixe, e voltava no dia seguinte para a Escola Naval. Isso me deu sempre muito gosto, foi o que me deu o gosto para o mar.

I.F. – Quer dizer: essa prima convidou, o senhor foi e gostou.

E.O. – Foi. E eu posso até dizer: foi no dia 15 de novembro de 1936. Era o dia da Proclamação da República, esse navio francês estava lá e os guardas-marinhas franceses foram visitar a Escola Naval, foram recebidos, todo mundo formado de branco. Além de andar de barco, eu vi aquele pessoal todo e disse: “Está bem, mas não tem jeito, nós não temos condição de comprar o uniforme.”

I.F. –Eu sempre ouvi dizer que o enxoval para entrar na Escola Naval era muito caro.

E.O. – Exatamente.

I.F. – Bem diferente do Exército. Então, era quase uma elite que freqüentava a Escola Naval. Por causa do enxoval.

E.O. – O enxoval era muito caro. Mas ela disse: “Não, eu faço o seguinte. Eu o apresento ao alfaiate Laje, da Alfaiataria Laje” – que era o alfaiate do almirante – “e ele vai fazer todos os uniformes para você. Para pagamento em longo prazo, um ou dois anos.” Aí, resolvi entrar.

Uma coisa: em toda a minha vida, eu fui sempre mais ou menos planejador. Quer dizer, eu não era muito arrumado, era desarrumado, mas era organizado. Então, eu peguei o programa do exame de admissão para a Escola Naval, que nesse ano eram dez vagas, e disse: “Não vai adiantar. Com dez vagas, eu não tenho a menor chance.” Ela: “Mas você faz o exame, porque assim você vê como é o exame etc.” Aí, eu fiz. Peguei o programa inteiro, dividi nas partes que eu achei que poderiam ser, vi quantos dias tinha

até o dia do exame e dividi. Cada dia eu estudava uma parte daquelas. E aí eu não fui mais para Itacuruçá, eu estudava o dia inteiro.

I.F. – Em casa?

E.O. – Eu entrei em um pequeno cursinho, também. Nessa época, já dava para entrar no curso. Entrei num curso em que eu estudava de manhã e depois ia para casa e estudava em casa. Os irmãos, cada um ia para o seu lado, e minha mãe saía, ia para Itacuruçá. Várias vezes eu fiquei sozinho em casa, eu e a minha companhia, que era um gato. Eu sempre gostei muito de gato. E eu estudava com um gato pendurado no pescoço. [riso] Estudava o dia inteiro. Fiz o exame, tive sorte, e passei. Tive uma excelente nota em matemática e quase que fui ao pau em português. [risos]

I.F. – Raspando, deu.

E.O. – A nota mínima era quatro, e eu tirei nota quatro em português. Mas tive sorte, e tirei sétimo lugar no exame de admissão. Quer dizer, estava classificado.

I.F. – E tem idéia de quantos candidatos eram?

E.O. – Uns duzentos ou trezentos. Exatamente, eu não me lembro.

I.F. – Essa fama que a Marinha tem, de que era uma elite que ia para lá, que o pessoal de Marinha era racista, que não aceitava preto, que não aceitava judeu, é real? Diziam que eliminavam exatamente pelo enxoval: como era muito caro, já era uma maneira de eliminar um determinado grupo da sociedade.

E.O. – Pode ser.

I.F. – O senhor sentiu isso?

E.O. – Não. Depois de entrar para a Marinha, eu não tive nenhum problema. Mas, naquela época, pode ser que existisse alguma coisa. Eu entrei para a Marinha em março de 1937, já tinha havido aquele levante comunista de 1935.

I.F. – É. O integralista foi depois, em 1938.

E.O. – O integralista foi depois. O integralismo era muito forte. Havia vários professores na Escola Naval que você sabia que eram integralistas, como havia vários alunos que eram também integralistas. Mas, de uma forma geral, a escola não era. Não havia esse problema. Inclusive, isso é um problema que nunca foi tocado em sala de aula. Em formação, nunca foi falado. Mas você sentia que havia uma certa discussão. Eu me recordo de que naquela época havia o médico da Escola Naval, um capitão-tenente – capitão da Marinha é capitão-tenente – que era preto.

I.F. – Então, não existia essa coisa de que falamos tanto.

E.O. – Não.

I.F. – De que era uma elite.

E.O. – Eu diria que era uma meia elite. Tinha muita gente que era, inclusive existiam muitos descendentes de oficiais de Marinha, também.

I.F. – E o ambiente? Vocês foram morar na ilha das Enxadas, no começo. O ambiente entre alunos, companheiros, professores...

E.O. – Primeiro, o trote naquele tempo era o ano inteiro. Calouro era calouro, e acabou. Não tinha direito, de vez em quando levava uns cascudos, umas coisas assim. Na Escola Naval – e isso foi durante todo os cinco anos de curso –, a direção interna local dos alunos era feita pelos alunos da turma mais antiga. E sempre foi. Quando eu entrei para a Escola Naval, havia o Corpo de Alunos, que era um conjunto de todos os alunos. E havia o chefe do Corpo de Alunos: era *um* oficial, que tomava conta de todos os alunos. Os outros eram professores, que iam lá, davam aula e iam embora. Um pessoal cuja profissão, praticamente, era essa: ser professor da Escola Naval. Havia uma outra parte, eles chamavam de aulas teóricas e práticas. No primeiro ano, a gente estudava português, matemática, física, química, desenho, coisas assim, e começava a estudar arte naval, marinharia, outros detalhes. E fazia-se muito exercício físico. A vida na Escola Naval era o seguinte: você entrava no domingo, em horas diferentes, conforme a turma. A primeira turma, quando eu entrei, entrava às oito da noite. Nós pegávamos a lancha, que nos levava para a ilha, e ficávamos de domingo, às oito da noite, até sábado, a uma da tarde. Éramos internos, ficávamos o tempo todo.

I.F. – E o tempo de lazer? Vocês tinham esporte, leituras? Porque televisão, não existia; rádio, muito pouco.

E.O. – Não. De manhã, era aula teórica. De tarde, eram as aulas práticas. Em aula prática, tinha atletismo, natação, remo, vela.

I.F. – De noite, iam mesmo era dormir.

E.O. – De noite, era estudo obrigatório, de sete às nove. Ia todo mundo. Por exemplo: na ilha das Enxadas, eram alojamentos. Já em Villegaignon, passou a haver camarotes, no meu tempo eram três alunos por camarote. Você ia para a sala de aula e tinha um encarregado de disciplina que ficava sentado lá, tomando conta da turma, que era também aspirante, mas não era da sua turma. E, no alojamento, você tinha duas camas na ponta, eram dois aspirantes da turma mais antiga.

I.F. – Em que ano foi essa mudança para Villegaignon?

E.O. – Foi no início de 1938.

I.F. – Por quê? Falta de espaço?

E.O. – Não. Eles estavam construindo a escola nova, queriam fazer uma escola mais moderna. Lá era, de fato, uma construção muito antiga mesmo, do tempo do Império. Mas, depois, reformaram, e onde era a antiga Escola Naval passou a ser um centro de instrução, Centro de Instrução Almirante Wandenkolk.

I.F. – Quando o senhor entrou, esse seu tio, Américo Vieira de Melo, ainda estava como diretor da escola?

E.O. – Estava. Mas não era meu tio.

I.F. – Casado com a prima.

E.O. – Casado com uma prima, por causa da diferença entre a minha idade e a do meu pai, que era 63 anos mais velho do que eu.

I.F. – Ele estava lá e ainda ficou algum tempo?

E.O. – Ele ficou dois anos, mas não tínhamos nenhuma ligação. Ele mantinha uma certa distância. Eu era um aluno como outro qualquer. Eu nunca, como aluno, fui à casa dele na ilha, nem tive refeição. Ele era muito rígido.

I.F. – O senhor falou que já tinha havido o movimento de 1935, e que na Escola Naval havia muitos professores ligados ao integralismo. E a Europa também já estava atravessando um momento complicado. O senhor vai sair como guarda-marinha em 1941, já com a Europa em guerra. Quais eram as repercussões?

E.O. – Vamos ver então um pouco mais sobre o tempo de aluno. Quando eu entrei para a Marinha, naquele ano tinham feito uma mudança no regulamento. Eram sempre cinco anos, só que os dois primeiros chamavam de curso prévio. No curso prévio, você estudava muito mais as coisas genéricas e tinha uma ambientação com a Marinha. Em 1936, eles mudaram e passaram a ter apenas um ano de curso prévio. Mas passaram a ter quatro de curso superior. Então, quando chegou em 1937, para o quarto ano, não havia aluno. O pessoal que tinha terminado o terceiro ano em 1936 já tinha sido nomeado guarda-marinha. Eles, então, fizeram o quarto ano como guardas-marinhas. Eles eram guardas-marinhas, tinham vida diferente da nossa, isso eu nem acompanhei bem. E, nessa turma de guardas-marinhas, havia muitos integralistas. Era uma turma relativamente pequena, se não me engano eram 28, dos quais mais ou menos metade era integralista. Quando houve o problema do golpe integralista, no início do ano de 1938, quando ainda íamos fazer a mudança para a Escola Naval, esses guardas-marinhas estavam na ilha das Enxadas, e os que eram integralistas receberam uma ordem, de não sei quem, de fazer a sublevação, porque iria ocorrer a revolução integralista para tomar o poder. Aí, eles prenderam o oficial que ficava de serviço, se instalaram lá e tomaram conta da ilha das Enxadas. Depois que isso foi feito, no dia seguinte veio a notícia: “Escuta, isso foi engano, não é agora, não!” Foram todos presos e, depois, expulsos. Quer dizer, foram expulsos, se não me engano, 13, inclusive o chefe de classe⁶.

Outro aspecto interessante, que vale a pena mencionar, é o seguinte: o ano escolar era dividido em dois períodos, de quatro meses exatos cada um. Era março, abril, maio e junho; julho, mês de férias; agosto, setembro, outubro e novembro; dezembro, mês de exames e provas finais, ia até 15 de dezembro; depois, férias até

⁶ Em 10 de março de 1938, alguns oficiais da Marinha, impulsionados por boatos de que o Exército exigia que o movimento integralista fosse deflagrado na Marinha, dirigiram-se para a Escola Naval, dominando-a facilmente. Avisados de que a notícia do levante era falsa, desistiram, sendo presos em consequência. No dia 11 de maio do mesmo ano eclodiu o Levante Integralista, movimento armado contra o governo Vargas, deflagrado por membros da Ação Integralista Brasileira - AIB. Disponível em: <http://cadete.aman.ensino.eb.br> e www.integralismo.com.br/história. Acessado em: 10.03.2005.

março. Só que, por exemplo: nós entramos em 1937. Quando chegaram as férias de julho, nos disseram: “Vocês agora vão fazer uma viagem de instrução, que é para aclimatarmos.”

I.F. – Em 1937, ainda como estudantes?

E.O. – Como estudantes. A gente fazia viagem de instrução, uma viagem curta. Fizemos uma viagem de 12 dias, mais ou menos, no navio-escola *Almirante Saldanha*, que era um navio à vela. Então, fomos à vela até a ilha da Trindade, que é no meio do Atlântico, e que naquela época ainda era completamente desabitada. Estivemos lá, rodeamos a ilha, não chegamos a saltar e voltamos para a terra. Quando chegou no fim do ano, chegaram as férias. Na verdade, era janeiro e fevereiro. Aí, disseram: “Agora tem a viagem de instrução.” Todo ano tinha uma viagem de instrução. Nesse ano, nós tivemos uma viagem de instrução, novamente no *Almirante Saldanha*, de 22 dias, e fomos pelo mar afora, só passamos novamente pela ilha da Trindade e voltamos ao Rio de Janeiro. Não paramos em porto nenhum, foi só a viagem. No meio de 1938, não houve nada. No início de 1939 fizemos uma nova viagem de instrução. Como tinha havido um problema com o *Almirante Saldanha*, a viagem foi num navio do Lloyd. Fomos do Rio de Janeiro para Belém, depois fomos de Belém para Rio Grande e voltamos ao Rio de Janeiro. Foram 30 dias de viagem.

I.F. – Em 1939?

E.O. – É. No meio de 39, em julho, fomos fazer um estágio na aviação naval, para conhecer – ainda não havia sido criado o Ministério da Aeronáutica – a aviação naval, que era no Galeão. Fomos para lá e passamos uma semana ou dez dias conhecendo aquilo, andando de avião. O pessoal de vez em quando saía naqueles aviõezinhos, faziam umas piruetas com a gente dentro, só para assustar.

I.F. – O senhor nunca se interessou pela aviação naval?

E.O. – Não, nunca me interessei, mas eles faziam isso tudo. No ano seguinte, nós fizemos nova viagem de instrução. Quer dizer, em todas as férias grandes, de princípio de ano, tive viagem de instrução. Todos os anos. No meio desse ano, foi novamente num navio do Lloyd, e nós fomos até Manaus. Foram dois meses de viagem. Nós praticamente não tivemos férias.

Durante o ano, você tinha um dia que era dedicado para aulas só de coisas do mar. Existia um navio, um destróier daqueles antigos, que ficava à disposição da escola, o *Paraíba*, e a gente ficava lá dentro. Eram navios a carvão. Carvoei muito! [risos] E saía de um lado para outro, ou então fazia uma operação de desembarque. Os escaleres da Escola Naval eram de 12 remos, mas eles estavam em dez remos, cinco de cada borda, ficava um espaço mais ou menos grande no meio. Existiam uns canhões que deviam ser de *antes* da Guerra do Paraguai, ou *da* Guerra do Paraguai. [risos] Você desmontava o canhão, carregava, levava, botava dentro do escaler, saía remando. Íamos para Jururuba, para aquela zona de Niterói. Desembarcava lá, montava os canhões e saía carregando, puxando. Sim, a gente é que puxava os canhões até lá! E fazia muito remo, muita vela. Eu fazia muito esgrima. Os esportes que eu mais fazia lá eram esses. Fui campeão de esgrima de sabre na Escola Naval, fui campeão de vela e fui campeão de remo. Todos os três.

I.F. – Tinha essas viagens de instrução, por aqui. Mas, no final do curso, em 1941, como guarda-marinha, aos 22 anos, o senhor fez a grande viagem de instrução, que todo oficial de Marinha fazia. Era uma temporada grande, para o estrangeiro, não era?

E.O. – Era para o estrangeiro. Só que...

I.F. – O mundo já estava em guerra.

E.O. – O mundo estava em guerra, o Brasil não estava em guerra.

I.F. – Como foi essa viagem?

E.O. – Essa viagem seria do Rio para Montevideú e de Montevideú para o Rio.

I.F. – Então não iam para a Europa?

E.O. – Não. Rio-Montevideú. Só que, nessa viagem, nós levamos 11 dias para ir do Rio para São Francisco, e 11 dias para ir de São Francisco a Florianópolis, que você faria em duas horas, se fosse direto.

I.F. – E qual foi o navio-escola?

E.O. – Era o *Almirante Saldanha*, andamos o tempo todo à vela. Voltando: depois, fomos de Florianópolis para Montevideú.

I.F. – Parou no porto do Rio Grande?

[FINAL DA FITA 1-B]

I.F. – Parou no porto do Rio Grande?

E.O. – Não.

I.F. – Florianópolis - Montevideú?

E.O. – A viagem era Rio-São Francisco-Florianópolis-Montevideú-Rio. À bordo não se tinha comunicação de noticiário, de nada.

I.F. – Era navio à vela. Não tinha rádio, nada dessas coisas modernas?

E.O. – No dia em que chegamos à cidade de Montevideú, o pessoal da embaixada já estava esperando no cais. Disseram: “Ontem foram torpedeados quatro navios brasileiros na costa do Nordeste, próximo de Sergipe.”

I.F. – Esse de Sergipe foi em agosto de 42. A sua viagem foi em 42?

E.O. – É. Eu estudei em 37, 38, 39, 40 e 41. Saí da Escola Naval em dezembro de 41.

I.F. – Então, quando houve Pearl Harbor, o senhor estava na Escola Naval.

E.O. – Estava na Escola Naval.

I.F. – Foi em 7 de dezembro de 1941. Depois disso é que vocês foram...

E.O. – Fomos para Montevidéu. Já foi depois de Pearl Harbor.

I.F. – Quer dizer, estava exatamente no auge da guerra, os Estados Unidos entrando em guerra também. O negócio estava pegando fogo quando vocês foram para Montevidéu.

E.O. – Estava. Aliás, é interessante a nossa estadia em Montevidéu. Quando chegamos, tivemos a notícia pelo pessoal da embaixada: “Aconteceu isso, isso e isso.” E ocorria que a mãe de um dos meus colegas que estavam fazendo essa viagem estava em um desses navios, e ela faleceu. Eram navios de passageiros.

I.F. – Eram o *Baependi*, *Aníbal Benévolo*, *Araraquara*, *Itagipe* e *Arará*⁷.

E.O. – Eram cinco? Eu tinha idéia de que eram quatro.

I.F. – Porque já tinha havido uns ataques fora, quer dizer, uns ataques ao *Taubaté*, em 41.

E.O. – Mas aí eram navios brasileiros que estavam em águas litigiosas.

I.F. – Na costa brasileira mesmo foram esses navios, em Sergipe, em agosto de 42.

E.O. – Foi em agosto de 42, quando nós chegamos em Montevidéu. O torpedeamento tinha sido na véspera.

I.F. – Vocês devem ter levado um susto!

E.O. – Acho que foi no dia 17. Eu tenho idéia de que nós chegamos lá em 18.

I.F. – Tenho a informação de que foi entre 15 e 21 de agosto.

E.O. – Acho que chegamos lá no dia 18, então talvez o *Arará* tenha sido torpedeado depois.

I.F. – Deve ter sido um choque muito grande para vocês, oficiais da Marinha.

E.O. – Foi um choque. Nós íamos passar dez dias em Montevidéu. Aí, veio a ordem do Rio de Janeiro dizendo que a estadia de dez dias seria exatamente como estava programada.

Avistavam submarino em tudo quanto era canto no Prata. Lá em frente tinha os destroços do *Graf Spee*⁸, você avistava de Montevidéu. Então, havia uma boataria danada de que o navio não podia sair, porque seria torpedeado. O pessoal perguntava: “Como vai ser a recepção aqui em Montevidéu?” Foi uma recepção calorosíssima. Com

⁷ Entre os dias 15 e 21 de agosto de 1942, os cinco navios brasileiros *Baependi*, *Aníbal Benévolo*, *Araraquara*, *Itagipe* e *Arará* foram torpedeados na costa nordestina (Sergipe e Bahia). Disponível em: www.exercito.gov.br. Acessado em: 15.04.2005.

⁸ Encouraçado alemão *Admiral Graf Spee*.

muita frequência – eles viam que era um marinheiro que andava fardado – eles botavam você para fazer discurso no meio da rua sobre o Brasil e a guerra. Ainda me lembro: “*Ahora más que nunca* nós somos amigos.” Foram feitas homenagens e festas especiais. Coisas que não estavam programadas antes foram programadas. Um dia, eu estava simplesmente à bordo e disseram: “Vamos descer. A Sociedade do Esporte Menor está fazendo hoje à noite uma festa em homenagem ao Brasil, à Marinha do Brasil, e os guardas-marinhas têm que ir lá! A notícia chegou aqui agora, não tem mais ninguém, só tem vocês três.” E eu fui um dos três que foram lá, era uma festa, tivemos que fazer discurso. Quando acabou, terminados os dez dias, eles disseram: “Preparar o navio para voltar.” Lembra-se do *Saldanha*? Aliás, ele tinha mastros altos. Acaçapou-se. Aqui tem um mastro e tem um outro mastro ali. Esse mastro de cima é arriado, arriaram-se todos os mastros dele, tiraram as velas, foi todo pintado de cinza – ele era branco – como todos os outros navios, e começamos a fazer treinamento. O navio tinha um canhão de treinamento, esse canhão tinha munição, e o pessoal fazia treinamento. Nós passamos mais 12 dias, além dos dez.

I.F. – Então, ficaram 22 dias lá?

E.O. – Ficamos 22 dias, porque a Marinha foi pega de surpresa. Ela tinha um ou dois navios lá, mas os navios não tinham nenhuma espécie de equipamento. Então, chegou-se a se falar que os guardas-marinhas iam voltar de trem, mas depois não, ficaram. Até que um dia chegou uma ordem: “Não há condições ainda de mandar nenhum navio a Montevideú para escoltar o *Saldanha*, o *Saldanha* deve vir para o porto Rio Grande. E saia no momento que considerar mais adequado.” Quando chegou essa ordem, na mesma hora o comandante mandou jogar a escada que ligava para a terra, preparou o navio, fez-se ao mar e veio. Aí, nós viemos até o porto do Rio Grande.

I.F. – Vocês não estavam morrendo de medo? Porque já tinha acontecido, era uma realidade.

E.O. – Não. Nessa hora você pensa que é a sua obrigação, que você foi treinado para aquilo. Você se treina. Eu diria que não tivemos medo. Fomos até o porto Rio Grande, atracamos lá e ficamos esperando ordem. Disseram: “Aguardem.” Se não me engano, nós passamos 28 dias no porto Rio Grande. Aí, foram duas corvetas que já estavam aparelhadas. Para não dizer que estavam só trazendo o *Saldanha*, juntaram os navios mercantes que havia lá. Para esses navios mercantes, eles embarcaram guardas-marinhas para ajudar o pessoal naquilo, e viemos para o Rio de Janeiro sem problemas.

I.F. – Vocês estavam em Montevideú quando o Brasil declarou estado de guerra?

E.O. – Estávamos em Montevideú. Foi no dia seguinte da nossa chegada lá que o Brasil declarou estado de guerra.⁹

I.F. – Quer dizer, vocês chegaram aqui em outubro, logo que foi criada a Força Naval do Nordeste¹⁰.

E.O. – Aí foi criada a Força Naval do Nordeste.

⁹ O Brasil declarou estado de guerra no dia 22 de agosto de 1942. Ver DHBB.

¹⁰ A Força Naval do Nordeste foi criada em 5 de outubro de 1942. Disponível em: www.reservaer.com.br. Acessado em: 15.04.2005.

I.F. – Que ocorreu em consequência desses torpedeamentos de navios, não?

E.O. – Foi. Nesse meio tempo, já tinham seguido para Salvador e Recife os encouraçados *Minas Gerais* e *São Paulo*. Eram dois encouraçados antigos, de 1908. E já tinha se instalado em Recife a chefia da força americana, a Força do Atlântico Sul. Os navios começaram a ser preparados, receberam equipamentos, principalmente equipamento de som, sonar.

I.F. – Não tinham nada?

E.O. – Não tinham. Antes da Força Naval do Nordeste, já tinha a força americana. Quer dizer, era o comando da força. Era um almirante que estava lá, o almirante Ingram¹¹. A Força Naval do Nordeste foi criada e preparou-se um navio tender, o *Belmonte*. Tender é um navio oficina, que conserta os outros navios. E eu fui designado, porque quando chegamos aqui fomos promovidos a segundo-tenente e distribuídos pelos navios. fui designado para o tender *Belmonte*, com mais três.

I.F. – Se era um navio oficina, o senhor já tinha feito algum curso de especialização, alguma coisa para isso?

E.O. – Não.

I.F. – Foi colocado lá porque precisavam de alguém?

E.O. – Pois é. Quando você termina o guarda-marinha e chega a primeiro-tenente, você faz o curso de especialização. Só que, antes disso, você já se prepara mentalmente, e inclusive diz para todo mundo o que quer. Eu queria ser maquinista, queria servir na máquina, não da parte de convés, de artilharia, de navegação. Eu sempre falava isso. E fui designado para o tender *Belmonte*.

I.F. – Como é essa designação? É aleatória?

E.O. – Éramos 30 guardas-marinhas, segundos-tenentes. Fomos à Diretoria de Pessoal, que foi dizendo: “Fulano vai para tal lugar, beltrano vai para tal lugar...”

I.F. – Tem tantos navios, divide, e pronto.

E.O. – Quando você chega lá, eles já têm todos os lugares para onde você vai.

I.F. – Não é por colocação, não é escolha, não é nada: é designado.

E.O. – Não é escolha, você é simplesmente designado.

I.F. – Mas, para o terem colocado no tender *Belmonte*, já deviam saber que o senhor queria máquina.

¹¹ Jonas H. Ingram.

E.O. – Não, porque eu fui para o tender *Belmonte* e, quando cheguei lá, fui designado pelo comandante para ser o encarregado de comunicações do navio.

I.F. – Então, foi aí que começou a história. [risos]

E.O. – Começou aí. Eu fui designado para oficial de comunicações. O navio estava acabando de ser preparado, eu embarquei em outubro e, em janeiro, nós seguimos para Recife, em comboio. Em um grupo escolta, porque os comboios ainda não vinham ao Rio de Janeiro, nessa época. Isso já era princípio de 43.

I.F. – Eles iam até a Bahia, não é isso?

E.O. – É, eles iam até a Bahia. Nós fomos para Recife, e quando chegamos lá o comando da Força Naval do Nordeste embarcou no navio e um dos problemas que eles tinham era comunicações. Assim, eu passei a fazer parte também do estado maior da Força Naval do Nordeste. O almirante era o Alfredo Carlos Soares Dutra¹², que foi comandante da Força Naval do Nordeste durante o tempo todo da guerra. O ajudante de ordens do almirante era o Floriano Peixoto Faria Lima, que foi governador do Rio e que, por acaso, era meu primo em quarto ou quinto grau. Diziam que, lá no Espírito Santo, quem fosse Oliveira, Faria, Cardoso ou Neves, era parente. Qualquer um desses, era afastado, mas era parente. Também servia na Força Naval do Nordeste, na parte de operações, o capitão de corveta Rademaker¹³, que mais tarde foi ministro e vice-presidente da República. Mas a tarefa principal nas comunicações era a criptografia, porque durante a guerra todas as mensagens eram cifradas. Todas! Se você encomendasse um quilo de bananas, você tinha que cifrar, porque era tudo cifrado. Durante a guerra, não se passava a mensagem em linguagem clara. Então, chegavam centenas de mensagens por dia à Força Naval do Nordeste. Uma das coisas que acontecem na Marinha: todo dia, ao meio-dia, você tem que dar a sua posição. Isso não é na Marinha brasileira, é geral. E era uma das coisas usadas pelos americanos para localizar os submarinos, porque os submarinos alemães também mandavam a sua posição ao meio-dia. Não é que se conseguisse decifrar, mas, por meio de radiogoniômetro, determinava-se o local de onde estavam fazendo a transmissão.

I.F. – O senhor me disse que gostaria de ir para máquinas e que foi para o tender *Belmonte*, um navio oficina. Por que foi colocado nas comunicações? O senhor já não tinha uma formação...

E.O. – [riso] Porque o comandante me mandou para comunicações, e eu não podia reclamar. Era o Carlos Penna Botto. [riso]

I.F. – Penna Botto, que depois vai ter um papel importante em 55. Mas o que eu digo é o seguinte: na sua formação, o senhor já tinha se especializado em alguma coisa?

E.O. – Não.

I.F. – Foi por acaso?

¹² Na época, Alfredo Carlos Soares Dutra era capitão-de-mar-e-guerra. Ver DHBB.

¹³ Augusto Hamann Rademaker Grünewald.

E.O. – Não. Durante o curso normal, eu estudei máquinas, motores, caldeiras etc. Tudo isso eu estudei.

I.F. – E o senhor gostou dessa mudança?

E.O. – Gostei. Durante a guerra, não houve curso de especialização. Então, eu fui para máquina, mas fiquei em criptografia, quer dizer, era cifrar e decifrar mensagens.

A.I. – Existia algum equipamento para criptografar?

E.O. – Não. Existiam pelo menos uns seis ou oito tipos diferentes de tabelas de cifragem, vamos dizer. Por exemplo, havia uma tabela que era um negócio de alumínio com fitas, com letras. Você mudava a posição daquelas fitas e tinha, em cima, A, B, C, D, E. Então, o B, o que era? Se você quisesse B como a primeira letra, você ia pegar uma letra T, mas se fosse a segunda letra, era a letra H. Existiam senhas pelas quais você reconhecia qual era o sistema que estava sendo usado. Tinha outros que não, que eram mais simples, eram apenas de tabelas em folha de papel. Naquele tempo, não havia nenhum equipamento especial. Era só a criptografia. Tanto que, o negócio dos submarinos alemães, eles não decifravam. Pelo radiogoniômetro, eles determinavam a posição dele, mas não decifravam a posição que ele estava mandando.

I.F. – Quando vocês pegavam uma mensagem de um navio alemão ou de um navio italiano, a mensagem era na língua deles?

E.O. – Não. Nós nunca recebíamos isso.

I.F. – Eu estou pensando que era pegar a mensagem e traduzir.

E.O. – Não. Eu tinha que traduzir as mensagens dirigidas para a Força Naval do Nordeste. Não eram mensagens interceptadas. E, quando o navio estava no mar, não podia usar o rádio. Ele só ouvia. Tanto que as comunicações para os navios que estavam no mar, por exemplo, eram feitas da seguinte maneira: a estação-rádio do Rio de Janeiro transmitia uma mensagem para a estação-rádio de Natal, que transmitia de volta aquela mensagem para a estação do Rio de Janeiro, e pronto. E havia horários de transmissão. Quem estava no meio do caminho, pegava todas elas, aí via qual era a destinada para ele e decifrava. Porque não dava para a gente decifrar tudo. O que era para você, você decifrava. Só que a Força Naval do Nordeste – eu estava no Comando da Força – recebia uma quantidade de mensagens por dia muito grande. Não sou capaz de dizer, mas devia ter uns 20 ou 30 navios sob o Comando, era muita coisa. Fiquei lá durante um certo tempo, mas lógico que todo marinheiro quer estar no mar. Então, eu vivia pedindo: “quero embarcar em um navio que está em operações.” E, quando nós chegamos lá, os comboios vinham até Salvador. Talvez valha a pena esclarecer bem isso.

I.F. – A base era Recife, não é isso?

E.O. – A sede do comando era Recife.

I.F. – Quem era o comandante brasileiro lá?

E.O. – O Soares Dutra.

I.F. – E o americano era o Ingram. Nessa época, também estava lá o Eduardo Gomes com a parte aérea.

E.O. – O Eduardo Gomes era o comandante da 2ª Zona Aérea, em Recife. Aliás, depois eu até saí, deixei de ser o encarregado de comunicações do navio e passei a ser só do comando da Força.

I.F. – Ficou sediado em Recife.

E.O. – Lá no comando da Força, fui designado durante dois ou três meses como ligação com a Força Aérea. Então, toda manhã, eu ia à base aérea, e de tarde ficava no *Belmonte*. Na base aérea, muitas vezes – porque o avião não tinha prática do mar –, eles faziam observação. Quando o comboio estava naquela região, eles ficavam em cima. Com muita frequência eu fiz vôos como esse, ou então ficava lá para fazer a ligação. Perguntando: “O que está precisando? O que é isso? O que é aquilo?”

I.F. – A base aérea era em Boa Viagem.

E.O. – Em Boa Viagem.

I.F. – E o senhor estava morando no navio *Belmonte* mesmo, ficava no porto?

E.O. – Eu morava no próprio *Belmonte*. Ele ficava bem na ponta do porto, onde tem a saída do Capibaribe.

I.F. – Perto daquela ponte dobradiça, a última antes de entrar no cais?

E.O. – O último ponto do cais era ali, e o *Belmonte* ficava atracado ali.

I.F. – Já existia, naquela época, o Grande Hotel?

E.O. – Já! Eu inclusive morei no Grande Hotel depois que me casei.

I.F. – Então, ficou parado no *Belmonte* tratando das comunicações.

E.O. – Essa era a realidade. Era o que eu fazia, basicamente cifragem e decifragem, e, durante um certo período, ligação com a Aeronáutica. Eu ia explicar o negócio dos comboios, só para você entender. O negócio é o seguinte: o abastecimento inglês vinha basicamente dos Estados Unidos. E, dos Estados Unidos, eles desciam ao longo da costa americana, América Central, costa brasileira, e quando chegavam na altura mais ou menos de Salvador, eles se desligavam e seguiam para a África do Sul, para passar o Cabo e pegar, por exemplo, óleo dos países árabes. Vinha tudo por aqui, da Índia, de toda aquela região. Então, o que aconteceu foi que os alemães começaram a atacar primeiro junto da Inglaterra, depois passaram para a costa americana. No meio do caminho, eles não atacavam tanto, atacavam mais próximo da costa americana. À medida que ia aumentando a defesa naquele lugar, eles vinham descendo, até que começaram a chegar ao norte da costa brasileira. Por exemplo, só para se ter idéia, eu

me recordo que, ainda nessa época em que eu estava em cifração e decifração, houve um aumento muito grande da...

[FINAL DA FITA 2-A]

E.O. – Entre Trinidad e Recife, a escolta era americana. E, de Recife para baixo, era brasileira. Mas havia também navios brasileiros que seguiam até Trinidad, às vezes até mais para cima, dependendo da necessidade, porque a Força Naval do Nordeste, na realidade, era a Força-Tarefa 48¹⁴ da 4ª Esquadra. A esquadra do Atlântico Sul, depois, transformou-se na 4ª Esquadra Americana. Ao fim de dois meses em Recife, deu um problema qualquer no navio, era a corveta *Carioca*. Ela ia assumir a escolta em Recife e vinha até Salvador, aí um oficial teve que desembarcar e então me mandaram embarcar. Eu estava no negócio de cifração e decifração, fiquei praticamente até meia-noite, e, no dia seguinte, às seis da manhã, me mandei para o *Carioca* e fui embora. Só que havia um detalhe. É uma história meio de gozação. Quem estava fazendo a decifração das mensagens destinadas à Força Naval do Nordeste ficava com a chave de uma salinha ao lado da câmara do almirante. Ele entrava por uma outra porta, direto para a câmara. Então, quando terminava toda a decifração daquele dia, ia lá, botava a chave em cima da mesa, porque o comandante já estava dormindo, era meia-noite, fechava a porta de novo e ia embora. E eu fui, às seis da manhã, para o *Carioca*, e fui embora. Só que eu me esqueci, e fui com a chave no bolso. Quando cheguei em Salvador, eu vi isso e fiquei satisfeítíssimo! Pensei: “O almirante vai ficar uma fera comigo e não vai querer que eu volte mais para lá.” [risos]

I.F. – Viu-se livre daquele trabalho de decifrar!

E.O. – Cheguei em Salvador, peguei a chave, botei em um embrulhinho, fui no correio, e escrevi uma cartinha. Em viagem, não se podia dizer nada, mas eu já sabia que ele tinha ficado furioso. Mandei a chave para lá e voltei. Mas tem mais um detalhe nessa viagem no *Carioca*. Quando eu embarquei no navio, eu tive outra confusão. Fui ser encarregado da artilharia e do ataque anti-submarino, porque eu tinha feito o curso em Recife. Praticamente todo mundo tinha feito o treinamento anti-submarino, tinha um centro de instrução lá.

A.I. – O treinamento era daqui, ou era americano?

E.O. – Não, era brasileiro, um centro de instrução brasileiro. Quando o navio estava no porto, você ia sempre para aquele centro para treinar, mesmo quem já tinha feito o curso. Não tinha muita folga. Chegava no porto, ia para lá e ficava treinando.

I.F. – Havia uma convivência muito grande com americanos lá?

E.O. – Não, muito pequena.

I.F. – Muito pequena? Eu queria fazer uma certa comparação entre os conhecimentos dos oficiais brasileiros com os conhecimentos dos americanos.

¹⁴ A Força Naval do Nordeste constituía-se na Força - Tarefa 46 da Força do Atlântico Sul, reunindo a Marinha brasileira com a 4ª Esquadra da Marinha americana. Disponível em: www.mar.mil.br. Acessado em: 15.04.2005.

E.O. – Eu vou chegar lá, porque estive embarcado em um navio americano. Mas eu só quero contar uma história, foi o meu primeiro contato com a guerra, com o perigo. E nós sabíamos que existiam submarinos naquela rota que estávamos fazendo.

I.F. – Recife-Salvador?

E.O. – Recife-Salvador.

I.F. – Os submarinos eram alemães, italianos, ou os dois?

E.O. – Tinha dos dois, mas eu diria que, para cada nove alemães, era um italiano. Então, nós saímos do porto, assumimos, seguimos. A hora mais comum de ataques de submarinos era depois do pôr-do-sol, logo que começava a noite. Até eu estava de serviço, era oficial de ataque de submarino e de armamento, eram quatro oficiais que tinham que ficar rodando, além de você fazer o seu trabalho normal. Um vigia lá de cima disse: “Submarino à vista por bombordo.” Nós não tínhamos radar, não tínhamos nada, mas já tinha sonar. Olhei naquela direção em que estava mais ou menos o comboio, porque o negócio era assim: você tinha uns 15 navios, navios mercantes, e ficavam dois navios-escolta na frente e dois um pouco de lado, para evitar ataques de lado. E aquilo tudo vai avançando. Só que o navio-escolta não vai em linha reta, fica sempre em movimento, em velocidade maior, porque, se por acaso ele for torpedeado, estando sempre em movimento, fica mais difícil. Aí, o vigia gritou de novo: “Torpedo à vista por bombordo.” Era na mesma direção que ele tinha dito antes que tinha visto submarino. Cheguei do lado de fora para olhar e vi aquelas duas... Porque o torpedo faz um borbulhar. Eu vi aqueles dois troços borbulhando, mas já estava a uns 20 metros, e vinha na minha direção. Eu só me lembro de que me agarrei na borda e disse: “Vamos esperar agora.” [riso] E veio aquele troço, *vuuu*. Quando chegaram pertinho, viraram para a proa e foram para lá. Eram dois botos! [risos]

I.F. – [risos] Acompanham muito os navios.

E.O. – É muito comum eles virem. Essa foi a minha primeira experiência...

I.F. – De susto, mesmo, não é?

E.O. – De verdade! Esse veio dar um susto.

I.F. – O senhor falou que normalmente os ataques são no pôr-do-sol. E eu li que tem um horário em que o submarino tem que vir à tona, ele precisa de oxigênio.

E.O. – Do pôr-do-sol em diante. Ele tem que vir à superfície para...

I.F. – E é a essa hora? É por isso que geralmente são os ataques?

E.O. – Não é por isso. É porque, se ele vier à superfície de dia, vai ser avistado. Tem avião voando, e ele pode ser avistado. Então, ele só ataca de noite, de preferência logo depois do pôr-do-sol, porque aí ainda vê a silhueta. Eu, mais tarde, estive em outro navio, e tive inclusive de me tratar com oculista, porque o esforço que você faz para ver os navios... Você tem que se manter em uma certa posição em relação a eles. A gente não tinha radar, era a olho.

Quando voltei para Recife, o almirante mandou eu desembarcar na mesma hora e voltar para... [risos]

I.F. – [riso] Castigo. “Levou minha chave, agora volta.”

E.O. – [risos] Está muito bem. Só que aí aconteceu um fato interessante comigo e com o almirante Dutra, eu vivia conversando com ele. O Faria Lima, que era o ajudante de ordens dele, embarcou, foi para um navio anti-submarino, um daqueles navios pequenos que chamavam de caça-ferro ou caça-pau. Eu acho que ele foi em um caça-ferro.

I.F. – Caça-ferro?

E.O. – É, porque o caça-pau era construído de madeira, e o caça-ferro era construído de aço. Aí, o pessoal chamava de caça-ferro e caça-pau. Eram navios de caça anti-submarino.

Bom, ele embarcou e o Soares Dutra colocou um outro oficial, que era muito mais moderno do que eu, como ajudante de ordens. Uma pessoa veio me contar depois: “Eu fui falar com o comandante: ‘Almirante, o senhor gosta tanto do Quandt, ele faz tanta coisa, agora o senhor bota o Von Sydow’ – o outro era Von Sydow – “como ajudante de ordens?”” Ele disse: “Não, o Quandt é ótimo para trabalhar, para fazer as coisas. Mas aquele negócio de botar alamares e ficar acompanhando em festas, não dá!” [risos] E aí eu fiquei.

I.F. – Aí o senhor voltou para o *Belmonte*?

E.O. – Não, voltei para a Força Naval do Nordeste. Só na Força.

I.F. – E ficou baseado em Recife.

E.O. – Também no próprio *Belmonte*, porque a sede da Força era dentro do *Belmonte*. Mais para o final do ano, eu consegui ir para um outro navio, a corveta *Rio Branco*. Aí o serviço de comboio já estava vindo para o Rio de Janeiro e voltando. Eu devo ter embarcado lá mais ou menos em novembro.

I.F. – Indo e vindo.

E.O. – Indo e vindo, e por acaso também com a mesma responsabilidade: armamento e anti-submarino.

I.F. – Agora vamos entrar um pouco na sua vida particular, se o senhor concordar. Nessa época, o senhor estava casando.

E.O. – Deixa eu acabar um pedaço e volto para a vida particular. Aí, eu fui para a corveta *Rio Branco* e começou-se a fazer o comboio vir ao Rio de Janeiro. Fiquei durante praticamente um ano no navio.

I.F. – A informação que eu tenho é de que foi de 43 até julho de 1944.

E.O. – Tem razão, exatamente. Em junho, o *Rio Branco* estava fazendo um reparo rápido, eu estava de serviço no dique quando ouvi no rádio a notícia do desembarque na

Normandia. Foi em junho, não?¹⁵ Logo em seguida, ele voltou a operar. Mudou o imediato do navio, e não dava, ele nunca tinha embarcado em um navio em operação de guerra, de modo que ele ainda estava meio assim, não deu certo, e eu pedi para desembarcar. Aí é que vem uma história. Quando eu fui para o *Rio Branco*, o comandante era o almirante Paulo Bosisio, que mais tarde foi ministro da Marinha¹⁶. Ele era exatamente a pessoa que, quando eu entrei para a Escola Naval, era o chefe do Corpo de Alunos. Eu disse que era um só que ficava tomando conta, e ele era o chefe do Corpo de Alunos. Então, era uma pessoa conhecida. E, em uma certa época, no fim de dois meses, era um dos melhores comandantes, talvez o melhor que eu já tive na Marinha e um dos melhores oficiais que a Marinha já teve. Muito bom, mesmo. E ele me disse: “Quandt, eu estou saindo. Vou para a comissão naval que foi criada em Miami e está sendo mandado um grupo de oficiais para fazer o curso de radar no arsenal em Nova Iorque.”

I.F. – Em Nova Iorque ou em Miami?

E.O. – O curso de radar era no arsenal de Nova Iorque. “Esse grupo está sendo formado, vão ser cinco oficiais. Eu vou colocar o seu nome, vou indicá-lo, e tenho certeza de que você vai. Prepare-se.” Eu fiquei todo satisfeito. Pegar radar, um negócio que eu nem sabia que havia! Porque você entrava em um navio americano, mas não podia entrar na sala do radar, eles não deixavam.

I.F. – Segredo de guerra, mesmo.

E.O. – Era segredo de guerra. Aí, ele me disse quem era: fulano, beltrano, os outros quatro e, quando eu vi, os outros quatro foram e eu não fui, não fui designado. Fiquei chateadíssimo, decepcionado, e pedi para embarcar. Surgiu o voluntariado para quem quisesse embarcar em navio americano do tipo destróier de escolta. O primeiro grupo já tinha ido para...

I.F. – Para Nova Iorque?

E.O. – Não, aí já é outra história. O primeiro grupo tinha ido para a tal comissão de Miami, que era para ter cursos de tudo.

I.F. – Não entendi. O senhor não foi para o grupo de Nova Iorque. Aí, pediu para embarcar.

E.O. – Pedi para embarcar, mas não foi logo em seguida. Vamos dizer que foi com um espaço de dois, três meses.

I.F. – Embarcou onde?

E.O. – Eu me apresentei como voluntário. Pedi para sair, não queria sair para me mandarem de novo lá para Recife. Aí, surgiu esse voluntariado para embarcar em navio americano, nos navios americanos que iam ser transferidos para o Brasil. O primeiro grupo já tinha ido fazer o curso em Miami, mas o segundo grupo ia ficar treinando aqui,

¹⁵ O desembarque na Normandia ocorreu no dia 6 de junho de 1944. Disponível em: www.mercosul.gov.br. Acessado em: 15.04.2005.

¹⁶ O almirante Paulo Bosisio foi ministro da Marinha de 15.01.1965 a 17.12.1965. Ver DHBB.

à bordo de navio americano. Eu me apresentei como voluntário e fui embarcado em um destróier-escolta americano, o DE 101, *Alger*. Aí, eu posso dizer do negócio da convivência com os americanos.

I.F. – Mas, nessa temporada em que o senhor está baseado no *Belmonte*, em Recife, no navio *Rio Branco* e no *Carioca*, as forças brasileiras embarcaram para a Europa no *General Mann*. Vocês estavam fazendo o comboio disso também?

E.O. – A proteção ao comboio foi feita por navios brasileiros.

I.F. – Foram dois navios, *General Mann* e *General Meiggs*. Eles saíram do Rio e foram com as tropas brasileiras.

E.O. – Foram três comboios diferentes.

I.F. – Exatamente, eram dois navios que foram e voltaram. Foram três comboios diferentes, mas em dois navios, três momentos diferentes. Saíram do Rio e foram para a Itália. Eles passaram por Recife? Vocês acompanharam, o senhor estava nessa parte de decifrar mensagens?

E.O. – Não. Nessa época em que eu estava em decifragem, a FEB ainda não tinha seguido.

I.F. – Foi em 44 que eles começaram a ir.

E.O. – Em 44, eu estava no *Rio Branco*.

I.F. – Então, o senhor não acompanhou isso.

E.O. – Não. A escolta desse navio foi feita por destróieres mesmo, destróieres brasileiros. Foi o *Marcílio Dias*, o *Mariz e Barros* e o *Greenhalg*, os três destróieres.

I.F. – O senhor não tinha nada a ver com isso, não acompanhou nada?

E.O. – Mais tarde vai aparecer um trabalho que eu fiz para isso.

I.F. – Agora vamos para a sua vida particular. O senhor casou-se com Maria. Quando começou o namoro? Começou no Rio. Não pode ter sido lá no *Belmonte*. [riso]

E.O. – Quer que eu conte a história do início do namoro? A Maria tinha um irmão que morreu em um desastre de aviação. Ele era segundo-tenente do Exército. Foi antes de eu conhecê-la, em 1936, se não me engano. Ele era namorado, quase noivo, de uma moça chamada Nilsa, que era irmã de uma cunhada minha, desse irmão que era exatamente seis anos mais velho do que eu. Ela casou-se com ele. E essa Nilsa encencou, dizendo para mim que eu precisava conhecer a Maria, porque era uma pessoa ótima para mim. Para a Maria, ela ficava induzindo, dizendo que a Maria precisava me conhecer, porque eu era não sei o quê. E isso durou um tempo. Primeiro, porque, na verdade, eu ia sempre para Itacuruçá. E depois porque, nas férias, eu andava viajando. E, quando não estava em viagem, a própria Escola Naval tinha um *scooter* da classe Guanabara, quer dizer, tinha cabine em que você podia deitar, dormir. Só que a comida que eles davam para a

gente era bolacha naval. A gente se arrumava. É até uma história engraçada. Já estava marcado eu encontrar com a Maria, mas não pude porque resolvemos fazer uma chamada patescaria e saímos em dois grupos, dois *scooters*, e fomos para a ilha do Governador, para a praia da Guanabara. Passamos lá uns cinco ou seis dias, atracados, tinha um pierzinho, e comendo bolacha naval. Então, a gente combinava o seguinte: “A gente tem que arranjar namorada aqui para ela convidar ou alguém convidar para ir jantar na casa dela e os outros irem junto.” [risos]

I.F. – Pegar uma bóia melhor. [risos]

E.O. – Uma bóia melhor. [risos] Inclusive, um dos que foram acabou se casando com uma dessas moças que conheceu lá. [risos]

Mas acabamos nos encontrando. Um dia, acabaram marcando um encontro na Cinelândia, no cinema, conversamos, um namorzinho e tal. Isso foi em 1939. Eu estava no terceiro ano de Escola Naval. No meu aniversário, ela já estava me namorando e me deu de presente umas abotoaduras. Quando eu vi aquelas abotoaduras, fiquei olhando e descobri que eram de ouro. Eu disse: “Não é possível que eu vá acabar com a vida de uma moça. [riso] Eu não tenho o menor futuro para ela, vou é estragar a vida dela, porque não tenho dinheiro para nada.” O primeiro dinheiro que eu tive na vida foi o que eu recebia como aspirante, a gente tinha um soldozinho. Esse soldozinho eram 60 mil-réis, e um terço dele eu gastava só para pagar a lavanderia para ter a minha roupa lavada. Então, eu disse para ela: “Eu não posso. Nós vamos acabar.” E disse por que era. Até é uma coisa de que eu nunca me esqueço, porque a Maria, até o fim da vida dela, dizia para todos que foi a única vez em que nós brigamos na vida.

I.F. – Foi por causa da abotoadura?

E.O. – Por causa da abotoadura. No fim de alguns dias, eu refiz. Por coincidência, ela telefonou para mim também, querendo refazer, e refizemos.

I.F. – E o senhor foi servir lá no fim do mundo. Porque Recife, naquela época, era um fim de mundo em relação ao Rio de Janeiro.

E.O. – Mas isso foi muito antes, quando eu era aluno da Escola Naval.

[FINAL DA FITA 2-B]

E.O. – Acontece que o pai dela era o Góis Monteiro¹⁷. Ele era o representante do Brasil no Comitê Consultivo de Emergência para a Defesa Política do Continente, com sede em Montevidéu, de modo que, quando eu fui para Recife, nós nos correspondíamos. Eu estive um pequeno tempo aqui, depois fui fazer a viagem a Montevidéu, na volta fui quase que direto para Recife. Quando nós nos casamos, um dia tivemos o trabalho de contar o seguinte: quantos dias tínhamos nos encontrado durante os seis anos em que tínhamos namorado e noivado? Contamos dia a dia. Tínhamos nos visto durante seis meses em seis anos. Mas sempre nos correspondíamos, a correspondência era muito fácil. Quando embarquei no *Rio Branco* e vim para o Rio de Janeiro, só encontrei ela uma vez, porque o pai dela foi para Montevidéu, já estava com viagem marcada, e ela foi para lá. Depois de passar algum tempo lá, minha sogra, d. Conceição, conseguiu

¹⁷ General Pedro Aurélio de Góis Monteiro.

convencê-lo de que elas queriam voltar. Aí, elas voltaram. Quando ela voltou, nos encontramos uma vez e eu embarquei no navio americano. Já estávamos em 44, já tinha havido o desembarque na Normandia, e resolvemos marcar o casamento para o dia 12 de dezembro de 1944, que era aniversário do general Góis. “Vamos marcar.” Mas isso tudo por correspondência. Eu embarco, vou para o navio americano, está muito bem. Só que, no fim de dois meses – aliás, foram 62 dias, nunca me esqueço disso –, eles resolveram mudar e mandar o segundo grupo também treinar em Miami. Eu desembarquei, fui embora para Miami e suspendi o casamento. Eu disse: “Não vai dar.” Porque eu fiquei de julho até setembro, e em setembro eu fui embora para Miami. Fui para Natal, e de lá para Miami, onde iria seguir aquilo que eu queria: fui para a parte de máquinas, fazer o curso de máquinas. Quando voltei, voltamos para Natal, tinha sido atrasado o recebimento dos navios. O almirante Dutra me chamou de volta para Recife e eu pedi: “Há dois anos que eu não tenho férias. Há dois anos que eu não passo o Natal em casa. Nós estamos em cima do Natal. Eu queria uma licença. Antes de ir para Recife, eu queria uma semana, dez dias de férias no Rio de Janeiro.” “Está bom.” Vim para o Rio de Janeiro e, com ela, já combinamos de novo o casamento, que queríamos fazer em abril. Na Europa, os alemães estavam perdendo. E casamos em abril. Em abril, eu vim ao Rio para casar.

De vez em quando, é bom dar um detalhezinho. Desde criança eu usei cabelo bem curto, inclusive cheguei até a usar raspado com máquina zero, antes de entrar para a Marinha. Mas só que, quando rompeu a guerra, começaram a me gozar e a me chamar de alemão, que eu tinha cara de alemão. Aí, eu deixei crescer o meu cabelo. Fiquei com um cabelo que vinha até aqui. [risos] E foi na época em que eu estava namorando, noivando etc. Quando eu vim, não sei o que me deu, resolvi voltar a usar o cabelo curto. Cheguei aqui, dei a surpresa para ela, porque eu usava máquina zero até aqui; daqui a aqui era máquina um; e deixava um tufo aqui. [risos] Esse era o negócio, ela sempre se lembra. Então, nos casamos e fomos para Recife. Só que, por uma razão que depois eu vou dizer, nessa ocasião eu fui para Recife chamado pelo Dutra para assumir a oficina radar. Porque ele dizia que o Bosisio tinha dito a ele que eu tinha feito um curso – depois vou contar essa história. Aí, fiquei encarregado da oficina radar. E, como encarregado da oficina radar, recordo-me de ter feito a manutenção dos radares dos destróieres que estavam levando as tropas...

I.F. – As tropas brasileiras para a Itália?

E.O. – Em uma dessas tropas, eu fiz a manutenção, eles foram lá exatamente porque estavam com problemas no radar. Quando passaram por perto, entraram e depois foram embora.

I.F. – Agora vamos voltar à sua temporada no navio americano.

E.O. – A minha temporada no navio americano foi muito interessante para mim. Só que existia um problema: eu não falava nada de inglês. No primeiro dia, quando me apresentei a bordo do navio, era um destróier de escolta, um DE, o *Alger*, posteriormente foi um dos navios que foram entregues ao Brasil, e transformou-se no *Bocaina*. Então, lá pelas tantas, eles tiveram que chamar um camarada de um outro navio americano que estava ao lado, que arranhava o português, para se entender comigo e dizer que eu tinha que chegar lá no navio no dia seguinte às 8h da manhã. Eu não entendia nada de inglês, porque no ginásio eu tive excelentes professores de francês e péssimos professores de inglês.

I.F. – Era uma geração que falava muito mais francês.

E.O. – Francês eu falava absolutamente correntemente, sem o menor problema, porque eu lia muito francês.

I.F. – A literatura francesa foi muito lida naquela época, não é?

E.O. – Tudo. No Rio de Janeiro, era muito mais barato você comprar um livro em francês do que em português. Eu lembro que quase com uns tostões eu comprava. Li Júlio Verne inteirinho, Zola inteirinho, Baudelaire. Mas eu era o único brasileiro a bordo, e não havia nenhum americano que tivesse tido formação de Marinha. Era todo mundo da reserva. O comandante do navio era dono de uma loja em Nova Iorque. Naquele tempo, eu olhava para ele como um velhinho. Eu era segundo-tenente. Só que eu estudei três ou quatro anos de inglês no ginásio. Tive um ano de inglês na Escola Naval. Mau professor, também, mas um ano de inglês na Escola Naval. E, na Força Naval do Nordeste, de vez em quando eu tinha contato com aqueles caras, de modo que, no fim de dois dias, eu já estava tranqüilo. Agora, por quê? Porque, no dia seguinte ao que eu embarquei, o navio saiu.

I.F. – E qual era a sua função dentro do navio?

E.O. – A minha função era dar serviço. Eu era auxiliar.

I.F. – Fazia de tudo?

E.O. – Não. Eu era auxiliar do encarregado de armamento. Por exemplo: esse navio, o *Alger*, estava escoltando um porta-aviões que estava perseguindo os submarinos. Inclusive, um mês depois que eu embarquei foi torpedeado um navio da Marinha brasileira em Cabo Frio, o *Vital de Oliveira*, e o porta-aviões saiu em perseguição dele. Mas isso era um troço demoradíssimo. Nos 62 dias em que estive nesse navio, passei 48 dias no mar, sempre nesse negócio. E eu era o mais moderno a bordo. Todo mundo era primeiro-tenente para cima, eu era segundo-tenente. Então, eu era o cara que tinha que atender ao telefone. [riso] Tocava o telefone, eu atendia, e não conseguia falar nada. Eu só fazia sinal para o cara, o cara pegava e pronto. No fim de uma semana eu já estava dominando mais ou menos bem. Aliás, na Marinha – agora não sei se ainda tem, mas no meu tempo tinha – qualquer pessoa que embarca, oficial ou marinheiro, passa por um período de treinamento para conhecer o navio. Há, inclusive, coisa escrita, que ele tem que fazer. Tanto que todo navio tem o encarregado de treinamento, que dá aquele negócio. E eles me deram aquele curso também. No fim de um certo tempo, o comandante mesmo me disse que ele observou que eu tinha mais base de Marinha do que o pessoal todo que estava ali a bordo, porque eu tinha tido cinco anos de formação e já estava há algum tempo funcionando. Então, ele passou a me dar tarefas. Só que as tarefas principais que você tinha era estar de olho em cima do porta-aviões que você estava escoltando e da possibilidade de pegar submarino. Negócio de posição. O navio já tinha radar, mas é interessante observar que, apesar disso, usava-se um posicionador visual, um negócio de prisma, que a Marinha brasileira também tinha. Então, quando você tinha que manobrar, ele sempre chamava e dizia: “Fica com isso para manobrar.”

I.F. – Então, o senhor afastou-se completamente da parte de comunicação. Decifragem, criptografia, tudo foi para o espaço?

E.O. – Tudo para o espaço. Eu diria que, para o oficial de Marinha naquela época, praticamente todos tinham que ter conhecimento disso, porque senão você não conseguia se comunicar com ninguém. Você não estava interceptando, você estava recebendo ou mandando. Outro detalhe: por exemplo, vinha uma ordem do chefe do Estado Maior para o comandante da Força Naval do Nordeste, um troço comprido. Aquilo vinha tudo cifrado, você decifrava aquilo tudo. Só que você não entregava o papel decifrado, você escrevia com outras palavras o que ele estava dizendo.

I.F. – Cifrava novamente?

E.O. – Não, você escrevia. Era a mesma coisa. Por exemplo: desembarcar 150 pessoas, 150 marinheiros para o navio tal. Esses troços pequenininhos eram danados. É necessário que se mande para o navio tal, aí você tinha que botar o navio tal, usava o DE número tal, 150 pessoas. Você usava outras palavras dizendo a mesma coisa para que, se alguém pegasse aquilo e o texto cifrado, não pudesse entender.

I.F. – Saber: isso quer dizer isso.

E.O. – Isso quer dizer isso. “Com isso, agora, eu vou passar a ler qualquer outra mensagem que venha.” Isso era uma das coisas, você sempre fazia isso. Em navio, naquele tempo, era uma coisa normal.

I.F. – Depois dessa temporada nesse navio americano, fazendo de tudo, o senhor volta e vai ser mandado para Miami.

E.O. – Então, fui mandado para os Estados Unidos.

I.F. – Indicado por quem, pelo Bosisio ainda?

E.O. – Não, o Bosisio era o imediato. Lá, não seria imediato, seria o ajudante, a segunda pessoa. O encarregado do grupo era o Cox¹⁸, agora não me lembro o primeiro nome dele. O Bosisio era o segundo. Quando chegamos lá, eles tinham mandado, por via das dúvidas, duas pessoas a mais do que o necessário. Eu ia ser o encarregado de controle de avarias. Tem idéia do que é isso?

I.F. – São os enguiços do navio?

E.O. – Não. O controle de avaria é o reparo, a manutenção do navio pronto para funcionar, mas não é na máquina. É o resultado das coisas que eles sofrem, de tiro que recebe ou de torpedo. É o cara que tem que ver se as portas estão trancadas, se o isolamento está todo direitinho. Se tiver um incêndio, tem que apagar o incêndio.

I.F. – E onde o senhor foi fazer isso? No navio?

¹⁸ Harold Reuben Cox.

E.O. – Essa seria a minha função no navio. Agora, eu seria da máquina. Nesses navios, a propulsão é diesel-elétrica. É um gerador diesel que gera eletricidade e tem um motor que vira o hélice. O hélice é acionado por um motor elétrico. E a razão disso é que às vezes você precisa andar com velocidade muito baixa, e você não pode com motor diesel. O diesel tem um mínimo, senão ele pára. Então, é diesel-elétrico. Na primeira parte, eles começaram logo o curso, e aí foi a guarnição inteira, oficiais e um grupo grande de marinheiros.

I.F. – Todos brasileiros?

E.O. – É, para pegar os navios que iam ser recebidos. Todos brasileiros. Quando chegamos lá, o grupo no qual eu estava localizado, controle de avarias, incluía a parte de máquinas. Incluía, inclusive, toda a parte da propulsão.

Logo no início das aulas, os instrutores, lógico, sentiam dificuldades. Eles falavam um pouco de português. Eram americanos, mas eram americanos que falavam português para dar aula para marinheiro. Tinha oficial e tinha marinheiro. No fim de dois meses de navio, eu estava tinindo em inglês. Eles disseram: “Você vai ficar como um dos sobrantes.” Eram dois sobrantes, eu e um outro colega meu, o Ivan Laboriaux, que ainda é vivo também. Cada um ficou em uma coisa, ele inclusive foi para Nova Iorque, mas era também nessa parte de máquinas. Então, fiz aquele curso todo e peguei uma boa experiência elétrica, porque toda a propulsão era elétrica, com todos aqueles problemas.

I.F. – Onde foi esse curso?

E.O. – Em Miami.

I.F. – Era um curso de propulsão de navios e introdução a radares?

E.O. – Não. Era um curso de propulsão de navios. Não tinha nada com radar, radar é outra coisa. Vai aparecer daqui a pouco.

I.F. – Então, esse curso que o senhor foi fazer nos Estados Unidos, em Miami, foi curso de propulsão de navios.

E.O. – Propulsão elétrica. Foi só de propulsão, não foi da parte de geração. Para o motor funcionar, tinha que ter um gerador, e, para o gerador gerar, tinha que ter um motor a diesel. Então, eu fui mandado para Cleveland, para a General Motors Diesel School, para fazer um curso de motores diesel. Naquela época – como até um pouco depois, como quando eu estive em 1951 nos Estados Unidos, na guarnição do cruzador *Tamandaré* – a Marinha brasileira tinha – não sei se até hoje tem – um conceito muito bom lá. Éramos tratados *assim* pelos americanos, inclusive pelo próprio pessoal da Marinha americana. E o pessoal que estava fardado – porque, é lógico, lá eu passei o tempo todo fardado – tinha um tratamento especial da população. Em Cleveland me aconteceram coisas engraçadas até, eu diria. Um dia em que tive folga, fui em um *shopping* daqueles, e lá pelas tantas umas moças me agarraram: “Você não quer tirar fotografia? Nós tiramos fotografias.” Eu pensei: “Quanto é que vai custar essa fotografia?” Mas fomos lá, tiraram as fotografias e perguntaram: “Quantas você quer?” Respondi: “Me dá duas, uma para a minha noiva e outra para minha mãe.” Perguntaram: “Mas só duas, o senhor não quer mais?” “Não. Só duas. Quanto é?” Disseram: “Como?”

Isso é a nossa homenagem àqueles que estão lutando por nós!” Por que eu só pedi duas!? [risos] Em Cleveland teve mais uns outros troços. Acabaram me carregando – não era tão tarde assim, já era novembro – para patinar no gelo. Só que não tinha problema, porque havia cinco pessoas te agarrando de cada lado. [risos]

I.F. – Os heróis brasileiros que deram apoio. Foi o único país da América do Latina, não é?

E.O. – Aliás, eu sempre menciono isso: quando começou a guerra nos Estados Unidos, a Marinha americana convocou um escritor chamado Samuel Eliot Morison. Ele tinha escrito alguns livros, um dos quais eu tinha lido, sobre a vida de Cristóvão Colombo. Ele foi convocado e deram-lhe um ajudante, um escrevente com máquina de escrever. Ele foi designado oficialmente para escrever a história da Marinha de guerra dos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial. Esse camarada embarcou em tudo quanto é coisa, inclusive vários dos livros dele descrevem batalhas em que ele estava presente. E ele escreveu essa história, que saiu em 14 volumes. A Batalha de Leyte¹⁹, por exemplo...

[FINAL DA FITA 3-A]

E.O. – Ele tem dois livros sobre a guerra no Atlântico. Um primeiro, que pega o início, não me lembro se tem menção à Marinha brasileira. No segundo livro, tem um capítulo sobre a atuação no Atlântico Sul. Mas o interessante é o título do capítulo: “Deus é brasileiro.” E esse livro nunca foi traduzido em português. Ele se derrama em elogios à Marinha brasileira, por causa do almirante americano que esteve lá e que sempre fez elogios. Inclusive, ele dizia que quando precisava de alguma coisa com urgência e eficiência, ele mandava um navio brasileiro.

I.F. – Esse era o almirante Ingram?

E.O. – O Ingram.

I.F. – Quando o senhor esteve em Cleveland houve alguma história, algum comentário sobre o grupo de brasileiros que esteve lá com o general Edmundo Macedo Soares preparando as máquinas para a CSN? Ele tinha estado lá de 41 a 43.

E.O. – Ele estava lá.

I.F. – Ainda estava lá? O Renato Azevedo, Edmundo Macedo Soares...

E.O. – Sílvio Raulino de Oliveira, que é meu primo irmão.

I.F. – Eu vi pelo período: CSN, Edmundo, Renato Azevedo, o pai do que foi prefeito de São Paulo²⁰, na época do governo Geisel. Vamos comentar esse curso de motores, porque o senhor vai, depois, entrar para os radares, não é isso?

¹⁹ *Leyte, June 1944-January 1945, Volume XII: History of United States naval operations in World War II*, de Samuel Eliot Morison. Disponível em: www.press.uillinois.edu. Acessado em: 07.06.2005.

²⁰ Paulo César Gomes Martins, pai de Paulo Egídio Martins, que foi governador de São Paulo (1975-1979). Ver DHBB.

E.O. – É.

I.F. – É nesse momento que começa a sua especialização, quer dizer, foi na sua temporada nos Estados Unidos. A sua ida para lá foi quase por acaso, não? Foi a irritação pelo fato de não ter ido naquele primeiro grupo que foi para Nova Iorque?

E.O. – Foi. Não foi bem irritação, foi desânimo.

I.F. – Foi para o navio americano, ficou lá uns tempos, aprendeu a falar inglês bem...

E.O. – Não, mas aí não pensei mais nisso.

I.F. – Então, foi mandado por quem, especificamente, para esse curso?

E.O. – Deixa eu te contar mais um fato interessante dessa ida a Cleveland. Naquela época, a segregação racial nos Estados Unidos era uma coisa brutal mesmo!

I.F. – E Cleveland era uma região danada.

E.O. – Fui mandado para Miami, mas não fui sozinho. Eu era o único oficial. Era eu, um grupo de suboficiais, sargentos e marinheiros, era um grupo grande. Nós fomos de Miami para Cleveland de trem. Só que eles me puseram em um lugar de primeira classe e puseram um vagão inteiro separado para os marinheiros e sargentos, porque tinha gente de cor no meio, e lá eles não deixavam gente de cor entrar nos vagões em que tivesse gente branca. Não podia. Então, nós fomos. Só que foram dois ou três dias de viagem, demoradíssima a viagem de trem. De vez em quando, eu ia lá para ver como estava o pessoal, conversar e tudo bem. Só que teve uma vez que, quando cheguei lá, olhei e não tinha mais o vagão! Eu saí correndo, procurei o chefe do trem e disse: “Cadê o vagão?” “Aquele vagão? Aquele vagão foi desligado na estação tal para ir para Tampa.” Era outro lugar. “Não, aquele é o que vai para Washington.” Nós íamos para Washington. “Nós vamos para Washington, porque de lá nós vamos para Cleveland.” Depois, eles me avisaram: “O negócio é o seguinte. Aquele vagão foi posto no trem de Tampa que está indo na nossa frente. Então, já foi mandado um aviso para a estação tal para, quando chegar esse trem lá, desligarem o vagão, para quando a gente passar, a gente pegar o vagão de novo.” E, mais ou menos duas ou três horas depois de ter sumido o vagão, fui encontrar todo mundo de olho desse tamanho, porque o vagão estava parado no meio da linha. [riso]

I.F. – O senhor foi para Cleveland em que ano?

E.O. – Em 1944.

I.F. – E o pessoal da CSN? O Edmundo Macedo Soares ainda estava por lá?

E.O. – Bom, o Sílvio Raulino estava. Eu soube porque o pai dele, o José Raulino, além de meu tio, era meu padrinho. Então, eu tinha muito contato com eles. E mais: quando o Sílvio viajava para fora, e nós morávamos no Encantado, a casa tinha um lugar, uma sala grande, em que o Sílvio guardava as coisas dele. É interessante: eu tinha uma bengala espingarda que era do Sílvio. Ainda agora, um mês atrás, quando saiu essa lei

das armas, fui ao Exército e doeí, dizendo de quem era etc. Doeí para eles guardarem e não ter problema. Eu tinha muito contato com o Sílvio.

I.F. – Muito contato com o Sílvio lá em Cleveland?

E.O. – Com o Sílvio, eu tive contato. Não sei como, mas eu tive vários contatos com ele. Ele estava lá.

I.F. – Porque a CSN foi praticamente toda montada lá em Cleveland.

E.O. – Foi. Eu sabia que ele estava lá para a questão da montagem da CSN, em 1944. Isso deve ter sido em outubro de 44.

I.F. – Eu tenho aqui uma informação de que o senhor fez também nos Estados Unidos um curso de introdução a radares.

E.O. – Eu vou contar o que é isso. Quando nós voltamos de Cleveland para Miami, íamos voltar para o Brasil. Já se sabia que houvera um atraso na entrega dos destróieres-escolta americanos para Brasil. Entrega, não: venda. E, quando eu cheguei lá, o então comandante Bosisio me chamou e disse: “Quandt, eu te indiquei para fazer o curso de radar naquela ocasião, houve um imprevisto pelo qual você não foi. Mas, agora que acabou, você vai fazer esse curso, porque existem duas pessoas a mais na guarnição desses navios que estão sendo treinados aqui. Então, eu vou pegar você e o Laboriaux” – que era o Ivan Laboriaux de quem eu falei – “e vocês vão fazer esse curso aqui.” Eu disse: “Ótimo.” Fiquei satisfeitíssimo. Estava em Miami, fazendo parte da comissão, um dos quatro oficiais que tinham feito o curso. Chamava-se Hedno Vianna Chamoun, descendente de libaneses. E ele, que também era meu colega de turma, como o Laboriaux, estava lá e disse: “Eu já mandei uma mensagem para o Rio de Janeiro, para o ministério, pedindo autorização para mandar vocês dois fazerem esse curso em Nova Iorque. Nesse meio tempo, vocês não retornam junto com o grupo todo que vai retornar. Vocês ficam aqui em Miami e já vão tendo umas aulas com o Chamoun.” Então, o Chamoun nos deu algumas aulas. Ele era da Comissão, e durante o dia nós ficávamos lá na Comissão, porque durante o dia o centro de treinamento americano estava ocupado. Ele disse: “Vamos fazer o seguinte. Nós vamos à praia, e lá eu dou aula para vocês.” Eu disse: “Ótimo. Que melhor coisa você pode ter?” Então, durante uns três ou quatro dias, ele nos dava aulas durante o dia, e fazia, desenhando na areia, os circuitos. Depois, à noite, nós íamos ao centro de treinamento da Marinha americana, de Miami, e víamos o radar. Quer dizer, não foi um curso, mas, não sei por que razão, eles chamaram isso de curso. Veio a ordem do Brasil dizendo que [riso] não íamos tirar o curso em Nova Iorque, que voltássemos para o Brasil. Voltamos para o Brasil, chegamos em Natal. E, como estava atrasado o recebimento dos navios...

I.F. – Que navios eram esses?

E.O. – Eram destróieres-escolta, os quatro últimos. Os quatro primeiros já tinham sido entregues.

I.F. – Que eles iam vender para o Brasil?

E.O. – É, estavam vendendo para o Brasil. Esses quatro últimos, por uma razão qualquer, atrasaram.

I.F. – Vocês iam trazer?

E.O. – Não. Não íamos trazer. Eles já eram navios que andavam com os americanos por aqui. O *Alger* foi um deles, um dos que foram passados para o Brasil.

I.F. – O senhor disse que voltou para Natal?

E.O. – Voltei para Natal já nos últimos dias de novembro, princípio de dezembro de 44. Fiquei dando aulas de propulsão elétrica no centro de treinamento de Natal durante esses dias. Quando chegou próximo do dia de Natal, veio uma ordem de Recife dizendo que o almirante Soares Dutra tinha mandado me chamar para assumir a oficina de radar, porque eu tinha tido um curso de radar e os americanos estavam se retirando da base naval de Recife para mandar tudo para o Pacífico, porque eles já não tinham mais problemas de submarino no Atlântico Sul. Então, eles iam começar a retirada, ainda não tinham começado. Aí, vim ao Rio de Janeiro.

Aliás, foi uma viagem também muito interessante. Havia um transporte aéreo da Marinha americana na costa brasileira, e, no dia 24 de dezembro, eu e o Laboriaux conseguimos dois lugares para o Rio de Janeiro, Natal-Rio. Só que o avião passava por Recife. Quando passou por lá, nos desembarcaram do avião, dizendo que a nossa prioridade era baixa, tinha gente de prioridade mais alta que ia embarcar. E nós passamos a noite da véspera de Natal dentro da base americana em Recife. No dia seguinte, dia 25, chegou um avião, e a nossa prioridade já tinha subido. Eles desembarcaram umas pessoas que tinham vindo de Natal, que eu nem sei quem eram, e nós entramos no avião e viemos embora. Eu disse: “Pela primeira vez em três anos eu vou, pelo menos o dia de Natal, passar em casa.” Há três anos eu não passava o dia de Natal em casa. Era um DC-3, e ele veio também pousando. Quando pousou em Caravelas e foi decolar, pifou. Eu estava junto da janela, e vi começar a sair aquelas chamas. O piloto que tinha vindo era ruim como quê. Eu digo: “Ih, acabou.” Olha, ele fez a melhor aterrissagem! O avião estava começando a subir, aí ele fez a volta e desceu de novo. E nós passamos o dia de Natal em Caravelas. No dia seguinte, passou outro avião, que a gente pegou. E, no dia 26, eu cheguei ao Rio de Janeiro. [riso]

A viagem de Natal para Miami, nós fomos – era um grupo grande da Marinha – num PBM, um hidroavião que era apelidado de vaca voadora, porque era enorme, cabia muita gente dentro. Só que tinha um detalhe: eles só voavam de dia. Eles não gostavam de voar de noite, não sei por quê. Inclusive com os DC-3, eles só voavam de dia. No PBM, foram três dias de viagem de Natal para Miami, e não teve problema nenhum. Ele voou de Natal para Belém, chegou às três da tarde, não dava mais para seguir viagem. Então, pernoitamos lá. No dia seguinte, fomos de Belém para Trinidad, pernoitamos de novo em Trinidad. E, no terceiro dia, saímos de Trinidad para Miami. Quer dizer, viagem aérea de três dias. Na volta, voltamos em um DC-3 que veio pelo interior, era no meio da mata da Guiana Inglesa, tinha um campo lá que se chamava Zandery Field. Ele saiu de Miami, pousou em Zandery Field, pernoitou lá e, no dia seguinte, foi até Natal. Dois dias de viagem.

I.F. – De Recife para o Rio eram oito, nove horas de avião.

E.O. – Em DC-3 era mais, umas 12 horas. Aí, vim para o Rio de Janeiro, passei o Ano Bom aqui, e voltei em 2 ou 3 de janeiro para Recife. Fui ao almirante Soares Dutra e disse: “Almirante, não entendo nada de radar. O que tive foi uma meia dúzia de aulas na beira da praia.” E contei a ele a história. Ele disse: “Mas tem um radiograma do comandante Bosisio dizendo que vocês tinham feito um breve curso de introdução ao radar, de modo que vocês vão.” E nós dois fomos. Era uma oficina com 20 e tantos especialistas americanos, eles mandaram nós dois para lá com quatro sargentos e dois marinheiros para receber a oficina de radar. O que nós fizemos? Nos primeiros dias acompanhávamos eles em tudo quanto era serviço. E sempre lendo aquele troço todo. Passou-se um mês, e então já começou a sair a turma, os americanos começaram a ir embora. Eles tinham que ir para o Pacífico. Veio a ordem, e um navio, a corveta *Carioca* – na qual eu já tinha até servido um pouco, aliás –, recebeu um radar para ser instalado nela. O serviço de comboio era feito assim: eram seis dias de viagem de Recife ao Rio, porque o comboio era lento. Quando chegava no Rio de Janeiro, você esperava e pegava o próximo comboio que saía, porque os comboios saíam de dez em dez dias. Não era nada escondido: de dez em dez dias, saía o comboio. Você ficava uns oito dias no Rio de Janeiro e depois embarcava. Aí, veio radar para instalar. O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, que tinha que fazer essas instalações, informou que em oito dias eles não podiam instalar, precisavam de 15 dias, e que tinham que achar um outro navio para fazer a escolta do comboio. O almirante Soares Dutra disse: “Não, manda botar o radar inteiro a bordo do navio, que o meu pessoal aqui instala o radar.”

I.F. – “Meu pessoal” eram o senhor e o Bosisio?

E.O. – Não. O Bosisio estava nos Estados Unidos. Éramos eu e o Laborieaux. E a turma lá. Eu disse: “Mas, como?” Ele disse: “Não, vocês vão instalar. E tem mais: nenhum americano pode botar o pé a bordo do navio.” Resultado: nós fizemos a tal da instalação. Logicamente, uma parte, o que podia se fazer na oficina, eu fiz lá. Peguei uma boa instrução de uns camaradas, e nós trabalhávamos, eu e ele. Até dividimos o dia, de sete da manhã até dez da noite trabalhando na instalação do radar. Não sei, talvez tenha sido o primeiro radar instalado na Marinha brasileira pelos próprios brasileiros. Lembro-me que, para botar a antena no mastro, três vezes nós tivemos que cortar um pedaço do mastro, porque botava, soldava de novo, não estava no lugar certo, cortava de novo, soldava... Fizemos em oito dias. E tem sempre uma gozaçãozinha no meio. Nos oito dias que ele queria que fosse instalado, ficou funcionando. Só que, na hora de dar a instrução para o pessoal do navio com um radar igual, lá na oficina, eu fui dando a aula e mostrei a eles: “Esse lugar aqui não pode ser encostado, porque aqui tem oito mil volts.” Eu estava com uma chave de fenda e encostei o dedo na chave de fenda. Levei um choque que queimou o fusível do prédio. Não sei como não morri. É dessas coisas para as quais não há explicação.

I.F. – O fato de começar a instalar o radar no primeiro navio brasileiro foi um passo muito grande para a Marinha, não foi?

E.O. – Foi, porque logo depois acabou a guerra. Depois que houve a rendição da Alemanha, em maio de 45, começou o retorno das tropas americanas.

I.F. – E vocês faziam o acompanhamento no comboio?

E.O. – Não, o que acontecia era o seguinte. Os que podiam vir de navio, vinham direto da Europa para os Estados Unidos. Mas eles usavam todos os meios, porque eles tinham milhões de soldados lá. Eles usavam também os DC-3 para fazer o serviço. Só que o DC-3 não atravessava o Atlântico Norte. Então, ele tinha que fazer a travessia entre Dakar e Natal, Freetown e Natal e mais uma terceira cidade que eu não me lembro o nome, na África.

[FINAL DA FITA 3-B]

E.O. – O raio de ação do DC-3 era muito pequeno, ele não atravessava o Atlântico Norte. Então, tinha essas três cidades na África: Dakar, Freetown e não sei qual é a terceira. Os aviões, voltando para casa, desciam carregados de tropas, vinham para Natal e depois subiam de Natal para os Estados Unidos. Só que, para eles poderem atravessar o Atlântico, que ficava quase no limite do seu raio de ação, eles precisaram ter radiofaróis no meio do caminho. E os radiofaróis daquele tempo não tinham tanto alcance assim. Natal tinha um radiofarol. Então, eles botaram um navio no meio do caminho e mais um em cada quarto do caminho. Quer dizer, em cada uma das três linhas tinha três navios. Esses três navios, a princípio, iam ser brasileiros. Cheguei a receber a ordem – eu já estava casado, a Maria já estava lá comigo – de me preparar para me mudar para Freetown, porque como do lado brasileiro tinha uma oficina que já estava começando a funcionar mais ou menos, precisava ter uma oficina do lado de lá para atender aos navios do lado de lá. Então, eu, que já tinha organizado a de cá, ia organizar a do lado de lá. Felizmente, eles mudaram de política, e os navios próximos da África passaram a ser ingleses. Eram três navios: um inglês e dois brasileiros, um inglês e dois brasileiros, um inglês e dois brasileiros. E aí, fizeram. Só que, para isso, tinha que se fazer primeiro uma instalação enorme de novos equipamentos para comunicações, para radiofarol e para comunicações entre navios e aviões. Eram seis navios de cada vez, foram 20 ou 30 navios que tiveram que ser equipados de novos equipamentos. Em um período muito curto, a tal da oficina teve que instalar 40 ou 50 equipamentos, eram transmissores e transceptores. Aí, acabou a guerra.

I.F. – E durante esse tempo todo o senhor ficou com base em Recife também?

E.O. – Eu era o chefe da oficina radar e o chefe da oficina de motores diesel.

I.F. – Morava em casa, não era mais em navio. Tinha família lá.

E.O. – É, só que a família era minha mulher. Como, quando nós nos casamos, ainda tinha muito americano lá, os aluguéis eram muito altos. Se eu quisesse morar em um navio, tinha abrigo à vontade, mas eu estava com minha esposa. Então, eu e dois outros colegas de turma que estavam comigo em Recife – um que tinha acabado de se casar e outro que estava com uma filhinha de seis meses – nos juntamos, alugamos os três uma casa na Boa Viagem e ficamos morando lá. Porque o aluguel de uma casa mobiliada – e tinha que ser mobiliada – era mais alto do que o salário total de qualquer um de nós. Eu não estava mais na Força Naval do Nordeste, já estava na base naval que dava apoio. A Força Naval do Nordeste veio embora para o Rio, e eu fiquei lá. Só que, no princípio de dezembro, o general Góis Monteiro...

I.F. – Isso é o que eu ia dizer: vocês estavam lá quando houve a queda de Vargas, em 29 de outubro.

E.O. – Estávamos lá quando da queda de Vargas. Exatamente nessa época, quando acabou tudo, juntaram todos os navios. A Força Naval do Nordeste se reuniu em Recife, juntou todos os navios, e o almirante veio para o Rio em um, que era o capitânia, com toda a Força Naval do Nordeste. Quando ele estava passando por Salvador, foi exatamente quando foi feita a derrubada de Getúlio. Eu estava em Recife, foi no fim de outubro. Fiquei lá. Em princípio de dezembro, me telefonaram e disseram: “O general Góis Monteiro está passando muito mal, teve um problema muito sério, não se sabe o que é. Ele foi para o hospital, então d. Conceição pediu para mandar trazer a filha de volta.” Nessa ocasião, o Góis tinha um prestígio danado. Então, arrumaram a minha dispensa imediata de lá, minha transferência para o Rio de Janeiro, para me apresentar no Rio de Janeiro, e arrumaram até um avião. Quer dizer, não era um avião próprio para mim...

I.F. – Um lugar em um avião.

E.O. – Um lugar em um avião. Para isso, tiveram que fazer um vôo a mais da Cruzeiro do Sul, que já existia naquela época, para ter dois lugares, que eram para mim e para Maria. A Maria já estava grávida, nessa época. Viemos para o Rio de Janeiro, depois ele ficou bom do problema que tinha, e eu fui servir no Departamento Rádio da Marinha.

I.F. – Mas o senhor não devia ter muito contato com o general Góis...

E.O. – Nenhum.

I.F. – Porque, com sua vida de navio, era um sogro que o senhor mal conhecia.

E.O. – Eu tinha muito pouco contato com ele.

I.F. – Vieram para cá ainda no governo José Linhares, não?

E.O. – Aliás, entrando nas brincadeiras, ele sempre se dirigiu para a Maria dizendo: “Cadê o alemão burro?” [risos] “Alemão burro” era eu.

I.F. – Na época, o ministro da Marinha era o Dodsworth Martins²¹.

E.O. – Já era o Dodsworth? Não, na época da queda do Getúlio ainda era o Guilhem²².

I.F. – Mas, quando vocês vieram para cá, já era o Dodsworth Martins.

E.O. – Já era o Dodsworth?

I.F. – Dodsworth Martins foi de 30 de outubro de 1945 até 29 de setembro, durante o governo José Linhares. Então, é com a posse do Dutra que o ministro da Marinha vai ser o Sílvio de Noronha²³? Foi ele quem o convidou? Como eram esses convites, essas promoções? Não tinha nada a ver com o ministério?

²¹ Jorge Dodsworth Martins foi ministro da Marinha de 30.10.1945 a 31.01.1946 (governo José Linhares) e de 31.01.1946 a 28.09.1946 (governo Eurico Gaspar Dutra). Ver DHBB.

²² Henrique Aristides Guilhem foi ministro da Marinha de 12.11.1935 a 30.10.1945. Ver DHBB.

²³ Sílvio de Noronha foi ministro da Marinha de 29.09.1946 a 31.01.1951. Ver DHBB.

E.O. – Não. Não tem convite, não tem nada. Fui transferido para o Rio de Janeiro e me apresentei na Diretoria de Pessoal. Há um outro detalhe. Quando o almirante Soares Dutra veio para cá, mandou me chamar e disse: “Você atendeu ao que eu estava esperando do pessoal de radar” – o nome da oficina era Oficina Radar; hoje, seria Oficina de Eletrônica, porque ela não trabalhava só em radar: era radar, sonar, transmissor, receptor, tudo que era da parte de eletrônica. “Fiquei muito satisfeito com o serviço de vocês, e quando eu chegar ao Rio, vou fazer tudo para você ir para o Departamento Rádio” – não existia a Diretoria de Eletrônica naquele tempo, era um Departamento Rádio da Diretoria de Navegação. Então, ele deixou essa recomendação na Diretoria de Pessoal. Quando cheguei de volta e me apresentei na Diretoria de Pessoal, me disseram: “Você vai para o Departamento Rádio.” E fui servir no Departamento Rádio, que, logo depois, já no início do governo Dutra, foi transformado em Diretoria de Eletrônica, independente da Diretoria de Navegação.

I.F. – Onde era a sede? Era no Rio?

E.O. – É dentro do Arsenal de Marinha, na ilha das Cobras. Esse era um departamento que mantinha as oficinas de reparo. Rádio e radar da Marinha ficavam todos dentro desse departamento, e não no Arsenal de Marinha. Fiquei lá pouco tempo, e aí o general Góis ia voltar para Montevidéu. Nessa ocasião, já tinham nascido os meus primeiros filhos, que eram gêmeos, e ele era absolutamente louco pelos netos. As pessoas que trabalhavam com ele me disseram: “Ele quase mudou de personalidade.” Podia estar lá o presidente da República; se um neto chegasse para ele e dissesse: “Vovô, o senhor quer vir aqui comigo?” Ele largava o presidente e ia embora para lá.

Então, servi durante um ano na Diretoria de Eletrônica, e aí falaram que iria ser formada uma escola de eletrônica da Marinha, no novo centro de instrução que estava sendo organizado, o Centro de Instrução Almirante Wandenkolk, na ilha das Enxadas. Mas, então, o general Góis tinha que voltar. Ele voltou e disse: “Vou pedir para você ser colocado às ordens do Ministério das Relações Exteriores e ir para Montevidéu.” “Está bem, deixa eu dar uma de aproveitador.” E fui para Montevidéu. Devo ter ido no princípio de 47.

I.F. – Tenho a informação de que foi no início de 47. Foi posto à disposição do Ministério das Relações Exteriores, cujo ministro era o João Neves da Fontoura²⁴?

E.O. – Acho que era o João Neves. E então fui para Montevidéu com ele.

I.F. – Qual era o cargo dele em Montevidéu, nessa época?

E.O. – Ele era o representante do Brasil no Comitê Consultivo de Emergência das... Eles estavam acabando com o comitê. Aliás, o comitê não tinha nada a ver. Eu passei lá uns três meses, acho que foi em abril ou maio que eu voltei. Eu, que sempre fui meio cumpridor de horário, lembro que, quando eu chegava lá, eu chegava no horário e não tinha ninguém. Eu era o único que estava no escritório.

I.F. – Era para acabar com o tal Comitê Consultivo.

²⁴ Ministros das Relações Exteriores do governo Eurico Gaspar Dutra: João Neves da Fontoura, de 31.01.1946 a 24.07.1946 e Raul Fernandes, de 12.12.1946 a 01.02.1951. Ver DHBB.

E.O. – Acabou o Comitê Consultivo e eu voltei para o Brasil. E aí eu já tinha um convite, eu com mais outros três. Fomos eu, o Chamoun, que estava em Miami, o Gurjão²⁵, que eu mencionei nos Correios, e o Eddie Coutinho²⁶, que era outro que era da minha turma também. Esses quatro foram designados para organizar uma escola de eletrônica da Marinha para formar pessoal de eletrônica, tanto oficiais como praças. Só que, quando a gente chegou, disseram: “É aqui, nesse prédio aqui...”

I.F. – No Rio?

E.O. – No Rio, na ilha das Enxadas. Disseram: “É nesse prédio, aqui vai ser a Escola de Eletrônica da Marinha. Vai formar os oficiais e praças.” Muito bem. Perguntei: “Qual é o programa?” Responderam: “O programa, vocês fazem e submetem à Diretoria de Ensino.” “Está muito bem. E qual é o currículo?” “O currículo, vocês fazem.” O programa de obras, o currículo, tudo. Era um lugar vazio. Disseram: “Vocês façam uma escola de eletrônica da Marinha aí. Na Missão Naval Americana há um americano que trabalhou em escolas de eletrônica nos Estados Unidos e pode dar muita instrução para vocês.” Foi o que nós pegamos. Pegamos esse camarada, perguntamos: “Como é?” E pegamos os programas das escolas americanas, adaptamos para a escola brasileira; pegamos os livros-texto dele e traduzimos para o português, porque boa parte dos livros-texto se referia a equipamentos, e os nossos equipamentos nem sempre eram iguais aos deles. Então, tivemos que preparar livros.

I.F. – Onde eram feitos os equipamentos daqui?

E.O. – Não eram os mesmos que tinham nos currículos. Por exemplo, para nós, o equipamento que estava em um destroierzinho, em uma corveta, era um equipamento importante, porque...

I.F. – Era tudo americano?

E.O. – O americano era o que estava em um encouraçado, em um cruzador.

I.F. – Não, eu digo a origem dos equipamentos.

E.O. – Eram americanos.

I.F. – Mas de vários níveis.

E.O. – Eram níveis diferentes.

I.F. – Se estou entendendo bem, vocês eram autodidatas.

E.O. – Fomos autodidatas.

I.F. – Foi só aquele cursinho na areia da praia de Miami que iniciou isso tudo.

E.O. – Não.

²⁵ José Gurjão Neto.

²⁶ Eddie de Oliveira Coutinho.

I.F. – Mas até aqui.

E.O. – Até aqui, não. Nós projetamos uma escola, inclusive com partes indo para dentro d'água para poder instalar equipamentos de sonar, como o ecobatímetro, que é para verificar a profundidade no fundo do mar. Fizemos tudo. A escola tinha duas salas de aula e seis oficinas. Tinha sala de transmissores, sala de receptores, sala de radares, sala de sonares, quatro. E fizemos os tais dos livros-texto, os currículos e demos o primeiro curso para oficiais e para marinheiros.

I.F. – Quando o senhor diz “Mandaram eu fazer isso, mandaram eu fazer aquilo”, quem mandava? Quem era?

E.O. – O diretor de Ensino.

I.F. – Mas o senhor lembra de algum?

E.O. – Quem era o diretor de Ensino? Não.

I.F. – Não lembra. Era um grupo e pronto.

E.O. – Eram ordens da Diretoria de Ensino. Não era uma pessoa.

I.F. – Uma hierarquia militar, mesmo.

E.O. – Não. O que aconteceu na Escola de Eletrônica aconteceu na Escola de Eletricidade, na Escola de Motores, na Escola de Direção de Tiro, na Escola de Artilharia. Era um centro de treinamento com inúmeras escolas, inclusive uma Escola de Instrutores. Fiz o curso de instrutores. Quer dizer, para a organização dos currículos, primeiro foi dado um curso de instrutor. Mas era um curso rápido, de dois meses. Aí a gente tocava aquele negócio.

I.F. – Como era essa convivência, o ambiente de trabalho do grupo que dava aula, os alunos que estavam interessados nisso? Quem era? Era livre escolha, ou eram mandados?

E.O. – Não. Não tinha aluno nenhum, então. Estávamos só organizando, ainda não havia alunos. Só quando ela ficou pronta é que começaram a vir os alunos. Demoramos quase dois anos para montar a escola. Mas davam os recursos. Recursos, havia. A gente só dizia: “Tem que ser assim.” Tinha alguém construindo a escola, quer dizer, construindo o centro, não só aquela escola como também outras.

I.F. – E a aparelhagem de que vocês precisavam era toda importada?

E.O. – A aparelhagem, a gente mandava a lista para a Diretoria de Ensino: “Queremos isso, isso e isso.” Aí, eles mandavam para lá.

I.F. – Para os Estados Unidos?

E.O. – Eles mandavam para alguém nos Estados Unidos. Eu não sei, o problema era deles, não era mais nosso.

I.F. – Tudo americano?

E.O. – Tudo americano. Os navios eram todos americanos, então tinha que se usar sempre equipamento americano, eram aqueles equipamentos que estavam instalados nos nossos navios. Começou uma nova fase: a Marinha até a guerra e a Marinha de depois da guerra são duas marinhas completamente diferentes. Passou a operar de modo completamente diferente. Fizemos esse curso, e nele você também estuda para chuchu. Quando acabaram os cursos, fui designado oficial de eletrônica de uma flotilha dos navios, acho que se chamava 1º Esquadrão de Contratorpedeiros naquele tempo. Era um grupo de navios. Fui para a Força de Contratorpedeiros, que tinha todos os navios anti-submarinos. E então eu fiquei viajando bastante. Mas o que ficou sendo como responsabilidade, que era herdado do americano, era o seguinte: o projeto, a instalação e a manutenção dos equipamentos era do pessoal de eletrônica. A utilização dos equipamentos não é dele. O pessoal de eletrônica não usava. Quer dizer, eu não usava o radar, eu tinha que manter ele funcionando. Qualquer problema que tivesse, era responsabilidade da eletrônica. Como as comunicações. Eu não operava nem transmissor, nem receptor, nem nada. Era uma engenharia.

A.I. – Era responsável pela instalação e a manutenção de equipamentos.

E.O. – Projeto, instalação e manutenção. Então, foi criada uma Diretoria de Eletrônica da Marinha, que tinha diversas coisas, inclusive um Departamento de Estudos e Pesquisas, que mais tarde transformou-se no centro de estudos que tinha lá, que agora está em Cabo Frio. Depois, ele foi mudando e acabou abandonando a eletrônica e passando só para a parte marítima mesmo, que fica em Cabo Frio. Então, depois do curso eu fui para a Força de Contratorpedeiros ou Flotilha de Contratorpedeiros. O nome exato está me faltando agora²⁷.

A.I. – Nesse conjunto de escolas que foram formadas tinha alguma específica de comunicações?

E.O. – De comunicações, não. Não sei onde ficava a Escola de Comunicações.

A.I. – O Exército tinha uma, mas acho que é posterior.

E.O. – Mas o Exército não tinha Eletrônica. O Exército tinha Comunicações e Engenharia, e a Marinha tinha, no meio, Eletrônica. De modo que, na Diretoria de Eletrônica, tinha uns dois ou três engenheiros eletrônicos. O resto todo era pessoal especialista em eletrônica, que era o meu caso, embora eu tenha tido a grande satisfação de, no ano de 1992, receber do Clube de Engenharia de São Paulo o título de Engenheiro do Ano. Não era mais puxação de saco do ministério, porque eu já tinha saído há muito tempo, já não fazia mais nada.

I.F. – Em 47, o senhor começou a montar a Escola de Eletrônica da Marinha. Depois eu tenho uma informação de que, como complemento ao seu trabalho, o senhor fez um curso técnico de ensino do Centro de Instrução Almirante Wandenkolk, tudo junto.

²⁷ Após quatro anos de atividade na Escola de Eletrônica, assumiu a função de oficial de eletrônica de um Esquadrão de Contratorpedeiros, com responsabilidade na instalação, manutenção e reparo dos equipamentos eletrônicos desses navios. Ver DHBB.

E.O. – Foi o que eu disse, foi a primeira coisa que eu fiz.

I.F. – Exatamente. E, no final de 50, terminados os primeiros cursos de eletrônica para oficiais e marinheiros, o senhor voltou a embarcar como oficial de reparo eletrônico em um esquadrão de contratorpedeiros.

E.O. – É isso mesmo, era o nome que me estava faltando²⁸. Chamavam de oficial de reparo eletrônico do Esquadrão de Contratorpedeiros. E andava viajando. Toda vez que saía um navio, eu saía e acompanhava e ensinava ou treinava o pessoal dos diversos navios. A primeira turma que tinha terminado o curso de eletrônica estava chegando agora.

I.F. – Então, o senhor montou o curso, entregou o curso montado e embarcou.

E.O. – Eu e mais três.

I.F. – Pois é. E embarcou. Deixou o curso correndo lá.

E.O. – Não. Só saímos depois que foi terminado o primeiro curso de oficiais e o primeiro curso de marinheiros.

I.F. – E como era o ambiente, que tipo de alunos eram, como iam para lá? Faziam concurso ou eram mandados, como era isso?

E.O. – Aí era problema das diretorias de Ensino e de Pessoal. Todo oficial de Marinha tem que ter uma especialidade. Agora está um pouco diferente, ele já adquire essa especialidade antes, até. Mas, naquela época, era como primeiro-tenente. E, nessa época, eu era primeiro-tenente. Tanto que, quando terminou o curso, eu recebi o título *honoris causa* de eletrônico, porque tinha sido o instrutor do curso. Mas quem seleciona esse pessoal é a Diretoria de Pessoal da Marinha.

I.F. – Não é concurso. Selecionam, entra e faz o curso.

E.O. – Porque se ele não for fazer de eletrônica, vai fazer de direção de tiro, vai fazer de artilharia, vai fazer disso ou daquilo. Mas tem que fazer um curso, é obrigado.

I.F. – Exatamente, para poder inclusive ter direito a promoções?

E.O. – Ter promoções adiante.

I.F. – Eu tenho um dado de que em 1951 o senhor foi designado para servir no cruzador *Tamandaré*, que tinha vindo da Filadélfia, também como oficial de eletrônica.

E.O. – É um pouquinho diferente. Nos últimos dias de 50, princípio de 51, o Brasil comprou dois cruzadores da Marinha americana, o *Tamandaré* e o *Barroso*.

I.F. – Eu lembro bem deles. O *Tamandaré* depois vai ter história grande em 55.

²⁸ Ver nota 7.

E.O. – É. E o *Tamandaré* é um navio que manteve história na Marinha, inclusive de eficiência e tudo. Foram duas guarnições completas daqui para a Filadélfia receber os navios. Eu fui da primeira guarnição do *Tamandaré*, e, em janeiro ou fevereiro de 51, nós fomos para a Filadélfia, de navio, no *Duque de Caxias*. Saímos daqui com a seguinte determinação: “Vocês vão chegar lá e façam seus planejamentos, porque a comissão deve demorar mais ou menos 11 semanas, que é para receber esses navios.” Porque, quando terminou a guerra, a Marinha americana tinha navio demais. Ela botou uma quantidade de navios em *moth-ball*, como eles diziam. São esses bichos que ficam na parede...

[FINAL DA FITA 4-A]

E.O. – Em vez de lona, botavam aqueles troços por cima, que eu nem sei direito o que era. Mas, antes de botar, eles davam uma revisão geral no navio. Então, disseram: “Vocês vão receber o navio e aí o navio vai passar quatro semanas em Guantánamo” – que era a base de treinamento deles, em Cuba – “e depois vão voltar. É uma comissão de 11 semanas.” Muito bem. Só que, quando chegamos lá, observaram o seguinte: 15 dias ou um mês depois de chegar lá, e de o pessoal entrar a bordo do *Barroso*, o navio já podia acender as caldeiras, já tinha passado a revisão. E o *Tamandaré* não tinha passado por revisão nenhuma. Então, ele estava precisando de uma baita reforma. Reforma, não: reparo. Reparo de tudo. Tanto que o *Barroso*, em quatro meses, voltou para o Brasil, e o *Tamandaré* demorou 15 meses para voltar. Inclusive, disseram: “Acabou. Vai ser muito demorado. Quem quiser, pode trazer a família, mas por sua conta. A Marinha não tem nada com isso.” Aí eu mandei minha família para lá. Quer dizer, a Maria foi com os quatro filhos que já tínhamos nessa ocasião. [riso] A menor tinha três meses. E estávamos naquele trabalho, era um trabalho constante. Foi um trabalho tremendo a recuperação desse navio! Quando minha mulher chegou lá com os quatro filhos – eu aluguei uma casa em um subúrbio bem distante, ficava a uns dez minutos de bonde depois do fim da linha do *subway* – me mandaram fazer um curso em Great Lakes, que é um subúrbio de Chicago. Vinte e oito horas de trem de Filadélfia a Great Lakes! Fui para lá e passei seis semanas.

I.F. – E a família ficou sozinha no subúrbio?

E.O. – Em um subúrbio. Você vê que minha mulher tinha que agüentar mesmo. Ela agüentou.

I.F. – Não é brincadeira. Aí é que foi o curso eletrônico especial de radares. Esse é que foi importante.

E.O. – Aí, eu fiz um curso de radares, de todos os radares e equipamentos eletrônicos de navio, do *Tamandaré*. Aliás, *Tamandaré* e *Barroso*.

I.F. – Eram iguais?

E.O. – Eram muito parecidos. Não fui só eu, fomos eu e dois oficiais do *Barroso*, e um do *Tamandaré* ficou na Filadélfia. No fim de seis semanas, resolveram estender o curso por mais duas, que era para pegar esses cursos de contra-informações. Eram uns equipamentos especiais para detectar radares que se aproximam, essas coisas assim. Aí,

eu fiz uma onda danada e consegui trocar, consegui que o oficial que tinha ficado na Filadélfia fosse para Great Lake e eu voltasse para a Filadélfia. Voltei para a Filadélfia e continuei.

I.F. – Foi esse o curso que o senhor fez e que deu um rumo mais seguro para sua carreira?

E.O. – Foi esse.

I.F. – No resto, o senhor era mesmo autodidata. Esse curso foi o que ensinou, mesmo?

E.O. – Não, esse foi o curso que me ensinou aqueles equipamentos. Quer dizer, o estudo básico de eletricidade e rádio, esse foi autodidatismo; aquele era curso dos equipamentos do navio. Então, nós ficamos lá. Abrindo um parêntese: nesse meio tempo, um mês depois de eu chegar de volta na Filadélfia, o general Góis Monteiro, que tinha assumido o Estado-Maior – o EMFA, que naquele tempo se chamava Estado-Maior Geral –, foi mandado pelo Getúlio...

I.F. – Já no segundo governo Vargas.

E.O. – Já no segundo governo Vargas. Ele foi mandado pelo Getúlio para os Estados Unidos para discutir os termos de um tratado militar Brasil-Estados Unidos²⁹.

I.F. – A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos?

E.O. – Não, tratado militar.

I.F. – Tratado militar, exatamente.

E.O. – Era um tratado militar. E foi um negócio demorado, deve ter demorado mais de um mês. Aí, ele foi para Washington, mas ele estava desesperado pelos netos, de modo que a Maria foi com a turma toda para Washington, para a casa dele. Ficou lá na casa em Washington, eu fiquei na Filadélfia e, nos fins de semana, eu ia para Washington. No fim de duas ou três semanas, ele disse que precisava ter alguém da confiança dele para ficar como tradutor junto dele. Ele foi com dois ajudantes de ordens, mas nenhum dos dois dizia uma palavra de inglês. Então, ele queria que eu fosse, pediu, e na mesma hora me puseram à disposição. Aí, eu fui para Washington e devo ter passado quase um mês lá.

I.F. – Com um cargo de confiança dele.

E.O. – Como tradutor. Inclusive tive um jantar na casa do chefe do Estado-Maior deles, um daqueles que fez a guerra. Não era o Marshall. Eu ficava traduzindo, traduzia a conversação. Tinha um tradutor americano junto, eu tomava nota daquele negócio todo, e, quando chegava em casa, eu transformava aquilo em um relatório que ele pegava e mandava para o Brasil. Todo dia ele mandava um relatório.

²⁹ Após pressões do governo norte-americano por uma posição do Brasil na Guerra da Coréia, o presidente Getúlio Vargas decidiu enviar o general Góis Monteiro (então chefe do Estado-Maior) em missão sigilosa para uma reunião com autoridades militares norte-americanas, cuja discussão seria sobre o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, que foi assinado em março de 1952. Ver DHBB.

I.F. – Com as negociações todas.

E.O. – Com as negociações. Foram negociações meio difíceis. Os caras diziam claramente: “Nós não confiamos no presidente Getúlio Vargas.”

I.F. – Foi uma época difícil.

E.O. – Foi uma época difícil. Quer dizer, não para mim. Eu era apenas tradutor.

I.F. – Em que ano foi isso?

E.O. – Em 51.

I.F. – Logo no começo do governo, então.

E.O. – É, 51. Ele deve ter chegado lá em meados de agosto e retornado ao Brasil em meados de outubro. Aí, eu voltei para Filadélfia com a família toda, e ficamos lá mais um tempo. Quando chegou no fim de novembro, o navio foi começando a se prontificar. Depois, nós saímos, já com o navio pronto, e fomos para Norfolk. Antes que isso acontecesse, a Maria voltou para o Brasil.

I.F. – E o senhor embarcou no *Tamandaré*.

E.O. – Não. Nesse tempo todo, eu já estava embarcado. Só que, em novembro ou dezembro, caiu uma nevada muito grande quando o navio estava lá fora. Eu ainda me lembro, foi na primeira ou na segunda saída do navio, devia ser novembro, acho que a Maria não passou o Natal lá. E, em eletrônica, você está sempre trabalhado dentro do lugar, ou está no topo do mastro, [riso] e quando voltamos, estava tudo cheio de neve. Já não estava nevando mais, mas tinha neve em tudo que era canto. Eu tinha passado dois ou três dias de viagem no mar e quase não tinha dormido, porque os equipamentos eletrônicos do navio viviam dando fora. E a gente consertando! Fui para casa, primeira coisa: a bateria do carro – eu tinha um carro lá naquele tempo – tinha estourado com o frio. Saí, arrumei uma carona, peguei o metrô; cheguei no fim da linha do metrô e não tinha bonde, porque estava tudo com neve até o tornozelo. Fiquei esperando até aparecer um bonde que passava a uns quatro quarteirões de casa. Saltei, andei os quatro quarteirões já meio louco da vida. Quando chego em casa, a primeira coisa que a minha mulher disse, antes de me dar um beijo: “O vizinho acabou de dizer que você tem que limpar a calçada, porque se alguém cair você é responsável e vai ter que ser responsável por todo o tratamento dele.” Aí, eu peguei uma pá e uma vassoura e limpei, praticamente antes de entrar em casa. Limpei a calçada toda, que era a única que ainda estava suja. Dentro de casa, os filhos – já tinha filho de seis anos nesse tempo – disseram: “Papai, olha: neve!” E eu [riso]: “Nunca mais na minha vida eu quero ver neve!” [risos]

I.F. – Então o senhor ficou no *Tamandaré* durante quanto tempo?

E.O. – Fiquei uns três anos no *Tamandaré*. Saí em 1954. Eu era encarregado da Divisão 2, que é a divisão de reparo eletrônico. Fui promovido a capitão de corveta quando

estava no *Tamandaré*, e capitão de corveta não é mais chefe de divisão, é encarregado. Então, fui ser encarregado de comunicações do navio.

I.F. – E encarregado é um cargo mais elevado?

E.O. – É mais elevado. O encarregado de comunicações é o que trata de todos os problemas das comunicações, comunicações rádio e comunicações visuais, pois navio faz muita comunicação com bandeira, semáforo.

I.F. – Aí o senhor já não estava mais no reparo?

E.O. – Não, não estava no reparo eletrônico.

I.F. – Começaram as comunicações, mesmo.

E.O. – Aí, era comunicações, era encarregado de comunicações. Mas não devo ter demorado muito.

I.F. – Isso era no Rio, também?

E.O. – Já estava no Brasil.

I.F. – Rio de Janeiro?

E.O. – A sede era Rio de Janeiro. Logo que o navio chegou, ele, junto com o *Barroso*, foi o núcleo de novo treinamento para a Marinha brasileira. Então, nós saíamos muito em viagem. O objetivo em uma viagem na Marinha não é ir de um lugar a outro, é você sair para fazer exercício, e eventualmente você entra em um porto para dar um descanso ao pessoal. Normalmente, essa entrada em porto se dá no Nordeste, porque a maioria da tripulação é nordestina. Naquela época, se você chegasse para um marinheiro qualquer e perguntasse: “Você quer ir para Recife ou para Paris?” “Recife.” Nem pensava.

I.F. – Então, o senhor ainda estava embarcado no *Tamandaré*, nessa Diretoria de Eletrônica?

E.O. – Não. Em 1954, no meio do ano, eu fui para a Diretoria de Eletrônica da Marinha.

I.F. – Onde era? Era no Rio?

E.O. – É. Fica na ilha das Cobras, dentro do Arsenal de Marinha, bem em frente à ilha Fiscal, onde eu tinha estado antes.

I.F. – E, nessa época, surge a crise de 1955³⁰.

³⁰ Em 8 de novembro de 1955, Carlos Coimbra da Luz, presidente da Câmara dos Deputados, assume interinamente a presidência da República, como substituto legal de Café Filho, afastado da chefia do governo por motivo de doença. No dia 11 do mesmo mês, em decorrência do movimento político-militar liderado pelo general Henrique Lott, ministro da Guerra, Carlos Luz é deposto, sob a alegação de que estaria ligado a conspiradores que queriam impedir a posse do presidente eleito, Juscelino Kubitschek. Carlos Luz, acompanhado de outras autoridades civis e militares, refugia-se no Ministério da Marinha e, em seguida, embarca no cruzador *Tamandaré* com destino a Santos. Do *Tamandaré* tenta organizar uma

E.O. – Surge a crise de 55.

I.F. – Com o Almirante Carlos Pena Botto comandando o *Tamandaré*.

E.O. – Não. O Pena Botto era o comandante-em-chefe da esquadra.

I.F. – E aí ele, Carlos Lacerda, Carlos Luz...

E.O. – Mas eu não estava mais no *Tamandaré*. Foi pouco tempo, uns três ou quatro meses antes do...

I.F. – E como o senhor via aquela crise toda? Devia haver uma certa conversa política dentro de casa, com Maria sendo filha de Góis Monteiro. Devia ter uma situação política, conversas, discussões.

E.O. – Não, não havia muito. Nós nos dávamos muito bem, eu sei que eu gostava muito dele e ele gostava muito de mim, nunca tivemos nenhum problema. Por exemplo, quando eu voltei do Recife, fui morar em um apartamentozinho que ficava ao lado do apartamento dele. Quando ele comprou o apartamento em Copacabana para ele, ele morava no Posto 6, na Júlio de Castilho. Foi um dos primeiros prédios construídos em Copacabana.

I.F. – Edifício Mariante?

E.O. – O Edifício Mariante. Lá no Edifício Mariante ele tinha dois apartamentos pequenos, que eram de quarto e sala, para os dois filhos, para o filho e para a filha. E fomos morar naquele apartamento. Só que eu tinha sido criado em casa, trepado o tempo todo em árvore. Eu tive filhos lá, quer dizer, os dois primeiros nasceram quando estávamos lá, e eu não me conformava. Eu dizia: “Não quero ver meus filhos crescendo...” Naquele tempo, Copacabana tinha poucos edifícios ainda. “Quero morar em uma casa.” A Maria se convenceu e eu comecei a procurar uma casa, porque eles abriram um financiamento na Caixa Econômica para os ex-combatentes, pois na guerra a coisa era muito difícil. Quando comecei a procurar, e ele viu que eu estava disposto a me mudar... Porque eu era, desde muito tempo, antigetulista, mas também não era lacerdista. Talvez eu fosse antipolítico, não sei bem o que eu era. Às vezes eu conversava com ele, mas porque eu morava ao lado. Ele disse: “Quero fazer uma proposta para você. Você procura uma casa maior, que caiba a mim e à Conceição, e eu participo também da compra, que eu sei que você não tem dinheiro para fazer uma casa maior.” Eu disse: “Está bem, estou de acordo.” E foi quando eu comprei essa casa na Gávea, que até estava em meio de construção. Terminamos a construção, mas só que nesse meio tempo ele teve o primeiro enfarte. Com ele morando na casa na Gávea, estiveram lá o Getúlio, e o Dutra ia toda quinta-feira. Toda quinta-feira de manhã, quando eu saía para ir para o ministério, o Dutra estava lá, levava duas horas conversando com ele sobre os problemas que corriam por aí. O Juscelino esteve lá, mas não era presidente. Foi antes. Café Filho... Essa turma toda esteve lá.

I.F. – O senhor assistia de longe.

resistência, mas, por decisão do Congresso Nacional, é considerado impedido, e substituído no cargo por Nereu Ramos, vice-presidente do Senado. Ver DHBB.

E.O. – Aquele de Santa Catarina...

I.F. – Nereu Ramos.

E.O. – Nereu Ramos.

I.F. – E o senhor assistia a isso tudo de longe, não participava das conversas.

E.O. – Não participava de nada. Ele ficava embaixo e eu ia para cima, não queria tomar conhecimento daquilo. Inclusive, um dia, quando deu o bolo do Carlos Luz, eu estava defendendo o *Tamandaré*: “Como? Vão dar tiro no *Tamandaré*?” Eu estava completamente contra. Eu cheguei, o Nereu Ramos estava saindo, ainda perguntei ao general Góis: “Puxa vida, o que faz o Nereu Ramos aí? No meio dessa confusão toda ele ainda teve tempo de vir aqui?” Ele disse: “Ele veio aqui perguntar se eu aceitava ser indicado para presidente da República.” Ele, Nereu Ramos, renunciaria como presidente do Senado, porque o da Câmara tinha sido o Carlos Luz, e aí, pela lei, tinha que ser eleito um novo. E ele [Nereu] disse que já tinha arrumado a coisa, seria o Góis, porque eles estavam com um receio muito grande de que o Lott fosse dar um golpe e assumir o governo. Ele tinha certeza de que, se o Góis entrasse, o Lott não ia fazer nada, porque o Góis ainda tinha muito prestígio no Exército. Mas ele disse: “Eu não posso.” Realmente, já não dava, isso foi um ano antes de ele falecer.

I.F. – Então, embora ele tivesse tido sempre um papel político importantíssimo no país, o senhor nunca se envolveu, sempre ficou de fora?

E.O. – Por exemplo, aquele prefeito do Distrito Federal no tempo do Dutra, que fez o Maracanã³¹, logo depois que assumiu, veio para mim e disse: “Vão ser criados novos cargos, de delegado fiscal, na prefeitura. Vai ganhar o dobro do que você está ganhando agora na Marinha. Você não quer ir para lá?” Eu digo: “Não, não quero. Eu quero fazer minha carreira na Marinha.” Ele disse: “Está à tua disposição!” E várias vezes ele falou. E eu: “Não quero.” Eu não queria me meter nesse negócio. Um dia, o general me chamou: “Escuta aqui. O fulano veio me falar que tem um negócio ótimo.” Eu disse: “Não quero. Eu quero fazer minha carreira. Escute o seguinte: ele está convidando a mim ou ao seu genro? De quem ele vai cobrar? Ele não vai cobrar de mim, ele vai cobrar de si.” Ele riu e disse: “É.”

I.F. – Outro dado que eu tenho é de que em 56 o senhor assumiu o comando do contratorpedeiro *Bracuí*.

E.O. – Eu saí da Diretoria de Eletrônica e fui comandar o *Bracuí*. Era um navio que estava em operação, aliás estava em muito boas condições, e fiz um trabalho que foi extremamente gratificante para mim. Tivemos várias comissões, operações de treinamento. Até que, um certo dia, eu fui chamado no gabinete do ministro e me disseram que queriam me mandar fazer uma viagem, mas que precisava ser mantida ultra-secreta. Porque a Marinha estava pensando em comprar um porta-aviões da Inglaterra, que tinha oferecido o porta-aviões *Vengeance* para ser comprado por um preço muito bom, muito acessível, e que tinham recomendado que mandassem dois

³¹ General Ângelo Mendes de Moraes.

especialistas, um em estruturas e máquinas e outro em eletricidade e eletrônica, que eram duas partes do navio que estavam muito afetadas. Eles queriam que eu fosse para ver a parte de eletricidade e eletrônica. Eu disse: “Mas, como? Eu estou comandando um navio!” Eu queria ficar comandando meu navio. Disseram: “Mas isso é muito importante para a Marinha, e tem que ficar em ultra-segredo, você não pode dizer nem para sua mulher. É a pedido dos ingleses, porque eles acham que, se os americanos souberem, vão agir em cima deles, ingleses, para que eles não vendam. E eles estão querendo pegar um dinheirinho.”

I.F. – Isso já era o governo Juscelino?

E.O. – Já era governo Juscelino. Isso deve ter sido em setembro de 56.

I.F. – Seria o ministro Matoso Maia³²?

E.O. – Não.

I.F. – Então, foi antes: Câmara Júnior³³?

E.O. – Era o Câmara.

I.F. – E foi ele quem teve essa conversa?

E.O. – Não. E o ministro vai falar!?

I.F. – Não falava essas coisas? Essas coisas tão secretas não eram com o ministério?

E.O. – Não, não era com a pessoa do ministro.

I.F. – Sim, era com uma pessoa de confiança dele?

E.O. – Era uma pessoa de confiança dele.

I.F. – Quer dizer, falando por ele.

E.O. – É, mandado por ele. Era uma pessoa de confiança, do gabinete dele. Então, disseram que eu seria nomeado para assistir à Feira Aérea de Farn-Borough, que acontece todo ano, ou de dois em dois anos, em Londres. Até hoje ainda existe essa feira. Ia o almirante chefe da Diretoria de Aviação Naval; dois assessores dele: um ajudante de ordens e um oficial; e eu. Éramos quatro. Nós quatro iríamos, e lá íamos encontrar com o Laboriaux, que por acaso era o mesmo Laboriaux, que estava na Holanda. Ele era engenheiro, tinha seguido engenharia naval, estava na Holanda em uma comissão e iria para Londres ver a parte de máquinas e estrutura em geral. Fizemos a inspeção do navio, fizemos um longo relatório. Aliás, tivemos uma série de problemas.

[FINAL DA FITA 4-B]

³² Jorge do Paço Matoso Maia foi ministro da Marinha de 19.08.1958 a 03.01.1961. Ver DHBB.

³³ Antônio Alves Câmara Júnior foi ministro da Marinha de 11.11.1955 a 19.08.1958. Ver DHBB.

E.O. – Então, eu e o Laboriaux fizemos um relatório descrevendo toda a situação do navio, e com umas conclusões. Nessas conclusões, nós dizíamos: “Vale a pena comprar o navio, desde que...”, uma série de coisas. Entre elas, era assegurar-se de que poderíamos adquirir nos Estados Unidos os equipamentos de eletrônica, porque a Marinha brasileira só tinha equipamentos de eletrônica americanos. Então, para ela seria um custo muito mais alto ter que retrainar pessoal em outro tipo de equipamento, era melhor pegar os mesmos tipos de equipamento. Fizemos uma série de “se”. E o almirante tinha que encontrar um estaleiro. Nessa época, tinha acontecido a Guerra do Suez. Em consequência, os estaleiros em geral, do mundo inteiro, estavam completamente assoberbados de encomendas de navios petroleiros, porque em vez de passar pelo Canal de Suez, os navios iam ter que passar pelo sul. Então, uma das coisas era ter certeza de que poderíamos arrumar um estaleiro. E tinha havido uma discussão, porque o almirante queria que se fizesse só um reparo, na Inglaterra mesmo, e nós achávamos que não, que tinha que se fazer um levantamento completo.

I.F. – Vocês queriam fazer o reparo aqui?

E.O. – Não. Ele queria fazer um reparo geral na Inglaterra, e depois fazer o serviço que fosse necessário. Mas, entrando um pouco em detalhe, o que tinha acontecido no navio era o seguinte: esse *Vengeance* ficou pronto quando a guerra estava acabando, não chegou a entrar em serviço na Inglaterra. A Marinha inglesa nunca chegou a usá-lo, mas ele chegou a ficar completamente pronto. Aí, ele foi emprestado pelos ingleses para a Austrália, que fazia parte da Commonwealth. Eles o emprestaram para a Austrália enquanto pegavam um outro navio da mesma classe e preparavam esse navio, porque tinha havido uma grande evolução nesse meio tempo. Quando o navio australiano ficou pronto, eles devolveram o *Vengeance* e prepararam o *Vengeance* para passar para a reserva, para jogar fora, para vender como ferro-velho. A primeira coisa que fizeram foi tirar tudo que era equipamento. Os equipamentos de rádio e eletrônicos tinham uso para eles, porque por um acaso estava exatamente ocorrendo uma mudança no aspecto geral, vamos dizer, da eletrônica. Estava aparecendo o semicondutor. Até então, só tinha válvula, era tudo por válvula. Os radares eram por válvula.

I.F. – Foi um pulo enorme, não?

E.O. – Só que você ainda não tinha em disponibilidade equipamentos de semicondutores. Nem as marinhas inglesa e americana tinham, nesse tempo. Então, o que acontecia? Tínhamos que tomar muito cuidado, ter certeza de que poderíamos ter esses equipamentos. Os ingleses, para poder continuar usando, cortaram tudo quanto era equipamento elétrico do navio, com serrote ou outra coisa, cortando os fios de alimentação. De modo que toda a rede elétrica do navio precisava ser substituída.

I.F. – Por que eles cortaram tudo?

E.O. – Porque é mais fácil você cortar do que ter o trabalho de soltar item por item. Aí, manda para onde tem que ir, tem que mandar e pronto. Tudo quanto era equipamento tinha sido retirado assim. E os navios tinham um desenho antiquado. Eles sugeriram, inclusive: “Por que você não vê o *Karel Doorman*, que é navio holandês e que também foi comprado aqui?” O Laboriaux, que estava na Holanda – aliás, foi para lá porque a sede dele era na Holanda –, conseguiu da Marinha holandesa uma visita ao *Karel Doorman*. Fomos lá e visitamos o navio todo. Eles foram até muito abertos, e chamaram

a atenção: “Um dos maiores problemas que existiram na nossa reforma foi a parte elétrica.” Porque, além de tudo, não sei se hoje ela ainda usa, mas naquela época a Marinha inglesa só usava corrente contínua, não usava corrente alternada. Então, o navio inteiro estava projetado em corrente contínua, e partes enormes dela já tinham sido cortadas. Você tinha que refazer tudo. Eles disseram que a reforma do *Karel Doorman* atrasou um ano por causa da parte de eletricidade. Nós chamamos a atenção sobre todos esses aspectos aqui para o Brasil. Entregamos o relatório para ele e eu pedi para voltar, porque se acontecesse qualquer coisa com o *Bracuí* no Brasil, o responsável seria eu, embora eu estivesse lá, porque fui escondido. Então, eu queria voltar. Disseram: “Não, espera aí.” E ele ficou puxando o negócio para trás e mandou para o Brasil apenas o relatório dele.

I.F. – Ele quem?

E.O. – O almirante que estava lá conosco, porque tinha um almirante lá. Eu disse que era o diretor de Aviação Naval. Ele mandou e eu disse: “O que eu vou ficar fazendo aqui?” Já tinha andado de um lado para outro, e ele me segurando. Aí, recebo a notícia de que o general Góis tinha falecido. Eu estava lá quando ele faleceu. Fui para ele e disse que queria voltar de qualquer maneira, fiz uma onda danada. Ele já tinha ameaçado me prender antes por causa de umas discordâncias que eu tinha tido com ele.

I.F. – Técnicas ou políticas?

E.O. – Técnicas. Aliás, nem técnicas. Entre técnicas e disciplinares. [risos] Aí, o ajudante de ordens dele, que me conhecia muito bem, fez... Eu disse: “Olha, morreu...” Aí, ele me liberou.

I.F. – Como é mesmo o nome desse almirante?

E.O. – Olavo de Araújo. Aliás, ele não é uma pessoa má.

I.F. – Só que vocês se desentenderam.

E.O. – É, nos desentendemos nessa hora, mas não guardei rancor nem rompemos relações por causa disso. Ele me liberou e eu vim embora. Trouxe o relatório, apresentei aqui. Aliás, acho que fui eu quem trouxe o relatório em mãos, até. Entreguei no ministério e voltei para o meu navio, inclusive ainda me fiz ao mar, saí algumas vezes com ele. O navio estava muito bem. Depois, me chamaram dizendo que eu ia ser substituído, porque eu ia ser, ou estava sendo, ou tinha sido nomeado para a Comissão Naval Brasileira na Europa, comissão de recebimento do *Minas Gerais*. “Está bem.” Preparei-me e fui.

I.F. – É a Divisão de Eletricidade e Eletrônica da Comissão de Construção de Navios na Europa?

E.O. – Comissão de Construção de Navios na Europa, exatamente. Nessa história, acabou no fim eu entrando como se fosse engenheiro. Quem fez e dirigiu o projeto elétrico do navio fui eu. Por quê? Porque havia uma Divisão de Engenharia e uma Divisão de Eletricidade e Eletrônica. Aliás, nem era de Eletricidade e Eletrônica, era uma Divisão de Eletricidade. O nome era Eletricidade, a Eletrônica estava incluída na

Eletricidade. Então, os engenheiros navais que iam para lá iam todos para a Divisão de Engenharia, e na Divisão de Eletricidade não tinha nenhum engenheiro. Inclusive, quando eu saí, o que me substituiu não era engenheiro. Aliás, é um grande amigo meu, era exatamente o que tinha sido meu auxiliar no navio *Tamandaré* e meu aluno na Escola de Eletrônica.

I.F. – Quem era ele?

E.O. – Paulo Vaz de Melo.

I.F. – Aí vocês passaram dois anos lá?

E.O. – Na Europa?

I.F. – É, arrumando o navio?

E.O. – Não. O navio deve ter demorado uns três anos.

I.F. – É, de 57 a 59, três anos.

E.O. – Mas, quando eu voltei, o navio estava em início de reconstrução. Eu acho que o navio chegou aqui no fim de 60. Eu não estava no Rio.

I.F. – Eu tenho a informação de que foi em 59. Em 59 e 60, de retorno ao Brasil, o senhor foi ser diretor da Marinha Mercante no Pará.

E.O. – Da Escola de Marinha Mercante no Pará.

I.F. – Em 59. Aí, o navio já tinha vindo?

E.O. – Não! O navio veio ou quando eu estava no fim da minha estadia em Belém ou quando eu já estava de volta ao Rio. Ele deve ter chegado no fim de 60, princípio de 61³⁴. Aí, eu voltei e fui logo mandado a Belém, para assumir a direção da Escola de Marinha Mercante do Pará.

I.F. – É muito engraçado isso na Marinha. O senhor assume comandos de navios, monta escola, prepara livros para escola, e agora vai ser da Escola de Marinha *Mercante*? Quer dizer, não tem uma coisa seguida. Já tinha tido experiência de radar, já tinha tido experiência de comunicação, e agora vai ser marinha mercante. O que era isso?

E.O. – A Escola de Marinha Mercante é a escola que forma os oficiais de marinha mercante. Corresponde a uma escola naval para a marinha mercante.

³⁴ O porta-aviões *Vengeance*, construído por ordem de Winston Churchill, primeiro ministro britânico nas décadas de 1940 e 1950, foi comprado pelo presidente Juscelino Kubitschek em 1956. Reformado na Holanda, nos Estaleiros Verolme, rebatizado de *Minas Gerais*, partiu da Europa no dia 13 de janeiro de 1961 chegando ao Rio de Janeiro no dia 31 do mesmo mês. Disponível em: www.qualidadeaeronautica.com.br. Acessado em: 07.06.2005 e em Helio Leoncio, Martins & Castro, Antonio Augusto Cardoso, *Estórias navais brasileiras*, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação da Marinha, 1985.

I.F. – Mas já tem alguma coisa com seus cursos de radar, de comunicação?

E.O. – Não.

I.F. – O senhor tinha vindo de um trabalho de engenharia, de montagem do *Minas Gerais*, e vai para um outro posto completamente diferente.

E.O. – Completamente diferente. É porque eu já tinha organizado uma escola. Quer dizer, não era para organizar a escola. A Escola de Marinha Mercante do Pará é muito antiga. Ela foi criada, se não me engano, em 1892³⁵. Ela é mais antiga do que a do Rio de Janeiro.

I.F. – E essa experiência foi boa?

E.O. – A estadia em Belém? Ótima, excelente.

I.F. – Para ter promoções na Marinha, tem que ter um tempo em mar? Porque no Exército, por exemplo, eu sei que tem que ter cursos, tem que ter comando, tem que ter tempo de quartel.

E.O. – Não tem que ter tempo de mar, mas tem que ter tempo de embarque. Você não pode passar mais de quatro anos sem embarcar.

I.F. – Entendi. Então, o senhor volta e vai para a Escola de Marinha Mercante e fica sediado em Belém. Volta ao ensino.

E.O. – É, eu era o diretor de ensino, o diretor da escola. Uma das coisas que sempre me ajudaram é aquilo que eu disse: eu costumo planejar as coisas e cumprir os planejamentos. Por exemplo, na Escola de Marinha Mercante do Pará, em um pedaço da parede, eu tinha pregado matéria por matéria, quantas aulas tinham que ser dadas. E toda aula que era dada – não era a dada por mim; pelos professores – eu ia marcando lá para ver se íamos atingir as coisas, se as coisas estavam sendo executadas dentro dos tempos respectivos.

Eu vou dar um exemplo de um negócio muito bom. Primeiro, no fim de seis meses que eu estava lá, eu fui chamado para fazer o curso de Comando e Estado-Maior, que eu não tinha feito porque estava na Holanda. Para ir a almirante, tem que ter esse curso. Então, eu tinha que ter esse curso. Mas eu estava me dando muito bem lá, e a minha família estava toda se dando bem. Nessa ocasião, já não eram mais quatro filhos, eram seis, sendo que a mais nova tinha nascido na Holanda, estava com oito meses quando veio esse negócio. Todos adoraram Belém. Minha mulher, meus filhos, todo mundo. Disseram: “Não, vamos ficar.” Eu disse: “Ótimo. Eu também quero ficar. Eu estou muito bem”, embora eu tivesse brigado com o almirante, porque a Escola de Marinha Mercante ficava dentro do Distrito Naval, que tinha o comandante do distrito. Só que ela não era subordinada. Lógico, era subordinada militarmente, mas não era um órgão do distrito, era um órgão da Diretoria de Ensino. Então, [riso] eu tive um

³⁵ Em 1892 foram criadas em Belém a Escola de Maquinistas e o Curso de Náutica, visando à formação de oficiais para a marinha mercante nacional. Em 1907 tais escolas foram anexadas em um só organismo, a Escola de Marinha Mercante do Pará. Em 10 de novembro de 1939 foi criada a Escola de Marinha Mercante do Lloyd Brasileiro que foi extinta em 1956, quando foi criada a Escola de Marinha Mercante do Rio de Janeiro. Disponível em: www.dpc.mar.mil.br. Acessado em: 28.04.2005.

problema sério com ele. Aí, já que tinham atrasado em três ou quatro anos o meu curso, eu pedi que atrasassem em mais um, e ficamos mais um ano lá.

I.F. – Nessa ocasião, o general Castelo Branco era comandante da Região Militar³⁶. E houve uma manobra conjunta de Exército, Marinha e Aeronáutica da qual o senhor participou e na qual conheceu o Castelo Branco.

E.O. – Foi.

I.F. – Mas o que tem a ver a Escola de Marinha Mercante com uma manobra? Eu digo: “Ele era de radar, mexia em comunicação, preparou o *Minas Gerais*... E vai conhecer naquela ocasião o general Castelo Branco em uma manobra conjunta?” Não entendi mais nada. [risos]

E.O. – O negócio foi o seguinte. Ia ser feita uma manobra em que seria realizado o transporte de tropas para um certo lugar que era para ser escolhido para haver um desembarque. Era um desembarque com apoio dos navios e dos aviões. Hoje, existe uma flotilha do Amazonas também em Manaus. Naquele tempo, não existia, era só em Belém. A flotilha do Amazonas ficava em Belém. Eram três, quatro corvetas, um navio de patrulha. Agora tem uma flotilha de patrulha fluvial, naquele tempo ainda não tinha. E essa flotilha do Amazonas tinha um comandante, que comandava a flotilha que ia participar. Só que esse comandante era muito de gabinete, tinha embarcado pouco. Então, ele veio para mim e pediu para, em vez de ele ser o representante da Marinha lá, que fosse eu. Inclusive, quando fosse negócio de navio, eu não ia comandar o navio, mas iria junto com ele fazer as coisas. Eu disse: “Está bem.” Porque ele tinha confiança em mim, agora nem me lembro o nome dele. Ele era muito mais antigo do que eu, cinco ou dez anos, era o comandante da flotilha do Amazonas. Ele tinha sido, por muito tempo, chefe de gabinete do Getúlio. Eu disse: “Mas eu não entendo.” E ele respondeu: “Mas eu entendo menos ainda do que você.” “Está bom.” Eu tinha andado muito em navio, tinha andado em operações, e ele não, e eu o representei. Aí, o Castelo Branco fez um estado-maior que fez o projeto. Eu o conheci e, aliás, se fosse por aquele negócio, ele até não devia ter me chamado depois. Porque, quando o projeto chegou, tinha várias linhas de ação, e disseram: “É essa a linha de ação. Alguém quer dizer alguma coisa?” Eu disse: “Eu quero. Acho que essa linha de ação não é a melhor. Essa não serve.” Expliquei por que e o Castelo Branco disse: “Você tem toda razão. Só que, se seguirmos essa sua linha de ação, nós não vamos poder fazer o treinamento que queremos fazer com o pessoal.” Eu disse: “Então, está bem.”

I.F. – Foi aí que o senhor teve o primeiro contato com ele?

E.O. – Foi o primeiro contato com ele, embora eu conhecesse muito um filho dele que era oficial de Marinha e que era eletrônico.

I.F. – Saindo de lá, o senhor veio fazer o curso de Estado-Maior, que terminou em 61.

E.O. – Que terminou em 61.

I.F. – Nesse meio caminho, vai surgir o Contel?

³⁶ Na ocasião o general Humberto de Alencar Castelo Branco era o comandante da 7ª Região Militar. Ver DHBB.

E.O. – Não, o Contel é bem depois.

I.F. – Em 61, foi criado o Conselho Nacional de Telecomunicações³⁷.

E.O. – Não. Foi criado em 62, pela Lei 4.117.

A.I. – O código brasileiro é de 62, e o Contel vem no código.

E.O. – É, na Lei 4.117. Números, eu ainda me lembro. Não me lembro é de nomes.

I.F. – Foi em 62, então?

E.O. – Foi em 62, já no governo Jango. Eu posso entrar em detalhes, mas, antes de chegar aí, tem outras coisas que eu gostaria de mencionar.

I.F. – Antes disso, o senhor foi matriculado na Escola de Guerra Naval, completando o curso de Comando e Estado-Maior.

E.O. – Eu completei o curso, inclusive fui convidado para ser instrutor da Escola de Guerra Naval, mas o diretor da escola recusou, disse que não aceitava, porque eu era muito indisciplinado em relação às normas da Escola de Guerra Naval. E não me aceitou, [risos] principalmente por duas coisas: uma, em uma prova sobre logística, eu entrei em discussão com o instrutor. Aí, vira: “Ih, Quandt, esse negócio você não entendeu, é isso assim e assim.” Eu tive uma longa discussão com ele, dizendo que ele estava errado, que não estava certo, e fiz a minha solução, não aceitei a solução dele. Ele era o meu professor. Depois, não me deram nota, mas não deu em nada. E outra foi por causa da criação do Ministério da Defesa. Essa é que foi a principal. Eles fizeram vários grupos de trabalho: “Vale ou não a pena criar o Ministério da Defesa?” Fez-se o estudo e chegou-se à conclusão de que valia a pena. Eu já estava fazendo o curso muito atrasado, era o mais antigo de todos, então fui fazer a exposição e entrei em discussão com o diretor da escola. [riso] Ele era contra o Ministério da Defesa, e disse: “Não pode! Isso não é da doutrina da escola.” Eu digo: “Está bom.” Ficou tão zangado que se retirou da sala.

I.F. – Isso foi em 61, no governo Jânio Quadros?

E.O. – Isso foi 61, Jânio Quadros.

I.F. – Aí, houve a renúncia de Jânio Quadros.

E.O. – Eu ainda estava na Escola de Guerra Naval.

³⁷ No dia 30 de maio de 1961, no governo Jânio Quadros, foi criado por decreto o Conselho Nacional de Telecomunicações (CNT), diretamente subordinado à Presidência da República. Esse conselho antecedeu e teve o mesmo nome do que veio a ser criado pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, embora usasse sigla diferente; a Lei n.º. 4.117, de 27 de agosto de 1962, instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT) que criou o novo Conselho Nacional de Telecomunicações (Contel). Ver: Oliveira, Euclides Quandt de *Renascem as Comunicações*. São José dos Pinhais, Paraná, Editel Gráfica e Editora, 1992.

I.F. – No Rio Grande, estava o Brizola, estava o general Machado Lopes, que era casado com d. Armandina, que era tia da sua mulher.

E.O. – Não, é prima.

I.F. – Prima. E aí há aquela crise violenta da renúncia de Jânio, de Brizola, com a Cadeia da Legalidade, chega Jango, não chega Jango... Como ficou sua situação nisso tudo? Ficou afastado, envolveu-se? Não era brizolista, porque eu já vi que depois recusou uma medalha, e deu confusão também.

E.O. – Deu confusão. Quando houve a renúncia, eu era aluno da Escola de Guerra Naval. Eles pegaram alguns alunos e distribuíram. Eu não sei para onde foram os outros, sei é que eu e mais alguns fomos mandados para os Correios, para uma intervenção. Então, fomos para lá e ficamos. Foi formado um estado-maior...

[FINAL DA FITA 5-A]

E.O. – Porque o Jânio tinha criado um conselho nacional de telecomunicações.

I.F. – Em 1961, foi criado o Conselho Nacional de Telecomunicações, diretamente subordinado à Presidência da República. É o dado que eu tenho aqui.

E.O. – É, ele criou um conselho nacional de telecomunicações, mas foi antes... E o Contel, o novo, também era.

A.I. – Só que eu acho que o código é que regulamentou mesmo.

E.O. – É, ele criou um conselho, mas não criou nenhuma lei. Aliás, nem era lei, era um decreto.

A.I. – É, porque na verdade é um código. Então, não sei a implicação jurídica.

E.O. – Deixa eu acabar o negócio dos Correios. Então, foi formado um estado-maior para ver o que tinha que ver, para saber, em última análise, em que ficavam as coisas. A gente não tinha ordens especiais, era acompanhar: “Vamos ficar vigiando.” E pegar tudo quanto era telegrama, fazer censura. Não era censura, era leitura de tudo quanto era telegrama. Eu sei que apareceu uma porção de coisas, inclusive apareceu uma tropa que o Machado Lopes tinha mandado seguir para Santa Catarina. Quando a tropa chegou lá em um certo lugar, tinha uma ponte, e avisaram a eles que aquela ponte tinha sido dinamitada pelos fuzileiros que tinham vindo pelo outro lado. Daí, ele mandou um telegrama para a região militar pedindo ordens. Só que, naquela época, qualquer telegrama, para ir de qualquer lugar para qualquer lugar, tinha que passar primeiro pelo Rio de Janeiro. Não era por censura, nem nada, era porque não existiam interligações. As comunicações saíam do Rio de Janeiro para o resto do Brasil. Se você mandasse um telegrama de Manaus para Belém, vinha ao Rio de Janeiro e ia do Rio de Janeiro para Belém.

Então, ele mandou para Porto Alegre, de uma cidadezinha daquelas no alto da serra no Rio Grande do Sul. Só que o telegrama veio primeiro para o Rio de Janeiro, para depois ir para Porto Alegre. Quando chegou no Rio de Janeiro, eles mandaram de

volta para ele um telegrama, acho até que fui eu que mandei: “Te vira, mané.” Foi a resposta [riso] ao telegrama.

I.F. – Teve também o general Muricy envolvido nessa confusão toda. Foi uma crise grande, naquela ocasião.

E.O. – Mas, aí, eu era mixuruca, estava lá em baixo.

I.F. – Mas estava nos Correios.

E.O. – Eu estava lá, na 2ª Seção do Estado-Maior, que é a seção de informações. O Estado-Maior foi formado por aquele pessoal. Não, foi formado exatamente pelo Contel. Quem era o presidente do Contel? Não me lembro agora.

I.F. – O Muricy trabalhava lá no Sul, junto com o Machado Lopes³⁸, mas desentendeu-se com ele e veio embora.

E.O. – O presidente do Contel era um general. Não me lembro quem era. Ele estava lá e nós fomos para ajudá-lo. Tinha pessoal do Exército e tinha pessoal da Marinha ajudando. Em última análise, a gente não fez nada, apenas tomou conhecimento das coisas.

I.F. – E esperou, então, acalmar a crise.

E.O. – Quando acalmou, voltamos para acabar o curso, que foi acabado já depois.

I.F. – Veio o parlamentarismo, o governo Jango...

E.O. – Certo. No governo Jânio, ele criou esse Conselho Nacional de Telecomunicações. É exatamente nesse ponto o início das novas comunicações brasileiras.

I.F. – Exatamente.

A.I. – O Código diz: “É criado o Conselho Nacional de Telecomunicações.”

E.O. – É, porque o outro foi criado por decreto. Foi um decreto do Jânio que criou o conselho que ia administrar as telecomunicações. E, logo no segundo mês de governo, a Rádio Jornal do Brasil fez uma transmissão da qual ele não gostou, que achou que era contra ele.

I.F. – O Jânio?

E.O. – O Jânio. E ele aplicou dois dias de suspensão para a Rádio Jornal do Brasil. Isso botou em pé os cabelos de tudo quanto era radialista no Brasil. Ficaram com medo.

Mas eu vejo que você tem umas questões para trás. Por volta de 1952, havia sido tentada a votação de um código nacional de radiodifusão, mas não conseguiram resolver. O negócio foi enrolando. Quando chegou em 56, 57, no tempo do Juscelino,

³⁸ O general Antônio Carlos da Silva Muricy, em agosto de 1961, era o chefe do Estado-Maior do general José Machado Lopes, comandante do III Exército em Porto Alegre. Ver DHBB.

ele fez aquele Plano de Metas³⁹, o plano de obras dele. Ele fez um plano de desenvolvimento da indústria, de todo o Brasil, mas nem mencionou as telecomunicações. Como elas também não tinham sido mencionadas em um planinho que o Dutra fez.

I.F. – Plano Salte⁴⁰?

E.O. – O Plano Salte. O Plano Salte não entrou em telecomunicações. Por quê? Porque o governo, até então, considerava primeiro que telecomunicações era telefonia, que a telefonia era uma responsabilidade dos concessionários e que esses concessionários eram todos estrangeiros. Então, eles que se virassem.

I.F. – Era a Amforp⁴¹, Light⁴², ITT⁴³...

E.O. – É. Então, não se interessavam mais por eles. O que acontece? Quando começou a haver o desenvolvimento do país, da indústria, começou a haver uma procura maior de telecomunicações, de telefonia. Vamos chamar de telefonia, porque naquele tempo era só telefonia. Essa procura por telefonia fez com que o Juscelino procurasse saber: “Mas o que tem que se fazer?” Chamaram o pessoal das companhias telefônicas, a CTB⁴⁴, que tinha 80% do país, principalmente, e eles disseram: “Nós não temos nenhum interesse em investir no sistema de telefonia do Brasil.” Porque o sistema era municipal. Cada município é que tinha a sua concessão. Para as comunicações intraestaduais, eram os governos dos estados, e apenas para as comunicações interestaduais seria o governo federal. O governo federal, para as interestaduais, usava os Correios, ou então o cabo submarino. E era só. Então, o que houve? O Juscelino mandou fazer um exame dessa situação, e foram feitos vários estudos. Eu tenho vários desses estudos feitos no tempo do Juscelino e que consideravam o que precisava, o que era indispensável, e que o grande entrave que estava havendo eram as administrações municipais. Às vezes, o chefe do município; a maioria das vezes, a Câmara Municipal. Por quê? Porque ela não se interessava pela telefonia. Quando chegava perto das eleições, aí recebiam reclamações, e começavam a querer soluções. Só que você, em telefonia ou em telecomunicações, não resolve nada em três, seis ou nove meses. Você precisa de anos. Então, os concessionários não eram capazes de atender às soluções que eles queriam. Aí, eles deixavam. Diziam: “Deixa para lá.” Em última análise, ficava nesse pé. Eu estou fazendo um resumo muito sumário dessa história. Outras se queixavam que o pessoal pedia era dinheiro para aprovar a lei, queria isso, queria aquilo, não dava tarifas, embora eles tivessem direito por lei. A Constituição de 1946 tinha um artigo que dizia que seria dada uma remuneração de até 12% sobre os investimentos realizados, mais ou menos nessa faixa. E a interpretação era de que os investimentos realizados seriam o ativo líquido da empresa no momento, inclusive depreciado. O Juscelino, então,

³⁹ O Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek tinha um ideal desenvolvimentista consolidado em 31 objetivos a serem alcançados em diversos setores da economia, como energia, transporte, alimentação, indústria de base e construção da nova capital, considerada a síntese de todas as metas. Ver DHHB.

⁴⁰ O Plano Salte foi elaborado em 1948 no governo Eurico Gaspar Dutra, tendo como áreas prioritárias saúde, alimentação, transporte e energia. Ver DHHB.

⁴¹ American Foreign Power Company.

⁴² Light & Power Company.

⁴³ International Telephone & Telegraph.

⁴⁴ Companhia Telefônica Brasileira.

encaminhou esse problema para o Estado-Maior Geral, para que eles estudassem. E o pessoal disse: “Não dá para fazer.”

A coisa estava rolando nesse pé. Isso, nós começamos em 52, foi a 56, 58. Chega 61, o Jânio *tum!*: dois dias de suspensão na Rádio. Na mesma hora, toda a radiodifusão brasileira se concentrou em ter alguma coisa que os salvasse. A radiodifusão brasileira, naquele tempo, era Assis Chateaubriand. O Assis Chateaubriand tinha um controle da radiodifusão que nem se compara ao que hoje tem a Globo. Resolveram: “Vamos tocar para frente o projeto.” Quando eles quiseram fazer isso, o pessoal do Estado-Maior Geral, do EMFA, fez contatos: “Vamos transformar esse negócio. Em vez de ser um código de radiodifusão, vamos fazer um código de telecomunicações.” Incluíram as telecomunicações dentro da radiodifusão, e ficou o Código Brasileiro de Telecomunicações⁴⁵. Aí, a coisa foi tocada. Tanto que, entre fevereiro, março, abril de 61 e a aprovação do código, em 27 de agosto de 62, conseguiram ter a aprovação do plano. Só que o plano, quando foi aprovado, recebeu uma montanha de restrições feitas pelo Jango, que mudavam completamente... É aquela história das vírgulas. Às vezes, eram só vírgulas, e às vezes não eram. A radiodifusão fez pressão em cima do Congresso, que rejeitou integralmente todas as mudanças feitas pelo Jango. E aí saiu o código como foi aprovado, como saiu do Congresso. Saído o código, foi organizado o Conselho Nacional de Telecomunicações, e o outro foi extinto. Eu tenho até a impressão de que já não existia o Conselho Nacional de Telecomunicações anterior, o decreto já tinha sido revisto. Disso, eu não tenho certeza. Havia aquela Comissão Técnica de Rádio⁴⁶, não era?

A.I. – Sim, tinha alguma coisa de radiodifusão.

E.O. – Essa Comissão Técnica de Rádio, que tomava conta de negócio de rádio amador, foi extinta pelo código, e essa passou algumas coisas adiante. O conselho foi criado e organizado no final de 1962, ele logo trabalhou, e eles fizeram o primeiro Plano Nacional de Telecomunicações. Esse Plano Nacional de Telecomunicações foi aprovado, e criava três coisas diferentes. Era a rede básica, a rede complementar, e a terceira eram extras. A rede básica, o que era? Eram ligações entre as principais cidades do país. Esse plano tem, inclusive, plantas. Foi feito o plano e determinou-se a criação de uma empresa que iria construir aqueles planos, a Empresa Brasileira de Telecomunicações, a Embratel.

A.I. – Tinha uma comissão de fiscalização também, não?

E.O. – Ele tinha tudo. Esse conselho era mais ou menos o que é hoje a Anatel. Só que, além das comunicações, ele tinha também a radiodifusão. Quando começou a funcionar o conselho, ele tinha representantes – não sei se vocês têm a representação⁴⁷. Tinha

⁴⁵ Lei 4.117, de 27.08.1962: instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT). O CBT criou o Conselho Nacional de Comunicações (Contel), subordinado diretamente à Presidência da República. Entre suas competências, estavam normalizar e fiscalizar o setor. Também previa uma empresa operadora – a Embratel – e criou o Fundo Nacional de Telecomunicações, que fornecia recursos para o setor. Disponível em: <http://www.mc.gov.br>. Acessado em: 12.05.2005.

⁴⁶ A Comissão Técnica de Rádio (CTR) era um órgão da Repartição Geral dos Telégrafos que realizava estudos e indicava ações de natureza técnica. Disponível em: <http://www.intercom.org.br>. Acessado em 12.05.2005.

⁴⁷ O Conselho Nacional de Telecomunicações (Contel) tinha um presidente nomeado pelo presidente da República e era constituído por: a) diretor do Departamento de Correios e Telégrafos; b) três membros indicados pelos ministros da Guerra, Marinha e Aeronáutica; c) um membro indicado pelo chefe do

representantes dos três ministérios militares. Tinha um representante do Estado-Maior das Forças Armadas, que já era o nome que tinha naquele tempo. Tinha o representante do Ministério da Justiça. Tinha o representante do Ministério da Educação. Tinha um representante do Ministério da Viação. Não, esse eu não tenho certeza. Porque tinha um representante do Departamento Nacional de Correios e Telégrafos. Deve ser esse: em vez de ser do ministério, devia ser só dos Correios.

A.I. – Alguém das Relações Exteriores, também?

E.O. – Relações Exteriores? Talvez. Tinha dos dois partidos de maior representatividade no Congresso. Mas tinha mais gente.

A.I. – Negócio Interiores?

E.O. – Negócio Interiores não existia, naquele tempo.

A.I. – Indústria e Comércio.

E.O. – Indústria e Comércio. O Interior, naquela época, era o Ministério da Justiça.

A.I. – É que o nome inteiro do ministério era Justiça e Negócios Interiores.

E.O. – Era, Ministério da Justiça e Negócios Interiores. E eles começaram a baixar normas, regulamentos etc. Só que a criação da Embratel deu uma confusão danada, porque dentro do governo havia correntes diferentes. Uma queria que fosse feita de uma maneira, outra que fosse de outra maneira.

I.F. – Vamos ver o seguinte, então: em 1961, o senhor termina o curso do Estado-Maior, e em 63 o senhor vai para a Força Patrulha Costeira Sul. O que é isso?

E.O. – A Força Patrulha Costeira Sul era responsável por todos os navios varredores de minas e rebocadores que trabalhavam do Rio para o Sul.

I.F. – Continuava com sede no Rio? O senhor ia e voltava embarcado?

E.O. – Com sede no Rio de Janeiro.

A.I. – O senhor foi o oficial de logística do Comando em Chefe da Esquadra. Tem isso?

E.O. – No Contel? Não.

A.I. – Não, ainda na Marinha.

E.O. – Oficial de logística? Eu fui oficial de logística do Comando em Chefe da Esquadra.

Estado Maior das Forças Armadas; d) quatro membros indicados, respectivamente, pelos ministros da Justiça e Negócios Interiores, da Educação e Cultura, das Relações Exteriores e da Indústria e Comércio; e) três representantes dos três maiores partidos políticos. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acessado em: 12.05.2005.

A.I. – O que era essa noção de logística dentro da Marinha? É uma coisa que veio da Segunda Guerra?

E.O. – É fornecimento de material. É a movimentação de todo o material que você precisa para fazer coisas. Inclui alimentação, bala de canhão, mina, tudo. Por exemplo: em um navio, é garantir que, quando aquele navio saia, tenha dentro tudo aquilo de que precisa para se movimentar.

A.I. – E a Marinha brasileira já usava alguma tecnologia de apoio na logística?

E.O. – Não. Eu diria que não existia nenhuma tecnologia. Eram apenas os cuidados, como fazer. Mas, como eu me afastei um pouco dessa área, preciso pensar um pouco. [riso] Eu saí da Marinha no dia 2 de fevereiro de 1969. Contando aí tempo de guerra em dobrado, depois de 36 anos de serviço.

A.I. – Porque tem uma trajetória toda das novidades, em termos de tecnologia. Por isso é que eu perguntei. Foi o sonar, o radar, a eletrônica nos seus primórdios aqui, e a Marinha sempre puxou essa parte tecnológica no país.

E.O. – Talvez depois valesse a pena recordar o que a Diretoria de Eletrônica, o que a Marinha procurou fazer.

I.F. – Essa parte de eletrônica foi muito importante. ITA, IME, Marinha, as Forças Armadas nessa parte toda.

E.O. – A Marinha fazia questão de ter a possibilidade de se suprir de qualquer coisa que fosse, para qualquer tipo de material. Por exemplo, o sonar. Quando acabou a guerra, a Marinha já tinha um sonar próprio, desenvolvido por ela. Aí, ela desistiu, porque não estava mais na frente de tecnologia, não precisava mais. Mas ela desenvolveu na Universidade de São Paulo. O Centro de Pesquisas da Telebrás, por exemplo, é um dos quatro centros do mundo que desenvolveram uma central digital. E, até hoje, já venderam mais de um milhão de terminais para os Estados Unidos. Quer dizer, foram vendidos pelas firmas brasileiras para os Estados Unidos.

[FINAL DA FITA 5-B]

2ª Entrevista: 10.03.2005

I.F. – Ministro Euclides, ontem comentamos o correr da sua vida, basicamente na Marinha. E terminamos falando sobre quando o senhor terminou o curso de Estado-Maior, em 1961. Eu gostaria que o senhor fizesse um apanhado geral sobre esse curso, a importância dele – sei que, para a carreira, é importante, que não se chega a almirante sem ele –, os professores, o ambiente, para depois começarmos a entrar exatamente na parte de comunicação, onde o senhor vai ter uma carreira muito importante.

E.O. – O curso não tem nada de especial. Os professores e instrutores são oficiais que já fizeram o curso e que voltaram, foram chamados, ficam lá um ou dois anos e saem. Não são professores permanentes, são sempre mudados de dois em dois anos. Muda sempre,

ao correr do tempo, nas diferentes especialidades. O curso tem torpedos, minas, direção de navio, logística, abastecimento, tudo.

I.F. – E é o aluno quem escolhe qual a especialidade que vai fazer?

E.O. – Não. O curso é inteiro, é único. Na Marinha, chamava-se Curso de Comando e Estado-Maior. Teoricamente, para você comandar, você devia ter feito aquele curso. E, antes de fazer o curso na Escola de Guerra Naval, que é como ela se chama, você fazia um curso por correspondência, mais ou menos por um ano. Você recebia o material no local onde estava servindo. Era como se fosse um estudo e uma prova, que você mandava de volta. Tanto que, quando eu comentei aquela questão de Belém do Pará, que a outra pessoa me chamou, eu já tinha feito o curso por correspondência. O que eu ainda não tinha feito era o curso efetivo. Inclusive, existe um outro curso posterior, que se chama Curso Superior de Comando, que também é por correspondência.

I.F. – E, às vezes, vão pessoas de fora, civis, fazer palestras nesses cursos?

E.O. – Não é muito comum. É um curso muito militar, das coisas que você pode ter. Aliás, uma coisa que ontem você me perguntou, sobre logística, eu me recordei de um aspecto, não sei se é isso que você tinha visto. Porque ou eu estava embarcado em navio ou eu estava na Diretoria de Comunicações ou Eletrônica. Primeiro, chamava-se Departamento Rádio, depois passou a ser Diretoria de Comunicações, depois passou a se chamar Diretoria de Eletrônica. Mas era a mesma coisa, não mudava nada em relação aos propósitos.

Por exemplo, a Eletrônica tinha sempre a grande preocupação de ter equipamentos produzidos no Brasil. Ela, inclusive, fez desenvolvimentos conjuntos de equipamentos com a USP. E outra coisa: em uma certa ocasião, até fui eu quem iniciou isso, foi imaginado e implantado um sistema de classificação de material. Primeiro, foi a classificação dos equipamentos, e, depois, dos insumos. Então, uma resistência de cinco ohms tinha uma certa classificação, qualquer que fosse o equipamento em que ela fosse usada. Isso teve como consequência uma mudança e uma redução muito grande na quantidade de material sobressalente a bordo. Inicialmente, que era como os equipamentos americanos vinham, vinham com uma caixa de material sobressalente para aquele equipamento. E, muitas vezes, acabava nessa caixa o que você precisava, mas em outras existiam. Então, acabou-se com isso e se fez um sistema único de classificação. Aliás, sistema esse que, posteriormente, quando eu estive na Telebrás, por exemplo, eu implantei para facilitar a interligação entre todas as empresas do Brasil. Isso foi uma das coisas. Outra coisa que também foi um dos pontos que muito me ajudaram depois foi o problema de custo. Quando estive na Inglaterra e na Holanda, no tempo do porta-aviões *Minas Gerais*, tínhamos necessidade de fixar bem o quanto custavam as coisas, porque o orçamento era extremamente apertado, você tinha que gastar as coisas dentro dele. Então, introduzi um sistema de calcular o custo de qualquer coisa que se fosse fazer. E outra coisa: depois que voltei para a Diretoria de Eletrônica – durante um certo tempo, fui o chefe do Departamento de Oficinas –, implantei um sistema de custos. Mais tarde, no Sistema Telebrás, nenhum programa era levado adiante sem ter um projeto técnico do problema e um orçamento econômico-financeiro que acompanhava esse projeto e que era comparado o tempo todo durante a execução. Ele não era só para ficar na gaveta, era acompanhado durante todo o tempo. Com isso, conseguia-se fazer muita coisa sem ter grandes recursos. O sistema de telecomunicações

nessa época foi feito praticamente sem nenhum recurso do orçamento federal, foi tudo pelas receitas das empresas.

I.F. – Só fechando a sua carreira militar: depois dessa Força Patrulha de que o senhor já falou, o senhor vai ficar uns tempos sem cargo, pois não aceitou uma Ordem de Mérito Naval porque tinha sido dada ao Brizola. O que foi isso? A sensação que eu fiquei da entrevista de ontem é de que o senhor nunca quis se envolver com política, embora tenha sido genro de Góis Monteiro, marido da filha única dele, um homem com intenso poder. O senhor preferiu se dedicar à sua carreira de Marinha e não se envolver com política. O senhor disse mesmo que era contra Getúlio, mas que também não era a favor do Lacerda. O senhor não teve envolvimento político maior. Teve oportunidade, mas não quis ter. E, de repente, o senhor tem um rasgo e não aceita a tal medalha. Isso é uma atitude política.

E.O. – Era uma atitude política, não tem dúvida. Uma das razões para eu não apreciar o Lacerda, é que eu o conheci durante a guerra. Quando eu servi no navio *Rio Branco*, naquele negócio de comboio, ele era jornalista e fez uma viagem no navio, do Rio a Recife, para assistir a um comboio daqueles. E ele ficava lá na praça d'armas, como era chamado o refeitório dos oficiais. Ele ficava lá, e tinha um olhar... Não dizia palavra para aquele pessoalzinho, segundo-tenente! Eu era segundo-tenente, e ele queria falar era com o comandante, com o imediato. Muito posudo, e eu fiquei com má impressão dele. Não gostei, e aquilo ficou para o futuro, quando ele apareceu na política.

Quando terminei meu curso na Escola de Guerra Naval, na minha primeira comissão, eu fui mais uma vez para a Diretoria de Eletrônica da Marinha. Passei um pequeno período lá, e, como eu já estava em posição – eu já era capitão de fragata, nesse tempo –, fui nomeado comandante da Força Patrulha Costeira Sul. A Força Patrulha Costeira Sul é a força que une todos os navios que operavam no Rio de Janeiro para o sul, e a função principal era salvamento marítimo. Quer dizer, era acidente que ocorria no mar, você ia rebocar, trazer, procurar. Por exemplo, quando terminou a guerra, eu recebi medalha de guerra, a Legião do Mérito dos Estados Unidos e, um pouco depois, não sou capaz de exatamente dizer quando, recebi a Ordem do Mérito Naval. Isso foi antes. Depois que voltei da Holanda, estive em Belém, e fui promovido. Não me lembro mais a ordem: de legionário, passei a cavaleiro, de cavaleiro, passei a oficial, quer dizer, já estava no segundo estágio da Ordem do Mérito Naval. E o Brizola vivia fazendo onda, eu não gostava daquele negócio. Quando ele foi condecorado com a Ordem do Mérito Naval, eu era comandante da Força e fiz um requerimento ao ministro pedindo para ser desligado.

I.F. – A quem foi esse requerimento?

E.O. – O requerimento seria ao ministro. Fiz um requerimento a ele e encaminhei às autoridades competentes, pelos caminhos competentes. Então, fui chamado, porque a Força Patrulha Costeira Sul era subordinada ao comandante do 1º Distrito Naval, que ficava no Rio de Janeiro. Fui chamado pelo comandante do 1º Distrito Naval, que me conhecia: “Quandt, você está me arrumando um problema, o que é isso?”

I.F. – Quem era ele, lembra?

E.O. – Não me lembro. Era um desses meio fraquinhas. E ficou falando: “Você retira isso, porque me veio ordem de Brasília para retirar.” Eu disse: “Não retiro.” E expliquei

para ele. Ele me disse: “Então, você passa o comando.” Eu digo: “Não. Eu não posso passar o comando, porque fui nomeado por decreto do presidente da República. Então, para eu passar o comando da Força, tem que vir um decreto do presidente da República.” Ele disse: “Não é possível, você só pode...” Naquela época, eu conhecia bem os regulamentos navais, e existia na Marinha, não sei se hoje ainda existe, a chamada Ordenança Geral para o Serviço da Armada, que é onde tem todas as normas de procedimento dentro da Marinha. E uma das coisas que existem dentro da Ordenança é o seguinte: qualquer oficial, inclusive comandante, pode ser destituído da sua posição ou do comando pelo seu superior, se este considerar que ele está sendo ineficiente ou incompetente. Eu disse: “Se o senhor quiser, me destitua do comando.” E ele: “Então você está destituído.” Respondi: “Está muito bem.” Fui embora. Outras pessoas, nessa ocasião, fizeram a mesma coisa, mas eles fizeram politicamente, e até se reuniram. Eu digo: “Não quero saber de negócio de política. Fiz isso porque eu tenho essa convicção. Eu não quero ser membro da mesma ordem de uma pessoa que anda fazendo uma porção de coisas em relação às quais eu sou contra. Não aceito.” E fiquei encostado na Diretoria de Pessoal durante um certo tempo, talvez uns 15 dias. Foi quando o diretor de Eletrônica me chamou e disse que queria que eu fosse. Deixaram que eu fosse, e eu fui novamente para a Diretoria de Eletrônica. Depois da Diretoria de Eletrônica...

I.F. – Vem o governo Castelo.

E.O. – Não. Isso foi antes do governo Castelo. Depois da Diretoria de Eletrônica, eu fui para o comando da esquadra. Foi quando eu fui ser o oficial de logística no comando da esquadra. Foi quando houve a Revolução de 64. Então, fui para Brasília, para o Gabinete Militar, e do Gabinete Militar eu fui para o Contel. E, quando estava para terminar o governo, eu voltei para a Marinha. Inclusive, naquela ocasião me ofereceram para ser um primeiro ministro das Comunicações. Eu disse: “Não quero, quero seguir a minha carreira.” E voltei para a Marinha. Fizeram-me comandante do *Minas Gerais*. Só que nesse momento entrou o governo do Costa e Silva, e durante o governo Castelo é que foi feita aquela divisão de aviões, determinando que a Marinha não podia ter aviões.

I.F. – É a questão do *Minas Gerais*?

E.O. – Era a questão dos aviões do *Minas Gerais*. Quando isso ocorreu, eu estava no gabinete do Castelo...

I.F. – Junto com o Geisel.

E.O. – É, foi quando eu conheci o Geisel. Ele era o chefe do Gabinete Militar e eu era o adjunto da Marinha, pois havia um subchefe de Marinha.

I.F. – O senhor era subordinado diretamente ao presidente Castelo Branco, ou era ligado ao ministro da Casa Militar, o Geisel?

E.O. – É, só que naquele tempo ele não tinha o título de ministro, era Chefe de Gabinete. Tinha um Chefe de Gabinete Civil e um Chefe de Gabinete Militar.

I.F. – E esse seu cargo de Marinha era diretamente ligado ao...

E.O. – O meu cargo era diretamente ligado ao oficial de Marinha, que era o subchefe de Marinha do Gabinete Militar. E ele era ligado diretamente ao Geisel.

I.F. – Então, para chegar ao Castelo Branco, vocês tinham essa passagem.

E.O. – É, era o Castelo, e o Geisel, esse rapaz – nome é uma coisa danada na minha cabeça.

I.F. – Então, o senhor chegava ao presidente via Geisel.

E.O. – Via Geisel. Mas o presidente Castelo Branco era uma pessoa que, durante o tempo em que eu servi com ele lá, talvez um ano, um ano e meio, embora eu tenha viajado muito para uma porção de lugares, de vez em quando ele dava uma volta pelo palácio para cumprimentar as pessoas e saber como estavam as coisas também. Quer dizer, era uma questão de presença. De lá, eu fui para o Contel, por razões que vão aparecer na parte de comunicações. E então eu voltei para a Marinha. Quando fui comandar o *Minas Gerais*, havia uma oposição muito grande dentro da Marinha contra essa cisão que tinha ocorrido. Apenas pegavam um oficial, e calhou de ter sido eu, não foi por nenhuma outra razão. Primeiro, houve uma Comissão Geral de Inquérito que fazia os inquéritos sobre as coisas passadas, e o presidente dessa comissão era um general. Ele começou a arrumar uma confusão lá, a entrar e mexer muito em certas coisas, e o Castelo não gostou. Então, o Castelo resolveu trocá-lo, e exatamente por esse oficial de quem eu lhe falei antes, o Paulo Bosisio, que era almirante, mas já estava na reserva. Ele até me encarregou de procurar o Bosisio, que estava morando no interior de São Paulo. E lá fui eu. É um fato interessante: chego na cidade e começo a perguntar pelo almirante Bosisio. Ninguém sabia! Fui ao hotel, aos Correios, até que em um deles, se não me engano foi no hotel, alguém perguntou: “Será que é o seu Paulo?” Eu digo: “Bom, ele é Paulo Bosisio.” Ele: “Bom, tem o seu Paulo. Ele tem um sitiozinho ali, onde ele tem uma criação de tilápias, até vende para as pessoas.” Eu disse: “Então, eu vou lá.” Fui lá e era ele. O seu Paulo era o Paulo Bosisio. Eu falei com ele, ele acabou vindo e resolveu o problema, assumiu a Comissão. Mas ele passou uns seis meses na presidência da Comissão, encerrou os trabalhos e foi embora de novo para casa. Quando o presidente Castelo Branco baixou o decreto fazendo a divisão, dizendo que a Marinha usaria helicópteros e a Aeronáutica usaria aviões, o ministro da Marinha pediu demissão. Disse: “O senhor não vai encontrar nenhum almirante na Marinha que assuma o Ministério da Marinha.” O Castelo disse: “Vou chamar o Paulo Bosisio.” Era um homem que tinha elevadíssimo conceito na Marinha. E novamente ele me mandou buscá-lo, mas fui lá só para convidar: “O presidente quer falar com você para convidá-lo para ser ministro da Marinha.” E ele assumiu. Como resultado disso, mais tarde, no governo Castelo Branco...

I.F. – O primeiro ministro da Marinha do governo Castelo Branco era o Ernesto Melo Batista⁴⁸.

E.O. – Foi exatamente o Ernesto Melo Batista, que não concordou e pediu demissão.

I.F. – Não concordou, pediu demissão e entrou o Paulo Bosisio⁴⁹.

⁴⁸ O vice-almirante Ernesto de Melo Batista foi ministro da Marinha de 20.04.1964 a 15.01.1965. Ver DHBB.

⁴⁹ O almirante Paulo Bosisio foi ministro da Marinha de 15.01.1965 a 17.12.1965. Ver DHBB.

E.O. – Exatamente.

I.F. – E houve uma crise também com o ministro da Aeronáutica, não?

E.O. – Houve uma crise também com o ministro da Aeronáutica, mas não foi grande. A crise grande foi na Marinha. Na Aeronáutica, não chegou a haver uma crise. O resultado disso é que, no gabinete do novo ministro, que era o Rademaker⁵⁰ – foi no tempo do Costa e Silva –, havia um grupo de oposição contra todos aqueles que tinham servido no gabinete do Castelo Branco. E aí é uma realidade: nenhum deles foi promovido a almirante. Nenhum dos que serviram no gabinete do Castelo Branco foram a almirante. Interessam esses detalhezinhas?

I.F. – Interessam, sim.

E.O. – Eu era presidente do Contel quando o ministro da Marinha, o Araripe⁵¹, me chamou e perguntou: “Você vai continuar nesse negócio de comunicações?” Eu disse: “Não. Vou voltar para a Marinha.” E ele: “Então eu convido você para ser o comandante do *Minas Gerais*.” Eu disse: “Eu largo neste momento o Contel e volto!” E fui nomeado pelo ministro. Fui lá e me apresentei, eu conhecia muito bem aquele navio, porque eu tinha sido o encarregado do projeto elétrico do navio. Eu o conhecia como a palma da mão. Então, não tive problema. Só que a assunção do comando tinha que ser feita alguns dias antes da transmissão do cargo do presidente, porque o comandante anterior do navio ia fazer o curso da Escola Superior de Guerra. Ele tinha que sair, a passagem da presidência era no dia 15, e no dia 10 ele tinha que assumir. Então, antes do dia 10 eu tinha que assumir o comando do navio. Eu deixei o Contel uns dez dias antes e fui para lá, me apresentei no navio. O *Minas Gerais* era subordinado primeiro ao comandante da Força Aeronaval – que era o comandante que ficava no próprio *Minas Gerais*, um almirante que estava lá – e depois ao comandante-em-chefe da esquadra brasileira. Esse comandante da esquadra era uma pessoa que eu conhecia, mas já era almirante. Quando eu me apresentei lá, ele não estava, estava fora por uma razão qualquer, e quando voltou ele mandou me chamar. Disse: “Quandt, acho melhor você não assumir o comando agora.” Perguntei: “Mas, por quê?” Ele disse: “Porque existe uma oposição muito forte contra você no gabinete do...”

[FINAL DA FITA 6-A]

I.F. –... Marinha e Aeronáutica.

E.O. – Eu disse: “Não, eu não aceito uma posição dessa. E mais ainda: eu já me apresentei a bordo e já está com a passagem do comando marcada para amanhã.” Ele disse: “Eu sei. Mas, por isso mesmo, eu quero. Você faz o seguinte: deixe o imediato assumir e fica esperando. Quando o Rademaker assumir, você vai a ele. O Rademaker não tem essa opinião. O Rademaker é muito seu amigo, ele vai lhe apoiar.” Eu disse: “Não. Não posso fazer isso! É o cúmulo! Nem que eu seja demitido no dia seguinte.” Eu disse para ele: “Eu já fui demitido da Patrulha Costeira Sul por causa de opinião, e por

⁵⁰ O almirante Augusto Rademaker Grunewald foi ministro da Marinha durante todo o governo Costa e Silva, de 15.03.1967 a 31.08.1969. Ver DHBB.

⁵¹ O almirante Zilmar Campos de Araripe Macedo foi ministro da Marinha de 17.12.1965 a 15.03.1967. Ver DHBB.

causa disso eu também não vou deixar de assumir o comando. Eu vou assumir o comando.” E assumi o comando. Fui à posse do Rademaker, vi que todo mundo me tratava de longe, mas não aconteceu nada. Passados alguns dias, um oficial do gabinete do Rademaker foi me procurar – eu conhecia essa pessoa – e me disse: “O ministro mandou que eu viesse aqui para lhe dizer que existe uma onda muito forte dizendo que o senhor vai ser retirado do comando, mas o senhor não vai ser retirado do comando. Ele não vai retirá-lo do comando.” “Está bem, muito obrigado.” Fiquei muito satisfeito.

Um detalhe naval: a Marinha sempre foi dividida entre aqueles que gostavam de ficar em gabinetes e aqueles que gostavam de ficar em navios. Eu sempre gostei de ficar em navio. Mas, por causa do problema de eletrônica, muitas vezes eu fiquei em terra. Não em gabinetes, eu nunca tinha estado em gabinetes.

I.F. – Mais em escolas, ensino.

E.O. – Na Diretoria de Eletrônica, lá era terra. Na Marinha, ou você está em terra ou você está em navio. Então, o pessoal estava olhando. Eu tinha passado um ano e meio como presidente do Contel. Tinha passado um ano e pouco no gabinete do Castelo Branco. Antes do gabinete do Castelo Branco, eu estava em uma função de comando da esquadra, que, embora fosse considerado embarque, na verdade era uma coisa de terra.

I.F. – Esteve em Belém, também em terra.

E.O. – Tinha estado em Belém, em terra. Então, eles ficavam todos meio de olho. Tanto que, no primeiro dia, quando o navio ia sair, o imediato veio me dizer: “Comandante, vamos sair amanhã.” O navio estava na barra, preso na bóia. “O senhor quer pedir o rebocador?” Digo: “Rebocador, para quê? Para sair com um navio que está na bóia? Não precisa.” “Não, o senhor sabe, é porque tem muitos comandantes que pedem aqui sempre, porque a maré está de vazante, ele está com a popa para a barra, então, para virá-lo para sair...” Eu digo: “Que brincadeira é essa?” E foi, largou aquele negócio, eu manobrava bem navio. Quando chegou, largamos aquele negócio, tinha aquela manobrinha ali. Depois disso, eu passei a ser completamente comandante do navio. Mas havia um monte de gente que tinha medo de falar comigo, porque sabia que o gabinete do ministro era contra mim, mesmo que o ministro não fosse.

Naquela época, o comando de navio era de um ano. Você ficava um ano: tinha um exercício conjunto, a Unitas, com americanos, argentinos, uruguaios, fazia aquele exercício conjunto; depois, tinha exercício de desembarque com os fuzileiros; e então acabava e começava outro. Quando começou o ano seguinte, veio um aviso para todos os comandantes de navio dizendo que, devido aos entendimentos internacionais que tinham sido feitos, a Operação Unitas ia ser muito cedo.

I.F. – A Operação Unitas IV⁵²?

E.O. – O número dela, eu não sei. A Unitas de 1968. Eu fiz a de 1967, dessa eu participei. A de 1968 ia ser cedo. Então, nenhum comandante seria substituído, e depois da Unitas é que seriam as mudanças de comando. Ótimo, fiquei satisfeítíssimo. Passa-se uma semana, dez dias, vem um emissário, aquele mesmo oficial com quem eu já tinha falado em outras ocasiões, e disse: “O ministro mandou que eu viesse aqui convidá-lo para ser o chefe do Departamento de Engenharia da Comissão de Construção de Navios

⁵² A Operação Unitas IV ocorreu em agosto de 1964. Ver DHBB.

no Brasil.” Em 1968. Eu disse: “Se isso é um convite, eu fico muito agradecido, mas não aceito. Prefiro ficar aqui do que ser chefe de departamento.” “É porque ele não tem confiança no almirante tal, que é o chefe da Comissão, e ele queria...” Eu disse: “Não, sinto muito, mas entre ser comandante do *Minas Gerais* e qualquer outra coisa... É a melhor coisa para um oficial de Marinha ser comandante do *Minas Gerais*! Não quero ser outra coisa.” [riso] Ele disse: “Então, não é convite: é uma ordem.” Respondi: “Se é ordem, eu passo.” E passei o comando, sem nenhum problema, e fui embora. Tive a satisfação de que, depois que eu passei o comando, quando fui embora, fui me despedir, me disseram: “O senhor vai de escaler.” Sabe o que é escaler? A remo.

I.F. – Sei.

E.O. – “O senhor vai ser levado de escaler, e vão remando todos os oficiais superiores do navio: o imediato do navio, os chefes de departamentos etc.” Isso era um troço que só tinha acontecido uma vez na Marinha, há não sei quantos anos, de modo que eu me senti profundamente gratificado.

I.F. – Gratificado pelo trabalho que teve.

E.O. – E foram, me levaram até o Ministério da Marinha. Quando chegou lá, acho que não tinha uma janela em que não houvesse gente olhando para fora para ver aquele troço. Então, fui para a tal Comissão...

I.F. – Departamento de Produção da Comissão de Construção de Navios no Brasil.

E.O. – Departamento de Produção, isso mesmo. E lá eu passei praticamente um ano, uns dez meses. Chegou em um ponto, dessas coisas assim, por exemplo. Uma das funções desse departamento era fazer o projeto para a construção de navios: navios de patrulha fluvial da Amazônia, NaPaFlu, Navio de Patrulha Fluvial; navios faroleiros, que são navios que fazem cobertura de faróis; tinha um negócio de uma fragata que estavam querendo fazer dentro dos padrões de um navio da Marinha inglesa. Então, me envolvi muito nisso. Por exemplo, numa ocasião ia ser construída uma série de navios que iriam usar radares. Aí, fizemos, através de um entendimento com a Philips, eles se comprometiam a passar a fabricar esses radares no Brasil. Soube que havia uma verba sobrando na Secretaria Geral da Marinha: quando chegava o fim do ano, se aquilo não era usado, era simplesmente recolhido. Eu fui e disse: “Nós temos que fazer isso aqui”, uma série de coisas. O intendente: “Não posso.” No dia seguinte, me apresentou um atestado de que ele estava com licença porque estava meio louco, um atestado desses dado por um médico naval. Então, eu vou para os autores, porque o chefe da Comissão era um almirante, engenheiro naval, e a Comissão funcionava dentro da Diretoria de Engenharia Naval, tinha mais dois almirantes. Fui a eles expliquei o caso. Uma hora eu disse: “Esse negócio não adianta. Eu ficar aqui para ser almirante como um cara desses? Não vale a pena. Segundo, é quase certo que eu não vá ser almirante, porque os outros que estavam acima de mim não foram, é provável que eu também não vá.” Além disso, eu tinha seis filhos que estavam em universidade, ia haver casamentos em breve e eu não tinha condições financeiras de dar-lhes auxílio nenhum. Falei: “Não, vou embora.” Foi uma surpresa completa para a Marinha quando eu entrei com o meu pedido de transferência para a reserva.

I.F. – Em que posto?

E.O. – Eu era capitão-de-mar-e-guerra.

I.F. – As promoções na Marinha são como no Exército, até um determinado momento é por tempo. Depois passa a ser também por merecimento?

E.O. – Não, promoção a almirante é só por merecimento.

I.F. – Mas, no Exército, quando começa a carreira, é por tempo. Depois, vamos dizer, de capitão ou de coronel, tem tempo e merecimento. E, depois, passa a ser só por merecimento.

E.O. – É a mesma coisa.

I.F. – Mas o senhor, pelo fato de ter participado da guerra, teve direito àquela subida de dois postos?

E.O. – Não.

I.F. – No Exército tinha isso.

E.O. – Tive, só que eu não tinha o título, porque isso, no tempo do Castelo, ele tirou.

I.F. – Ele já tinha mudado, exatamente. A grande reforma foi do Castelo.

E.O. – Hoje eu sou capitão-de-mar-e-guerra reformado. Mas saí com vencimentos de vice-almirante.

I.F. – Antes da reforma do Castelo, subia dois postos.

E.O. – Dois postos. Um, era por causa da guerra, e o outro era um negócio de uma lei do tempo da rainha Maria Pia, chamava-se inclusive a Lei da Maria Pia, rainha de Portugal. É uma lei antiga, de 1700 ou 1800, que dava uma promoção para o oficial quando passasse para a reserva. Agora, isso acabou.

I.F. – Eu sempre achei muito estranho, porque quem fizesse a carreira toda e chegasse, na ativa, a general-de-exército, ficava na mesma posição de um general-de-brigada que se reformava e ia para general-de-exército. Na Marinha também tinha isso até a reforma do Castelo?

E.O. – A mesma coisa, até a reforma do Castelo.

I.F. – Entendi. Agora, voltando um minutinho para a gente fechar o *Minas Gerais*. Eu tenho uma informação de que no período em que o senhor estava no governo Castelo, no gabinete, o senhor coordenou também as negociações entre a Marinha e a Aeronáutica para superar a crise em torno das operações das aeronaves embarcadas no porta-aviões *Minas Gerais*, agravadas em agosto de 1964 em virtude da realização de manobras conjuntas com as forças armadas de outros países na operação Unitas IV. Essas divergências chegaram a provocar a exoneração de dois ministros da Aeronáutica,

Nelson Lavanère Wanderley⁵³ e Márcio de Souza e Melo⁵⁴, e o da Marinha, Ernesto de Melo Batista, sendo solucionadas pelo Decreto 56.309, de maio de 65, que concedeu à Aeronáutica o provimento de pessoal para a aviação embarcada. Quando eu perguntei da crise dos oficiais da Aeronáutica, que seriam o Lavanère Wanderley e o Márcio de Souza e Melo, o senhor me disse que teria sido só da Marinha.

E.O. – Não, eu não fui intermediário. A intermediação que eu possa ter feito...

I.F. – Mas houve essas demissões?

E.O. – O Melo Batista, essa tudo bem.

I.F. – Sim, o senhor contou. E os outros dois?

E.O. – Eu creio que saiu o da Aeronáutica também. O Bosisio foi ser ministro da Marinha, e na Aeronáutica o Eduardo Gomes⁵⁵ foi ser ministro.

I.F. – Tudo isso por causa da crise. Foi um negócio cuja compra ocorreu no governo JK, no governo Jânio começou essa crise para decidir quem embarcava, quem não embarcava, quem comandava, quem não comandava, e foi o Castelo quem decidiu isso.

E.O. – Foi. Por exemplo, quando foi comprado o *Minas Gerais*, a idéia completa era de que os aviões eram da Marinha, até assim o seriam porque não tinha ainda aviões. A Marinha, quando comprou o *Minas Gerais*, havia um oficial de Aeronáutica que fazia parte da comissão e ficou na Holanda pelo menos durante todo o tempo em que eu estava lá.

Só uma interrupção: ontem eu encontrei a pessoa que me substituiu lá, o Paulo Vaz de Melo, que no *Tamandaré* tinha servido comigo também, e ele disse que foi no dia 22 de fevereiro de 1961 que o *Minas Gerais* chegou ao Rio de Janeiro.

I.F. – Por que o apelido do *Minas Gerais* era Belo Antônio? Teve um filme chamado Belo Antônio.

E.O. – Isso, aquele camarada que fazia música, que fez uma campanha muito forte contra a Marinha. Começou no tempo do Juscelino, e manteve.

A.I. – Juca Chaves?

E.O. – Juca Chaves.

I.F. – Juca Chaves, exatamente. Ele fazia umas sátiras cantando, essas coisas assim.

E.O. – Fazia muitas sátiras.

⁵³ Nelson Freire Lavanère Wanderley foi ministro da Aeronáutica de 20.04.1964 a 15.12.1964. Ver DHBB.

⁵⁴ Márcio de Souza e Melo foi ministro da Aeronáutica de 15.12.1964 a 09.01.1965. Ver DHBB.

⁵⁵ O brigadeiro Eduardo Gomes foi ministro da Aeronáutica de 09.01.1965 a 15.03.1967, substituindo o brigadeiro Márcio de Souza e Melo. Ver DHBB.

I.F. – Fez uma campanha grande contra o Juscelino, as filhas do Juscelino andavam de avião para baixo e para cima, e saiu essa brincadeira de Belo Antônio. Era porque o navio não andava mesmo, ficou muito tempo parado?

E.O. – Não. O navio ainda não tinha chegado. Havia qualquer coisa de Belo Antônio naquela época, eles diziam que o navio era impotente, essa era a história.

Mas esse problema com a Aeronáutica, o que aconteceu foi que começou a haver aquela exacerbação: vai, não vai dar, não serve, não pode. E, antes desse problema da demissão do Melo Batista, houve inclusive um ou dois casos em que helicópteros da Marinha, que iam pousar num certo lugar, foram metralhados pelo pessoal da Aeronáutica, porque a Aeronáutica passou a dizer que não reconhecia a existência de aeronaves que não fossem aquelas da Aeronáutica. Foi uma exacerbação, houve um choque muito grande entre a Marinha e a Aeronáutica nessa época. Eu, pessoalmente, creio que houve até alguma intenção política por trás, de provocar uma divisão entre elas. Não sou capaz de confirmar.

I.F. – Quer dizer que, nesse momento, tanto o presidente Castelo Branco quanto os ministros tiveram que ter pulso muito forte para comandar isso?

E.O. – Tiveram que ter pulso muito forte. A decisão dele, então, foi essa. Porque a Aeronáutica dizia que tudo tinha que ser operado pela Aeronáutica, e a Marinha dizia que tudo tinha que ser operado pela Marinha. E ele disse: “Muito bem. Os aviões vão ser operados pela Aeronáutica, e os helicópteros, pela Marinha.” E a Marinha passou a ter oficialmente os helicópteros. Quando eu comandeí o *Minas Gerais*, os aviões eram aviões da Aeronáutica, e não houve o menor problema de relacionamento operativo.

I.F. – Quer dizer que eram mais os oficiais superiores que guardaram as mágoas.

E.O. – É.

I.F. – Os pilotos conviviam numa boa.

E.O. – Conviviam numa boa, sem nenhum problema. Operava-se perfeitamente. Tanto que, quando terminou a vida desses aviões, quem praticamente desistiu de operar em navio foi a Aeronáutica. Já foi agora, no tempo do Fernando Henrique, que ele voltou atrás e passou a dizer: “Não, pode ter.” Porque eles viram que a operação do avião de um navio era um conceito completamente diferente. Um piloto de guerra da Aeronáutica decola e é dono de si, é ele quem resolve tudo. O piloto de um avião que decola de um porta-aviões é completamente controlado por alguém do porta-aviões, porque se não for controlado ele pode se perder. É muito difícil você, no meio do mar, encontrar alguma coisa. É por isso que os submarinos andavam por aqui em quantidade e de vez em quando encontravam um ou outro, mas não se encontrava tanto. Porque não é fácil você olhar aquela vastidão de água e dizer: “Olha aquele negócio pequenininho ali.”

A.I. – Só uma pergunta para fechar esse período. O senhor falou que a Marinha fazia projetos de navio, os mais diversos. E a execução era feita aqui também?

E.O. – Não, todos os projetos feitos aqui eram construídos no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. Os primeiros navios construídos no Arsenal de Marinha do Rio de

Janeiro o foram em 1939. Foram os destróieres *Marcílio Dias*, *Mariz e Barros* e *Greenhald*. Esse não foi um projeto brasileiro, mas depois foram feitos projetos aqui. Todos esses navios menores foram construídos aqui. Depois que o Brasil comprou o *Minas Gerais*, os argentinos compraram um navio da mesma classe na Inglaterra, o qual operou durante alguns anos e depois teve baixa. Compraram um segundo, e teve baixa, enquanto o *Minas* funcionava. Então, há uns dez anos eu morava na Gávea e lá morava um rapaz que era almirante. Ele me contou que a Marinha argentina tinha pedido emprestado o *Minas Gerais* para fazer treinamento nos aviões deles, porque eles estavam sem porta-aviões. E que, quando o *Minas Gerais* chegou lá, recebeu a visita de praticamente tudo quanto era almirante da Marinha argentina, e eles ficaram assombrados em ver como aquele navio, que era mais antigo do que o deles, ainda operava normalmente, e o deles eles não conseguiam fazer operar. Quando o *Minas Gerais* saiu agora, eu sei que houve uma discussão muito grande até dentro da própria Marinha sobre isso, porque a Inglaterra quis comprá-lo para transformá-lo em museu. E a Marinha o vendeu para a China, porque a China pagou mais caro. Ele foi vendido por um preço maior do que quando foi comprado em 1956.

I.F. – O senhor estava na ativa quando houve o movimento de 64. Participou de alguma coisa, soube de alguma coisa? Como era a Marinha?

E.O. – Não, em 64 eu não tive parceria. Eu tive uma participação no tempo em que era comandante do *Bracuí*. Nessa época, em 1956, havia um receio muito grande de que o Lott fosse dar um golpe e assumir o governo.

I.F. – O Lott tinha um cargo importante...

E.O. – Era o ministro da Guerra.

I.F. – Ministro da Guerra do governo Juscelino. E corria o risco de ele querer derrubar o Juscelino?

E.O. – Era o que corria nos bastidores. Isso já corria desde quando houve aqueles problemas...

I.F. – Em 55.

E.O. – Com o Carlos Luz, aquele negócio. E havia esse receio. Então, formou-se um grupo na Marinha de defesa da situação existente, porque estava correndo no Galeão aquele célebre inquérito sobre a morte do major...

I.F. – Ainda em 56?

E.O. – Nessa época ainda estava ocorrendo aquele negócio.

I.F. – Que foi em 54.

E.O. – É, que tinha sido em 54. E dizia-se que o Lott era contra aquilo, ia invadir o Galeão e tomar posse do governo. Ia derrubar o Juscelino e seria o presidente. Então, formou-se um grupo dentro da Marinha, e eu fiz parte desse grupo. Esse grupo se reunia, e eu, como comandante do *Bracuí*, tive a missão de defender. O *Bracuí* seria o

navio que se deslocaria para perto do Galeão para defender, com seus canhões, o Galeão, se houvesse uma tentativa de invasão. E o que eu [riso] iria fazer seria destruir a tiros a ponte Galeão-terra. Também tinha gente civil no meio da história.

I.F. – Então, se eu estou entendendo bem, vocês eram a favor do Juscelino.

E.O. – Nós éramos a favor da ordem.

I.F. – Da ordem que seria o Juscelino mantido no poder.

E.O. – Manter o Juscelino.

I.F. – Porque houve os movimentos contra o Juscelino, inclusive o Silvio Heck estava nesses movimentos contra o Juscelino.

E.O. – Mas esse foi...

[FINAL DA FITA 6-B]

E.O. – Existia esse grupo.

I.F. – Aeronáutica e Marinha?

E.O. – Não. O grupo que juntou Aeronáutica e Marinha era pelo contrário, era o grupo que apoiava o Juscelino. Quer dizer, não apoiava o Juscelino, apoiava a manutenção da ordem e da lei. Quem está eleito presidente tem que ficar presidente, e acabou. Não era uma visão pessoal.

I.F. – Sim, mas teve o movimento de Aragarças⁵⁶, que era contra Juscelino.

E.O. – Eram contra o Juscelino.

I.F. – Exatamente. E eram da Aeronáutica.

E.O. – Eram da Aeronáutica. Mas eram grupos pequenos.

I.F. – Mas o senhor, então, estava a favor do grupo que era ligado...

E.O. – Eu fazia parte do grupo que era a favor da manutenção do governo.

I.F. – Ernani Amaral Peixoto e Augusto Amaral Peixoto foram da Marinha e eram muito ligados ao Juscelino. Participavam das reuniões, dessas coisas?

⁵⁶ A Revolta de Aragarças foi uma rebelião militar chefiada pelo tenente-coronel João Paulo Moreira Burnier e pelo major Haroldo Veloso, ambos da Aeronáutica. O movimento eclodiu na noite de 2 de dezembro de 1959 e chegou ao fim 36 horas depois. O objetivo dos líderes do movimento era afastar o grupo que estava no poder por considerá-los corruptos e ligados ao comunismo internacional. Ver DHBB.

E.O. – Não. Era só pessoal da ativa. Porque esse problema do Lott evoluiu durante bastante tempo. Ele quase que provocou uma cisão entre o Exército e a Marinha e a Aeronáutica. Mas o foco dele era o Lott. Havia um verdadeiro mal-estar contra ele.

I.F. – Bastante autoritário também, e com muito poder. Agüentou ficar no governo durante todo o governo Juscelino. Mas, em 64, o senhor não participou de nada?

E.O. – Não. Em 64, eu era o oficial de logística do comando da Esquadra e não tive nada. Sessenta e quatro foi praticamente originado pelos problemas da Marinha: em uma certa ocasião, houve uma passeata de sargentos da Marinha em Brasília.

I.F. – Exatamente. Isso é o que eu estava pensando. A Marinha teve uma atuação grande.

E.O. – Pois é, teve!

I.F. – A hierarquia na Marinha também é muito importante.

E.O. – É interessante: nessa ocasião, houve um problema forte dentro da Marinha. Mas, na parte embarcada, nos navios, o movimento era muito pequeno. Houve um movimento forte, mas era de pessoal que servia em repartições de terra, como chamamos na Marinha.

I.F. – A Revolta dos Marinheiros ficou famosa.

E.O. – Pois é, foi a Revolta dos Marinheiros que provocou o negócio, mas não foi por causa da Revolta dos Marinheiros...

I.F. – Não, a Revolta dos Marinheiros foi mais uma gota.

E.O. – Foi, porque quando terminou a revolta e eles voltaram, eles seriam punidos por qualquer razão, e o governo proibiu punir todo mundo. Nesse momento é que saiu a revolta. Quer dizer, foi a quebra completa da disciplina. Houve casos, por exemplo, de navios em que alguns marinheiros pretenderam sair e não quiseram deixar sair. Eles acabaram se atracando até com o oficial de serviço. Mas, nos navios, não houve problema. Houve principalmente dos fuzileiros, por causa do comandante do corpo de fuzileiros⁵⁷.

I.F. – Mas o senhor não participou, não conspirava, não atuava?

E.O. – Não. Pelo contrário, eu sempre fui a favor da manutenção da ordem vigente. Mas depois que houve esse negócio da disciplina, aí não. Aí, eu mudei. Falei: “Não, sou contra.” Fui a uma reunião dos oficiais no Clube Naval, para ver o que fazer, mas sem nenhuma missão.

I.F. – E teve alguma notícia, verdadeira ou não, de uma esquadra americana que estaria ao largo para dar apoio ao movimento de 64, se necessário?

⁵⁷O comandante na época era o almirante Cândido da Costa Aragão. Ver DHBB.

E.O. – Não. Eu acho que isso é boato. Naquela época, nunca ouvi falar nisso, nem quando estava lá no tempo do Castelo.

I.F. – Então, houve o golpe, houve o movimento, Jango foi deposto, Brizola armou muita confusão, mas, enfim, Castelo assumiu o governo. Quando assumiu o governo, convidou o general Geisel para chefe do Gabinete Militar, para onde o senhor vai. Qual era a sua ligação com o Geisel? Onde o senhor o conheceu?

E.O. – Nenhuma. Quem me chamou para ir para o Gabinete Militar foi o próprio Castelo.

I.F. – Ainda por causa daquele conhecimento em Belém?

E.O. – É.

I.F. – E nunca mais tiveram contato? Ele tinha uma memória boa, não?

E.O. – Não, mas isso não foi tanto tempo antes. Só três anos antes.

Como eu lhe disse, o general Góis morava comigo. Uma vez, quando o general chegou de uma viagem, voltando de Montevideú, eu vi o Geisel. Mas eu praticamente não o conhecia. Quem eu conhecia era o Castelo Branco.

I.F. – Como era o ambiente de trabalho, como era o relacionamento Geisel-Castelo? A idéia que eu tenho do Castelo é de uma pessoa muito observadora, muito inteligente, mas de manter as rédeas curtas. E o Geisel também, não? Não eram pessoas expansivas. Como o senhor os via, tanto no relacionamento pessoal como no trabalho?

E.O. – Eu só tive praticamente relacionamento no trabalho. Eu tive mais, talvez, com o Castelo, porque no Alvorada tinha um cinema e ele às vezes nos convidava para assistir a filmes lá. Naquela ocasião, eu ficava sozinho em Brasília, porque os meus filhos já estavam todos em faculdade, em escolas, e não dava. A família ficava no Rio de Janeiro e eu fui para Brasília. Fiquei um ano e quatro meses no Gabinete Militar e devo ter passado metade do tempo fora de lá, ou viajando ou no Rio de Janeiro. Ficávamos muito no Rio de Janeiro onde ainda havia muita coisa. Foi o Castelo quem forçou a transferência de uma série de repartições que ainda tinham ficado no Rio de Janeiro. O Contel, por exemplo, era no Rio de Janeiro. E, como eu disse, eu tinha pouco contato pessoal com o Castelo, assim como tinha relativamente pouco contato pessoal com o Geisel. Eu fui para o Contel por causa do Geisel. É aquilo que eu tinha falado: eu era a única pessoa que tinha conhecimento sobre comunicações em geral.

I.F. – E ele foi percebendo isso nas conversas durante as reuniões lá?

E.O. – Não.

I.F. – Como ele ficou sabendo que seria o senhor?

E.O. – Ele ficou sabendo porque os problemas relacionados com comunicações não tinham nada com a Marinha, eram com a Aeronáutica. Todas as coisas eram divididas.

I.F. – Eram com a Aeronáutica?

E.O. – Eram com a Aeronáutica. Tinha algumas coisas com o Gabinete Civil, algumas coisas com as subchefias do Gabinete Militar. E já vinham sendo feitas assim, não foram criadas. Nós nos dávamos todos muito bem, e não havia ninguém que conhecesse eletrônica e telecomunicações, esses negócios. Então, o pessoal da Aeronáutica vivia a me procurar. Em pouco tempo, as coisas acabaram ficando para mim. Por quê? Acho que o primeiro problema que apareceu foi o da Companhia Telefônica Brasileira (CTB)⁵⁸.

A Companhia Telefônica Brasileira devia ter duzentas ou quinhentas concessões, porque cada município era uma concessão. E o que ela estava fazendo era o seguinte. À medida que terminavam os prazos de concessão, ela simplesmente dizia: “Eu não me interesso pelo serviço.” Sorocaba é um caso em que eu sei que isso aconteceu. No interior de São Paulo, isso aconteceu muito. A prefeitura dizia: “Não posso ficar sem telefone.” Então, a prefeitura criava um departamento para controlar aquilo, e assinava com a CTB um contrato de administração. A CTB dizia: “Está muito bem. Se você quiser, eu administro isso em seu nome e fico com 12% da receita bruta.” Era o que eles diziam, e as prefeituras concordavam. E assim a CTB foi fazendo em todo lugar. Mas, quando estava para terminar a do Rio de Janeiro, o Lacerda quis que ela ampliasse o serviço, e eles disseram que não ampliavam o serviço. Então, ele disse que ia intervir. Eu tenho quase certeza de que ele chegou a assinar um decreto de intervenção. Quando ele assinou esse decreto de intervenção, foi logo no início do governo do Jango, o Tancredo era primeiro-ministro e decretou dizendo que não, que a CTB estava operando aqui, a sede era no Rio de Janeiro, no entanto ela operava no Rio de Janeiro e em São Paulo. Em Minas, a CTB possuía 100% das ações, mas tinha outro nome, era Companhia Telefônica de Minas Gerais (CTMG).

I.F. – Tinha outro nome, outra direção.

E.O. – Ele disse: “Isso é um problema federal; nem estadual, nem municipal.” Então, decretou a intervenção e colocou um interventor federal na CTB, interventor esse que ficou até o final. Por quê? Porque se dizia: “Se tirar essa intervenção, o município ou o estado pode querer entrar aí”, que era o Lacerda. Foi quando Lacerda resolveu fazer uma companhia telefônica própria na Guanabara para atender às áreas não cobertas pela CTB.

I.F. – Era a Cetel, não?

E.O. – A Cetel. Ele fez a Cetel porque, em 62, uma casa em Jacarepaguá, por exemplo, ainda tinha aquele telefonezinho de manivela. Não era só a telefonista, era aquela manivelazinha.

I.F. – Depois de 70, no interior ainda era de manivela.

E.O. – Custaram, houve uma demora muito grande nisso.

I.F. – Mas aí ele montou a Cetel aqui.

⁵⁸Em 11 de janeiro de 1923, a subsidiária brasileira da Brazilian Traction passou a se denominar Companhia Telephonica Brasileira (CTB). Disponível em: www.mc.gov.br/historico/telefonica. Acessado em: 30.05.2005.

E.O. – Ele montou a Cetel para cobrir a área não coberta pela CTB, que eram a área suburbana e as ilhas do Governador e Paquetá. Mas a CTB não se interessava, e o tráfego telefônico entre a CTB e a Cetel era muito difícil, porque havia muito poucas ligações. Havia só uma ligação, que era com a estação de Bento Ribeiro, se não me engano. Tudo que vinha da Cetel acabava em Bento Ribeiro, e então entrava na CTB.

A.I. – A que o senhor atribui esse desinteresse da CTB em fazer a expansão ou a atender a esse mercado? Era tarifa, era a remuneração?

E.O. – Os problemas eram tarifa e relacionamento com o dono da concessão. Ontem, eu falei: o primeiro trabalho que foi feito, foi feito ainda pelo Juscelino. Quando começou a crescer a indústria no Brasil, começou a crescer a necessidade, os pedidos de comunicações. E não havia, eles não atendiam. Ele [Juscelino] fez um grande inquérito, um estudo grande, e chegou à conclusão de que o principal problema eram as tarifas, que eram extremamente baixas – naquela época, a assinatura era mais ou menos da ordem de um dólar e meio, e não havia serviço medido, era só assinatura. Então, eles realmente não tinham receita suficiente. Eles diziam: “Não quero, porque não acredito mais nesse negócio.” A federalização das telecomunicações ocorreu em 1967, com o Decreto-lei 236, que declarou federais todas as comunicações. O Contel não mandava, só dava normas.

A.I. – O Contel teria o papel da Anatel hoje? Já tinha esse papel de regulação?

E.O. – É, eu acho que o Contel era praticamente o que é a Anatel hoje, só que a Anatel...

A.I. – Mais planejamento...

E.O. – Não. A Anatel não age sobre a radiodifusão, e o Contel agia sobre a radiodifusão.

A.I. – Era o próprio Contel? Ele tinha um Dentel?

E.O. – Era um dos departamentos. O Contel tinha o Departamento Nacional de Telecomunicações, o Dentel, tinha Departamento de Pessoal, Departamento de Engenharia. O Contel era um órgão planejador e regulador, não executor.

A.I. – Voltando ao Código Brasileiro de Telecomunicações, que é de 62, quer dizer, foi feito ainda durante o governo Jango. Havia duas parcelas nesse código. Uma, pelo que a gente conversou ontem, veio do interesse das rádios.

E.O. – É.

A.I. – E a outra foi pensada em um estado-maior.

E.O. – Foi no tempo do Juscelino.

A.I. – Então, é ainda anterior.

E.O. – É anterior. O estudo do Juscelino chegou à conclusão de que eles precisavam fazer uma regulação das coisas. O que acontecia no Brasil é que o país era quase que constituído por “ilhas”, porque não existia uma norma sobre equipamentos. Então, o que acontecia? Os equipamentos instalados pela CTB falavam entre si. Mas o equipamento da companhia telefônica de Santo Antônio da Boca do Acre não falava. Não falava porque esses aqui eram dentro de um certo padrão, era o padrão de fulano ou do fabricante beltrano, porque os fabricantes tinham padrões diferentes. Quando você estava na telefonia manual, quando havia telefonista, você resolvia, não tinha problema. Mas quando você estava no automático, o lado de lá tem que reconhecer o sinal que está saindo daqui.

A.I. – Tem de ter algum conversor, pelo menos.

E.O. – Tem de haver uma padronização de sinais. Foi o Contel que fez essa padronização, que fixou a padronização, quais eram os tipos de sinais, como eram as chamadas. Toda aquela história foi feita pelo Contel.

A.I. – E o Contel foi até a criação do ministério?

E.O. – Não. Quando foi criado o ministério, quando foi feito o projeto da reformulação da estrutura, que é o Decreto-lei 200, o Contel, como unidade, foi contra a criação do Ministério das Comunicações. Ele sugeria que o conselho permanecesse como estava. Inclusive, isso foi levado ao Castelo, foi levado ao ministro da Justiça⁵⁹ – que foi o homem que dirigiu e fez a Constituição – e ele não aceitou. Disse: “Não, vai ficar.” Sugeri o seguinte: “Então, criem o ministério mas não coloquem logo um ministro das Comunicações. Deixem o Contel organizar as coisas para que, quando for nomeado o ministro, já haja uma estrutura em que ele possa funcionar e tocar as coisas para frente.” Em princípio, esse negócio foi aceito. Eu já tinha até saído do Contel. Isso não era uma idéia minha apenas, mas eu defendia essa idéia porque achava que o ministério não iria funcionar certo se montassem de repente o Ministério das Comunicações⁶⁰. Como está-se vendo agora, em que pegaram várias coisas, botaram em vários ministérios e não conseguiram funcionar direito, porque a estrutura não funciona direito. O que aconteceu nesse início foi o seguinte: o Contel continuou a fazer as normas e o ministério ficou sem nada. Então, por problemas políticos, resolveram escolher um ministro. Foi o Simas⁶¹, que era da Bahia. O ACM⁶² queria um ministério para a Bahia. Quando o novo ministério começou a funcionar, tinha um ministro, um secretário-geral e umas duas ou três pessoas em volta do ministro e um gabinetezinho. Isso era o Ministério das Comunicações. E mais, disseram ao ministro: “O seu secretário-geral vai ser o atual presidente do Contel.” Era o meu substituto, porque eu já tinha saído do Contel.

I.F. – O senhor ficou no Contel até 1967?

⁵⁹ Carlos Medeiros Silva foi ministro da Justiça de 19.07.1966 a 15.03.1967. Ver DHBB.

⁶⁰ Em exposição feita ao presidente eleito Costa e Silva, Euclides Quandt de Oliveira sugeriu que, inicialmente, fossem nomeados os ocupantes dos principais cargos do segundo escalão, a quem deveria ser dada a responsabilidade de organizar o novo ministério, tendo como base os departamentos e divisões do Contel, conforme estabelecido no decreto-lei 200, de 25 de fevereiro de 1967. Ver: Oliveira, Euclides Quandt de. *Renascem as Comunicações*. São José dos Pinhais, Paraná, Editel Gráfica e Editora, 1992.

⁶¹ Carlos Furtado de Simas foi ministro das Comunicações de 15.03.1967 a 31.08.1969. Ver DHBB.

⁶² Antônio Carlos Magalhães foi deputado federal pela Bahia de 1959 a 1967 e, a convite do governador Luís Viana Filho, foi prefeito de Salvador de 1967 a 1971. Ver DHBB.

E.O. – É. Isso que eu estou falando é o início do governo Costa e Silva. Então, o secretário-geral era o presidente do Contel, e o Contel continuou a funcionar normalmente. E o que ocorreu? Nessa época, a Embratel começou a funcionar bem, porque ela não tinha funcionado muito bem antes. Então, o ministro passou a se apoiar apenas na Embratel e desconheceu o resto, e o Contel continuou a legislar, a normalizar, a normatizar, até que chegou num ponto em que houve um choque entre o secretário-geral e o ministro, e o secretário-geral, que era o presidente do Contel, saiu. Aí, o Contel parou.

A.I. – Era o Schneider?

E.O. – Pedro Leon Bastide Schneider, era o vice-presidente do Contel. Eu saí antes do término do governo, voltei para a Marinha e ele assumiu. Aliás, o Schneider era um camarada excepcional. Inclusive, a saída dele deu um choque na área do Exército e na área de comunicações, porque até 1967 não havia ninguém que conhecesse telecomunicações no Brasil. Por exemplo, a CTB, até 1954, não seguia as leis brasileiras, seguia as leis canadenses.

[FINAL DA FITA 7-A]

E.O. – E o nome dela, inclusive, não era CTB, era Brazilian...

A.I. – Era subsidiária da Brazilian Traction, Light and Power.

E.O. – Não, Brazilian Traction era a *holding*.

A.I. – Era a subsidiária da Canadian Traction Light and Power, quer dizer, era telefone e bonde. [riso]

I.F. – As duas empresas estrangeiras fortes eram a Light e a Amforp, não é?

E.O. – Não, Amforp eu não estou lembrado.

I.F. – Eles tinham companhias no Nordeste, principalmente.

E.O. – Não, isso foi mais antigo. Eu acho que, quando eu comecei a ter contato, já não existia a Amforp. O nome não me é estranho, mas não existia. O Nordeste teve um desenvolvimento na telefonia antes do Sul, porque, em praticamente todos os estados, surgiram pessoas interessadas em fazer telefonia, pois havia uma brutal necessidade. Essas pessoas, inclusive, fizeram uma pequena ligação entre eles, colocaram um sistema da Philips de 12 canais que ia de Salvador até Natal e fazia a ligação entre elas, então havia alguma ligação mais local. Mas esse pessoal tinha uma tarifa muito elevada. Por exemplo, quando a Embratel chegou com os troncos dela no Nordeste e começou a prestar serviço, a tarifa da Embratel, que era uma tarifa considerada alta, era um décimo do preço que era cobrado antes. Por isso que, diziam, o homem que tinha a companhia telefônica da Paraíba, com uma meia dúzia de cidades com alguns telefones, tinha um avião particular da companhia para ele se deslocar lá dentro.

A.I. – Nessa época havia duas exploradoras desse tipo de serviço de longa distância. Eram a Radional e a Radiobrás.

E.O. – Não. Existia a Radional, e a Radiobrás fazia só internacional, agora não tenho certeza. A Radional é que fazia nacional, a Radiobrás fazia internacional. Existia mais o cabo submarino da Western, que não era só internacional.

I.F. – E havia a Italcable, também.

E.O. – Não, havia a Italcable, havia a francesa, que era...

I.F. – Eu tenho a seguinte informação: a ITT controlava a Standard Electric, equipamentos de telecomunicações, a Radiobrás, que era norte-americana, a italiana...

E.O. – Não, a Radiobrás era da RCA.

I.F. – E tinha a American & Foreign Power Company, que era a Amforp.

E.O. – Mas essa era de eletricidade.

I.F. – Atuava na exploração dos serviços de telefonia em algumas capitais nordestinas.

A.I. – Voltando à criação da Embratel. O senhor falou que, no começo, a Embratel não deu muito certo.

E.O. – Quando começou o governo Castelo Branco, já havia sido baixado um decreto pelo Jango para a organização da Embratel. Mas existiam, dentro do setor interessado em telecomunicações, principalmente duas correntes: uma que queria colocar a Embratel, como estava determinado no Código, e a outra que achava que não devia ser criada a Embratel e que a concessão devia ser dada para uma companhia qualquer, uma companhia estrangeira que fosse fazer esse serviço. Agora, coincidia com isso que surgiram pelo menos duas coisas de que eu estou me lembrando. Uma era que a CTB continuava firme na sua posição: “Não me interessa por executar os serviços de telefonia no Brasil”, ela dizia em qualquer reunião que houvesse. E a outra era que estava surgindo uma coisa nova, que se chamava satélite. Eram as duas coisas que estavam acontecendo simultaneamente. O que faz o Castelo? Ele diz: “Vou suspender esse negócio.” Eu não sou capaz de dizer quem deu essa sugestão para ele. Nessa época, eu era consultado uma vez ou outra, não era minha obrigação, de modo que eu não entrava no problema. Então, foi feita a sugestão de que se agüentasse um pouco a criação da Embratel enquanto houvesse uma discussão em torno do problema. Ao mesmo tempo, existia o problema da CTB, que tinha 80% dos telefones no Brasil e dizia que não queria ficar mais. O Castelo disse: “Vamos deixar isso em aberto. Quem quiser essa concessão, ou quem quiser fazer esse serviço, que procure o governo.” A idéia seria que fosse uma empresa nacional. E não surgia. Durante um ano, esse negócio ficou em aberto. Ficou em aberto o problema da CTB e, ao mesmo tempo, continuava a discussão em torno da Embratel. O novo presidente do Contel, que tinha sido nomeado... Aliás, essa foi uma das coisas para a qual me consultaram: “Quem tem aí que você conhece?” Fizeram uma listinha de quatro ou cinco pessoas e disseram: “Você dá sua opinião sobre esse negócio.” Inclusive, a minha opinião foi aceita, escolheram o José Cláudio Beltrão Frederico. Só que o Beltrão era oficial de Marinha e era a favor de uma empresa privada, que não fosse criada a Embratel dentro da CTB. Então, ele conduziu o Contel nesse sentido. Os membros do Contel que existiam nos governos

anteriores não foram todos substituídos. Mais ou menos a metade foi substituída, a outra não foi.

I.F. – O ministro do Planejamento, Roberto Campos, também estava nessa linha?

E.O. – Estava. Isso vai aparecer mais forte mais adiante. Nessa ocasião, que eu saiba...

I.F. – Ficou mais no Beltrão Frederico.

E.O. – E o Beltrão estava com essa idéia, e a coisa não se resolvia. No fim de um ano, o Castelo bateu o pé e disse: “Acabou esse negócio de discussão. Vamos cumprir o que está na lei e vamos criar a Embratel.” Quando ele disse isso, o Beltrão faz uma carta para ele pedindo demissão, dizendo que não concordava com aquela solução. Ocorre que, exatamente nessa ocasião, eu fui promovido a capitão-de-mar-e-guerra. E, como capitão-de-mar-e-guerra, eu não podia ficar na posição que eu estava no Gabinete; eu devia sair. Inclusive, já tinha sido chamado para a Marinha, ia exercer a chefia da 5ª Seção do Estado-Maior, que é a seção de comunicações no Estado-Maior da Armada. Eu ia ser o chefe da seção de comunicações. Eu estava me preparando para sair, quando o Geisel vai ao Castelo e diz: “Não podemos deixar o Quandt sair daqui. Ele é do negócio de comunicações, e deve ir para o Contel.” Ele não queria que eu saísse, estava gostando do meu trabalho. Então, o Castelo aceitou. Inclusive, o Castelo me chamou e disse: “Quandt, você vai para lá para fazer três coisas: vai constituir a Embratel, vai comprar a CTB e vai baixar as normas sobre classificação de programas de radiodifusão.” Negócio de oito anos, 12 anos, 15 anos, 18 anos que existia, impróprio...

A.I. – A classificação.

E.O. – É, a classificação. Essas três coisas. Respondi: “Está bem.” O Contel constituiria, mas a Embratel não era subordinada ao Contel. A Embratel era subordinada diretamente à Presidência da República, assim como eram também a Petrobrás, a Eletrobrás, a Embratel. Mas, pelo Código, o Contel fixava as prioridades dos serviços que ela fazia. E aí ela foi criada logo. Assumi em agosto, e em setembro foi constituída a Embratel, foi feita a primeira diretoria.

A.I. – De onde vinha a primeira diretoria?

E.O. – O presidente era uma pessoa amiga do próprio Castelo Branco. Está me faltando o nome dele. Quanto aos diretores, não sei como eles foram escolhidos. O Haroldo⁶³, que depois foi ministro, era diretor da Embratel. Na realidade, com exceção do presidente, acho que todos, os outros dois ou três, eram especialistas em telecomunicações. O Haroldo era, inclusive, professor da PUC, uma ótima pessoa, eu gostava muito dele. Mas ele era o diretor técnico. Eles falharam porque custaram a começar.

I.F. – O primeiro presidente não foi Dirceu Lacerda Coutinho?

E.O. – Dirceu Lacerda Coutinho, exatamente.

⁶³ Haroldo Correia de Matos.

I.F. – Esse convite era feito por quem?

E.O. – Pela Presidência da República.

I.F. – Presidência da República. Alguém comentava com ele, conversavam, discutiam.

E.O. – É, era pelo presidente. Aí, eu não sei se era ele. Eu sei que o Dirceu era amigo do Castelo, era até vizinho dele. Quanto aos outros, realmente, não sei como foram escolhidos. Já estavam escolhidos. “É essa diretoria, pronto, acabou.” Porque ela não era vinculada ao Contel, o Contel só fixava as normas para ela funcionar. Inclusive, para a Embratel, eles fixavam as prioridades. Então, o Contel fixou para a Embratel uma certa prioridade, fixou prioridades de um a dez, e a primeira prioridade seria uma ligação entre São Paulo e Porto Alegre.

I.F. – O Tronco Sul?

E.O. – Seria o Tronco Sul, seguido do reforço da ligação entre Rio e São Paulo. Porque, entre Rio e São Paulo, a companhia telefônica tinha muitas ligações. Tinha ligação por fio, por rádio etc., tinha bastante ligação. Mas não seriam suficientes. Agora, Porto Alegre, existia um canal via rádio.

Quando eu estive em Belém, a minha sogra, que tinha ficado viúva pouco tempo antes, ficou no Rio de Janeiro, sozinha, e nós fomos para lá. Nunca passou pela nossa cabeça telefonar para ela. Por quê? Primeiro, você não podia telefonar de casa, tinha que ir na agência da Radional de Belém. De lá, você pedia ligação, e eles diziam: “Você volta às oito da tarde; ou amanhã às tantas horas você vem aqui.” Era assim. Às vezes, era fixado só para o dia seguinte.

Então, o Contel fez. Depois, era o reforço Rio-Brasília. Acho que a segunda prioridade era a ligação para o Nordeste, que saíria de Belo Horizonte, porque entre Rio e Brasília já havia um sistema de microondas de baixa capacidade, implantado quando Brasília foi criada. Havia um sistema de 120 canais entre Rio e Brasília, que mostrava ser muito pouco. A ligação entre São Paulo e Campo Grande. E a Amazônia ficou fora. Uma ligação entre Rio e Vitória. Foram dadas as prioridades. E dito mais: que todas elas deveriam ser feitas com canais de microondas de, pelo menos, 960 canais. A Rio-Brasília era 120. E uma reserva de 960 canais. Na ocasião, foi feito um contato até com as empresas de radiodifusão, a principal era a rádio dos Diários Associados. Houve um contato perguntando sobre o interesse que eles teriam de fazer um canal especial para a televisão, e eles disseram que não: “Não temos interesse.” Então, foi resolvido que se faria o canal de reserva, quando ele não estivesse sendo utilizado. Canal de reserva é o seguinte: se houver uma pane qualquer no principal, é transferido para o reserva. Então, esse canal de reserva seria usado para transmitir televisão. Entre Rio e São Paulo já havia um certo interesse, e aí já se imaginou desde o princípio colocar um canal próprio de televisão. Era essa a idéia geral; só mesmo vendo as notas é que eu posso dar os detalhes. Então, isso foi feito e o detalhe foi dado para a Embratel, que disse: “Não dá certo nós fazermos uma ligação entre São Paulo e Porto Alegre de 960 canais. Uma ligação entre Belo Horizonte e o Nordeste, que era Recife e pegava todo o Nordeste, era em 960 canais.” E se opôs fortemente. Eu me recorde de ter tido uma discussão forte ao telefone com o Dirceu! Ele dizia o seguinte: “O Contel, propositadamente, está colocando excesso de instalações, ou instalações absurdamente elevadas, com o propósito de fazer com que a Embratel entre em falência. Por que colocar 960 canais” – isso, palavras dele – “entre São Paulo e Porto Alegre? Quando terminar o século isso

ainda não estará ocupado. Hoje, lá, só tem um! Por que você quer botar 960? É loucura!” E o Contel fixava: “Não, tem que ser 960. Entre Rio e São Paulo, é um mínimo de 1.800.” Foi uma bruta discussão. “E para a Amazônia?” “Para a Amazônia? Para lá, não adianta, vamos fazer ligação via rádio.” Aí, botou-se uma ligação via rádio para Roraima, e era feito tudo pelos Correios, que tinham uma rede telefônica no Rio de Janeiro. Sabe disso? Era o telefone oficial. Em todas as repartições, inclusive na casa dos ministros e das autoridades, tinha um telefone, que era operado pelo Departamento de Correios. Era o telefone oficial, que era o único para poder funcionar. Acabou dando essa discussão, mas foi firmada a posição: “Então, você vai reclamar para o seu chefe.” Ele era vinculado diretamente ao presidente. Ele foi lá e o presidente disse: “Obedece ao que o Contel está fazendo.” Aí, eles iniciaram o processo. Mas esse processo demorou muito. Tanto que o primeiro contrato para a implantação de um tronco pela Embratel, que foi o Tronco Sul, já foi assinado pela segunda diretoria, não foi assinado pela primeira diretoria, porque eles retardavam, não acreditavam. Eles queriam colocar a tal da tropodifusão.

A.I. – Que foi para a Amazônia?

E.O. – Foi o que foi feito na Amazônia, depois.

A.I. – E, nessa andança, essa decisão de expandir as comunicações nesse nível, não tinha indústria brasileira?

E.O. – Não, nenhuma. No Brasil, a maior fabricação que existia era de 12 canais. Essa que tinha no Nordeste era de 12 canais. Era a Inbelsa⁶⁴, Indústria Brasileira de Equipamentos Elétricos, indústria da Philips que tinha aqui. A Inbelsa era 100% Philips, foi a primeira companhia, era uma filial mas chamava-se Inbelsa. Era uma antiga companhia brasileira que, muitos anos antes, tinha sido comprada pela Philips. Ela tinha sete engenheiros no seu corpo. Então, disseram: “Imagina, tem sete engenheiros! É excepcional.”

I.F. – E onde era a sede dela?

E.O. – Em São Paulo. Agora vamos voltar um pouquinho atrás, já no setor comunicações. Quando o Juscelino fez aquele estudo sobre como estava o problema brasileiro, naquela época eles criaram uns grupos, o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA) e o Grupo Executivo da Indústria Eletro-Eletrônica (GIEE). Só que esse grupo – aliás, acho que no início era só GIE, nem tinha o segundo E – dedicou-se inicialmente ao problema de eletricidade, geração de energia elétrica. Depois, eles chegaram à conclusão de que precisavam ter mais alguma coisa. Então, atribuíram a esse grupo também trabalhar na indústria eletro...

[FINAL DA FITA 7-B]

E.O. – Isso é uma coisa importante: precisava-se ter uma indústria da área de telefonia. Então, o GEIEE fez contato com as empresas aqui existentes, que eram três nessa época: a Ericsson, a Standard Electric e a Siemens. A Philips e a... está me faltando⁶⁵.

⁶⁴ Indústria Brasileira de Eletricidade S. A.

⁶⁵ Automatic Telephones and Electrical Equipments (ATE), que posteriormente mudou sua denominação para Plessey - ATE. Ver: *Livro II* (título provisório). Originais de livro entregue pelo entrevistado à

Essas empresas se reuniram e criaram um grupo de empresas fabricantes de equipamentos telefônicos, a Associação Brasileira dos Fabricantes de Equipamentos Telefônicos (Abrafet). O GEIEE pediu à Abrafet para fazer um projeto de criação da indústria brasileira de equipamentos telefônicos. E as indústrias se juntaram na Abrafet e apresentaram um projeto, projeto esse que também não andou. Com isso, essas indústrias que já estavam aqui instaladas, mas que não tinham fabricação, começaram a se interessar, a abrir pequenas fábricas – na realidade, eram oficinas de montagem – e pegaram uma idéia que tinha sido da CTB, da Brazilian Traction, que era de cobrar das pessoas que queriam ter telefone um valor pela instalação daquele telefone: o autofinanciamento (depois é que passou a se chamar autofinanciamento, porque, no início, não tinha nome). Então, passaram a fazer isso: cada um desses fabricantes criou um departamento ou uma companhia associada, subsidiária, que promovia a criação de empresas telefônicas em certos lugares através de autofinanciamento. Eles trabalhavam principalmente em cidades pequenas, com algumas exceções, como a cidade do Recife, onde a Ericsson juntou uma turma e foi criada uma empresa, a Companhia Telefônica de Pernambuco. Essa companhia iria comprar equipamentos só da Ericsson, ia fazer a instalação de telefones automáticos e, ao fim de algum tempo, assinaram inclusive um contrato para a compra de cem mil terminais telefônicos. Esse eu conheço muito bem, porque quando assumi a Telebrás uma das primeiras empresas que foram incorporadas à Telebrás foi essa companhia telefônica. Depois eu vou entrar nesse detalhe. Mas a norma que tinha sido fixada pela Telebrás era a seguinte: nós não compramos nenhuma empresa. O objetivo é prestar serviço telefônico ao povo brasileiro onde ele precisar. Então, se essa empresa que existe precisa de investimento, a Telebrás participa dela. Mas, em todo investimento que ela fizer, ela vai receber ações ordinárias. Se ela assumir o controle, assume. Agora, se você fizer um investimento mais ou menos grande, como foi o caso da própria companhia [inaudível] a Telebrás dizia: “Eu só exijo: primeiro, que vocês sigam as normas gerais da Telebrás; segundo, nós indicamos o diretor financeiro. Não é o que vocês têm aí, é um indicado por nós, uma pessoa de confiança que esteja lá vendo o dinheiro.” E isso foi feito não só nessa, como em inúmeras outras empresas. Em inúmeros casos, procuravam o prefeito, convenciam-no e faziam uma empresa, que era uma empresa privada, e arrumavam umas pessoas na cidade, ou então gente de fora, para dirigir a empresa. Eles mesmos financiavam aquela implantação, mas cobravam uma taxa, um autofinanciamento para o indivíduo entrar. Só que o autofinanciamento, naquela época, não era o valor do projeto, mas sim o valor do projeto mais o valor da administração que estava sendo feita. Em segundo lugar, o sujeito não tinha direito de receber ações, ele tinha direito a receber o telefone. As ações ficavam com aquele grupo que eles organizavam. Então, começaram a aparecer várias companhias telefônicas pequenas, algumas foram crescendo, e os donos eram aqueles que estavam por ali. Isso aconteceu em inúmeros lugares. Eram essas três, que depois foram acrescidas pela Philips e pela Plessey, que é inglesa. As cinco faziam parte da Abrafet. Há cartas da Abrafet desde mil novecentos e cinqüenta e não sei quanto, existe um bom arquivo sobre esse assunto. Eles falavam em milhões de coisas! E então começou a surgir a indústria. Só que esse trabalho de implantação não estava funcionando bem dessa maneira, não aparecia tanta gente assim. A maior que apareceu foi essa de Recife, e é a que foi mais bem administrada. Inclusive, essas pessoas que ficaram lá acabaram não sendo os donos, a coisa ficou muito dividida, mas eram pessoas que realmente estavam querendo fazer. Houve lugares em que havia pessoas

entrevistadora em março de 2005, como subsídio para preparação da entrevista. De acordo com o entrevistado, o livro é a segunda parte de *Renascem as telecomunicações*, São José dos Pinhais, PR, Editel Gráfica e Editora, 1992.

que queriam realmente dar telefone à sua cidade, e outros em que queriam era ganhar dinheiro à custa dos outros. Essa é a verdade.

I.F. – Tinha muito jogo político?

E.O. – Não. Bom, havia talvez um pouco, mas nessa época não havia muito jogo. O jogo político que existia era o jogo da tarifa.

A.I. – A tarifa era...

E.O. – Baixa.

A.I. – E era negociada com o prefeito?

E.O. – Não. A tarifa tinha que ser aprovada pela assembléia. E o político só se interessava pelo telefone próximo das eleições, isso já aparece nos estudos do Juscelino. O telefone é um sistema que demora muito para ser instalado. Então, como nunca conseguiam chegar a um ponto final antes das eleições, a maioria desistia. Havia uns ou outros que não desistiam, mas a maioria desistia e deixava aquilo como estava.

A.I. – De qualquer modo, para a indústria, eram sempre pedidos pequenos, porque eram muito picadinhos.

E.O. – Eram sempre pedidos muito pequenos.

A.I. – Concentrados, talvez, na época de eleição?

E.O. – Em 1964, a CTB estava sob intervenção. Havia um interventor que era nomeado pelo governo federal, e ele recebeu instruções para atender às cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, que estavam altamente necessitadas de telefones. Então, foi feito um plano de expansão, iniciado por volta de 65.

A.I. – Ainda sob intervenção e ainda sem o governo ter comprado?

E.O. – Antes de o governo ter comprado, começou ainda sob intervenção. Nessa época, o Contel já estava começando a atuar também nas regulações dessa área, e fixou a norma de que todo autofinanciamento, em primeiro lugar, só podia ser no máximo igual ao valor do projeto. Segundo, tinha que ser aprovado pelo Contel. Terceiro, quem pagasse autofinanciamento receberia em contrapartida ações preferenciais da empresa.

A.I. – Essa regulação, com relação ao plano de autofinanciamento, de receber ações, é da época do Contel?

E.O. – Foi da época do Contel. Acho que já fui eu no Contel que fiz essa norma.

A.I. – E era mais conveniente receber ações? Já tinha uma intenção de controle da empresa?

E.O. – A idéia era o seguinte: se o indivíduo paga aquilo, aquilo que ele paga não deve ir para outras pessoas, deve ir só para ele. Ele é que tem a receber a contrapartida.

Quando uma companhia telefônica faz uma expansão e implanta dez mil telefones, o valor usado para fazer aquela implantação vai entrar no ativo da empresa, e aquela empresa vai subir no valor do ativo. Se você simplesmente deixar, vai subir o valor de quem já tinha ações antes. Então, a idéia era: quem deve receber as ações é o que está botando dinheiro agora, e não os caras que não botaram dinheiro. Por exemplo, a CTN, que foi a companhia... No Rio Grande do Sul, eu não sei, mas era a mesma CTN, e deve ter acontecido a mesma coisa. No Paraná, a CTN foi implantada pela ITT, tudo por autofinanciamento. E 100% das ações do autofinanciamento ficaram na mão da ITT. Na mão de mais ninguém, ninguém tinha ação lá. Ela controlava 100% da empresa, mas ela não tinha posto um tostão lá dentro.

A.I. – E a compra da CTB?

E.O. – Era uma das coisas que ele tinha dito que eu devia fazer quando assumisse o Contel. Eu entrei no problema, fiz inclusive contato com o pessoal da CTB. Quer dizer, o contato na realidade não era feito com a CTB, já era feito com o pessoal da Brazilian Traction, que era outro. O irmão dele foi até presidente do Supremo Tribunal Federal.

I.F. – Gallotti⁶⁶.

E.O. – Galloti, nós nos entendíamos com ele.

I.F. – Ele esteve muito ligado à eletricidade também, à Light.

E.O. – É.

A.I. – Ele ficou até o fim com a Light.

E.O. – Ele era o presidente da *holding*. Quer dizer, a negociação da CTB não foi feita com a CTB, foi feita com a *holding*. Quando cheguei ao Contel, havia a demonstração de interesse de um grupo de três ou quatro pessoas. Para ver mesmo os nomes deles, tenho que ver meus documentos. Há até um viaduto na estrada de Petrópolis com o nome de um deles. O quarto eu tenho certeza de que era o Roberto Marinho, mas ele não era o principal nem o secundário. Ele estava entrando no grupo. Até que disseram: “Vamos fazer uma reunião com esse cara”. Tive uma reunião com esse camarada e perguntei: “Qual é a proposta que vocês têm?” A proposta, em última análise, era que o governo brasileiro comprasse a CTB e a entregasse para a administração deles, como tinha acontecido pelo interior todo. Eles tinham a administração e ficavam com X % garantidos. Aí, era um ponto meu, que eu inclusive levei ao Castelo e ao Geisel – eu falava mais com o Geisel: “Acho que capitalista que não bota o seu capital em um lugar, não é capitalista. Se ele quer, ele tem que botar o seu lá dentro, porque aí ele vai se interessar para aquilo funcionar direito. Se ele não botar o seu dinheiro lá dentro, não adianta. [riso] Então, não adianta.” Esse era o princípio. E isso eu disse. Aí, eles desistiram. Teve uma outra proposta, até veio da Standard Electric, da ITT, que era em termos semelhantes, praticamente a mesma coisa. Não foram aceitas as propostas, então foi-se negociar com a CTB. Fez-se um grupo, eu era o chefe da comissão, tinha um representante do Ministério da Fazenda que eu não me lembro quem era, e tocamos as negociações. Eles chegaram e fizeram a proposta, não me lembro agora quanto pediram,

⁶⁶ Antônio Gallotti.

uns 120 milhões de dólares, uma coisa dessa natureza. Mas a gente tinha a documentação anterior, e dissemos: “Não concordamos, porque vocês, há cinco ou três anos, com o governo Jango, fizeram uma proposta de venda por 96 milhões de dólares que não foi aceita. Como vocês agora vão pedir 120 milhões?” Então, após inúmeras negociações, foi fixado o seguinte: que seria feita a compra de todas as ações, porque eles tinham o controle total. Eram 96.357, aquele seria o valor básico, para ser pago em 20 anos a juros de 6% ao ano. Logo via-se quanto dava, e pronto. Mas decidiu-se que se contrataria uma firma internacional, de outro lugar qualquer, especializada em avaliação de bens, que faria a avaliação real do bem. Se a avaliação desse menos de 96 milhões, o preço seria baixado para esse novo valor; se desse mais de 96, não seria aumentado, ficaria em 96 mesmo. E então foi fechado o negócio. Isso é uma história comprida, se vocês quiserem, há um livro que já escrevi.⁶⁷

I.F. – Quando o senhor entrou no Contel, o Castelo Ihe deu essas três tarefas: a constituição da Embratel, compra da CTB e normas para radiodifusão. A radiodifusão devia dar um enorme poder.

E.O. – Não.

I.F. – Não havia uma disputa muito grande?

E.O. – Foi simples.

I.F. – Porque esse negócio de telefonia e radiodifusão mexe com o Brasil inteiro!

E.O. – Eram normas para radiodifusão, para a classificação dos programas de radiodifusão. E o que eu fiz? Levei ao Contel, e o plenário concordou: entramos em contato com o juiz de menores da cidade do Rio de Janeiro para ele fazer a sugestão sobre como achava que deveriam ser essas normas.

I.F. – Só rádio?

E.O. – Rádio e televisão.

I.F. – E cinema, controle de filmes?

E.O. – Não. Rádio e televisão. Eram normas para a classificação. Eu não me lembro, porque simplesmente as normas que vieram do juizado de menores foram baixadas pelo Contel.

A.I. – E as concessões de rádio?

E.O. – Não, concessão de rádio é outra coisa. Na concessão de rádio, pelo próprio código, você tem que abrir uma concorrência, mas a decisão é do presidente da República. Ele pode decidir por quem ele quiser entre aqueles que se apresentaram.

I.F. – É uma disputa braba também, não? E é um controle, também.

⁶⁷ *Renascem as telecomunicações*, São José dos Pinhais, Editel Gráfica e Editora, 1992.

E.O. – É. Isso vai dar muita coisa. Quando eu estava no Contel, a gente não sabia de nada, e não tinha com quem se consultar. Não existiam no Brasil essa consciência, esses conhecimentos. Então, a gente ficava vendo. Como é feito aí fora? A gente ia ver como era feito nos Estados Unidos e acabamos resolvendo pegar o que era feito lá naquela ocasião e tomar como norma de conduta, como política. Assim, deveriam existir redes nacionais, mas não podia ser uma, tinha que haver obrigatoriamente várias redes. E ninguém podia ter mais de cinco estações. Por exemplo, o grupo Globo não pode ter mais de cinco estações. Os outros são associados. Se quiserem, saem, deixam de ser associados. Mas ele não é proprietário, não pode entrar na sociedade. Isso deu um problema danado. Naquela ocasião, quem dominava o mercado eram os Diários Associados, que tinham, se não me engano, 18 estações no Brasil. Era um número bastante grande de estações, e essas eles teriam que dar um jeito de se desenvolver. Eles faziam uma pressão muito grande para não entrar mais ninguém. A Globo, para entrar, teve um trabalho danado! E ela teve apoio para isso, assim como o SBT teve apoio, como a Record teve apoio. Mas para que acabaram? Para se ter pelo menos três ou quatro grupos no Brasil inteiro. Na radiodifusão, existia um grande problema. Na radiodifusão como um todo – na rádio, não na televisão –, se você não tiver um controle muito bom sobre o problema de frequências, você não consegue colocar estações, porque elas começam a se entrecortar. E não havia um plano nacional de radiodifusão. Existia um plano, vamos dizer, interamericano, que assegurava às empresas aqueles canais. Se não me engano, o Brasil tinha por volta de 13 canais, exclusivos.

[FINAL DA FITA 8-A]

E.O. – Nessa época em que estive no Contel, primeiro foi feito um pequeno plano. Depois, quando estive no ministério, foi feito um plano geral de distribuição de frequências, separando canais em alta, média e baixa potências, de modo que se você ficar em baixa potência, você pode ter aquele mesmo canal em dez, 20 ou 30 cidades diferentes. Isso é uma coisa de planejamento. Quando a FM começou a aparecer, dentro dessa política, o que se fazia? Praticamente não existiam estações de FM, então, você fazia o seguinte: abria concorrência logo para um número grande de frequência. A FM tem a vantagem de ter mais curto alcance, então você dava, de preferência, logo cinco canais para alguém. Aquele cara tinha cinco canais, já saía com uma base de rede. E ia se dando um atrás do outro, porque existia muita disponibilidade de FM no princípio, e isso durou quase até o fim de quando eu estive no governo Geisel. Você quase tinha que convidar as pessoas para vir, porque ninguém queria botar.

I.F. – É?

E.O. – É. Havia muito pouca procura de novos, porque a gente já botava cinco canais. Surgiram uns caras que depois queriam arrumar compradores para as rádios antes de eles instalarem, e aí se saiu com uma norma proibindo. Não se podia vender nenhum canal antes de ele ter funcionado durante dois anos ou um ano.

I.F. – E essa tecnologia toda aqui no Brasil foi moldada onde? Na Europa, nos Estados Unidos? Porque aqui no Brasil não tinha, surgiu de repente. Foi copiado de quem?

E.O. – FM?

I.F. – Não, tudo. Essa modernizações, essas coisas novas que surgiram. A FM, por exemplo.

E.O. – Para a maior parte das normas, tomaram-se como base os Estados Unidos, um país de grandes dimensões que estava adiantado.

I.F. – Na televisão houve uma discussão também muito grande com relação à televisão americana, televisão européia, PAL-M. Eu lembro dessas discussões todas. Havia uns vídeos que você comprava na Europa e, quando chegava aqui, não conseguia assistir, porque não combinava com a televisão.

A.I. – [riso] O padrão jabuticaba⁶⁸.

E.O. – O padrão jabuticaba, eu boto a carapuça até aqui. [risos]

Nós não mencionamos a questão do satélite, que eu considero muito importante. Quando surgiu a idéia do satélite, primeiro houve uma grande discussão sobre o satélite em si, porque existiam duas possibilidades: uma, era você colocar um satélite parado no espaço, recebendo a transmissão e retransmitindo; outra, era você ter satélites que giravam continuamente em torno da Terra e, quando passavam em cima do lugar, ficavam transmitindo e recebendo. Isso não foi aqui no Brasil, eu estou dando uma idéia geral.

I.F. – Isso começou na década de 50, não foi?

E.O. – Não. Eu acho que o satélite já deve ter sido na década de 60, porque a ITT, por exemplo, que era a Radiobrás aqui no Brasil, resolveu fazer uma experiência, inclusive instalou no Rio de Janeiro, em Jacarepaguá, uma estação de recepção de satélite. Mas era para recepção dos satélites de baixa altitude, desses que ficavam girando sem parar, e a Radiobrás botou para funcionar e ficou fazendo experiências com o sistema dela. Nesse meio tempo, houve uma congregação e resolveram criar um grupo para dirigir isso, chamou-se Comsat. Antes do Intelsat, houve o Comsat. Os países interessados se associavam ao Comsat e, de acordo com os estudos que eles faziam, teriam uma participação X em dólares para implantar aquele sistema e seriam sócios do satélite. Nessa ocasião, ainda não estava decidido se ia ser o de alta ou o de baixa altitude. A primeira coisa que se fez foi no início do governo Castelo. Não sei se já tinha no governo Jango, mas eu acho que não, acho que já apareceu no governo Castelo. O Brasil tinha muita dificuldade em comunicações internacionais, e acharam que valia a pena entrar. Só que, para entrar, ele mostrou interesse; depois de todo mundo mostrar interesse, eles fizeram a divisão e disseram: “Cabe ao Brasil dar três milhões de dólares.” Aí, disseram: “O Brasil não tem três milhões dólares”, embora não fossem três milhões de dólares batidos, eram três milhões de dólares que seriam colocados à medida que os satélites fossem sendo comprados e colocados em posição. Houve uma grande reunião, nessa época eu ainda estava no Gabinete Militar, não entrei nesse negócio, mas sei que foi tomada a decisão de que o Brasil iria entrar no sistema de satélite. E deu uma entrada de cem mil dólares, uma coisa assim, e pronto: entrou no satélite. A entrada da Embratel teve mais detalhes, só eu relendo de novo sou capaz de dizer. Por exemplo, os japoneses queriam colocar um cabo submarino ao longo da costa brasileira, e, com isso, não precisariam mais fazer a Embratel. Surgiram coisas dessa natureza. Aquela da ITT,

⁶⁸É o sistema PAL-M, que só existe no Brasil, daí ser conhecido como padrão jabuticaba.

que se propôs a tomar conta da CTB, desde que comprasse, que ela ficava administrando. E, como essas, saíram várias outras coisas. Acho que essas estão naquele meu primeiro volume.

Criada a Embratel, perguntaram: “Agora, o que a Embratel vai fazer?” O Contel disse: “A Embratel vai fazer o Sistema Nacional de Telecomunicações e a Estação Internacional”, que é o que está na Lei 4.117, que é o código. Porque se você pegar o código *ipsis litteris* na sua redação inicial, a Embratel iria operar o Sistema Nacional, que era o sistema de microonda, e a estação de satélite. Mas ela não iria prestar serviços, ela alugaria os canais de microonda para as companhias telefônicas, alugaria os canais de satélite para as companhias que tivessem o serviço internacional. Isso era o *ipsis litteris* do contrato. Só que, quando o negócio começou a ser feito, foi resolvido... Aí, é a interpretação. Você sabe que você tanto pode interpretar dessa maneira como daquela.

A.I. – Então, o modelo proposto seguia o modelo que já existia. Quem distribui... não é Furnas quem faz?

E.O. – Exatamente, era isso. Mas resolveram fazer como era o sistema americano. Quem faz a longa distância, instala o equipamento e presta o serviço. Então, foi feito. Porém, quando foi para ver o sistema de satélite, surgiu um problema, havia uma oposição muito grande. Disseram: “Não operamos nada aqui, como é que vamos operar uma estação de satélite? O Brasil não tem competência para isso. A Embratel não tem competência, não pode ter competência para isso.” Foram extremamente contra. E os dois principais oponentes eram o Roberto Campos e o Bulhões⁶⁹, que era ministro da Fazenda. Eles achavam que devia ser aberta uma concessão para alguém instalar aquela coisa. E o Contel achava que não.

I.F. – O Contel era o senhor.

E.O. – Não.

I.F. – Mas o senhor estava na direção do Contel.

E.O. – Logicamente, eu tentava, mas era a opinião geral do conselho. O Contel, como conselho, tinha essa posição, e eu representava o Contel. O Geisel concordava comigo, concordava com o Contel. Aí, [riso] o Castelo resolveu fazer uma reunião⁷⁰, a que compareceram Castelo, Roberto Campos, Bulhões, Geisel e eu. Foi exposto o problema, discutido, e no fim ele bateu a mão e disse: “A Embratel vai operar o satélite.” E foi feito. Só como exemplo para vocês: primeiro, o Comsat estava altamente interessado em que o Brasil entrasse, porque o Brasil era um país que poderia ter muito mais tráfego. Segundo, a entrada do Brasil no Comsat iria influir os outros países da América do Sul a fazerem, porque o único que tinha se interessado era o Brasil, nem a Argentina tinha entrado. Então, o Comsat dizia que daria toda a assistência técnica de que a gente necessitasse. Por exemplo, o Comsat mandou um pessoal para cá para ajudar a gente a escolher o lugar onde ia ficar a estação de satélite. Foram pensados milhões de lugares.

⁶⁹ Octavio Gouvêa de Bulhões.

⁷⁰ O presidente Castelo Branco realizou duas reuniões, em que estiveram presentes os ministros da Fazenda, do Planejamento e Coordenação Econômica, da Justiça, o chefe do Gabinete Militar e os presidentes do Contel e da Embratel. Ver: *Renascem as telecomunicações*, São José dos Pinhais, Editel Gráfica e Editora, 1992.

I.F. – É esse que ficou em Itaboraí?

E.O. – Acabou em Itaboraí, foi a sugestão do Comsat. Era uma das áreas consideradas. E eles davam assistência, porque naquela época do Contel nós estávamos seguindo o padrão americano, a idéia era essa. O americano é muito grande, é muito forte, é muito endinheirado. E existia uma outra área, um outro país, o Japão, que estava tendo um desenvolvimento grande e que também estava em uma situação de telecomunicações muito difícil. Talvez não tão difícil quanto a nossa, mas estava em uma situação muito difícil. Então o Contel resolveu fazer o seguinte: contratou dois assessores vindos dos Estados Unidos e dois assessores vindos do Japão para nos aconselharem, e mais um quinto, um francês, mas esse era um pouco mais científico, eu diria. Vieram dois: um veio para o Contel e outro veio para o Cetuc, Centro de Estudos em Telecomunicações da PUC. Porque uma das resoluções que firmaram posição no Contel era a seguinte: “Temos que formar gente. Mas, para formar, temos que ter assessoria de fora ao máximo, e não podemos deixar de estar na área de pesquisa e desenvolvimento. Quem tem que fazer pesquisa e desenvolvimento é quem tem conhecimento, quem tem cabeça. Quem tem cabeça é a universidade.” Então, na época em que estive no Contel, fizemos uns contratos, mas fizemos principalmente com o Cetuc, com a USP e com a Unicamp. Por exemplo, um estudo sobre transmissão de ondas rádios na área Norte, porque era uma coisa impressionante. Se você transmitisse daqui para a Amazônia, era extremamente mal recebida. Se você transmitisse de Belém para Manaus, era uma dificuldade danada fazer comunicações via rádio. No entanto, se fizesse de Manaus para a Conchinchina, fazia bem. Eu estou exagerando, mas... Então, fez-se um acordo com a universidade. Esse de transmissão foi com o Cetuc, essas antenas que são fabricadas aí foram desenvolvidas lá.

I.F. – As parabólicas?

E.O. – É.

I.F. – Tem pelo Brasil inteiro, não?

E.O. – Foi contratado, no início, pelo Contel, e depois pela Telebrás. Aqueles do sul de Minas, Santa Rita do Sapucaí. Aliás, as primeiras antenas foram de lá, Santa Rita do Sapucaí.

A.I. – O Contel, então, atuava no planejamento, na estruturação. No caso da Embratel, tinha um braço pesquisa e desenvolvimento...

E.O. – Não, o Contel não tinha um braço pesquisa, tinha uma idéia de pesquisa. Ele achava que não tinha condição de fazer, nem havia condições em ninguém aqui. Tinha que ser feito em uma universidade.

A.I. – Mas existia a intenção de se desenvolver aqui, de incentivar a universidade a adquirir esse conhecimento?

E.O. – É, só que nós estamos falando do Contel de 1965, 66. Nessa época, não estava se pensando em desenvolver equipamento ainda. A idéia era que o conhecimento sobre as telecomunicações fosse desenvolvido. E quem está estudando é que tem melhores condições de desenvolver o conhecimento sobre telecomunicações. Esse negócio de

antenas já foi mais tarde. Como o Trópico⁷¹, que na verdade começou quando foi criada a Telebrás. A Telebrás já tinha um departamento de pesquisas e desenvolvimentos, que depois foi transformado no CPqD⁷², que foi um dos poucos no mundo que desenvolveram equipamentos digitais.

Eu estava falando sobre o satélite. Com essa assessoria americana e japonesa, mais a do Comsat – porque o Comsat mandava uma ou duas pessoas aqui para ficarem aconselhando –, foi feita uma concorrência, ganha pela Hughes International. Essa concorrência era para instalar o sistema de recepção em Itaboraí. Foi feito um contrato da ordem de oito milhões de dólares, que era o custo, a Embratel entrava com o terreno, acho que até as edificações faziam parte do contrato, e eles faziam o resto. O preço deles era financiado em oito anos, com três anos de carência e aqueles juros de 6% que se conseguiam na ocasião. No primeiro ano de operação do satélite, nove meses de operação cobriram todo o custo. Todo o custo da implantação da estação, os oito milhões de dólares, tranqüilo, em nove meses.

A.I. – Tinha mercado.

E.O. – Tinha mercado. Mas isso é uma história muito comprida.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

I.F. – Só para lembrar que, na entrevista de ontem, nós conversamos sobre o convite que foi feito ao senhor. O prefeito do Rio de Janeiro era o Ângelo Mendes de Moraes. Confirmado?

E.O. – Confirmado.

[FINAL DA FITA 8-B]

3ª Entrevista: 16.03.2005

I.F. – Gostaríamos de começar hoje com a mudança do governo Castelo Branco para Costa e Silva, com a criação do Ministério das Comunicações. O Decreto-lei 200, que criou o Ministério das Comunicações, foi pensado e organizado durante o governo Castelo Branco, mas só foi instalado no governo Costa e Silva, no dia 15 de março⁷³. Gostaria que o senhor falasse sobre a idéia da formação desse ministério, a importância de sua formação e os órgãos mais importantes ligados a ele.

⁷¹ A Central Comutadora Trópico foi o maior projeto desenvolvido pelo CPqD. Apenas outros seis países detêm a tecnologia para produzir uma central telefônica do tipo CPA (Teletra/Itália, NEC/Japão, ATT/EUA, Ericsson/Suécia, Siemens/Alemanha, Alcatel/França), o mais sofisticado equipamento de uma empresa de telefonia fixa. Disponível em: www.inventabrasil.com.br. Acessado em: 01.06.2005.

⁷² O CPqD - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Padre Roberto Landell de Moura, criado em 1976, foi transformado em Fundação CPqD, conforme aprovou a Assembléia Geral Extraordinária (AGE) que homologou a cisão das empresas do Sistema, em 22 de maio de 1998. Essa decisão do governo foi tomada em virtude da importância da preservação da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico das telecomunicações no âmbito da Telebrás, conforme previsto na Lei 9.472, de 16 de julho de 1997. Disponível em: www.brasiltelecom.com.br. Acessado em: 29.06.2005.

⁷³ Em 20 de fevereiro de 1967 foi aprovado o Decreto-Lei n° 200, que criou o Ministério das Comunicações. O novo ministério, porém, só foi instalado no dia 15 de março do mesmo ano, dia da posse do presidente Costa e Silva. Disponível em www.mc.br. Acessado em: 14.06.2005.

E.O. – O Decreto-lei 200, que reformulou completamente o governo, foi baixado pelo governo Castelo Branco. Mas era para ter início no dia 15 de março de 67. A elaboração dessa reforma, inclusive na parte referente às comunicações, não teve a participação do Contel. O Contel, o plenário reunido, era contrário à criação do Ministério das Comunicações. A organização foi feita no Ministério do Planejamento e no Ministério da Justiça, estes foram basicamente os órgãos que atuaram na preparação dessa reorganização. Então, o Contel se disse contrário à criação do ministério, mesmo sabendo que ia haver de qualquer maneira a criação do ministério. Isso porque havia outros assuntos correlatos que fariam parte do ministério, como, por exemplo, os Correios, em que o Contel só tinha atuação na parte de telegramas. Então, ele se reuniu e procurou o presidente eleito, Costa e Silva, que estava se preparando. Não só no caso do Costa e Silva, mas também no caso de governos posteriores, havia uma exposição sobre cada um dos órgãos ao presidente da República eleito. O Contel fez uma exposição – o presidente do Contel, que na ocasião era eu – ao Costa e Silva sobre a situação geral das comunicações. Nessa ocasião, por uma decisão do plenário do conselho, foi levada a ele a sugestão, quase que uma solicitação, de que logo de início não fosse nomeado um ministro das Comunicações e que fosse dada ao Contel a atribuição de organizar o órgão, porque poderia haver um hiato, um problema de gestão inicial em um órgão que saía do nada. O Costa e Silva aceitou essa sugestão, mas dois ou três dias antes da posse, por solicitações de áreas políticas, foi preenchido o cargo de ministro das Comunicações. E foi o Carlos Furtado de Simas, que era presidente da Companhia Telefônica da Bahia, a Tebasa⁷⁴. A idéia básica do Decreto-lei 200 era desvincular da presidência da República algumas centenas de órgãos que eram a ela vinculados. Criação de cavalos, no Brasil, era um órgão vinculado ao presidente da República, assim como era a Companhia Nacional do Fumo. A Petrobrás era vinculada ao presidente da República, e não ao Ministério de Indústria e Comércio. Quer dizer, era tudo vinculado ao presidente da República, isso já vinha desde o princípio da República. Cada órgão que se criava, era vinculado ao presidente da República, a idéia básica era essa. Então, com essa idéia, o Contel ficaria vinculado ao Ministério das Comunicações. Porém, era preciso que se fizesse uma estrutura, uma organização. A Embratel tinha começado a fazer os seus trabalhos, mas ela estava um pouco atrasada - eu mencionei aquelas divergências que tinham ocorrido. Então, logo que a nova diretoria da Embratel assumiu, ela tocou a coisa para frente e, realmente, tocou com bastante intensidade. Um dos departamentos do novo ministério seria o Departamento Nacional de Telecomunicações, que era do Contel, e ele não se organizou logo, nem uma organização provisória. Resultado: ficou apenas o ministro e o gabinete, e um secretário-geral. E teve mais um detalhe. Foi dito ao ministro: “O seu secretário-geral é o presidente do Contel, porque ele é quem está por dentro de todas as coisas. Ele lhe auxiliará, lhe assessorará corretamente.” Só que o presidente do Contel de então, o Pedro Leon Bastide Schneider, era um indivíduo extremamente correto e muito conhecedor do sistema de telecomunicações, muito conhecedor da legislação de telecomunicações também. Ele era membro do Contel anterior: quando eu era presidente do Contel, ele era vice-presidente. Ele assumiu a presidência quando eu saí e, então, foi ser o secretário-geral do novo ministério. Só que o ministro começou a se interessar por aquilo que estava funcionando, que era a Embratel, e quase que se desinteressou pelo resto. Então, o Contel continuou a funcionar como vinha funcionando até então: baixando normas, baixando regras. E o ministro e o secretário-

⁷⁴ Telefones da Bahia S/A.

geral não se davam muito bem. Não sei quanto tempo isso demorou, foi quase um ano. Aí, eles desistiram, o secretário-geral pediu demissão, e o Contel fechou. Ele parou de funcionar, mas o ministério não estava organizado, não começou a funcionar. Durante o período do governo Costa e Silva, praticamente a única coisa que funcionou em telecomunicações foi a Embratel. Essa funcionou, e muito bem.

I.F. – A Embratel estava com o Haroldo?

E.O. – Não, o presidente era...

A.I. – Eu tenho como sendo o general Galvão.

E.O. – Galvão. Era ele o presidente⁷⁵, o Rosário era diretor...

I.F. – O Haroldo, depois, vai para os Correios.

E.O. – É, o Haroldo foi para os Correios com o Médici, não me lembro quem ficou nos Correios. E o Galvão, de toda a diretoria, foi quem tocou para frente o negócio. Eu não sei se já mencionei uma história de um japonês que esteve aí, um negócio de loucos! Na Embratel, sob o Galvão, as licitações já tinham sido iniciadas antes, e ele deu logo o resultado da primeira, foi a de São Paulo-Porto Alegre. A idéia era que a rede básica tinha que servir a todas as capitais de estado, só que o melhor caminho para ela seguir de São Paulo para Porto Alegre não era pela costa, era por dentro.

I.F. – Aí, Florianópolis pulou fora.

E.O. – Florianópolis pulou fora. Então, foi refeito o projeto, que saiu de Curitiba e tinha um ramal que era chamado de rabicho. Quando se falava no rabicho, já se sabia o que era, era o ramal de Curitiba a Florianópolis. Também já estava aberta a concorrência para instalar a central de satélites; a concorrência, acho que a segunda, que era de Belo Horizonte para Recife; a de São Paulo para Campo Grande; e a do Rio de Janeiro para Brasília (uma nova, porque já existia uma pequena, com 120 canais, mas que não era suficiente). Depois, houve outras, essas foram as primeiras. Quando fizeram essas coisas, começaram a pensar: “Tem que fazer alguma coisa para a Amazônia.” Quem ganhou essas primeiras concorrências, a do Tronco Sul, foi a NEC⁷⁶, japonesa. A de Belo Horizonte para Recife foi ganha pela Philips. A de São Paulo para Campo Grande foi ganha pela ISEC⁷⁷, que era a SESA⁷⁸- ITT⁷⁹. Mais tarde, a NEC ganhou outras concorrências. Então, havia uma quantidade maior de coisas japonesas. E veio aqui ao Brasil, em 68, um especialista japonês, um senhor de idade, porque os japoneses têm muito respeito pelos velhos. Numa ocasião eu estive em uma cidade do interior que tinha muito japonês, e, conversando com o pessoal, eles contaram a seguinte história:

⁷⁵ Em abril de 1967 assumiu nova diretoria, presidida por Francisco de Souza Galvão e tendo como diretores José Maria Couto de Oliveira, Lourival Ribeiro do Rosário Filho, Jorge Marsiaj Leal, Luiz Antônio de Araújo e Mário Guimarães Vieira. Ver: *Livro II* (título provisório). Originais de livro entregue pelo entrevistado à entrevistadora em março de 2005, como subsídio para preparação da entrevista. De acordo com o entrevistado, o livro é a segunda parte de *Renascem as telecomunicações*, São José dos Pinhais, PR, Editel Gráfica e Editora, 1992.

⁷⁶ Nippon Electric Company.

⁷⁷ International Standard Electric Corporation.

⁷⁸ Standard Eletrica S. A.

⁷⁹ International Telegraph and Telephone.

“O japonês mais velho que está aqui é o fulano de tal, que é porteiro de um prédio. Quando existe algum problema maior que os japoneses não conseguem resolver, eles vão perguntar para esse camarada, que é o mais velho.” Lá havia engenheiros e médicos japoneses, mas era aquele quem resolvia. Ele dizia: “Faça assim.” E ninguém dizia nada. Apresentaram a esse velho o programa da Embratel, e depois ele fez um comentário. Achou que estava sendo excessivo, que estavam querendo fazer as coisas muito rapidamente, que aquilo não era possível. Ele disse: “Vocês são loucos em achar que vão conseguir realizar isso.” Dois anos depois, ele esteve aqui, quando já tinham começado a inaugurar algumas centrais. Expuseram a situação a ele, que disse só o seguinte: “É, vocês são loucos mesmo.” E pronto. Quer dizer, realmente a Embratel fez um trabalho excepcional.

I.F. – A Embratel fez um trabalho excepcional sob a orientação do general Galvão, que estava na direção. Mas quais eram os grupos que ajudavam, que programavam, que faziam? Que tipo de formação? Vinham dos governos militares, como militares também, ou eram civis? Quem fez isso?

E.O. – O que aconteceu foi o seguinte. Primeiro, havia muitos militares, mas só pela seguinte razão: porque os bons institutos de formação de engenheiros de telecomunicações eram os militares. Eram o ITA, em São José dos Campos, e o Instituto Militar de Engenharia, do Rio de Janeiro. A Marinha não tinha tanta formação. A Marinha mandava os seus engenheiros de telecomunicações se formarem nos Estados Unidos. E ela tinha relativamente pouca gente. E mais: a Marinha seguia a organização da Marinha americana. E a Marinha americana tinha, entre o operador e o engenheiro, uma classe intermediária, que eram os especialistas em eletrônica. Eles às vezes eram chamados de radiotécnicos, às vezes de eletrônicos, que era aquela classe intermediária. Eu era eletrônico, não sou engenheiro. Eu não tinha o curso de engenheiro e nunca quis.

O que fez a Embratel? Procurou chamar de todas as áreas onde havia gente com experiência. Inclusive, tanto o IME como o ITA não formavam só militares, também formavam civis. Começaram a contratar gente desses lugares.

Há um outro aspecto que é preciso ser lembrado: não só o Decreto-lei 200, mas também um outro, de que agora não me recordo a numeração, estabeleceu que as sociedades de economia mista – quer dizer, aquelas organizações do governo que eram sociedades de economia mista – funcionavam de acordo com a Lei das S.A. Isso vigorou até 1982, quando o Delfim Neto, que era ministro do Planejamento naquela ocasião, criou uma secretaria de controle das empresas e acabou. Saiu um decreto-lei ou uma lei dizendo que as sociedades de economia mista, novamente, não mais se regulavam pela Lei das S.A., mas sim pelo Orçamento Geral da União. Quer dizer, não podiam mais funcionar como se fossem empresas livres.

Mas, voltando à organização da Embratel, ela colheu de todas, inclusive das empresas que operavam aqui: Radional, Radiobrás, Western, ITT e tudo.

I.F. – Deixa eu ver se entendi direito. Até esse momento, o Ministério das Comunicações estava mais voltado para a parte de telefonia, telefones.

E.O. – Não. Nesse período, ele estava surgindo. E era telefonia e telegrafia. Não existia telex, não existia nada.

I.F. – Pois é, não existia televisão, não existia nada dessas coisas importantes. Tinha, mas não com a força que hoje têm.

E.O. – E a radiodifusão estava vinculada ao ministério. Mas só que o ministério não teve... Por exemplo, eu creio que o primeiro regulamento do ministério organizando a sua estrutura saiu em 1969. Houve uma demora, o ministério ficou muito vago. O gabinete do ministro ficava aqui no Rio de Janeiro e tinha mais um gabinete em Brasília. Ele não tinha sede: a sede era aqui ou era lá? Falando a verdade, ele se dedicava a ver o que estava sendo feito pela Embratel. A secretaria geral começou a se organizar e a ter uma série de idéias, porque ninguém faz nada se não tiver um plano, não fixar metas e traçar caminhos para chegar até esse final. Isso, o ministério custou muito a fazer.

I.F. – Então, estava acontecendo o seguinte: havia vontade política para montar o ministério, mas não houve um acordo entre as pessoas que estavam no governo para decidir que linha tomar. Quer dizer, pessoas isoladas é que viram a importância desse ministério para o desenvolvimento do país, inclusive um ministério que pode ter muito poder. No momento em que mexe com todo o setor de telefonia, com todo o desenvolvimento tecnológico dessa área, com as comunicações de radiodifusão e televisão, é um ministério que pode ter muito poder.

E.O. – Pode ter muito poder.

I.F. – Desde que organizado.

E.O. – Desde que organizado. Eu diria que as pessoas que foram ocupar as posições no Ministério das Comunicações custaram a se conscientizar do que precisavam fazer, escolher um caminho a seguir. Eles custaram a se estruturar. Na verdade, essa estrutura só foi bem montada e feita quando mudou de governo. Foi quando entrou o segundo ministro das Comunicações, o Hygino Caetano Corsetti.⁸⁰ Inclusive, logo que assumiu, o Corsetti mandou um relatório para o presidente da República, o Médici, em que comentava os problemas que estava enfrentando no ministério. Por exemplo, nesse relatório ele dizia que o ministério não planejava nem coordenava as atividades de comunicações. Ele tinha uma parte no Rio de Janeiro, outra parte em Brasília. Então, não tinha como funcionar. Se não tem um grupo trabalhando junto, não consegue funcionar direito. Ele não tinha sede, não se sabia onde ia ficar, onde ia ser localizado. E, como não tinha organização, também não tinha pessoal próprio. Então, o que aconteceu quando houve a saída do Schneider do Contel? É que o Contel é que estava fazendo essas coisas. Quer dizer, *parte* dessas coisas, porque o Contel só regulava, não tinha ninguém subordinado ao Contel. Mesmo antes da criação do Ministério das Comunicações, a Embratel não era subordinada ao Contel, a CTB não era subordinada ao Contel. Ele apenas regulava, era como é a Anatel hoje. O Ministério das Comunicações só começou a funcionar bem, completamente, quando o Corsetti assumiu.

A.I. – Então, nesse período, a Embratel operava independentemente, quer dizer, com seus próprios planos, com seu pessoal, não se reportando ao ministro ou tendo algum conflito? Era independente?

⁸⁰ Hygino Caetano Corsetti foi ministro das Comunicações durante todo o governo Médici, de 30.10.1969 a 15.03.1974. Ver DHBB.

E.O. – Pelo contrário! Enquanto ainda funcionou o Contel, ele fixava objetivos, metas e prioridades para a Embratel. Foi o Contel quem disse para a Embratel: “Em primeiro lugar, você instala o Tronco Sul entre São Paulo e Porto Alegre.” E fez mais. Enquanto a Embratel estava se organizando, o Contel inclusive contratou uma empresa para fazer o plano, fazer o levantamento de tudo, para escolher o caminho a ser seguido. O Contel não escolheu o caminho, mas ele contratou essa empresa e os trabalhos da empresa foram entregues à Embratel. Inclusive, há um fato interessante para se considerar: quem fez o Tronco Sul foi a NEC. E a NEC, no meio dessa história toda, errou! Havia um negócio que ela não sabia se era naquele morro ou se era nesse daqui. Quer dizer: achou que era no morro do Gofredo e instalou lá, só que aquele morro não era o morro do Gofredo! O resultado é que a coisa não funcionou. Tiveram que retirar tudo de lá e trazer de novo para cá.

[FINAL DA FITA 9-A]

E.O. – Foi feito muito bem, e isso se deve principalmente ao Galvão. Com o Galvão, os problemas eram discutidos na diretoria. Vinha chefe de departamento para discutir e, quando havia uma divergência, dizem que o Galvão sentava, abria o jornal e dizia: “Vou ler o meu jornal e vocês discutam aí. Enquanto vocês não chegarem a um acordo, essa reunião não vai se encerrar, nem que ela passe a noite inteira até amanhã.” E o pessoal acabava chegando a um acordo. Ele não impunha opinião, mas fazia as pessoas trabalharem. E a outra coisa que a Embratel fez muito bem e que até aquela época não acontecia, mesmo nas empresas, é o seguinte: ela fez uma organização quadrangular, em que, para cada projeto, havia um encarregado. Esse encarregado do projeto se dirigia diretamente ao setor necessário da empresa, sem ter que falar com o chefe do setor. Quando aconteceu esse problema do morro, ele não teve que ir ao presidente e dizer, “Olha, não foi nada não”. Ele foi diretamente ao setor, não precisava seguir aquele caminho burocrático. Isso fez com que as coisas andassem muito mais rápidas. Quer dizer, havia um responsável direto por aquilo e ele se dirigia diretamente a ele, o que antes não existia.

A.I. – E o que muda quando muda o governo? Quer dizer, o Ministério não era efetivo na época Costa e Silva. O senhor falou que, entrando, o ministro Corsetti fez uma exposição de motivos. O que ocorreu depois? E como foi isso em relação à Embratel, em relação à grande reestruturação dos Correios?

I.F. – Junto outra questão, que acho que completa a pergunta: e os outros ministérios, inclusive os responsáveis pelas verbas que seriam dadas ao Ministério das Comunicações? Como funcionava isso?

E.O. – Não havia verba. O Ministério das Comunicações funcionou sem verba. A implantação do Sistema Brasileiro de Telecomunicações foi feita praticamente sem verbas orçamentárias. Foi criado pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, um Fundo Nacional de Telecomunicações.

I.F. – Que era o que sustentava...

E.O. – Era. E esse fundo era uma taxa de 30% que era cobrada nas contas telefônicas. Todo o dinheiro recolhido dessa taxa era passado diretamente pelo cobrador para a Embratel. Essa taxa não foi cobrada logo nos primeiros dias, porque no princípio,

realmente, houve uma verba, mas era uma mixurucalha. Quando os fabricantes de equipamentos viram que estava sendo feito um programa objetivo, eles davam o financiamento. Eu mencionei a estação de satélite. A única coisa que a Embratel deu foi o terreno; o resto era para ser pago em oito anos, com três de carência, e no primeiro ano de carência, em nove meses eles já tinham receita suficiente para pagar tudo que iam ter em oito anos. Quer dizer, a Embratel começou a ter recursos próprios em pouco tempo.

A.I. – O Fundo Nacional de Telecomunicações era gerido e usado pela Embratel?

E.O. – Era dirigido pelo Contel, que fixou a época em que ele começou a ser cobrado, porque ele tinha uma certa duração, ia durar dez anos. Então, já do próprio Contel surgiu a idéia de que, para todo projeto que fosse feito, devia ser realizado, simultaneamente, um estudo econômico-financeiro acompanhando o projeto técnico. E chegaram à conclusão de que, logo de início, não havia necessidade de tantos recursos, porque, para os equipamentos, havia financiamento. O que aconteceu com a estação de satélite, aconteceu com o Tronco Sul, a mesma coisa. Era mais ou menos a norma: oito anos de prazo de pagamento, sendo três de carência. O Tronco Sul foi assim também, a NEC fez isso, porque elas estavam interessadas em entrar. Então, não havia grande necessidade de recursos. A primeira coisa que foi colocada pelo Contel, ainda bem no início, em 65 ou 66, foi de só cobrar os 30% sobre o serviço telefônico e telegráfico e telex internacionais. O local não pagava. A cobrança do local começou em 67. E quem geria isso, em última análise, era a Embratel.

A.I. – Retornando ao início do governo Médici, com o ministro Corsetti, e a estruturação do ministério.

E.O. – O que fez o Corsetti? Nesse momento, a secretaria geral já estava começando a funcionar.

A.I. – E quem estava na secretaria geral?

E.O. – O primeiro secretário-geral antes do Corsetti, no início, foi o Schneider. O segundo foi o Henry British Lins de Barros, que era irmão do João Alberto Lins de Barros. Mas ele não teve nenhuma atuação marcante. Não sei quem foi o seguinte, porque o Corsetti já pegou...Depois vai aparecer o nome dele, era um diretor da Embratel.

A.I. – Alguma coisa Marsiaj Leal⁸¹.

E.O. – Exatamente, foi o Marsiaj.

A.I. – Que veio da Embratel.

E.O. – Ele era diretor de operações da Embratel e foi ser o secretário-geral do Corsetti. Eles montaram a estrutura que foi aprovada, deram um terreno em Brasília, já tinha um terreno reservado, e disseram: “Então vai ser aqui o Ministério das Comunicações.” E

⁸¹ Ver nota 3.

começaram a construção do ministério, que foi funcionar em um ou dois andares do Ministério da Indústria e do Comércio. Ele funcionava dentro de um outro ministério.

A.I. – E os Correios continuaram no Rio de Janeiro?

E.O. – Os Correios continuaram no Rio de Janeiro. Quando Brasília foi inaugurada e começaram a haver as mudanças para lá, ainda em 1960, alguns órgãos foram para lá e outros ficaram aqui. Quem deu ordem para mudar tudo para lá foi o Castelo Branco: “Todos os ministérios e todas as embaixadas têm que ser em Brasília.” Já foram mudando para lá, e depois quem fixou finalmente foi o próprio Geisel. Ele disse: “Não, tem que vir para cá.” Inclusive, a Embratel foi criada no Rio de Janeiro, e ele deu ordem para que fosse mudada a sede para Brasília. Tinha que ser tudo em Brasília.

A.I. – E é dessa época que os Correios deixam de ser DCT, deixam de ser um departamento, para virarem empresa?

E.O. – Não, os Correios viraram empresa em 1969. Os Correios eram um departamento do Ministério da Viação e Obras Públicas, que depois virou Ministério dos Transportes. Com a idéia de dar mais liberdade aos órgãos, foi criada a Embratel, e aí foi resolvido transformar. Foi ainda no governo Costa e Silva que ele se transformou em Empresa de Correios e Telégrafos.

I.F. – Eu tenho aqui: no dia 20 de março de 1969, o Departamento de Correios e Telégrafos, por meio do Decreto-lei 509, é transformado em empresa pública, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

E.O. – Exatamente, em março. Março de 69 ainda era Costa e Silva. Agora vamos seguir para o Corsetti?

A.I. – Vamos seguir.

E.O. – Vale a pena ver o seguinte. Nesse tempo, a Embratel estava colocando todo o seu esforço, com muito bom resultado, em implantar o Sistema Nacional de Telecomunicações, que tinha uma rede primária, constituída só de rede de microonda de 960 canais, e havia as redes complementares, que eram nos estados. Como os estados ainda não estavam tendo novas instalações, não estavam executando, o sistema da Embratel passou a ter ordem de fazer atendimento a grandes cidades pelas quais ele passasse próximo. Por exemplo, a rede que ligava São Paulo ao Mato Grosso ligava São Paulo a Campo Grande, e não a Cuiabá, por causa da dificuldade de movimentação. Era São Paulo-Campo Grande, mas teve atendimento para Bauru, Presidente Prudente, e outra cidade, ela passou a atender também no meio do caminho. A mesma coisa aconteceu em todas as redes da Embratel que foram fazendo. Acho que eu já tinha mencionado o problema da compra da CTB.

A.I. – Já, mas a minha segunda pergunta é justamente: o ministério então é constituído com a CTB já comprada?

E.O. – Já.

A.I. – A Embratel em desenvolvimento?

E.O. – Mas quem era o dono da CTB? Era a Embratel. O negócio foi o seguinte. Havia uma falta extremamente grande de recursos do governo. Até 1972, 73, o comércio exterior do Brasil era de um bilhão de dólares. Então, quando houve a decisão de o Brasil entrar no sistema de satélite, foi uma decisão que teve que ser levada ao presidente da República e ser discutida. “São três milhões de dólares a serem pagos em talvez três a cinco anos! Isso, o Brasil não agüenta!” Havia esses problemas. E uma das coisas que acabaram provocando a vinda do crescimento da indústria de telecomunicações dentro do Brasil foi o fato de eles não poderem... Comprar lá fora, a turma não comprava, porque não tinha dinheiro para comprar. E não tinha crédito. Não tinha dinheiro e não tinha crédito. A Embratel teve crédito, mas não era qualquer um que tinha crédito. Companhia telefônica não tinha crédito, nem aqui nem lá fora. Não tinha crédito nenhum, porque sabiam que eles não tinham condições de pagar. Então, o que aconteceu? Quando foi feita a compra da CTB, o governo deu ordem à Embratel para comprar a CTB, comprar dentro daqueles termos. O que fez a Embratel? Disse: “Está muito bem. Mas eu vou pagar isso com o resultado operacional que eu conseguir tirar da própria CTB.” Não usava outros recursos. Então, a CTB era subordinada à Embratel. Você tinha a Embratel e a CTB subordinada a ela. E as outras eram indiretamente. Por exemplo, no Rio Grande do Sul, era ao governo do estado do Rio Grande do Sul. No Paraná, outra que foi comprada nessa ocasião foi a CTN, que pertencia à ITT. Os governos estaduais começaram a criar empresas ou estaduais ou juntando, incentivando municípios, para fazerem os serviços de telecomunicações, de telefonia – porque, na verdade, eram de telefonia –, mas sempre baseando na história: “Vai ser com autofinanciamento.” Quer dizer, pago pelos próprios interessados, o que dava um certo problema: ou os interessados pagavam antes de ter os telefones, ou não tinham como construir também, porque não tinham dinheiro. Então, eles iam cobrando e montando à medida que isso era possível. Como também já mencionei, a idéia inicial básica do autofinanciamento surgiu na CTB quando ela ainda era canadense. Foi até no interior de Minas uma das primeiras cidades onde elas fizeram o autofinanciamento. Em Curitiba, por exemplo, a ITT, que era dona da companhia telefônica que operava lá, a CTN, fez a expansão ou a instalação do sistema automático por autofinanciamento. Só que ela ficou com todas as ações: não botou nem um tostão e ficou dona da empresa. E você não podia dizer nada, porque não havia nenhuma regulamentação sobre isso. A primeira regulamentação que saiu obrigando as empresas a darem as ações de autofinanciamento já foi feita pelo Contel, em 1965 ou 66.

A.I. – E com relação a essa multiplicidade, a esse número imenso de empresas de telefonia? Houve, depois, uma determinação do Ministério das Comunicações, ou do Ministério do Planejamento, para que fosse uma empresa por unidade da federação, com exceção de São Paulo. Como foi esse movimento?

E.O. – Primeiro, não se sabia quantas empresas existiam no Brasil. Isso era uma realidade. Em 1973, saiu o primeiro levantamento, mais ou menos completo, de quantas empresas havia, e já foi feito pela Telebrás. Nesse levantamento, chegaram à conclusão de que existiam 850 ou 860, uma coisa assim. Mas, realmente, depois que as coisas começaram a funcionar, você vai falar que existiam mais. Deviam existir cerca de mil empresas no Brasil, mas empresinhas isoladas. Tinha um sistema telefônico na cidade X que só falava dentro daquela cidade X, não falava nem com a cidade vizinha. O Corsetti, quando assumiu, mandou o primeiro relatório, e esses comentários dele sobre as comunicações fizeram parte do primeiro relatório do presidente da República para o

Congresso, porque todo ano vai um relatório. Aquele relatório já mencionava esses problemas.

A.I. – Existe uma exposição de motivos, que é de 71.

E.O. – Não. Antes da exposição de motivos, houve um relatório. Não sei como ele foi entregue ao presidente da República. Esse relatório foi incluído na mensagem de abertura do Congresso, porque em todo início de ano tem uma mensagem do presidente. Aí, o Corsetti determinou à secretaria geral que estudasse o problema. E estudaram: o Marsiaj, o Rômulo Vilar Furtado, que era secretário adjunto, Luiz Carlos Bahiana, Paulo Ribenboim e uma série de outras pessoas. Então, fizeram um esboço de como deviam ser feitas as coisas. E o Corsetti fez uma exposição de motivos para o presidente da República, acho que é a 551.

A.I. – Tenho aqui como a 118 / 71.

E.O. – Ele fez uma exposição de motivos ao presidente da República em que traçou umas linhas gerais: “Podia ser feito assim, assim e assim.” Queria saber se o presidente concordava, porque havia a necessidade de fazer planejamentos, fixação de objetivos, implantar coisas novas. Por quê? Porque todos os recursos disponíveis provinham do FNT, que era o que dava crédito à empresa. Na verdade, se você olhar bem, a Embratel recebia o FNT e, pelo fato de ela receber o FNT, todo mundo fornecia para ela a prazo. E como, no prazo, pelo próprio estudo econômico-financeiro, a receita proveniente daquele equipamento ia dar para pagar, ela na verdade começou a pagar as suas instalações com a receita decorrente da própria operação do sistema. A única falha nesse período da Embratel foi que ela, em vez de se expandir e assumir a responsabilidade que tinha na CTB e aplicar recursos fortes na CTB, aplicou alguma coisa, mas muito pouco. Com o surgimento dos sistemas de ligações interurbanas que eram da Embratel, surgiu o interesse das pessoas em usar o telefone. E esse interesse de usar o telefone fez com que crescesse o número de candidatos a telefones em todas as cidades. As companhias telefônicas locais não tinham condições de atender a isso, porque o autofinanciamento, na realidade, para funcionar direito, tem que ter crédito. E elas não tinham crédito, não conseguiam dinheiro emprestado para fazer instalações. E não vinha outra fonte, porque do Orçamento da União não iam recursos para elas. Então, elas estavam em situação difícil. A rede da Embratel estava funcionando...

[FINAL DA FITA 9-B]

E.O. – No Nordeste, por exemplo, onde havia uma pequena rede que ia de Salvador até Natal, quando entrou a rede da Embratel funcionando lá, a tarifa passou a ser um décimo da que era cobrada antes. Ela passou a ser 20% do que era cobrada pelas internacionais que operavam aqui. Os preços cobrados eram muito altos.

A.I. – O senhor comentou que a Embratel já estava com uma função de *holding*. Ela já geria o fundo, a CTB era subordinada a ela, então seria a *holding* natural. Por que a Telebrás? Há alguma relação com o fato de o general Galvão ser general e de o ministro Corsetti ser coronel? Dificuldade de subordinação?

E.O. – Não, porque o Galvão era general, mas era general da reserva, e o Corsetti era coronel da ativa. O que aconteceu foi o seguinte. A Embratel não se conscientizou – e

essa foi a única falha que vejo nesse período de operação da Embratel – de que era a *holding* de um sistema. Ela não funcionava como *holding*, não dava ordem nenhuma para a CTB, não fazia nada com a CTB. Ela só se preocupava com ela, e estavam muito satisfeitos, porque ela estava crescendo. Ele sentiu que, se eles entrassem naquele negócio de telefonia local, iam ter uma despesa e uma série de problemas que eram imensos em relação aos que eles tinham naquela situação inicial. Então, eles não entraram nisso. O que fez o Corsetti? Fez uma primeira exposição ao presidente, que é essa que você menciona aí, em que ele fixa alguma coisa. Ele dizia: “Há necessidade de fixar metas, objetivos, estruturar, fazer uma estrutura para poder atender a todo o Brasil, e não apenas a uma certa parte.” A CTB tinha 80% – depois, outras cresceram e ela passou a 75% do Brasil –, mas só que era Rio, São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais. Quer dizer, 75% da telefonia do Brasil estavam aqui. Todas as empresas telefônicas se queixavam da Embratel. Elas queriam que a Embratel desse uma mãozinha a elas. A companhia telefônica do Rio Grande do Sul, em que tinha havido aquela encampação feita pelo Brizola... Aliás, se olharmos direitinho, aquilo foi praticamente pago duas vezes, porque o Brizola não pagou, mas o governo, o Jango, pagou. Quer dizer, pagou dando um empréstimo sem correção monetária para a ITT, e quando, depois, o Castelo começou o levantamento para cobrar da ITT, a ITT pagou na mesma hora, antes de vencido o prazo. Por quê? Porque ela ia pagar sem correção, sem nada, e ela praticamente liquidou. Em Santa Catarina, existiam duas empresas pequenas, uma delas era controlada pelo governo, ficava em Florianópolis, e a outra ficava em Joinville. No Paraná, o governo estadual criou – talvez tenha sido o que tenha criado a coisa mais sensata – uma companhia telefônica para fazer a cobertura do Paraná, que já se chamava Telepar. Só que essa companhia telefônica não tinha o serviço de Curitiba, que era da ITT, que ainda estava em negociação. Mas eles fizeram um projeto para fazer no Paraná aquilo que a Embratel estava fazendo no Brasil, um sistema de interurbano cobrindo o Paraná inteiro, até Foz do Iguaçu. Passando pelo norte, passava por Londrina, Maringá, Umuarama, naquela região, e pelo sul, que passava pelas outras cidades, Guarapuava, ali por dentro. Na Bahia, em Salvador, existia uma pequena empresa, a Tebasa, em que havia um aspecto interessante: o maior acionista era o governo, era quem tinha feito praticamente a empresa. Mas ela foi feita com um estatuto operacional que determinava que cada acionista tinha direito a um voto, independentemente do número de ações que tivesse. Então, não era o governo que mandava lá, tinha um grupo qualquer que mandava. Em Alagoas, existia uma empresinha que funcionava muito bem. Tem até um fato interessante: era uma empresa privada, não era governamental, e mais tarde, quando começou a funcionar ligada à Telebrás, Alagoas foi o primeiro estado do Brasil que teve todos os municípios com telefone. Pernambuco tinha uma companhia organizada pela Ericsson. Na Paraíba, era um camarada muito empreendedor, só que ele usava muito das coisas para servir a Paraíba, que tinha muito pouco telefone. Ele tinha inclusive um avião para se deslocar de um lado para outro, controlando a empresa. Campina Grande não era, tinha uma companhia telefônica que era da prefeitura. O Rio Grande do Norte tinha uma companhia telefônica própria, estadual, mas com um convênio. Era esse camarada da Paraíba quem presidia essa empresa, e fizeram a tal ligação em 12 canais rádio entre as capitais. No Ceará, tinha uma empresa telefônica do estado. Todas eram muito pequenas. No Maranhão, eram duas empresas privadas que operavam em coisas diferentes. Em Belém e Manaus, eram empresas controladas pelo estado.

I.F. – Tudo isso foi como o Corsetti encontrou...

E.O. – Essa era a situação geral do Brasil, na ocasião.

I.F. – E ele resolveu organizar isso.

E.O. – Ele resolveu fixar qual seria a meta. A idéia era ligar todos os estados brasileiros, e essa ligação já estava começando a existir com o sistema da Embratel. Só que então, nos lugares, não existia. Quando eu dizia que tinha uma empresa em Natal, queria dizer que talvez em Mossoró houvesse uma empresinha com uns 50 telefones, em Macau tinha não sei o que, em Santo Antônio da Boca do Acre... Todas eram completamente descoordenadas, e a maioria delas eram empresas municipais, às vezes até eram departamentos municipais que operavam. Então, a secretaria geral fez um estudo grande e propôs uma estrutura em que, em cada estado, fosse escolhida uma empresa, governamental ou não, que seria uma empresa para a qual se concentrariam todos os esforços dentro daquele estado. Passou-se a fazer uma fixação estadual, e eventualmente elas seriam todas vinculadas a uma empresa federal.

O Corsetti apresentou essa idéia geral, novamente, ao presidente da República, em uma nova exposição de motivos, em que ele criaria uma empresa à qual daria o nome de Telebrás. Quando foi feito o primeiro Plano Nacional de Telecomunicações, pelo Contel, em 1963, ainda no governo Jango, deram para a empresa que ia fazer essas coisas todas o nome de Embratel, e reservaram o nome de Telebrás a uma outra, que seria mais tarde constituída para reunir todas as empresas do Brasil. Essa era a idéia em 63, e ele mandou para o presidente da República essa idéia como idéia geral. O presidente aprovou e ele determinou à secretaria geral que fizesse um plano efetivo sobre tudo isso, para saber como ia funcionar esse sistema, dando todas as diretrizes, todas as bases. Em princípio, ele considerava que era necessário fazer a implantação de dez milhões de telefones no Brasil até o ano de 1980. Temos que tomar muito cuidado quando falarmos em dez milhões de telefones ou dez milhões de terminais, porque acontece o seguinte: naquela época, quando se falava em telefones, eram telefones mesmo, não eram terminais telefônicos. O que quer dizer? Se em uma cidadezinha havia uma bruta fábrica que tinha um PABX com dois mil ramais e o resto da cidade tinha mais 50 casas com telefones, aquela cidade tinha 2.050 telefones, quando na verdade tinha, para aquele PABX, uns dez ramais ou dez troncos. Então, é preciso tomar um pouco de cuidado quando se diz telefones e quando se fala em terminais. A idéia, quando ele lançou, era de dez milhões de telefones. Tendo sido aprovada a idéia geral dele, ele mencionou a necessidade de fazer pesquisas, de fazer formação de pessoal, que era um problema seriíssimo. Por exemplo, quando a Telebrás começou a funcionar, ela ia nas universidades e pegava todo o pessoal que tinha se formado em engenharia de eletrônica, contratava e distribuía pelo Brasil. De início, foram mandados dois engenheiros para cada companhia do Norte, Nordeste, onde em geral não tinha nenhum engenheiro. Quer dizer, formação de pessoal e de técnicos. Ainda no tempo do Contel, o Contel fez convênios com órgãos internacionais para ter instrução na formação das escolas técnicas, de nível médio, que eram as escolas técnicas que existiam naquele tempo.

Com a aprovação do presidente da República, ele mandou a secretaria geral estudar e organizar isso tudo. A secretaria geral formou um grupo de trabalho que, entre outras coisas, deveria elaborar e propor o anteprojeto de lei de criação da empresa *holding* do sistema nacional. Nesse grupo de trabalho, havia pessoal da Embratel, da CTB, da CTR do Rio Grande do Sul, da Telepar, dos Correios. Tinha inclusive um cara que trabalhava fora, e eu entrei, fui convidado. Eu não era de nenhuma dessas empresas,

porque trabalhava na Siemens, naquele tempo. Também participei desse grupo de trabalho, eu era o único que não era dessa área.

I.F. – Esse grupo funcionou, então, entre a idéia apresentada ao presidente da República, que deve ter sido mais ou menos em agosto, e a criação da Telebrás, em novembro.

E.O. – Do ano seguinte.

I.F. – Esse grupo durou mais de um ano?

E.O. – Esse grupo demorou muito. O primeiro problema foi que o grupo foi dividido em subgrupos, que iam abordar as coisas mais diversas. Mas a primeira coisa discutida foi exatamente a formação da *holding*, em que surgiu logo um problema sério, porque os representantes da Embratel apresentavam a proposta de que a Embratel fosse a *holding* do sistema, e os representantes da Telebrás defendiam a posição de que a CTB devia ser a *holding* do sistema. A CTB já era a *holding* de um grupo, porque tinha a de Minas Gerais, a CTMG e tinha a do Espírito Santo, CTES. São Paulo, não: São Paulo e Rio era uma empresa só, a CTB. Tinha em Minas e no Espírito Santo. E a Embratel dizia que possuía experiência, porque já tinha trabalhado em todos os estados do Brasil. Durante alguns meses – uns dois meses, pelo menos, porque as reuniões não eram diárias, eram semanais, todo mundo tinha outras coisas – houve esse choque muito forte. Ao fim de um certo tempo, chegou-se à conclusão de que a CTB não tinha condições de ser a *holding*. Ela não devia ser considerada, porque, até recentemente, não fazia praticamente nada no Brasil, era tudo feito em Toronto, até a contabilidade da empresa era feita lá, de acordo com a lei canadense, e não de acordo com a lei brasileira. Foi o Getúlio, em 54, que obrigou a criarem a CTB e a operarem como se fosse uma empresa de acordo com a lei brasileira. Quer dizer, ela não tinha tanta experiência quanto se podia dizer, embora, como operação de empresa, tivesse muito mais do que a Embratel. A Embratel operava só a longa distância e não tinha contato com o usuário, o que é um ponto muito importante. O contato dela era diretamente com as empresas, porque fornecia o canal para aquela empresa. Ela cobrava e tudo, mas era daquela empresa.

A.I. – Mas cobrava através da empresa, não é?

E.O. – Através da empresa.

A.I. – Então, ela não tinha atendimento...

E.O. – Quem se entendia com o usuário era a empresa local.

Então, ia ser ou a Embratel ou uma nova empresa. As discussões foram bastante longas e se voltou ao Corsetti com um relatório parcial, o qual dava duas soluções para ele escolher. Uma, era criar uma empresa nova, o que poderia gerar problemas, porque para criar uma empresa nova tinha que ser feita uma nova lei, teria que se mandar ao Congresso, havia possibilidade de demora. Por outro lado, a Embratel já dispunha de recursos, porque o Fundo Nacional de Telecomunicações já estava com ela. Então, havia as duas possibilidades. Isso foi levado ao Corsetti, e ele disse: “Não. Inclusive, já está aprovada pelo presidente a criação de uma nova empresa.” Então, pura e simplesmente foi resolvido criar uma nova empresa. Quando essa resolução foi tomada é que se começou a preparar o texto de um anteprojeto de lei, pois sempre é mandado o anteprojeto. Com esse anteprojeto, o que acontecia? Você teria uma *holding*, à qual

ficaria subordinada a Embratel e uma empresa em cada estado. A Embratel era uma empresa pública, não era uma sociedade de economia mista. Ela foi criada como uma empresa pública, inclusive de acordo com a própria lei que determinou que ela fosse uma empresa pública. E, como empresa pública, ela não podia ter acionistas privados, só acionistas públicos. Os acionistas da Embratel eram o governo, a Petrobrás, a Eletrobrás, a Vale do Rio Doce, não me lembro qual era a outra, eram cinco empresas⁸². Então, tinha que se fazer uma transformação. A primeira coisa a fazer era a lei que autorizava o governo a transformar a Embratel em uma sociedade de economia mista, para poder ficar subordinada à Telebrás. Porque a Telebrás teria acionistas privados, então ela não era uma empresa só do governo.

Vale a pena agora, antes de seguir nessa organização do anteprojeto de lei, ver a preparação feita pelo Corsetti para o problema. Tendo havido a decisão de que se devia concentrar, em uma empresa só, todas as telecomunicações do estado, o Corsetti baixou uma portaria fixando isso. Em cada estado seriam concentrados todos os esforços em uma empresa só, que seria a empresa representativa do estado. Então, tudo que fosse naquele estado, seria feito através daquela empresa: mesmo que os outros governos não fossem subordinados, se entrassem, aquela seria a representativa. E, logo em seguida, ele baixou uma portaria em que designou as empresas representativas de quase todos os estados. Quatro estados ficaram sem ter representativa, porque não dava para escolher quem seria a representativa dentro daqueles estados. Inclusive, houve uma recomendação, que veio do Ministério do Planejamento, de que se usasse como paradigma a Eletrobrás, que era uma empresa que já estava funcionando. Nessas reuniões, veio um representante da Eletrobrás, fez várias palestras, conversou, discutiu sobre como funcionava a Eletrobrás etc. Então, fez-se o anteprojeto de lei, que foi mandado diretamente para o Congresso e votado. Foram feitas algumas pequenas modificações, mas não muitas. A idéia geral era que autorizava o governo a constituir uma empresa que se chamaria Telecomunicações Brasileiras S.A., a Telebrás.

[FINAL DA FITA 10-A]

E.O. – Essa empresa teria inúmeras responsabilidades. Tinha responsabilidade de fixar as diretrizes gerais a serem seguidas, as metas, fazer os planos, coordenar, integrar os planos de todas as empresas que fossem a ela subordinadas. A ela seriam subordinadas as empresas de cada estado. O governo não era concessionário único, poderiam existir empresas governamentais ou empresas concessionárias. Todas as concessões existentes continuavam em vigor, e, ao final da concessão, seria feita a transferência dessa empresa para a Telebrás. A Telebrás teria responsabilidade pela formação técnica de pessoal, e teve muito contato com o Ministério da Educação. Aliás, o Contel também teve muito contato com o Ministério da Educação. Logo que a Telebrás começou a funcionar, fez três pequenos centros de treinamento: um em Manaus, um em Belém e o terceiro em Recife. Depois, a Telebrás fez dois grandes centros de treinamento, um em Brasília e outro em Recife. E foi determinado que as empresas que tinham maior... que criassem. Por exemplo, a CTB tinha o seu centro de treinamento, a Embratel tinha um centro de treinamento no Rio. Havia centro de treinamento em São Paulo, em Minas Gerais. O primeiro grande problema era a falta de dinheiro, o segundo era a falta de pessoal com conhecimento, preparado para assumir.

I.F. – Então é aí que se forma o Sistema Telebrás?

⁸² A outra empresa era a Companhia Siderúrgica Nacional.

E.O. – Não, aí foi formada a Telebrás. Por esse meio, tem umas outras coisas que valeria a pena comentar, mas fica para depois. Quando o Corsetti tomou a decisão, disse: “Vamos criar a Telebrás, que será a *holding*.” O secretário-geral dele, que era o Marsiaj, disse: “Estou fora.” Pediu demissão e voltou para a Embratel. Ele não concordou, queria que fosse a Embratel. E, logo depois, toda a diretoria da Embratel pediu demissão, com exceção de um diretor que era o Iberê Gilson. O Iberê Gilson foi nomeado presidente e formou uma nova diretoria na Embratel, ainda no período de formação, de preparação da documentação.

I.F. – E o senhor estava na Siemens.

E.O. – Eu estava na Siemens, mas já estava com problemas na Siemens. Tive problemas com pessoas na Alemanha, não concordava com certas coisas que eles queriam que fossem feitas. Eu não concordava, e aí discutia, até que chegou um ponto em que eu disse: “Vou sair. Aprendi muito no trabalho na Siemens, agora resolvi, não vou mais continuar.” A preparação da Telebrás, até a sua criação, foi complicada, porque, com essas discussões todas que ocorreram antes, entre Embratel e CTB... As duas juntas correspondiam a uns 90% das comunicações brasileiras e eram vinculadas diretamente ao ministro das Comunicações. Legalmente, a CTB era vinculada à Embratel, mas a Embratel nunca assumiu a direção da CTB, em nenhuma das diretorias. Ela tinha sido obrigada a comprar a CTB, mas também não botava o dinheiro dela. Enfim, funcionavam como se fossem empresas completamente independentes, vinculadas ao ministro, desde o início.

Então, assumiu o novo secretário-geral, que foi o Hervé Berlandez Pedrosa. E o Corsetti convidou uma pessoa para preparar a organização da Telebrás, o José Roberto Ferreira dos Santos. Tive muito contato com o Corsetti. Sempre tive a mania de que ninguém faz nada sozinho, de que você precisa construir, montar ou trabalhar em conjunto com as pessoas. Então, em 66, logo no primeiro ano em que eu estava dirigindo o Contel – entrei em julho de 65 –, disse: “Temos que fazer um congresso brasileiro de telecomunicações que junte todo mundo que trabalhe em telecomunicações, inclusive para todos se conhecerem e discutirem o problema.” Nesse primeiro congresso, fez-se uma série de assuntos a serem tratados, foram criadas comissões e realizadas discussões. No final, aprovou-se uma série de resoluções, 22 ou 24 resoluções. Nesse congresso compareceram mais de quatrocentas pessoas. Foi realizado no Hotel Glória, e realmente fez bastante sucesso. Fizemos questão de que as resoluções finais do congresso fossem seguidas nas telecomunicações. O Contel pegou essas sugestões, levou para o plenário, discutiram uma por uma, a maioria foi aceita, algumas foram aceitas com restrições, mas não foi apenas um congresso. Fizemos questão de mostrar ao pessoal que aquilo que tinha sido discutido foi considerado, inclusive a maioria das coisas foi aplicada. Não sei se a totalidade, mas a maioria eu tenho certeza de que foi aplicada. Aliás, no ano seguinte, eu já tinha saído do Contel, houve o segundo congresso, depois não houve mais nenhum. Quando fui para o ministério, todo ano em que fui ministro houve um congresso de telecomunicações. E sempre com essa base. As propostas, a gente examinava e aceitava aquelas sugestões.

I.F. – E o senhor tinha ligações com o Corsetti?

E.O. – Nesse primeiro congresso, o Corsetti compareceu. Porque ele era coronel de comunicações do Exército, e o Exército se fez representar também.

I.F. – Foi nesse momento que vocês se conheceram?

E.O. – Foi quando nós nos conhecemos. E foi ele quem me convidou: “Quero que o Quandt venha fazer parte desse grupo de trabalho aqui.” Coincidiu que eu estava já aborrecido com o negócio da Siemens.

Abrindo um parêntese: para trabalhar na Siemens, eu aprendi alemão e falava absolutamente correntemente e escrevia, fazia discurso em alemão, não tinha problema. Mas, quando eu tinha uma reunião, aquelas na Alemanha, e surgia um problema, eu parava de falar em alemão e passava a falar em inglês. Porque, começando a falar em inglês, acabava todo o resto do pessoal a falar em inglês. Então, tanto eu como eles estávamos falando em uma terceira língua. Era uma jogada que eu fazia.

I.F. – Ficavam em igualdade de condições.

E.O. – Nessa ocasião, eu morava em São Paulo, o José Roberto me procurou e disse: “O Corsetti mandou que eu lhe procurasse para convidá-lo para ser o diretor da divisão da CTB em São Paulo, porque na CTB não tem significação ter separada a empresa de Minas, do Espírito Santo, e a de São Paulo ser subordinada à do Rio de Janeiro.” Em São Paulo, não tinha nem diretor, era um gerente. Ficava tudo no Rio, não tinha divisão de engenharia em São Paulo, não tinha nada. Então, ia ser dividida e ele me convidava para ser o presidente dessa comissão.

I.F. – Comissão em São Paulo.

E.O. – Em São Paulo. O José Roberto me disse: “É bom você aceitar, porque o Corsetti me disse que já tinha feito dois convites para você para a Telebrás e você não aceitou.” Eu disse: “Eu, não! Então, ele tem um jeito muito especial de fazer convite, porque eu não recebi.” Ele disse: “Sim, ele tinha convidado você para ser o diretor técnico da Telebrás, você não aceitou.” Eu disse: “Não. Então, ele tem um jeito de falar que eu não entendo bem. Mas eu aceito.” E eu apresentei meu pedido de demissão e me desliguei da Siemens. Esse negócio deu uma certa perturbação inicial no funcionamento da Telebrás. Eles, da Siemens, me disseram: “Então, você vem aqui à Alemanha para assinar tudo quanto é papel.” “Está muito bem.” Isso coincidiu com as tais Olimpíadas de Munique – que é onde fica a sede da Siemens –, de modo que estava uma confusão danada, foi quando se deu aquele seqüestro⁸³. Quando cheguei na Alemanha, uma pessoa me telefona e me diz: “O José Roberto não pediu demissão, porque ele ainda não era...” Ele já tinha uma diretoria formada na Telebrás e estava preparando as coisas para ser feita a constituição da empresa. Mas tinha havido um problema e ele tinha pedido afastamento. É um negócio complicado, no qual não vale a pena a gente entrar em detalhes. Mas ele ficou chateado com as coisas que estavam ocorrendo, e disse que não queria. E até a pessoa me disse: “O seu nome está sendo considerado como um dos possíveis para ir para o lugar de José Roberto.” Eu digo: “Está bem. Para mim, qualquer coisa está certa.” Passei uns dez ou 15 dias na Alemanha, porque tinha muita coisa para fazer.

⁸³ Nas Olimpíadas de Munique, em 1972, terroristas da Organização para a Libertação da Palestina - OLP, penetraram nos alojamentos, seqüestraram e assassinaram alguns atletas e treinadores de Israel. Morreram 17 pessoas durante uma tentativa fracassada de resgate. Disponível em: www.noclima.com.br. Acessado em: 06.07.2005.

I.F. – Naquela ocasião, o contato não era tão fácil. Não tinha a Internet fazendo os e-mails, os telefones não eram tão fáceis.

E.O. – Não. Telefone já era fácil, já tinha o satélite! Não tinha problema. Então, quando chegou a notícia, um dos diretores da Siemens, que muito antes já tinha estado no Brasil... Até é interessante, porque a Siemens é uma empresa da família Siemens, e parece que todo ano eles faziam uma assembléia para resolver quais eram os membros que iam exercer função na Siemens. Os outros ficavam fora. Na última assembléia que tinha acontecido, tinham comparecido setecentos membros da família Siemens [riso], que eram os donos. Setecentos donos da Siemens! Mas esse camarada não era Siemens. Ele já tinha estado aqui no Brasil, me chamou e disse: “Acabei de receber uma comunicação do nosso representante no Japão. Ele está comunicando, com absoluta certeza, a saída do José Roberto e dizendo que o Hervé vai ser o presidente da Telebrás. O que você acha disso?” Eu disse: “Acho que não é, pelo que conheço da situação que está lá, pelo que conheço do Hervé.” O Hervé trabalhava na NEC aqui e foi ser secretário-geral, por isso é que eles diziam que veio do Japão essa notícia, deve ter vindo da NEC. Eu digo: “Acho que não vai ser ele. Pelo que eu conheço do Corsetti, acho que ele não poria o Hervé.” Ele disse: “Quem você acha que vai ser?” Eu disse: “Vou ser eu.” Ele riu: “Mas, por quê?” “Porque, de acordo com as coisas que têm ocorrido lá, a melhor solução que ele vai ter realmente sou eu. Não pode ser fulano, não pode ser beltrano por isso, por isso, por isso. Cada um tem uma coisa” Ele disse: “É, mas você está saindo da Siemens.” Respondi: “Mas eu já estou saindo da Siemens para ir para uma empresa da Telebrás, de modo que é o mais provável.” De fato, dois dias depois de eu chegar aqui, o Corsetti me chamou e me convidou para organizar a Telebrás. Eu aceitei e pedi a ele dois meses de carência para organizar. Eu disse: “Quando ela começar a funcionar, vai estar absolutamente assoberbada em construir um sistema. Uma empresa, para funcionar, tem que ter instruções para formação de pessoal, como vai ser, todas as normas internas. Eu preciso de dois meses. Vou formar um grupinho.” Formamos um grupinho e preparamos o negócio. Da diretoria antiga, que era do José Roberto, eu mantive duas pessoas e outras duas eu substituí, não vem ao caso agora por quê. Os outros dois que chamei eram dois que seriam inclusive da CTB São Paulo.

I.F. – Lembra dos nomes?

E.O. – Lembro.

I.F. – Depois o senhor dá.

A.I. – Um era o Bahiana?

E.O. – O Luiz Carlos Bahiana já era da primeira. Um deles até não era japonês, mas tinha um nome japonês. Então, formamos aquele grupo e ficamos trabalhando. Aí, foi marcada a constituição da Telebrás no dia 9 de novembro de 1972. No dia 7 de novembro, o Corsetti me chama e diz: “Estou com um problema. Acabei de receber uma denúncia contra um dos diretores. Mas eu acho que é uma coisa extremamente tênue, e vou simplesmente deixar.” Eu digo: “Não posso assumir a presidência de uma empresa em que um de seus diretores tem contra ele uma contra-indicação, inclusive de aspecto ético. Não posso. Essa empresa já vai começar a trabalhar descredenciada. Vamos suspender.” “Mas não posso suspender!” Com o José Roberto ele já tinha marcado a

data, e aconteceu a mesma coisa. Foi mais ou menos um negócio parecido, porque havia o nome das pessoas, dos acusadores. Ele disse: “Vou fazer o seguinte. Vou chamar fulano, beltrano e sicrano, dizer que venham de avião, se não puderem vir de avião, que contratem um teco-teco, e vamos fazer uma reunião.” E fez uma reunião com os caras. O resultado da reunião foi o seguinte: retiraram todas as acusações. Disseram: “Não, não é bem isso.”

I.F. – Ele chamou as pessoas que tinham acusado e botou tudo em pratos limpos.

E.O. – É, botou em pratos limpos as acusações. “É fulano, é beltrano ou é de tal lugar ou é de tal firma.” Botou todo mundo junto, pratos limpos, e retiraram tudo. No dia 9, foi constituída a empresa. E realmente nunca mais se falou nesse negócio. Mas a Telebrás começou com pouca confiança junto ao setor de telecomunicações. Essa era a realidade, porque 95% do setor eram contra ela, queriam que ficassem a Embratel e a CTB. E o resto do pessoal dizia: “Será que vai conseguir resultado?” Isso foi uma coisa muito importante para o resto do funcionamento da Telebrás, foi um período em que tive que ter pulso firme e um pouco de discernimento. A primeira coisa que eu fiz: no dia seguinte, dia 10, mandei um ofício para a Embratel sobre o controle da Telebrás. Logo fiz uma reunião e disse: “A nossa...”

[FINAL DA FITA 10-B]

E.O. – Entre a lista de determinações que vinha para a Telebrás, a primeira era a formação de um sistema que integrasse todo o Brasil. Então, eu disse: “Nosso primeiro esforço é formar o Sistema Telebrás. Não vou me preocupar com o trabalho da Embratel, não vou me preocupar com o trabalho da CTB.” Tanto a Embratel como a Telebrás se dirigiam diretamente ao Corsetti, ao ministro, porque antes eram vinculadas, e assim continuaram. Elas deviam passar a se vincular a mim, mas elas continuaram a se dirigir a ele, e eu deixei. Eu disse: “Continuem a se dirigir diretamente a ele, não tem problema. Mas eu vou formar o sistema logo.” No dia seguinte, ou dois dias depois, mandei um ofício para o presidente da Embratel dizendo que, pela Lei 5.792, que autorizou a criação da Telebrás, o Fundo Nacional de Telecomunicações fora tirado da disposição da Embratel e colocado à disposição do ministério. Então, agora era o ministério que tinha que dar todas as ordens sobre o fundo. E a Lei 5.792 é do dia 11 julho, se não me engano⁸⁴. A partir daquele dia, quem ia dizer o que fazer com o FNT era o ministério. No mesmo dia em que foi constituída a Telebrás, 9 de novembro de 1972, o ministro das Comunicações baixou uma portaria entregando para a Telebrás o controle de todo o Fundo Nacional de Telecomunicações. Disse que a gestão do fundo passaria a ser feita pela Telebrás. Em outras palavras, o que era feito pela Embratel, passou para a Telebrás, que passou a ser a gestora do fundo. Desde o dia da constituição da Telebrás até aquela data, a Embratel tinha usado nela os recursos do fundo, quer dizer, os recursos estavam depositados no banco X, Y, Z em nome da Embratel. Então, passei uma determinação para o presidente da Embratel, Iberê Gilson, de que, em vez de ele pagar à Telebrás com dinheiro – ele não devia pagar com dinheiro, não devia passar o dinheiro para a Telebrás –, ele teria de indenizar a Telebrás com as ações que ele tivesse da CTB, no valor correspondente. Só que eu já tinha examinado a história antes do dia 11, sem falar com ninguém. Aliás, falando com o Múcio Botto, com quem conversei sobre como fazer, verificamos que a Embratel tinha comprado a CTB em um

⁸⁴ A Lei 5.792 que criou a Telebrás é do dia 11 de julho de 1972. Disponível em: www.mc.br. Acessado em: 14.06.2005.

prazo de 20 anos, e que ela estava pagando à Brazilian Traction em prestações trimestrais. Ela tinha um passivo muito grande, que era a dívida com a Brazilian Traction, e o que ela já tinha pago era praticamente igual ao valor que eles tinham recebido do fundo. Foi uma sorte dessas! Eu disse ao Iberê Gilson: “Você transfere para a Telebrás todas essas ações com o valor que elas têm. E qual é o valor que elas têm? O valor delas é o valor do ativo líquido da CTB. E o ativo líquido da CTB é quanto ela vale menos a dívida dela. Então, é tanto. Com você me dando todas essas ações, está tudo liquidado. Lógico, quem vai passar a pagar agora para a Brazilian Traction é a Telebrás, não é mais a Embratel, porque ela é a nova dona da CTB.” A Telebrás passa a ser dona da Embratel e da CTB, da CTMG e da CTES. Ela já está controlando diretamente essas empresas. O presidente da Embratel me telefonou e disse: “Não concordo com isso, é contra o interesse da empresa.” Eu disse: “Não tem problema. Você é meu subordinado direto, a Telebrás é a dona da Embratel, e é dona completa, tem 99% das ações da Embratel, então tem que cumprir.” Ele disse: “Não.” Respondi: “Se você quiser, vá ao ministro e se queixe com ele. Resolve com ele o problema.” E ele disse: “Não pode!” Ele foi ao Corsetti, que disse: “Não, você é da Telebrás, cumpre o que a Telebrás está fazendo.” Aí, ele entregou as ações. Dois dias depois, a Telebrás já era dona não só da Embratel, como diretamente da CTB e das outras. No dia seguinte, chamei a CTB, [riso] porque ela tinha também recebido recursos do Fundo Nacional de Telecomunicações, alguns até via Embratel, e ela tinha que pagar isso, porque ela pagava ao governo com ações da CTB. Eu disse: “Não, você não paga com ações da CTB. Você paga com as ações que você tem da CTMG e da CTES. A gente faz um encontro de contas.” Dava mais ou menos o mesmo valor. Ele disse: “Está bem, não tem problema.” Mas, no dia seguinte, ele me telefonou: “Estou com um problema. O diretor jurídico da CTB me disse que ele não concorda, que não dá parecer.” Eu disse: “Muito bem. É o seu consultor jurídico?” “É.” “Então, faz o seguinte. Você, seguindo ordens da Telebrás, retira ele de diretor jurídico, ele volta a ser um dos advogados, e você escolhe um outro diretor jurídico, bota no lugar um que faça.” No outro dia, [riso] ele disse: “Não, ele já concordou em fazer o negócio.” Em uma semana, a Telebrás, sem ter despendido nenhum recurso, já era dona direta da Embratel, da CTB, da CTMG e da CTES. Eu disse: “Agora está tranquilo.” Isso também teve um certo resultado. Eles continuavam indo com muita frequência, mas o Corsetti já mandava: “Vai falar com o Quandt.” Aos poucos, fui assumindo a direção, mas não me meti em nada. Eu dizia: “Não quero. Eles já estão trabalhando, deixa fazerem essa coisa.” A Telebrás fixou a seguinte norma: “Nós vamos procurar agora todas as empresas representativas e perguntar o que elas querem para se incorporar. Temos que fazer o máximo esforço para não comprar nada, não vamos comprar nada. Nosso objetivo é colocar telefones, dar um sistema de telefonia para todos os usuários, onde eles estiverem. Esse tem que ser o objetivo. Então, o que vamos fazer? Vamos começar fazendo contato com as empresas do governo, e a nossa idéia será, em vez de comprar, investir. Vamos fazer um plano de expansão no sistema telefônico.” A telefônica de Roraima, por exemplo, era do governo de Roraima, que disse: “Está ótimo, nós queremos.” Dissemos: “Está muito bem. Então, vamos fazer o seguinte.” Fizemos uma listinha para dizer direitinho as coisas. Constituímos uns três ou quatro grupos de pessoas da Telebrás que examinavam como estava a contabilidade da empresa, como estava a organização, como estava a operação, para a gente sentir, antes de qualquer coisa, como estava cada uma dessas empresas e fazer uma avaliação da situação delas. Logo de início, começamos a ver: “A primeira coisa que está faltando nelas é pessoal técnico.” Havia um grupo de engenheiros de telecomunicações se formando em 72 na faculdade de Porto Alegre, e foram todos contratados pela Telebrás e distribuídos pelas empresas.

I.F. – Vocês iam às faculdades pegar os especialistas e distribuíam pelo país afora.

E.O. – Nós contratávamos todos, a turma inteira, não era muita gente. E mandávamos dois engenheiros para cada uma das empresas que se incorporavam. Fazíamos essas normas, o sujeito ia e investigava. Depois, tinha um outro grupo fazendo a análise técnico-econômico-financeira do problema, juntava as três coisas. Não precisávamos fazer levantamento de demanda. Resolvemos: “Não vamos fazer levantamento de demanda. Se fizermos um levantamento correto, não vamos ter dinheiro para montar. O que vai acontecer é o seguinte. Vamos fazer um projeto para cada lugar, projetos esses que vamos contratar com firmas de fora, para fazer os projetos, visando ao que se achar possível de administrar dentro desse tempo. Aí, fazemos o projeto.” Por exemplo, a primeira empresa nova incorporada à Telebrás foi a empresa de Sergipe. Foi inclusive nos primeiros dias ainda, em novembro.

I.F. – Telergipe?

E.O. – É, a Telergipe. O Corsetti me chamou e disse: “Tem um problema aí, eu estou preparando. Vai ser encampado o serviço telefônico de Sergipe e vai ser entregue à Telebrás.” Eu disse: “Espera, deixa a gente ir lá ver. Sergipe não estava nas nossas prioridades.” Nós estávamos começando, foi nos primeiros dias de dezembro. Ele disse: “Não, tem que ser, porque surgiu um problema político.” Só para ter uma idéia, era uma coisinha à toa. Mando uma pessoa para Aracaju verificar e ele volta dizendo o seguinte: “Existe a Companhia Telefônica de Sergipe, que é uma concessão que foi dada a uma pessoa física, e não a uma empresa, há anos atrás. E acontece que essa pessoa morreu. Então, o filho e a filha estão tomando conta e dirigindo a empresa, que tem 1.200 telefones em Aracaju, e é só. Em Sergipe, não tem mais nada. A única coisa que tem é isso.” Perguntei: “Encampar? Toda encampação dá problema no final, dá problema de tudo quanto é estilo.” Ele disse: “Não, nós temos que fazer.” “Está bem. Vamos embora.” Pegamos um grupo de telefonistas, porque lá era tudo serviço manual. Já estava chegando o Natal, a incorporação da empresa foi nos últimos dias de dezembro. Eu digo: “Leva um grupo de telefonistas para Sergipe, eles ficam em um hotel, ficam operando, e assumem essa operação até passar o Natal e o Ano Bom, porque nessa época do ano é difícil você resolver qualquer coisa. Mas assume.” E essa foi a primeira empresa. “Vamos dar o nome de quê? De Telergipe.” Foi a primeira empresa que os tais grupos estudaram. “E o que vamos fazer?” Eu disse: “Vamos botar uma central lá.” Uma central telefônica tem dez mil terminais telefônicos. “Tem dinheiro para pagar?” “Tem.” “Então, paga.” E era um aviso para o pessoal econômico-financeiro: “Acompanha aí, vamos ver como é.” E assim se começou a trabalhar, fazendo contato com empresas. Uma das surpresas que nos aconteceu logo no princípio do ano foi que a Telebrás procurou uma ou duas empresas, e, a partir daí, passou a ser procurada pelas empresas.

I.F. – Queriam entrar nesse sistema?

E.O. – Queriam entrar na Telebrás. Mas o que eles queriam? Eu dizia o seguinte: “Está muito bem. Vamos fazer uma expansão, que vai ser paga pela Telebrás. A Telebrás faz um projeto, vamos fazer a expansão, e a Telebrás, de volta, recebe ações ordinárias.” Esse era o padrão. Como todas eram pequenas... Em Sergipe, por exemplo, tivemos que jogar tudo fora, botar tudo novo.

I.F. – O material?

E.O. – É. Era tudo telefone manual. Os prédios eram todos alugados, não tinha praticamente nada. Então, qualquer investimento que você fazia em uma empresa, você se tornava dono dela. Eu dizia: “Eu não pago a quem é dono atual, eu faço o investimento.” E assim nós começamos a fazer investimentos. Depois eu posso dar uma idéia sobre o ambiente geral das coisas, mas acho que ficaram umas coisas para trás que vale a pena a gente voltar a pegar.

I.F. – Eu queria perguntar também sobre o Prontel.

E.O. – Não sei o que é.

I.F. – Tenho a informação que em fevereiro de 1972, quando o senhor estava na Siemens, foi instituído o Programa Nacional de Telecomunicações, o Prontel, articulado com a Política Nacional de Educação, com o objetivo de integrar as atividades didáticas e educacionais ao rádio e à televisão⁸⁵. Não sabe disso?

E.O. – Não exatamente. Mas, desde o período inicial do Contel, havia um entendimento com a área de educação, porque um dos problemas que se tinha era esse. O Contel fez muito contato com escolas do interior, como em Santa Rita do Sapucaí. No interior do estado do Rio havia várias escolas técnicas que tinham formação, mas que eram muito pouco desenvolvidas. O Contel procurou arrumar gente, de fora que fosse, para servir como instrutor.

E há também o problema do satélite e o problema da Amazônia. Vamos começar pela Amazônia. Quando foi feito o primeiro programa, pelo Contel, para a Embratel, entre os troncos e as ligações que a Embratel devia fazer, existia uma que era a ligação entre Belém e Brasília, e outra entre São Luís e Belém. E precisava que fosse feito um estudo, pela Embratel, de como ela ia resolver o problema da ligação de Belém para Manaus e da parte Centro-Oeste, que estava fora de qualquer coisa. Isso ficou em aberto, porque foi das últimas coisas que a Embratel pegou. O Ministério das Comunicações disse: “Quem está em melhores condições de tentar resolver o problema da ligação entre Belém e Manaus é o pessoal de lá.” Em Belém existiam duas companhias telefônicas, ambas estaduais. Uma era a Cotembel⁸⁶, e a outra... Uma fazia o serviço telefônico da cidade de Belém, outra era para fazer a ligação com as diversas cidades. Só que seriam via rádio, um canal, algumas coisas assim. Então, foi baixada uma portaria pelo ministro das Comunicações atribuindo à Cotembel a responsabilidade de estudar uma solução para a ligação entre Belém e Manaus. Acho que já comentei aqui que existe uma certa dificuldade de comunicação via rádio naquela região na faixa de frequências que era normalmente usada. Então, a Cotembel chamou uma empresa para fazer um projeto para ver como faria essa ligação. Nesse meio tempo, ainda por volta de 1968...

[FINAL DA FITA 11-A]

E.O. – Foi exatamente no período em que voltei para a Marinha, não tive nenhuma participação nisso, apenas sei que aconteceu. Tinha sido uma atribuição que já começara

⁸⁵ Disponível em: www.usinadeletras.com.br. Acessado em: 14.06.2005.

⁸⁶ Companhia de Telefones do Município de Belém.

com o Juscelino, que tinha dado ordem ao Estado-Maior Geral: “Você toma conta dessas comunicações que sejam de interesse para a integração nacional. Você se preocupe com isso.” Quando saiu essa colocação com a Cotembel, esse pessoal do Estado-Maior Geral disse: “Não, a Cotembel é uma empresa muito pequena, não vai ter condições de fazer isso. Ela vai acabar caindo na mão de alguém que faça um projeto para ela, não vai funcionar. Vamos fazer uma coisa diferente.” Formou-se uma espécie de grupo de trabalho, uma comissão, mas acho até que isso não foi formado oficialmente. O ministério se juntou com um pessoal do IME para examinar como resolver esse problema, inclusive o problema da ligação entre Belém e Brasília, pois a estrada Belém-Brasília já tinha sido construída, fora iniciada no tempo do Juscelino, naquela época. Só que, para você ter um sistema de telecomunicações viável, você tem que ter possibilidade de acesso a todas as estações intermediárias, que ficam de 50 em 50 quilômetros. Então, você tem que ter muito cuidado por aí, e a Belém-Brasília, se não me engano, são dois mil quilômetros de distância. Eles fizeram uma análise e resolveram, porque a Embratel de início era contra o uso de satélite como comunicação interna. Como comunicação internacional, aceitava, mas não como comunicação interna. Ela só foi fazendo à medida que foi recebendo ordens: “Faça isso.”

I.F. – Ela queria que tipo de comunicação?

E.O. – Ela queria fazer a tal da tropodifusão, que era uma comunicação que, primeiro, não permitia transmissão de imagem, quer dizer, não permitia transmissão de televisão – o que era uma das possibilidades –, e, segundo, era de muito baixa capacidade. A tropodifusão alcançava, no máximo, 120 canais. Quando se está falando em botar 960 em todo canto, como nós iríamos botar 120 na Amazônia, para juntar? Então, foi feito um exame e chegaram à conclusão de que realmente era possível levar a rota de microondas do litoral Nordeste até Belém, saindo de São Luís para Belém, embora tivesse um pedacinho no meio do caminho que não desse, onde tinha que usar tropodifusão. O resto, porém, far-se-ia já com microondas, para quando houvesse qualquer possibilidade. Era um pedaço pequeno, trezentos quilômetros que ficavam ali. E, na ligação Belém-Brasília, aquela estrada não era tão ruim, mas talvez se precisasse estudar um pouco mais. Foi quando o governo – acho que foi até um decreto – criou o Getam (Grupo Executivo de Telecomunicações da Amazônia) para estudar melhor esse negócio. O Getam, que era vinculado ao Ministério das Comunicações, fez os estudos dele, a Embratel participava do Getam, tinha representante, e resolveram que Belém-Brasília e São Luís-Belém podiam ser feitas em microondas, exceto um pedacinho. Mas toda a área de Belém até Manaus e de Manaus até Cuiabá teria que ser feita em tropodifusão, porque é floresta, não dava para fazer outra coisa. Então, resolveram implantar todo esse serviço pela Embratel. Poderia ter sido implantado por satélite, mas a Embratel achava que não valia a pena. E estudos em conjunto com o Ministério da Educação começaram a ser feitos para fazer o uso do satélite para tele-educação. Ia-se usar o satélite para que, nas salas de aula mais afastadas, fosse feita a comunicação via...

I.F. – Semente do nosso atual ensino a distância.

E.O. – Exatamente. Só que isso ocorreu durante muito tempo. Até os primeiros estudos para fazer o sistema interno via satélite eram visando à educação. Até que chegou em um certo ponto em que o Ministério da Educação se desinteressou por esse processo. Mas aí os estudos já estavam bastante adiantados, já havia bastante coisa adiantada, e

resolveram: “Vamos fazer isso para comunicações normais.” E mais ainda: foi quando o Brasil chegou a ser bicampeão de futebol, e havia um interesse enorme. Resolvemos: “Temos que botar.” Acho que as capitais Manaus, Porto Velho e Rio Branco não iam ver a Copa do Mundo, então resolveu-se instalar estação de satélite, para recepção de satélites nesses lugares. E, além de receber a Copa do Mundo, começaram as comunicações para lá também via satélite. Esse é um aspecto que eu queria mencionar, a comunicação da Amazônia. A Amazônia passou a ter comunicações via tropodifusão, só que a tropodifusão dava no máximo 120 canais – quer dizer, todo esse trecho, que ia desde Belém até Cuiabá, só podia ter 120 comunicações simultâneas - e não dava para ter televisão.

A.I. – Ainda falta uma coisa, indo até os Correios e Embratel. A gente já tem telex e tem uma disputa entre o serviço de telex na Embratel e a ECT.

E.O. – Antes disso, vamos pegar um ponto que é antigo, que já devia ter sido abordado: a entrada da Embratel no serviço internacional. Já mencionei que havia uma dúvida muito forte se a Embratel tinha condições ou não de operar a estação internacional de satélite. Foi uma discussão, até que o Castelo Branco disse: “Não, vai ser a Embratel.” A Embratel, então, implantou o sistema. Só que ela implantou uma estação, ela iria operar uma estação. Para essa estação funcionar, tinha que ter serviço através dela. Quando ainda estava em instalação, em 1968 – porque a inauguração foi em 69 –, ela colocou o uso do satélite à disposição das concessionárias de serviços telefônico e telegráfico internacional. E todas recusaram: a Radional e a Radiobrás – a Western era cabo –, que faziam o serviço internacional de telegrama, a Radiobrás fazia também telex internacional e nacional. Independente dos Correios, tinha a da Radiobrás. Havia esse problema, e a Embratel disse: “Vou ficar com uma estação pronta para funcionar via satélite, mas ninguém vai operar.” E ela fez um contato. O primeiro contato foi com a ATT⁸⁷, que é a maior operadora americana e que fazia o serviço. A ATT disse: “Não, porque eu tenho um contrato com a Radiobrás, inclusive fiz investimentos na estação da Radiobrás no Brasil. Não quero fazer.” Ela procurou contatos com outras estações. Na Inglaterra, não conseguiu, mas no Deutsche Bundespost houve o primeiro contato positivo, foi com a Alemanha. O correio alemão aceitou discutir com a Embratel. O serviço que na Alemanha tivesse para o Brasil, ela transmitiria via Embratel. E se a Embratel tivesse serviço aqui para a Alemanha, podia transmitir para ela, que ela transmitia lá. Quando isso começou a transpirar, surgiu uma empresa americana, a Western Union International, que a gente chamava de WUI, que concordou em fazer serviços de telegramas com o Brasil, quer dizer, todos telegramas dos Correios seriam dirigidos para a Embratel, que mandaria para a Western Union. Aqueles que não fossem para os Estados Unidos, eles tinham ligação para o resto do mundo, encaminhariam para os outros lugares que fossem necessários. Isso foi uma quebra do monopólio daquelas empresas que estavam tendo o monopólio aqui. Já ficaram meio assim. Mas, no serviço de telefonia, ficou sem aparecer ninguém, até que a Western Union International, que trabalhava muito pouco em telefonia, disse: “Está bem. Eu faço para vocês também.” Então, concordaram, a Embratel fez um acordo com a Western Union International. No entanto, as empresas que estavam localizadas aqui, que tinham um conselho societário no Brasil, continuaram a dizer que não usariam o serviço da Embratel. O governo disse: “Está muito bem. Vocês não usam. Mas, quando terminar a concessão, nós não vamos renovar a concessão com vocês.” E as concessões realmente iam acabar em curto prazo.

⁸⁷ American Telephone and Telegraph.

Entre 1970 e 1973, acabavam todas as concessões internacionais no Brasil. Uma das internacionais era a Radiobrás, que era da RCA e fazia telex nacional e internacional, telegrama nacional e internacional. E a concessão dela terminava em 1969. Outra era Italcable, italiana, que fazia telegrama nacional e internacional, e terminava em 1970 a concessão dela. A terceira era a Radional, que era da ITT, que tinha telefonia nacional e internacional e tinha telex e telegrama internacional. E a concessão dela terminava em 1970. A quarta era a Sudam⁸⁸, uma companhia francesa que não tinha equipamentos, mas transmitia através das outras concessionárias. E a quinta era a Western, que era o cabo submarino, que terminava em 1973. Todas estavam terminando naquela data. O governo disse: “Então, não renovo mais.” Mas elas não entraram no satélite. E o que aconteceu? Quando começou a funcionar o satélite, a comunicação via satélite não tinha comparação com outros meios via rádio, era absolutamente melhor! De modo que essas empresas encerraram suas atividades no máximo dois ou três meses depois que a estação de satélite começou a operar.

I.F. – Elas preferiram sair?

E.O. – Não, elas não preferiram sair. Ninguém mais as usava, porque a outra era mais barata e muito mais eficiente.

I.F. – E elas não quiseram se modernizar?

E.O. – Não, elas não quiseram utilizar. A Embratel queria que elas utilizassem, mas não quiseram.

I.F. – Como funcionava essa questão do cabo submarino? Porque eu ouvi que a Italcable era a cabo, a Western tinha cabo.

E.O. – Não, são duas coisas diferentes. A Western tinha um cabo submarino.

I.F. – A Italcable também.

E.O. – A Italcable também, mas era só para telegrama. Não operava para voz. O cabo, que já era um cabo antigo, não tinha condições de fazer transmissão de voz. Só transmitia telegramas ou telex.

I.F. – Então, com o satélite, houve um pulo enorme no desenvolvimento das comunicações.

E.O. – Foi um pulo enorme no desenvolvimento. A Western, como telegrama, ainda ficou até 73, quando elas fecharam e acabaram. Só que, logo depois que entrou em funcionamento a estação da Embratel, e logo depois que essas empresas cessaram suas atividades, houve um problema com o Comsat. As antenas do satélite congelaram lá em cima. Em congelando as antenas, eles perderam o controle do satélite e suspenderam, isto é, cessou o serviço via satélite. Então, de repente, o Brasil ficou sem comunicação internacional, porque o satélite saiu do ar e as outras empresas tinham interrompido suas comunicações. A primeira providência que a Embratel tomou, na mesma hora, foi

⁸⁸ Sudam, companhia francesa concessionária de serviço internacional. Ver: Oliveira, Euclides Quandt de. *Renascem as Comunicações*. São José dos Pinhais, Editel Gráfica e Editora, 1992.

comprar as instalações de comunicação internacional da Radiobrás para poder manter comunicação. Eu não me recordo agora, mas durou vários dias, até eles botarem outro satélite naquela posição. O Comsat tinha que levar outro satélite, porque aquele se perdeu e, durante esse período, ficaram sendo usadas as comunicações via rádio que eram da Radiobrás.

I.F. – Até agora, falamos basicamente em telefonia, telegramas, fax. Quando começa o desenvolvimento maior da televisão e, depois, do computador?

E.O. – Não. Tem uma outra coisa que vale a pena falar aqui, que foi o problema Embratel-Correios. Quando a Embratel comprou as instalações da Radiobrás, que eram usadas para telegrafia, elas ficaram sendo para emergência. Depois, o satélite entrou em funcionamento. Mas aquelas pessoas que antes eram usuárias... Deixa eu ver. Estou falando em Radiobrás, mas não foi Radiobrás, foi Radional.

A.I. – Na verdade, o que originou as disputas da Embratel e dos Correios foi o serviço de telex, porque os Correios operavam com telégrafo e à Embratel coube operar com telex, que seriam serviços dentro do mesmo segmento.

E.O. – Foi com a Radiobrás, sim. Foi da Radiobrás que eles compraram. A Radiobrás tinha muitos clientes no Brasil que, quando a Embratel começou a funcionar e passou a jogar via satélite, eles já tinham as suas instalações feitas, então a Embratel começou a operar também em telegrafia internacional. Quer dizer, os clientes da Radiobrás eram todos pessoas jurídicas, empresas que tinham negócios no exterior. Então, passaram a usar a Embratel, e a Embratel começou a criar postos. Só que ela transmitia para aqueles antigos usuários da Radiobrás e para outros que apareciam, e começou a procurar mais usuários e transmitia também para os Correios, com quem ela tinha um acordo. Aí, os Correios começaram a ficar zangados. Disseram: “Espera, vocês estão ficando com o filé mignon da história.” Pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, a Lei 4.117, todo o sistema de telegramas e telex devia passar para a Embratel, mas a Embratel não queria pegar o sistema de telegramas, porque significava que ela ia ter que botar postos em quatro mil municípios, telegrama tinha que ter no Brasil inteiro! Tudo quanto é coisinha por aí tem agência de correios e telégrafos. Então, a Embratel começou a tratar, junto ao ministério, que fosse passado para ela o telex, e que depois iam discutir o problema do telegrama. E mais: a Embratel tinha um certo receio de botar esses postos em tudo quanto era lugar do Brasil, porque também teria que assumir todos os funcionários dos Correios, que, em sua grande maioria, eram funcionários públicos. Então, a Embratel, que só trabalhava pela CLT, ia misturar dentro dela o funcionário público, ia criar um problema sério. Isso tinha acontecido em anos anteriores, porque os Correios tinham sido usados pelo governo, ainda no tempo em que ele era do Ministério da Viação e Obras Públicas, que também tinha a parte ferroviária e rodoviária. Quando eles acabavam as ferrovias, pegavam os funcionários da ferrovia e transferiam para os Correios. Os Correios tinham um peso de funcionários! Um condutor de trem ou de uma locomotiva não tem grande uso numa empresa de correios e telégrafos, não é? Então, a Embratel fazia força para não receber. Depois de muitas discussões com o Ministério das Comunicações, a primeira determinação foi de que a Embratel fizesse o projeto de ampliação dos Correios de modo a que os Correios tivessem 15 mil usuários em 1970. E a Embratel começou a fazer esse programa. Nesse meio tempo, os Correios tinham feito um projeto de expansão da Rede Telex que eles tinham, que tinha quatro mil usuários. Acho que iria passar para 12 mil, iam comprar mais oito mil ou iam chegar a oito mil.

Mais ou menos nessa base. E tinham encomendado da Siemens, que era a fornecedora inicial do tempo do Juscelino...

[FINAL DA FITA 11-B]

E.O. – A Embratel começou a fazer o projeto, mas, nesse meio tempo, o ministério disse que todo telex ia ser operado pela Embratel, e que a questão dos telegramas seria resolvida depois. A Embratel montou o setor Telex para fazer a implantação de uma rede em todo o Brasil, e disseram: “Vamos fazer uma rede nova.” Mas, antes, fizeram contato com a Siemens: “Vamos fazer o seguinte: existe um pedido dos Correios, que ainda não está completamente concretizado, de mais quatro mil terminais de telex nas estações Siemens. Em vez de quatro mil, nós queremos 12 mil, para chegar aos 15 mil, que é a ordem dos Correios. Mas queremos que vocês façam isso no mesmo prazo.” A Siemens disse: “Não tenho condições de fazer no mesmo prazo.” Responderam: “Então, não vou comprar nem esses quatro mil, vou fazer uma concorrência nova.” A Embratel fez uma concorrência nova, não para ampliar a rede dos Correios, mas para fazer a instalação de uma nova rede de telex, e quem ganhou foi a NEC. Essa implantação da rede de telex dentro da Embratel deu muita complicação em todos os lugares. Dentro da própria Embratel, eles primeiro criaram uma seção Telex, depois acabaram com a seção Telex, incluíram a seção Telex dentro de uma outra divisão, depois voltaram a fazer separado. Essa operação inicial foi um pouco confusa.

Só que chegou o Médici e assumiu o governo. Foi quando o Corsetti foi para o ministério e o Haroldo tornou-se presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. O Haroldo foi ao ministério e disse: “Agora nós temos que resolver um caso. Na realidade, os telegramas no Brasil estão abandonados, porque a Embratel está operando com telegramas, faz internacional e nacional. Mas ela faz o internacional porque a tarifa de telefone internacional é dez vezes a tarifa de telefone cobrado pelos Correios. Então, ela tem uma receita muito maior, muito boa para um serviço pequeno. Ela está muito bem, e os Correios, que podiam ter essa receita, não têm, só estão trabalhando na parte nacional.” Saiu um desentendimento entre eles, e o Corsetti disse: “Os telegramas têm que passar para a Embratel, porque é da lei. A lei diz que é para passar e tem que passar.” E o tempo correndo. A Embratel propôs: “Vou fazer o seguinte. Vou criar uma subsidiária de telégrafos, que vai ficar fora do problema de telefonia.” Mais tarde, essa subsidiária teve o nome de Teletel, mas antes tinha outro nome, que depois eu vejo.⁸⁹ Começaram a discutir como preparar a criação dessa subsidiária, mas não criaram e, nesse meio tempo, foi criada a Telebrás. Quando a Telebrás foi criada, a Embratel disse ao Corsetti: “Ministro, foi criada a empresa de telecomunicações, a Telebrás, e ela é quem deve ficar com a empresa de telegrama.” O Corsetti me chamou, e eu disse: “Não. O senhor imagina: se a Embratel – que já funciona e opera há cinco anos o serviço de telegramas – está com dificuldade, não está conseguindo fazer funcionar essa empresa de telegramas, o senhor acha que uma empresa nova, que está sendo criada agora, que tem dois meses de existência, tem condição? Ela não tem a mínima condição de fazer esse serviço. Tem que ser a

⁸⁹ Em setembro de 1973, Iberê Gilson, então presidente da Embratel, declarou que no mês seguinte seria constituída a Etelbrás, subsidiária da Embratel para as áreas de telegrafia, telex e teleprocessamento de dados. No dia 27 de agosto do ano seguinte, em reunião da diretoria da Telebrás, foi criada a Telebrás Telégrafos S. A. - Teletel. *Livro II* (título provisório). Originais de livro entregue pelo entrevistado à entrevistadora em março de 2005, como subsídio para preparação da entrevista. De acordo com o entrevistado, o livro é a segunda parte de *Renascem as telecomunicações*, São José dos Pinhais, Editel Gráfica e Editora, 1992.

Embratel. Por lei, cabe a ela isso.” A lei até quase teria que ser modificada. O Corsetti respondeu: “Está bem.” Então, a Embratel entrou em verdadeiro conflito com os Correios. Os Correios disseram que, com a Embratel fazendo a rede de telex, eles – os Correios – podiam usar a rede que sobrava para serviços de telegrama. Isso correu até 1974. Quando assumi o Ministério das Comunicações, a coisa ainda estava nesse pé. Só que, quando assumi, a Telebrás já estava funcionando há dois anos, e o general Alencastro, que assumiu a Telebrás, era favorável à operação dos telegramas. Ele veio a mim e falou que assumiria a criação da empresa. Foi autorizado a criar, e foi escolhida, inclusive, a diretoria. Eles começaram a se preparar. Mas havia ordem taxativa também do governo Geisel de que ela devia ter sede em Brasília. Qualquer empresa federal que fosse criada tinha que ter sede em Brasília, para firmar Brasília, que naquela época ainda estava se firmando. Foram ocorrendo as coisas, e o pessoal dos Correios não estava satisfeito com a situação. Levei esse negócio, mas eu era contra a criação dessa empresa.

I.F. – Dessa Teletel?

E.O. – É, eu era contra a Teletel, e disse: “Esse negócio não vai funcionar, porque vamos gastar dinheiro em quantidade para fazer uma coisa diferente. Ela não vai funcionar dentro das repartições dos Correios, vai passar por tudo quanto é canto aqui. Ela não vai poder funcionar dentro da Embratel,” – porque ela ia ficar com telex e telegrama, era essa a história – “onde já tem montes de centrais telex instaladas.” Isso foi uma análise pessoal minha. A Telebrás, na condição de *holding*, podia criar empresas, e tinha determinado a criação da nova empresa. Só que ainda não tinha havido a constituição legal dela. Eu disse: “Vamos acabar com esse negócio. Não vamos fazer a Teletel! Vamos fazer o seguinte: o serviço de telegramas vai ser feito pelos Correios, porque quem entrega carta também pode entregar telegrama – no mundo todo é a mesma pessoa –, e o telex fica na Embratel, porque não há necessidade de que os equipamentos sejam distribuídos, apenas as suas terminações. Eles já estão sendo instalados dentro da Embratel e ficam com a Embratel.” E baixei uma portaria fixando que o serviço telex seria feito pela Embratel, e todo o serviço de telegramas, nacional e internacional, seria feito pelos Correios. Aquilo que a Embratel estava fazendo com telegrama, ela entregaria para os Correios. E resolveu-se a coisa.

I.F. – Com o senhor já no ministério.

E.O. – Sim, já no fim do ano.

I.F. – Briga longa, então.

E.O. – Foi um negócio muito longo. Essa foi a história. Acho que foi a decisão certíssima.

I.F. – Até porque o telex usa telefone, não?

E.O. – Não. Ficando o telex com a Embratel – o telex ainda não tinha sido inaugurado pela Embratel, nessa ocasião –, quando ele foi inaugurado, a Rede Telex que existia nos Correios passou a se chamar Rede Gentex.⁹⁰ Os terminais da antiga Rede Telex

⁹⁰ O Sistema Gentex (rede interna de comutação de mensagens) entrou em funcionamento no ano de 1975. Disponível em: www.clubefilatelicoobrasil.com.br. Acessado em 17.06.2005.

passaram a ser instalados em todas as agências de correios, e os telegramas passaram a ser transmitidos diretamente da agência iniciadora para a agência final. Se um telegrama do Rio Comprido fosse para Santo Antônio da Boca do Acre, e se em Santo Antônio da Boca do Acre podia ter um terminal da Rede Gentex, o telegrama era passado e, em horas e minutos, poderia chegar ao destino, era só o tempo de ser distribuído. Por isso, melhorou, e muito, o serviço dos Correios na parte de telegramas. Nas cidades onde já existiam Redes Centrais Telex, passaram a ser usadas em Gentex, para telegramas.

I.F. – Quando eu era criança, os telegramas vinham pelo litoral pela Western, por cabo submarino. E, depois, das cidadezinhas do litoral para o interior, iam sei lá como.

E.O. – Não, mas Western era Western e telegrama era telegrama. Quando você tinha pressa de passar um telegrama, você passava um telegrama Western.

I.F. – Pois é, mas o telegrama Western só ia pelo litoral.

E.O. – Ia até Manaus!

I.F. – O que eu digo é o seguinte. Sou de Blumenau. Se eu passasse um telegrama Western para o Rio de Janeiro, ele ia de Blumenau a Florianópolis pela companhia...

E.O. – Negativo. Era uma linhazinha que a Western tinha de Blumenau até Florianópolis, onde passava o cabo. Era tudo material da Western. Eram poucas as cidades que tinham terminais em que você podia passar Western.

I.F. – Tinha um pedaço em que demorava. De Blumenau a Florianópolis, demorava que era um horror. E, de Florianópolis para o Rio, vinha em 15 minutos.

E.O. – Porque o cabo submarino da Western era só ao longo da costa e para o exterior. Mas, em compensação, um telegrama Western custava dez vezes o preço do telegrama comum. Por quê? Porque eles tinham aquelas ligações diretas.

I.F. – Só se usava realmente em casos de urgência.

E.O. – Só em casos de urgência. Depois, o Gentex passou a operar nos dez minutos.

I.F. – Via telefone?

E.O. – Não, via telex antigo, já havia telex. Por exemplo, em Santa Catarina devia ter terminal telex em Florianópolis, Blumenau e Joinville, e nessas cidades havia algumas estações. Eles pegavam uma linha telefônica e ligavam para Brusque, e botavam um terminal na agência de Brusque, na agência de Pomerode, por aí afora. Era através da central Gentex que estava em Blumenau. Agora, o teleimpressor ficava na agência de Brusque. Mas não eram todas as agências do Brasil que tinham.

A.I. – Com relação a esse começo da Telebrás: como era o relacionamento com a indústria, que não estava preparada para essas compras e essa demanda?

E.O. – Vamos pegar antes da Telebrás. Outro dia, mencionei que ainda no governo Juscelino tinha sido criado o Grupo Executivo da Indústria Eletro-Eletrônica, que pediu

à própria indústria que fizesse um plano. Esse plano foi feito, só que faltava dinheiro. A turma não tinha dinheiro, mas eles começaram, através de autofinanciamento, a criar várias empresas, como a de Recife, que foi uma das que cresceram. Passou a haver uma certa fabricação nacional. No início, eram só as três primeiras: Ericsson, Siemens e Sesa, que era a Standard Electric, que era a ITT. Depois, a Philips também começou a fazer, e depois a ATE, Automatic Telephone of England⁹¹, que passou a se chamar Plessey. Ficaram essas cinco, que se juntaram em um grupo e faziam muita propaganda junto às empresas. Com o desenvolvimento industrial, começou a haver o surgimento de demanda maior, principalmente demanda comercial. E o que aconteceu? Nos lugares em que havia essa demanda, até as próprias prefeituras criavam empresas. Por isso é que existiam tantas empresas no Brasil.

Então, começou a haver uma certa produção, só que essa produção não era tão grande assim. A primeira grande encomenda surgiu em 1965, quando a intervenção federal que existia resolveu que tinha que ser feita uma grande ampliação nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Foi feita a implantação de trezentos mil terminais, mais em São Paulo do que no Rio. A rede do Rio de Janeiro, nessa época, era maior do que a de São Paulo, mas foi quando São Paulo começou a crescer. O prefeito de São Paulo, o Faria Lima, vivia reclamando que tinha que ter, então eles forçaram. E as empresas que estavam aqui disseram que eram capazes de fornecer esse material, não tinha problema. Mas conseguiram que fosse aprovada uma lei isentando de direitos alfandegários as peças de fabricação para o fornecimento desse equipamento do Rio e de São Paulo. Já falei no negócio de uma combinação entre indústrias, em que depois houve intervenção do Ministério das Comunicações? Acho que não tinha entrado nesse negócio de indústria. Para essa expansão de 1965 – que, na verdade, só ficou pronta em 69, houve até terminais que só vão entrar em funcionamento em 70 – essas indústrias importaram material, mas não importaram componentes para fabricação. Um importaram equipamentos prontos, outras importaram pedaços de equipamentos. Uma das demandas que existiam muito naquele tempo era para instalar o PABX. E houve até umas discussões entre os fabricantes, porque uns importavam, outros achavam que não deviam importar. Inclusive, um anteprojeto de lei foi passado, acho que era o que dava isenção. Antes dessa isenção para o material da expansão da CTB, tinha saído – com o Juscelino ou com o Jango – uma lei isentando de importações os insumos para fabricação de um certo número de empresas. É engraçado, porque tinha, por exemplo, a Sesa, Standard Electric, que era a única de telecomunicações que estava no meio. Mas tinha igrejas, tinha fabricantes das coisas mais estranhas, tinha umas 18 ou 20 empresas que foram isentadas de importação de insumos. Ficou um negócio muito estranho. E o pessoal de comunicações que não tinha se interessado resolveu se interessar, porque a Standard Electric estava importando e trazendo coisas sem pagar direitos, e os outros não estavam. O que eles faziam nessa época era praticamente só PABX. Foi quando a Standard começou e os outros começaram também a trabalhar nesse negócio, com estações do interior. Aí, saiu um projeto de lei, apresentado por deputados, isentando esses direitos de importação. E, quando o negócio chegou ao fim, o Ministério das Comunicações, por uma série de explicações, foi contra. A associação dos fabricantes fez até um memorial para o presidente da República, dizendo que o Ministério das Comunicações não tinha que se meter, que quem tinha que se meter naquilo era o Ministério da Fazenda. Surgiu uma série de pequenos desentendimentos. Mais tarde, quando a Telebrás foi constituída, houve um período de desentendimento inicial com a indústria.

⁹¹ Automatic Telephones and Electrical Equipments-ATE.

[FINAL DA FITA 12-A]

E.O. – ...gerais com a indústria eram feitas pelas próprias empresas, sem a participação de mais ninguém. Mas, na constituição da Telebrás, uma das atribuições dadas à Telebrás era a de fazer gestões junto às empresas. Isso aconteceu no período em que eu estava exercendo a presidência da Telebrás. Por exemplo, a Companhia Telefônica de Pernambuco era uma companhia de controle privado, daquelas formadas por autofinanciamento, e veio para a Telebrás. Eles disseram que havia necessidade de aumentar a rede. Como eles não tinham condições, simplesmente aceitavam que a Telebrás fizesse investimentos lá e assumisse o controle, não pagava nada, não comprava ação de ninguém. Isso foi feito. Só que, no caso de Recife, era uma rede grande. Então, a única condição – que era uma das normas da Telebrás quando ela fazia um investimento mais alto – era que a Telebrás tinha que indicar o diretor financeiro. Em princípio, nós fazíamos uma análise sobre as pessoas que estavam dirigindo empresa, e era melhor deixar alguém do lugar do que mandar alguém de fora. Mas não o financeiro: queríamos lá alguém em quem a gente tivesse confiança, porque não se conhecia o do lugar. Mandamos para lá e verificamos que a Companhia Telefônica de Pernambuco tinha assinado um contrato de compra de cem mil terminais telefônicos para instalar ao longo do tempo por um preço X. Só que esse preço X era mais do que o dobro do preço que se tinha conseguido, na CTB, para comprar da mesma companhia. Dissemos: “Não, tem que dar um desconto.” Foi pedido, e a Telebrás acabou conseguindo um desconto de 54%. Desconto de 54%! Quer dizer, o que estava sendo cobrado era mais do dobro. À medida que a Telebrás entrava em empresas, ela encontrava problemas como esse. E ela passava a reclamar dos fabricantes, que às vezes não respondiam. O maior problema foi com a Ericsson. A Telebrás mandou uma carta contando todos os problemas havidos e a falta de respostas, e disse: “Está muito bem. Vocês não querem? Então, vamos suspender as compras e passar a comprar de quem responda direito.” A Ericsson passou a responder, e não teve mais problema. As coisas passaram a funcionar normalmente. Aí, passou a haver o seguinte: o ponto de partida para qualquer preço a ser usado eram aqueles preços que tinham sido obtidos pela CTB naquela expansão. Se fossem feitas outras encomendas, assegurava continuidade. Nos últimos dias de dezembro, logo que a Telebrás foi constituída, fui chamado pelo Corsetti para participar de um problema que tinha surgido. A Telepar – que já era do governo do Paraná, não estava vinculada à Telebrás – tinha feito uma concorrência para a compra de equipamentos de telefonia automática para Curitiba. E a CRT, que era a companhia do governo do Rio Grande do Sul, tinha feito também. Praticamente na mesma ocasião foram feitas duas concorrências, em Curitiba e no Rio Grande do Sul. As companhias telefônicas respectivas verificaram que, em uma, a Standard Electric e a Ericsson tinham dado preços parecidos, mas em diagonal. Quer dizer, a Ericsson...

I.F. – Fez mais barato em uma que na outra.

E.O. – A outra, mais barato que a uma. No Rio Grande do Sul, a Ericsson tinha dado o preço mais barato, e no Paraná, a Standard tinha dado um preço mais barato, e que era muito parecido com o da Ericsson do Rio Grande do Sul. Só que, no Paraná, a Telepar verificou que a Siemens tinha dado um preço mais baixo do que as duas. Então, ela queria comprar o equipamento Siemens, que era o mais barato. Aí, a Standard Electric ameaçou. Disse que, se ela comprasse da Siemens, ia entrar na Justiça, porque os equipamentos que estavam instalados em Curitiba eram da Standard. A Telepar, por

fora, dizia para o ministério que ela sabia que a Standard Electric tinha ligações com a Justiça de Curitiba, e então ela tinha receio de perder na Justiça. Ela queria que o Ministério das Comunicações desse opinião a respeito. O Corsetti até me chamou, e eu disse: “Não posso opinar sobre isso, porque acabei de sair da Siemens. Vai ficar muito mal se eu der uma opinião. Posso ficar lá, assistir, olhar, mas não vou dizer nada. Tenha certeza de que não posso, é absolutamente antiético fazer uma coisa dessas.” “Está bem.” Ele examinou e disse: “Está muito bem. Acho que deve ser comprado o sistema mais barato.” Até a Telepar mandou uma consulta formal e o Corsetti respondeu com uma pergunta. Aliás, a Sesa entrou na Justiça, mas, face a toda essa documentação, foi comprado da Siemens. O Corsetti perguntou para a CRT: “Como estão vocês? Vão comprar tudo? Só entraram aquelas duas?” “Não, temos uma proposta da Siemens, que é mais barata, mas a proposta da Ericsson tem um prazo um pouco mais curto, de modo que nós preferimos.” Mas o entendimento com o Rio Grande do Sul era muito difícil. Não dava, e eles compraram da Ericsson. Aliás, o interessante do caso é que a Ericsson atrasou o fornecimento e acabou fornecendo num prazo maior do que aquele que a Siemens tinha proposto [riso].

[FINAL DA FITA 12-B]

4ª Entrevista: 21.03.2005

I.F. – Ministro, combinamos de lembrar algumas coisas nas quais ficaram faltando uns complementos. Antes disso, há uma informação que eu gostaria de confirmar: o senhor estava num grande incêndio que ocorreu num prédio em São Paulo?

E.O. – Sou um sobrevivente do Edifício Andraus. Foi uma das coisas que me marcaram muito. O incêndio teve início às quatro da tarde e, às dez da noite, quando apagou mais ou menos, eu saí do prédio. Passei seis horas preso dentro do prédio, eu e mais cerca de duas mil pessoas.

I.F. – Lembro que foi uma coisa *muito* trágica. Vocês foram para onde? Para o último andar? O senhor estava trabalhando em São Paulo?

E.O. – Eu trabalhava na Siemens, cuja sede era no 21º andar do Edifício Andraus, em São Paulo.

I.F. – Foi em que ano?

E.O. – Em 1971 ou 72⁹². Eu estava trabalhando, vi uma fumaça subir – uma das coisas que a gente tem na Marinha é curso de combate a incêndio –, fui à janela, olhei e vi que estava saindo fumaça da sobreloja. Fui ao Manoel Pio Corrêa, que era presidente da empresa, e disse: “Vamos mandar todo mundo embora, porque está acontecendo qualquer coisa aí. Vamos evacuar.” A telefonista avisou para todo mundo, o pessoal foi todo embora. E, quando todo o pessoal tinha saído, eu e ele íamos descer. Já estava havendo fumaça fortíssima! Não via labareda, mas já havia fumaça fortíssima. Parou o elevador, ele disse: “Vamos pegar o elevador.” Eu disse: “Não. Pegar o elevador é contra qualquer norma.” Ele disse: “Não, eu vou.” Ele entrou no elevador e eu comecei a descer pela escada de incêndio. Ao fim de cinco ou seis andares, havia um andar em

⁹² O incêndio do Edifício Andraus foi no dia 24 de fevereiro de 1972. Disponível em: www.bombeirosemerncia.com.br. Acessado em 23.06.2005.

que a porta de incêndio não estava bem, ou tinha sido deixada aberta e estava saindo um calor muito grande. Aí, subimos.

I.F. – E ele no elevador?

E.O. – Não, ele já estava fora. Eu estava na escada. Todo o pessoal estava subindo, e quando chegamos na altura do 24º ou 25º pavimento, disseram: “Fecharam a entrada para o terraço!” Então, nós ficamos ali. Inclusive, eu estava perto da janela que dava para fora, via-se a Praça da República em São Paulo, e de repente saiu todo mundo correndo. Eu disse: “Saiu a notícia de que o prédio vai cair!” [riso] Um calor terrível! A escada de incêndio realmente era protegida de incêndio, mas estava tão cheia que não dava nem para você virar a cabeça para o lado, que você batia com a cara em alguém, de tão apertado que estava aquilo. E ficamos lá. Depois de umas duas, três horas, abriram a porta do terraço. O pessoal foi para cima e ficamos esperando. Houve uma organização, botou-se o pessoal sentado no chão, cada um para o seu lado, e começaram a vir helicópteros para levar o pessoal, porque não se podia sair. No fim de um certo tempo, umas quatro, cinco horas, eu juntei um grupo e disse: “Vamos descer pela escada, vamos ver se dá para sair.” Quando chegamos no nono andar, não dava para passar, ainda tinha um resto de fogo que estava saindo. Subimos de novo e ficamos esperando. Esses helicópteros, inclusive helicópteros dos bombeiros, trouxeram leite para distribuir para o pessoal, por causa da fumaça, intoxicação. Às dez horas, perguntei: “Vamos tentar de novo?” Aí, subiu um bombeiro dizendo: “Está *muito* ruim ainda de passar, mas eu passei.” Falei: “Vamos embora.” Descemos e, quando chegamos lá embaixo, abrimos a porta, olhamos, estava tudo absolutamente tranquilo, já não tinha mais ninguém em volta. Fui embora para casa.

I.F. – Eu lembro disso, foi uma tragédia.

E.O. – Foi. Mas não morreu *muita* gente, por causa da qualidade da escada. Quem ficou no terraço, sofreu mais. Eu guardo essas lembranças e fotografias. A chama na horizontal, que saía do prédio, devia ter uns 20 a 30 metros de comprimento e acabou fazendo pegar fogo uns edifícios que ficavam não do outro lado da avenida São João, mas já em uma rua inclinada em relação à São João. E, para cima, eram mais uns 30 metros de labaredas! Quer dizer, quem estava no terraço, não pegou o fogo, mas pegou aquele calor brutal.

I.F. – Vamos voltar para o nosso tema principal, que é comunicações. Quais são as coisas que o senhor disse que gostaria de lembrar?

E.O. – Quando a Embratel começou a operação, a primeira coisa que lançou foram os troncos de microondas entre o Brasil, a estação de satélite internacional e, ao mesmo tempo, ela fez mais. Apesar de as estações de televisão não terem se interessado, a Embratel começou a instalar centros de televisão para fazer a distribuição. Nas estações, havia centros de televisão que permitiam que recebessem os sinais que vinham para serem distribuídos. Em 1980, existiam 45 centros de televisão instalados. Mas não quer dizer que só essas 45 cidades recebiam; dessas cidades, os sinais eram distribuídos por outros meios. Cobria o Brasil inteiro, exceto a Amazônia, que foi...

I.F. – Foi bem mais tarde.

E.O. – Não, a Amazônia era por outro sistema. Não recebia, exceto Belém, que teve a microonda Belém-Brasília. Outro serviço implantado pela Embratel foi o chamado Serviço Móvel Marítimo. Era um serviço da responsabilidade dos Correios, porque, pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, a Lei 4.117, todos os serviços que não eram correio seriam transferidos para a Embratel. Inclusive, a Embratel, tentando retardar a assunção desse serviço, fez contato com o Ministério da Marinha, pois a Marinha operava duas estações para os Correios, uma no Maranhão e outra em Natal. Mas operava dentro da rede dos Correios. O Serviço Móvel Marítimo é o serviço que atende aos navios mercantes que estão em movimento, e depois passou a atender inclusive aos iates que fizessem comunicação com a sua própria cidade.

I.F. – E essa comunicação era via rádio?

E.O. – Toda via rádio. Então, a Embratel implantou o Serviço Móvel Marítimo. Foi um serviço complicado de instalar, porque é um serviço em que há muita responsabilidade, mas que não dá nenhuma lucratividade. É apenas uma obrigação mundial, até porque uma das coisas que ele faz é a escuta nas frequências de socorro marítimo. Pequenas embarcações que tiverem qualquer problema, pedem socorro. Pela lei marítima, qualquer navio que esteja naquela situação é obrigado a atender àquele pedido de socorro.

Então, a rede móvel marítima foi toda transferida para a Embratel. Ela tentou passar para o Ministério da Marinha, que disse que não era da responsabilidade dele, que ele estava fazendo para ajudar. A Embratel fez, e em 1990 existiam 41 estações operando em todo o Brasil. Além do serviço de alto-mar, havia para o serviço de pequena distância para os navios de recreio.

I.F. – Já que é basicamente para socorro, tem algum...

E.O. – Não. Ele tem a obrigação de fazer socorro, mas faz a comunicação também. Qualquer pessoa que esteja a bordo de um navio e queira passar um telegrama passa através desse serviço. Mais tarde, apareceu um serviço via satélite.

I.F. – Há determinados pontos que são conhecidos como os mais perigosos na costa brasileira, como o Farol de Santa Marta, em Santa Catarina. Ali tem um atendimento especial, ou é igual pela costa toda?

E.O. – Não, é igual pela costa toda.

I.F. – Não há uma preocupação maior com determinados pontos mais perigosos?

E.O. – Não, porque ele cobre toda a costa. Outra coisa que vale a pena mencionar é o Sicram.⁹³ O Sicram foi um serviço de repetição de mensagens telegráficas. Quer dizer o seguinte: se você quer mandar a mensagem para alguém e o receptor não estiver em condições de recebê-la, ela fica armazenada naquela estação e depois é encaminhada. Pode passar segundos na estação ou pode passar horas, vai depender do destinatário.

I.F. – Isso tudo aconteceu quando o senhor estava no...

⁹³ Sistema Computadorizado de Retransmissão Automática de Mensagem. Disponível em: www.portal-rp.com.br. Acessado em 24.06.2005.

E.O. – Não, isso foi antes, começou no início da Embratel. Foi das primeiras coisas que a Embratel fez.

I.F. – Ainda sob o comando do general Galvão.

E.O. – Ainda com o general Galvão. E, finalmente, o telex. Quero apenas mencionar que o telex foi assumido pela Embratel. A Embratel primeiro pretendia aumentar apenas a rede existente, que tinha quatro mil terminais. Depois, desistiu, porque não conseguiu fazer no tempo que ela queria. Então, fez um projeto novo, instalou uma nova rede telex no Brasil e deixou a antiga para os Correios, que passou a ser a rede de transmissão de telegramas que era a Rede Gentex. E essa Rede Telex, apenas para dar alguns números, em 1970, quando estava no início, tinha quatro mil usuários. Em 1990, tinha 142.800 usuários. Só que, depois, ainda tinha 148 mil terminais instalados, mas em uso só tinham 49 mil, porque o uso tinha sido reduzido imensamente. E hoje, praticamente, não existe telex. Os poucos que têm telex são pessoas que ainda têm necessidade de comunicação por via telegráfica mais fácil com empresas que estão em países que não têm comunicação via satélite. O telex acabou. Agora, mais sobre a Política Nacional de Telecomunicações.

I.F. – Isso é o que me interessa muito, porque houve uma mudança bastante grande pós-64, não?

E.O. – Não houve, é exatamente o contrário. Na Política Nacional de Telecomunicações, as primeiras medidas foram tomadas ainda no governo Juscelino, quando ele começou a sentir que telefonia era um problema necessário ao país.

I.F. – A Telemig foi um ponto importante, não foi?

E.O. – A Telemig era uma empresa subsidiária da CTB que se chamava Companhia Telefônica de Minas Gerais (CTMG) e depois passou a se chamar Telemig.

I.F. – Com o Juscelino, ela se desenvolveu muito, não foi?

E.O. – Não. Ela era uma das empresas que tinham algum desenvolvimento, mas de uma maneira geral a telefonia não teve desenvolvimento no governo Juscelino. Ela não chegou a ter desenvolvimento, porque estava, de um lado, completamente na mão das prefeituras. Todo serviço local era responsabilidade das prefeituras. E, por outro lado, os operadores do interurbano intra-estadual e interestadual eram todos empresas estrangeiras, que estavam desinteressadas do serviço. Diziam: “Não quero mais esse serviço.” Quando as concessões iam acabando, elas entregavam.

I.F. – Então essa política de desenvolvimento do país ligada às comunicações vem a partir do Juscelino?

E.O. – Não, eu diria que vem mais a partir do Jango. O Juscelino fez a verificação e mandou o problema para o Estado-Maior das Forças Armadas, que então se chamava Estado-Maior Geral, para que ele ficasse acompanhando aquilo. Mas não havia condições de resolver, porque, de um lado, quem estava operando não estava interessado em aumentar, e, por outro, eles não tinham recursos ou não tinham ainda idéia do que fazer. Foi quando surgiu aquele problema que eu já mencionei, no tempo

do Jânio, que aplicou uma multa, fechou por dois dias a rádio Jornal do Brasil. Então, resolveram fazer uma coisa nova, e fizeram o Código Brasileiro de Telecomunicações, que foi sancionado em 1962 pelo Jango. Inclusive, foi sancionado com quase cem emendas, que mudavam completamente o código. No entanto, elas foram rejeitadas 100% pelo Congresso, e saiu exatamente como tinha sido votada no Congresso. Esse código criou um órgão que iria então normalizar, porque o que acontecia é que não havia normas. Então, existiam diferentes lugares onde existiam comunicações, mas havia uma *enorme* dificuldade de se comunicar entre elas, porque cada sistema seguia uma norma, de modo que não havia nenhuma possibilidade de haver uma comunicação geral.

O início do código foi em 1962, o Contel foi constituído no fim do ano e, em 1963, aprovou o primeiro Plano Nacional de Telecomunicações. E essa política de telecomunicações, que a princípio o próprio governo não queria seguir muito bem, foi seguida até hoje, sendo revogada pelas leis de 1997. Teve a lei geral e, antes, a lei prévia, que acabaram... Mas ela foi sendo complementada e corrigida de acordo com a evolução da técnica e com a evolução da própria rede. Essa continuidade foi um dos fatores muito positivos no desenvolvimento das telecomunicações do Brasil. Mesmo com mudanças de governo, mesmo com a revolução, houve continuidade.

I.F. – E essa continuidade deve-se a quê? Foi um grupo que continuou sempre pensando igual? Deve haver algum motivo para ter havido continuidade. Que grupo era esse que mantinha isso?

E.O. – Eu não diria que existia um grupo. As pessoas que entraram nesse setor se interessaram em continuar aquilo que estava sendo feito. Eu não daria nome a ninguém, nesse sentido.

I.F. – Mudavam as pessoas, mas a política continuava igual.

E.O. – Mas a política continuava igual. Talvez até nem mudassem tanto as pessoas. Iam-se agregando mais pessoas ao setor. Algumas das pessoas que trabalharam desde o início, desde os primeiros trabalhos em diante, principalmente esses do Estado-Maior Geral de que eu estava falando, continuaram a participar, uns com maior, outros com menor intensidade. E os nomes às vezes nem chegaram ao ápice de posições, mas sempre houve essa continuidade, por alguma razão.

I.F. – Esse grupo que continuou com essa política ocupava muito cargo de confiança, ligado a governo que mudava, não?

E.O. – Não, porque, de início, praticamente não havia um órgão que tomasse conta. Esse órgão talvez fosse o Contel, mas o Contel tinha um presidente e 11 representantes que sempre variavam ao longo do tempo. Não houve, vamos dizer, uma pessoa ou algumas pessoas. Houve muitas pessoas, que ficaram durante muito tempo, mas eu diria que não...

I.F. – Não havia um grupo encarregado disso.

E.O. – Não havia um grupo encarregado disso. Eram pessoas que se interessavam por isso. E o primeiro passo foi a aprovação do Plano Nacional de Telecomunicações, no final de 1963. E o que marcou também muito e possibilitou o seguimento desse plano

foi o Decreto-lei 162, de 1967, que transferiu toda a responsabilidade de telecomunicações para o governo federal. O governo federal faria diretamente ou mediante concessão, que era o que antes era feito pelos municípios, o serviço de telecomunicações. Então, passou a ter uma unificação em todo o sistema. Um dos problemas que muito afetou o início das telecomunicações foi a falta de planos. O Plano Nacional de Telecomunicações, na realidade, era um plano geral que fixou uma idéia, já uma idéia muito mais ampla. A primeira coisa que a Embratel fez foi o cumprimento desse plano. Em 72, ela tinha completado o cumprimento de todo esse plano, que era de 1963. Por isso, houve continuidade, passou um governo para outro e aquele plano foi cumprido. Pode não ter sido em todas as linhas, quer dizer, a maneira como foi implantada a rede pode não ter sido *exatamente* aquela que estava ali, mas a idéia geral foi seguida. Então, a federalização foi um ponto muito importante. Como eu também já mencionei, o primeiro período de funcionamento do Ministério das Comunicações foi muito falho, porque uma parte ficou funcionando com o Contel, que era mas não era subordinado, e quem esteve lá não se interessava muito por aqueles problemas. Viram, quase que deslumbrados, os trabalhos que estavam sendo feitos pela Embratel e se dedicaram apenas a acompanhar aquilo que a Embratel estava...

[FINAL DA FITA 13-A]

E.O. – Quando terminou o governo Costa e Silva e começou o governo Médici, Higino Caetano Corsetti foi para o Ministério das Comunicações. Ele foi o grande impulsionador do ministério, do sistema de telecomunicações, de todas as idéias. Ele tinha participado de congressos de telecomunicações realizados pelo Contel, mas aí ele ainda participava como oficial do Exército. Logo que assumiu as funções no Ministério das Comunicações, ele fez uma comunicação ao presidente da República dizendo que o ministério estava em situação ruim, não tinha organização, não tinha estrutura, estava separado entre Brasília e Rio de Janeiro, não tinha assumido as funções que eram do Contel. Havia a necessidade de fazer uma fixação muito forte, principalmente levando em consideração que já se estava começando a sentir que havia uma evolução técnica em andamento no resto do mundo. Evolução técnica essa que, se fosse absorvida ou compreendida pelo Brasil, e entrasse já nessa nova fase, faria o país dar um grande passo para diante. Já no ano seguinte ao que ele tinha assumido, todas essas coisas que ele expôs ao presidente foram apresentadas ao Congresso. Apenas isso, não tenhamos dúvida, é falação. Em 1971, ele fez uma exposição de motivos ao presidente da República em que falava que havia necessidade, como emergência, de se colocar um milhão de telefones dentro da área da CTB, que já tinha sido comprada pelo governo, porque não houvera interessados da iniciativa privada. No tempo do Castelo, ele levou algum tempo com o problema em aberto, para aparecer candidatos. Não apareceram, ou apareceram pedindo coisas como essa: “Você compra e deixa que eu dirijo.” Apareceram tanto brasileiros como estrangeiros querendo fazer isso. Ele disse: “Não. Se não botar o seu, não entra.” Então, o Corsetti dizia: “Precisamos de um plano de emergência.” E mais, porque, em um primeiro exame, ele já tinha chegado à conclusão de que, nos próximos dez anos, o Brasil teria que chegar a dez milhões de telefones. E estava com dois milhões, na ocasião. A Embratel seria a responsável pela Rede Telex, a qual teria que ser implantada logo, resolvendo aquela dúvida que havia antes de que a Embratel estava tirando muito o corpo fora de assumir as responsabilidades na área de telecomunicações que eram dos Correios. Ele mencionou também que havia necessidade de iniciar logo o uso da televisão em cores no Brasil. A padronização da televisão em cores no Brasil, que foi feita no período em que eu era presidente do

Contel, foi sujeita a muita discussão depois, porque foi escolhido um sistema que não era o americano. E uma das razões disso foi a seguinte: dois dias depois de eu assumir a presidência do Contel, fui procurado por um dos adidos da embaixada americana pedindo o apoio do Brasil para que o sistema americano, que se chamava NTSC⁹⁴, fosse adotado como padrão mundial. A União Internacional de Telecomunicações (UIT) estava discutindo esse problema na ocasião. Eu disse para ele: “Vamos estudar o assunto.” Chamei alguém do Contel e perguntei: “O que é televisão em cores?” Eu nem sabia o que era. [riso] Ele respondeu: “Este é um assunto que nunca foi tratado aqui.” Eu disse: “Então, vamos pedir para quem possa conhecer.” Fiz um contato com o IME – que era uma universidade, porque naquela ocasião praticamente apenas os serviços universitários da Aeronáutica e do Exército formavam engenheiros de telecomunicações – e pedi que eles formassem uma comissão para estudar o assunto. Fizeram a comissão, estudaram o assunto e disseram: “O melhor sistema é o PAL⁹⁵”, que era o sistema alemão. “Depois, tem o NTSC americano, e depois o Secam⁹⁶”, que era o sistema francês. O sistema americano, que seria o mais apropriado para nós comprarmos, porque seria de acordo com as indústrias, com o que se usa aqui no Brasil, tem uma série de deficiências, tanto que os próprios americanos dizem pejorativamente que NTSC significa *Never Twice the Same Color*. Era um sistema que perdia a sua capacidade, em certas ocasiões, e mudava as cores. Além disso, ele apresentava uma segunda dificuldade para o seu funcionamento. Para ser transmitido à distância, os sistemas de microondas tinham que ter umas características especiais que aumentavam o custo dele. Tinham que ter uns dispositivos especiais ao longo de todo o sistema, o que ia fazer com que o nosso sistema ficasse mais caro. Havia uma reunião da UIT em Oslo ou Estocolmo sobre esse tratamento, e a representação brasileira recebeu uma instrução – dada pessoalmente por mim, porque eu era o presidente do Contel – para que lá eles tentassem negociar com o fabricante do PAL o seguinte: se o Brasil adotasse o sistema PAL, eles abririam mão de todos os direitos de *royalties* para quem a fabricasse no Brasil. Era a Telefunken, que concordou formalmente com isso, por escrito. Baixou-se a instrução fixando o sistema PAL, com todos os detalhes, mas não obrigando ninguém a usar. Era só o seguinte: quem quisesse usar um sistema de cor, tinha que usar *aquele* sistema. Essa foi a norma baixada pelo Contel em 1976, se não me engano⁹⁷. Aí, surgiu um problema que atrapalhou um pouco e que a turma depois reclamou. Normalmente, os sistemas que recebem coisas que se repetem têm que ter uma base de geração de frequência de repetição. Essa base, em todo sistema de televisão – todos os três, tanto o NTSC quanto o Secam e o PAL –, baseava-se na frequência da energia elétrica, que no Brasil era dividida. Por exemplo, no Rio de Janeiro a frequência era 50 ciclos, em São Paulo era 60. Acho que tinha um que era até duzentos ciclos. E o setor de eletricidade do Brasil baixou uma norma fixando em 60 ciclos.

I.F. – Eu lembro disso. Teve que mudar tudo!

E.O. – Mudar tudo. Só que o PAL era europeu, e, na Europa, o padrão é 50 ciclos, e nos Estados Unidos é 60 ciclos. Então, o PAL brasileiro ficou um pouco diferente, passou a

⁹⁴ National Television Standards Committee - NTSC.

⁹⁵ Phase Alternate Lines - PAL

⁹⁶ Séquentielle Couleur à Mémoire - Secam.

⁹⁷ A primeira transmissão oficial em cores no Brasil ocorreu em 19 de fevereiro de 1972, com a cobertura da Festa da Uva, na cidade gaúcha de Caxias do Sul, autorizada pelo Ministério das Comunicações. Em 31 de março de 1972, as principais emissoras brasileiras inauguraram oficialmente suas programações coloridas. Disponível em: www.redeopiniadotv.com.br. Acessado em 27.06.2005.

ser o PAL-M⁹⁸. Dentro do sistema, teve que ser feita uma pequena modificação. Mas essa modificação não mudava as necessidades da transmissão em microondas. Continuou sendo possível fazê-la mais barata, e isso ficou em aberto. As estações de televisão na ocasião não se interessavam nem pelo sistema que fosse transmitido. Quando a Embratel construiu os centros de TV, foi sem a aquiescência das estações de televisão, que não se preocupavam. Elas estavam muito preocupadas em uma briga que havia na ocasião: os Diários Associados estavam descendo, a Globo estava subindo, e entre os dois havia uma briga feroz. Praticamente todos os anos essas organizações faziam congressos, reuniões e tal. Houve uma reunião da Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão (Abert) em Salvador na qual ela lascou o pau no governo, especificamente no próprio presidente Castelo Branco, dizendo que o Castelo estava dando todo o apoio indevido à Globo. Até me avisaram, eu não estava lá, fui para lá correndo e fiz um discurso sobre o projeto, expondo as razões, a política que estava sendo seguida em telecomunicações, em rádio e televisão. Lembro-me de que o próprio Chateaubriand estava presente, até estava doente, em uma cadeira de rodas. E eu comecei a falar me dirigindo àquelas pessoas, um por um, dando o nome da pessoa, o que ele era e a função que exercia. Então: “Assis Chateaubriand, criador dos Diários Associados, da rede dos Diários Associados e presidente de honra da Abert; senhor fulano, *taratata*...” Toda a diretoria da Abert era dos Diários Associados. Quando cheguei no quinto ou sexto, já a platéia toda estava murmurando. Acabou e eu expliquei o negócio todo. Comecei dizendo que eles estavam fazendo aquilo porque era uma briga comercial entre eles, e o que o governo estava fazendo era fixando uma norma geral a ser seguida. Tanto que, quando acabou, eu era o presidente do Contel e eles nem me acompanharam até a porta. [riso]

I.F. – Não era fácil brigar com Assis Chateaubriand! Mas, então, não se interessavam pela televisão em cores?

E.O. – Não se interessavam pela televisão em cores, tanto que o Corsetti não obrigou, mas procurou alguém que quisesse fazer a implantação da televisão em cores. Não me lembro qual foi a estação, porque nessa época eu estava fora do sistema. Foi em 1970, se não me engano.

I.F. – Preparando para a Copa do Mundo?

E.O. – Não. Foi a inauguração da Festa da Uva, em Caxias do Sul⁹⁹, que era a terra do Corsetti. Ele conseguiu que fosse feita essa transmissão, procurou convencer fabricantes para que fizessem os equipamentos. Aqueles que viram a televisão em cores ficaram tão maravilhados que, na mesma hora, todas as estações passaram a implantar a televisão em cores. A implantação da televisão em cores foi um dos itens que o Corsetti incluiu nessa sua primeira exposição de motivos ao presidente, dizendo da necessidade de modernização.

I.F. – E deve ter trazido um incentivo muito grande às indústrias, que começaram a preparar...

⁹⁸ Phase Alternate Lines - Padrão M.

⁹⁹ Ver nota 7.

E.O. – Elas começaram, sabendo que não iam ter que pagar o *royalty*, o que foi uma facilidade. Lógico que elas teriam que fazer contato. E a Telefunken não pôs nenhum problema, inclusive começou a fazer aqui. A Philips...

I.F. – Incentivou muito a indústria brasileira na produção desse material.

E.O. – É, tenho a impressão de que a primeira que começou a fabricar aqui foi a Philips. Outra coisa que ele mencionou foram as dificuldades de comunicação na Amazônia e a necessidade de se colocar radiodifusão na Amazônia. A única estação recebida por quem morava na Amazônia era uma que ficava numa ilha do Caribe. Era uma estação holandesa, que era muito bem recebida lá e fazia uma transmissão dirigida para aquela região. Não era o dia inteiro, mas tinha um programa direito. Então, havia a necessidade de colocar estações de radiodifusão na Amazônia e em Brasília. A primeira idéia foi essa. A partir disso, a Rádio Nacional fez um projeto de estações de mais alta potência que pudessem ser recebidas na área da Amazônia. Depois, ela implantou em inúmeras cidades. Mais tarde, já com a Radiobrás, é uma outra história, foram instaladas estações que depois foram todas vendidas a particulares que se interessaram em ficar com elas. Era simplesmente para dar noticiário amazônico. É interessante que, por exemplo, já com a Radiobrás funcionando, ela tinha programas especiais dirigidos para a Amazônia que eram retransmitidos nas estações que ela, Radiobrás, tinha na Amazônia. E recebiam montanhas de cartas pedindo tal programa, tal outro programa. Uma das coisas que eram muito pedidas era a transmissão de polcas! Uma coisa que, no Rio de Janeiro, acho que nunca era transmitido. E outra coisa que também passou a ser muito utilizada por essas estações, lá na Amazônia, era mandar recado. Mandavam recado para famílias, para não sei quem. Era muito comum.

I.F. – O senhor está falando na Amazônia. E Mato Grosso?

E.O. – Quando eu digo a Amazônia, a Amazônia pega até Rondônia.

I.F. – Digo isso porque, em 1992, estive num hotelzinho no Pantanal, em um lugarejo entre Corumbá e Campo Grande. O pessoal do hotel nos pegou na estrada entre Corumbá e Campo Grande, andamos uma hora de carro, pegamos canoa e chegamos em uma ilhazinha. O hotel não tinha nada, não tinha televisão, não tinha telefone. Uns tempos antes, tinha tido uma imensa antena parabólica, mas um boi deu uma chifrada, aquilo caiu. Em caso de *muita* necessidade, o hotel ia a um lugarejo perto e falava pelo rádio. Isso ficava a três horas de Corumbá!

E.O. – O que acontece com essas áreas mais isoladas é que, para você atingi-las com a televisão, você só consegue através de satélite. Parabólica.

I.F. – E o telefone?

E.O. – O telefone é porque a telefonia rural brasileira demorou muito a ser implantada. Deu-se prioridade aos centros, porque davam maior rentabilidade, que era usada para a telefonia ir para os centros menores. Toda a implantação do sistema de telecomunicações no Brasil foi feita sem recursos do governo, era sempre com recursos próprios. Então, com recursos próprios você tem que ter uma geração de recursos para poder implantar e seguir. A telefonia rural seria via rádio. Mas eu creio que era uma deficiência do hotel, porque na parte sul de Mato Grosso existia uma rede em

radiofrequência, via rádio, que fazia telefonia. Era uma telefonia um pouco antiquada, mas era telefonia. Existia uma rede.

I.F. – Era realmente uma ilha no fim do mundo. [riso]

E.O. – Hoje, Mato Grosso é um estado que tem bastante comunicação.

I.F. – Quando chegamos a Corumbá, foi perfeito.

E.O. – Não, quando eu digo bastante, refiro-me a pequenas localidades.

I.F. – Até porque o turismo está indo muito para lá.

E.O. – É. Se interessar, posso arrumar umas tabelas que mostram não só o desenvolvimento de número de terminais telefônicos no país, como também o número de localidades atendidas em cada estado.

I.F. – Tem alguma coisa que eu andei lendo. Mas já deve haver coisa mais moderna.¹⁰⁰

E.O. – Isso aqui é o último levantamento feito pela Telebrás. Logicamente, existe coisa mais moderna. Em julho de 98, que é quando fechou a Telebrás, eram 22.900 localidades atendidas. Só que, em 72, não se tinha o dado disponível. [risos]

Eu estava mencionando essa exposição de motivos do Corsetti. Ela foi aprovada pelo presidente, e aí ele fixou as bases de uma política. Havia a necessidade de incentivar sistemas regionais, porque a execução em cada região seria de responsabilidade da empresa representativa. Ele criou, para cada estado, uma empresa representativa, a qual deveria ter a responsabilidade de fazer o programa de todo o estado.

[FINAL DA FITA 13-B]

E.O. – Ainda nem existia a Telebrás! Tinha empresa privada, tinha empresa do estado, tinha empresa do município.

I.F. – Era uma salada mista.

E.O. – Era. Ele colocou a empresa que era considerada a melhor em cada estado. Tanto que houve quatro ou cinco estados que nem foram escolhidos, porque não tinham nenhuma empresa em condições de ser a representativa. Isso saiu mais tarde. Agora, ele chamou a atenção para a necessidade de se tomar cuidado com as novas técnicas que estavam surgindo. Segundo, ele ressaltou que era importante ter uma atenção muito grande para uma redução dos custos, porque os custos de qualquer instalação estavam em valores extremamente altos. Já mencionei o caso de Pernambuco, em que, quando foi a Embratel, teve uma redução de 54% para ficar igual à CTB. Mais tarde, quando a Telebrás começou a funcionar mesmo, ela conseguiu uma redução de 20% a 40% desses preços, que já tinham tido 54% de redução, porque eles ainda estavam acima dos preços mundiais. O que era cobrado aqui era muito alto! O que se observou, principalmente quando a Embratel entrou em funcionamento e se lançou naquela luta para fazer o

¹⁰⁰ Entrevistadora e entrevistado lendo documentos apresentados pelo entrevistado.

serviço internacional, foi que as empresas que existiam aqui, inclusive as indústrias, só compravam material da casa matriz, mesmo que o material não fosse fabricado pela casa matriz. Quer dizer, qualquer coisa que fosse comprada era de lá. Isso era, na realidade, uma maneira de fazer transferência de recursos sem ter outros problemas, sem ter imposto de renda etc. Quando a Embratel começou a operar com a Western Union International (WUI), ela fez um contrato normal, como fazia com outras. Ela ficou surpresa, porque, em todos os contratos daqui, a participação que ficava do lado de lá era enorme, e muito pequena a participação daqui, e aí essas coisas tinham mudado. Um outro problema para o qual ele chamou atenção foi a necessidade de acabar com a chamada cota de previdência. Deve ter sido em 1971 que foi mudado. Até aquela ocasião, o custo básico da Previdência Social, do INPS, era supostamente coberto por uma sobretaxa. Primeiro, era cobrada nas contas de eletricidade e de telefone, e, por volta de 1950, passaram a cobrar 7,5% das tarifas de eletricidade e 7,5% das tarifas de telefonia. Pode não ser exatamente esse número, mas dava no total 15%. Depois, os 15% foram transferidos *todos* para a telefonia. Então, ele dizia que se estava querendo cobrir com o serviço telefônico o funcionamento de algo cuja cobertura devia ter outra origem. Era uma lei, foi ao Congresso e foi cancelada. Ele conseguiu o cancelamento da cota de previdência.

Ele mencionava que a indústria que estava aqui instalada cobrava valores muito altos, por diversas razões. Falava sobre a grande necessidade de se ter mais recursos humanos e mais bem formados em matéria de telecomunicações, de telefonia. Além disso, que se tivesse também mais pesquisas e desenvolvimento, porque você não consegue ter nenhuma estrutura sem estudos iniciais. E completava dizendo que a informática, uma coisa nova que estava aparecendo, não tinha dono no Brasil, e ele achava que devia ficar com o Ministério das Comunicações. Isso não foi para diante, mas era a idéia dele. Em consequência desse negócio, foi montado um grupo de trabalho que fez a Lei de Exploração dos Serviços Públicos de Telecomunicações no Brasil, que criou a Telebrás. Ele também disse que era necessário revisar a política como um todo. Nesse grupo de trabalho, ele mencionou que, além da criação da Telebrás, havia necessidade de fazer planos diretores. Se você não tem um plano diretor, uma meta, se não souber quanto vai gastar, como vai gastar, como vai obter os recursos para fazer aquele investimento, você não tem... Isso era um plano diretor, e, em consequência, os recursos financeiros para ele. E era necessário reforçar a parte de formação e treinamento de pessoal, e conhecer novas técnicas. Logo foram abertos pequenos centros de treinamento, inclusive no Norte, em Manaus e Belém. Em Recife, abriu-se um grande centro de treinamento. Esse era um problema seriíssimo para a ocasião.

O Plano de Emergência, que era o plano de um milhão de telefones, que seria feito na área da CTB que já pertencia ao governo, devia ser tocado para diante. Nessa ocasião, surgiu uma discussão: como comprar esse negócio? Foram feitas análises de como isso era feito em vários lugares do mundo e foi adotada a norma das cartas de intenção, que era seguida pelo sistema de telecomunicações francês. Uma das razões pelas quais as indústrias diziam que os preços delas eram muito mais altos do que lá fora era porque elas recebiam *uma* encomenda de vez em quando. Então, elas tinham que manter um grupo constante de empregados sem ter a garantia de venda. Existem várias cartas da Abrafet chamando a atenção sobre esse problema. A carta de intenção dizia o seguinte: são tantos fabricantes, e qual é a capacidade de fabricação de cada um? É tanto. Então, o que se pretende encomendar vai ser dividido proporcionalmente à capacidade de produção de cada um. Foram feitas cartas de intenção, por exemplo, para o plano de um milhão de telefones. Por exemplo: a Standard Electric vai ficar com 40%,

a Ericsson vai ficar com 30%, a Siemens e a NEC vão ficar com 10% cada uma e a Philips e a Plessey ficariam com 5% cada uma, mais ou menos.

I.F. – Quem decidia isso?

E.O. – Quem decidiu isso, em última análise, foi o Ministério das Comunicações, em contato com a CTB. Isso foi antes da criação da Telebrás. Então, fariam uma carta de intenção para o fabricante, dizendo: “Nós vamos comprar, para o plano de um milhão de telefones, tantos mil de vocês, quatrocentos mil terminais na Standard, trezentos mil na Ericsson.”

I.F. – Foi feito um estudo em cima das condições das fábricas?

E.O. – Fez-se uma análise das condições das fábricas naquele momento. A carta de intenção dizia o preço que ia ser pago por terminal. Era um contrato detalhado, com todas as condições de um contrato, só que não dizia: vai ser instalado na estação de Rio Comprido, ou vai ser instalado na estação da Tijuca; era geral. Depois, para cada ano, a Companhia Telefônica fazia o seu plano anual. Uma das coisas que foi implantada, já no Sistema Telebrás, era o seguinte. Havia necessidade de fazer, dentro do plano diretor, um plano de trabalho para aquele ano. Era quase que um orçamento, só que um pouco mais detalhado, pois o orçamento é muito genérico. Mas, ao mesmo tempo em que se fazia esse plano de trabalho de um ano, fazia-se um plano de trabalho de cinco anos, que não era tão detalhado quanto o plano de trabalho de um ano. Por quê? Porque, naquela época, eram implantações muito grandes, eram crescimentos muito grandes. E um crescimento muito grande afeta as áreas mais diversas possíveis. Então, você já tinha uma idéia de cinco anos. E fazia-se mais: um plano de 20 anos. O plano de 20 anos era quase uma fixação de metas. “Daqui a 20 anos, como vai ficar?” Essa era a idéia: um plano de trabalho de um ano, planos preliminares de cinco anos. Quando o primeiro deles era transformado em plano de trabalho, fazia-se um novo plano de trabalho para o ano seguinte. E como se fazia? No tempo em que eu estava no ministério, a Telebrás apresentava para o ministério o seu plano de trabalho para ser aprovado e o orçamento do ano seguinte. Esse plano de trabalho era aprovado e executado. No fim do ano seguinte, era feito um novo plano de trabalho. Quando terminava o primeiro ano, no início do segundo ano era feita uma nova reunião com a Telebrás para ela apresentar o plano de trabalho daquele ano, mostrar o que tinha sido realmente executado e explicar o porquê de algo não ter sido executado, ter ficado aquém ou ter ido além. Às vezes, eram reuniões que demoravam dias, porque entravam em detalhe nos trabalhos do Brasil inteiro, de ponta a ponta.

I.F. – Isso também está diretamente ligado à fabricação das peças?

E.O. – Não, isso aí era a instalação das peças.

I.F. – Sim, mas, se tinha instalação, tinha que ter compra das peças. Essa compra das peças era feita por determinadas indústrias, que estavam ligadas, como o senhor mesmo já falou, ao desenvolvimento, estudos e cursos. A rapidez da modernização dessa aparelhagem influenciava esses planos? Porque, hoje em dia, muda com uma rapidez incrível: quando você compra um aparelho de televisão, já está saindo um mais moderno. Você nunca consegue pegar as coisas mais modernas. A rapidez do desenvolvimento tecnológico ligado às telecomunicações era grande?

E.O. – Quando estive no ministério, essas coisas ainda estavam em evolução. Assim, quando se instalava um equipamento de telecomunicações, uma central telefônica, por exemplo, a vida útil dela era considerada – inclusive pelo Ministério da Fazenda, para imposto de renda, depreciação etc. – de 30 anos. Vou entrar em detalhes nessa questão exatamente na evolução tecnológica. Agora, só um pequeno dado: o plano de um milhão de telefones começou em 1971 e foi mais ou menos completado em 76. Só que, dentro da CTB, ele não tinha esse nome de plano de um milhão de telefones. E o que se pode observar é o seguinte: nesse período de 71 a 76, quando foi implantado o plano de um milhão de telefones, a receita da CTB, corrigida, tirando todos os problemas de inflação, cresceu 140%. Quer dizer, o plano de um milhão de telefones deu 140% de aumento na receita da CTB.

Eu gostaria de mencionar duas coisas antes de passar para essa parte da implantação da política. Primeiro, os congressos de telecomunicações. Quando fui para o Contel, considerei que era absolutamente importante que todo mundo se conhecesse, que trocasse idéias e discutisse. Então, começamos a fazer congressos. No ano de 66, organizei o I Congresso de Telecomunicações. Em 67, foi feito o segundo, eu já não estava mais no Contel. Depois, entrou o ministério, acabou o Contel, acabaram os congressos. Quando assumi o ministério, novamente voltei a fazer. O III Congresso de Telecomunicações foi feito em 74, e em cada ano houve um congresso. Esses congressos sempre tratavam de assuntos que fossem considerados críticos na ocasião. Um dos congressos tratou de pesquisas e desenvolvimento, as necessidades, como, quais são os problemas etc. E gente de fora era convidada. As resoluções dos congressos eram sempre levadas em consideração. Outra coisa: antes do Código Brasileiro de Telecomunicações, e mesmo logo no seu início, as companhias telefônicas achavam que precisavam se reunir, e o Nordeste foi a primeira área que criou uma associação, chamada Telenordeste. Era uma associação das empresas de telefonia que se reuniam para discutir seus problemas e ver as coisas. Com a criação da Telenordeste, foi criada uma Tele-sul, que pegava aquelas do sul, e uma Telecentro, que pegava o pessoal do centro e ia até Minas Gerais. Tenho a impressão de que a Telecentro não ia para Mato Grosso, Goiás, porque as companhias de lá eram muito pequenas. Essas três resolveram criar uma união delas, que era uma única, brasileira, que seria a Telebrasil, que unia esses estados. Quando foi criada a Telebrás, essas teles – a Telenordeste, a Tele-sul, a Telecentro – acabaram. E iam acabar a Telebrasil. Eu disse: “Não vamos deixar isso, porque é uma necessidade que haja união entre elas, entre as empresas, que façam seus entendimentos e suas reuniões, que discutam os seus problemas e, principalmente, se conheçam.” Então, a Telebrasil passou a ter o apoio da Telebrás. Só que ela reunia não só todas as empresas do sistema Telebrás, como também qualquer empresa que trabalhasse em telecomunicações e quisesse entrar. Todos as grandes empresas o fizeram, as fabricantes de equipamentos, como Ericsson, NEC, Siemens, Pirelli. E a Telebrasil passou a fazer o que ela chamava de painel, uma a duas vezes por ano. Depois que saí do ministério, não fizeram mais congressos. [risos]

I.F. – Ficou só a Telebrasil fazendo os painéis. [risos]

E.O. – Ficou a Telebrasil fazendo os painéis. Ela passou a fazer dois painéis por ano. Inclusive, um pouco mais tarde, fui diretor e depois presidente da própria Telebrasil. Já não tinha mais nada, mas eu era sócio honorário, acho que ainda sou, se não me tiraram. [risos] No ano passado, recebi uma comunicação que veio via Telebrasil dizendo que a Universidade Estácio de Sá tinha resolvido me dar o título de doutor *honoris-causa* por

causa de tudo que eu tinha feito. Procurei entrar em contato com as pessoas. E disse: “Foi a Telebrasil que arrumou esse negócio.” A Telebrasil, na ocasião, tinha uma ligação com a Estácio de Sá. Depois de cinco ou seis vezes ter tentado falar com a pessoa e não ter conseguido, disse: “Desisto, abro mão. Não quero. Não vejo razão para me darem o título de doutor *honoris-causa* [riso] agora, nessa altura dos acontecimentos. Mas, mesmo assim, muito obrigado.” [riso] Acho que a Telebrasil ficou meio chateada comigo por causa disso.

I.F. – [riso] Riscou seu nome. Quem sabe?

E.O. – Ninguém sabe, porque inclusive tinha lá uma sala que era a Sala Comandante Quandt. No Setor de Comunicações, quando falavam “fala com o comandante”, já sabiam: era eu. Embora houvesse muitos outros que também eram da Marinha.[riso] Só para ter idéia, até a minha mulher, quando falava com a empregada, dizia: “Fala com o comandante.”

[FINAL DA FITA 14-A]

E.O. – Não vou me fixar, por exemplo, no crescimento do Sistema Telebrás, no crescimento da telefonia no Brasil, porque acho que ali tem a história de cada uma das companhias telefônicas brasileiras¹⁰¹.

I.F. – Isso serve para pesquisador anotar.

E.O. – Qualquer dúvida que tiver para esclarecer, não tem problema.

A parte de indústria e de pesquisa e desenvolvimento é um tema muito importante. Foi considerado que o importante é você ter uma base industrial. Mas você não tem base industrial se essa indústria não tem de onde tirar o conhecimento. Então, antes de entrar em detalhes sobre as coisas, você começa tendo a criação de um conhecimento. Essa criação de conhecimento pode surgir de um setor de pesquisa, de desenvolvimento etc. Mas, normalmente, ela surge em centros de desenvolvimento científico ou em universidades. Esse é o primeiro ponto. Quando a universidade tem um certo conhecimento, antes de chegar na indústria tem que ter alguém que transforme aquele conhecimento em alguma coisa possível de ser usada. Então, você faz aquele desenvolvimento inicial, um desenvolvimento exploratório, seja o nome que dêem. Esse desenvolvimento vai até um protótipo, um negócio que funciona. Mas aquilo que ele desenvolveu como protótipo quase sempre não tem condições de ser fabricado. Ele precisa ter um desenvolvimento industrial, que tem que ser feito na fábrica. Aí, sim, esse desenvolvimento industrial tem que ser feito pelo fabricante. Ele tem que pegar o que estava ali e juntar com a sua instalação ou modificar a sua instalação para poder fazer aquilo. Essas são as três fases principais. A primeira fase começou principalmente na época do Contel, que começou a fazer pesquisas.

I.F. – Motivar as universidades a se dedicarem a esse tipo de estudo?

E.O. – Não: a contratar, nas universidades, um tipo de estudo. Por exemplo, um estudo que foi feito: transmissão ou propagação rádio na Amazônia. Para isso, contratou-se

¹⁰¹ Entrevistado e entrevistadora estão se referindo ao livro que o entrevistado doou. Ver: Oliveira, Euclides Quandt de. *Renascem as Comunicações*. São José dos Pinhais, Editel Gráfica e Editora, 1992.

uma universidade. “Queremos que você estude isso, você aceita? O que você acha disso?” Aí, eles fazem: “Por que na Amazônia não está sendo feito?”

A.I. – Um estudo direcionado para uma aplicabilidade.

E.O. – Era um estudo direcional. Outro: “O que vocês estão estudando de importante, de interessante?” “Estamos fazendo um estudo sobre produção de raios laser.” Pensei: deve ser um negócio que vale a pena, pode dar qualquer coisa para comunicações. Então, a gente fazia um contrato e esses contratos eram todos feitos, naquela época, pelo que se chamava *cost plus*. Era o pessoal que ia ser usado naquele contrato e dava-se um delta que seria para a administração da universidade para o contrato. Não eram importâncias muito elevadas e davam razão ao surgimento de novas idéias, como essa do laser. Eu menciono o laser porque o laser acabou criando um equipamento. Ao mesmo tempo em que foi feito o laser, houve o desenvolvimento de fibras pelas quais pudesse ser feita a transmissão de ondas rádio, ondas de alta frequência. Depois, quando se juntaram as duas coisas, os primeiros cabos de fibra ótica usados no Brasil já foram fabricados aqui. Perguntava-se: “Tem alguém interessado em fabricar isso aqui?” “Eu quero.” “Está bem. Estão aqui as condições para você fazer isso.” Só que, para jogar o sinal dentro da fibra ótica, precisava do equipamento laser.

A.I. – Hoje se coloca muito que tecnologia é uma coisa que está na prateleira. É chegar e comprar. Se a tecnologia está ultrapassada, joga-se fora aquela e compra-se outra. Mas isso custa dólar, custa dinheiro para comprar.

E.O. – Você compra outra onde?

A.I. – No mesmo fabricante ou no mesmo criador da primeira tecnologia, de modo que o criador da primeira tecnologia é que vai ficar sempre criando. Essa linha que o senhor está explicando é uma linha de criação de tecnologia no Brasil adaptada para as condições brasileiras, a necessidade da Amazônia.

E.O. – Não. Por exemplo, a criação da tecnologia para a digitalização dos sistemas foi feita pelo Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Telebrás (CPqD), e para o começo do trabalho ele fez um convênio com um centro de pesquisas da Itália, Italtel¹⁰², que já estava trabalhando nisso e concordou em trabalhar com o Brasil. Então, os dois começaram a fazer pesquisas conjuntas. O Brasil entrou junto com a Italtel, vinha gente de lá para cá, gente daqui para lá, e foram feitos dois tipos de equipamentos, porque a Italtel já estava com alguma coisa encaminhada. Os dois foram colocados em funcionamento e não foram considerados aceitáveis, aí a Italtel desistiu de continuar com o estudo. O CPqD não desistiu, continuou a fazer o desenvolvimento e terminou por produzir equipamentos digitais utilizados. Essa tecnologia foi vendida para duas firmas, que pagam *royalties* para o CPqD. Primeiro, foram duas outras, e acabaram indo para a Promon, não me lembro qual é a outra que faz também. Essas firmas, naquela ocasião, dois anos atrás, já tinham exportado para os Estados Unidos centrais telefônicas Trópico¹⁰³ de um milhão de terminais. Um milhão de terminais! Quer dizer, é um conhecimento que foi criado. Mas o que acontece hoje com o CPqD? Hoje, ele está

¹⁰² Italtel Societa (Italiana Telecomunicazione SpA).

¹⁰³ A Trópico, uma *joint venture* da Promon com a Fundação CPqD e a Cisco Systems, fornece equipamentos e sistemas de telecomunicações com tecnologia de ponta própria e de parceiros. Disponível em: www.promon.com.br. Acessado em 29.06.2005.

trabalhando muito mais em criação de *software* do que em criação de *hardware*. Porque o *hardware* é muito mais fácil de ser evoluído. Existe também criação de *hardware*, porque o CPqD, com a privatização do Sistema Telebrás... Quer dizer, a Telebrás não foi privatizada: as empresas a ela vinculadas é que foram privatizadas. Então, o CPqD foi transformado numa fundação¹⁰⁴, mas que faz serviços para as empresas e recebe delas recursos, pagamento pelos serviços que faz.

A.I. – E o cartão telefônico? O cartão telefônico brasileiro é barato, bom e foi desenvolvido...

E.O. – Foi desenvolvido pelo CPqD. E, até bem pouco tempo atrás, era um dos únicos do mundo que não era magnético, era por microprocessador. Continua funcionando assim até agora.

Apenas uma observação: você tem que tomar um certo cuidado, quando faz as coisas, em administrar e gerir. Por exemplo: houve uma empresa, a Vesper, que seria a empresa espelho do Rio de Janeiro. Quem fez a Vesper foi a Northern canadense. A Northern implantou a Vesper e colocou um brasileiro na presidência. Quando chegou em um certo momento, ele pediu demissão. Ele não concordava com a política que estava sendo seguida pela Northern, que era de que todo material, todo equipamento, tudo que fosse feito, tinha que vir do Canadá, não podia vir daqui. Como resultado disso, a instalação da Vesper ficou mais cara do que a dos outros, e ela teria que cobrar um preço mais alto. É muito difícil uma companhia telefônica entrar em um lugar onde já existe uma outra, porque ninguém gosta de mudar seu número de telefone. Além de tudo, ela estava com um preço mais alto, tanto que ela acabou saindo: a Vesper está para acabar.

A.I. – Ela foi comprada pela Embratel, não é?

E.O. – Foi comprada agora pela Embratel para poder atuar em todo o Brasil como geradora e transmissora. Desde o momento da privatização, o que aconteceu? A Embratel, que era extremamente lucrativa, dava um resultado excepcionalmente bom, passou a ter problemas. Por quê? Isso já era esperado. Era uma idéia que foi tentada no governo Collor e com a qual ele acabou não concordando, mas a Telebrás naquela época, 1990, já tinha feito um estudo para regionalizar as empresas. A idéia era não ter mais uma empresa de Alagoas, uma de Sergipe, uma da Bahia, de Pernambuco, Paraíba, mas ter uma no norte, uma no sul e outra no centro. A privatização da Telebrás foi feita dessa maneira. Só que eles fizeram o seguinte: “Vamos criar três empresas que sejam mais ou menos do mesmo tamanho financeiro. Não adianta botar uma empresa grandona que seja Amazonas e o Pará, não vai ter nada.” Embora a empresa do Amazonas tenha sido sempre uma das empresas mais lucrativas do Sistema Telebrás. Criaram uma empresa que pegava todo o Norte e o Nordeste e vinha até Rio de Janeiro e Minas Gerais (Brasília e Mato Grosso ficavam fora); outra, que pegava o Sul, pegava Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás; e uma terceira que pegava o estado de São Paulo, que sozinho gerava receitas que correspondiam a essas

¹⁰⁴ O CPqD (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Padre Roberto Landell de Moura), criado em 1976, foi transformado na Fundação CPqD, conforme aprovou a Assembléia Geral Extraordinária (AGE) que homologou a cisão das empresas do Sistema Telebrás, em 22 de maio de 1998. Essa decisão do governo foi tomada em virtude da importância da preservação da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico das telecomunicações no âmbito da Telebrás, conforme previsto na Lei 9.472, de 16 de julho de 1997. Disponível em: www.brasiltelecom.com.br. Acessado em 29.06.2005.

outras duas. Então, as receitas delas seriam mais ou menos equilibradas. O que aconteceu? Até então, todas as comunicações interestaduais eram feitas via Embratel. Se você falava de qualquer estado para qualquer estado, falava via Embratel. Se a empresa unia dez estados, dentro daqueles dez estados ela podia fazer a ligação que quisesse, porque isso era da própria empresa. Então, elas partiram logo para fazer instalações, que já eram mais modernas do que aquelas que estavam sendo usadas pela Embratel. Praticamente, todas passaram a usar fibra ótica. E, na mesma ocasião, quando elas começaram a fazer isso, surgiram empresas independentes que passaram a instalar redes de cabos para alugar para os outros. Elas não prestavam serviços, mas alugavam. Alugavam para a Telemar, para a Telefônica, a Tele-Sul, a Tele-Centro-Oeste. Então, ficou mais fácil para elas, porque essas empresas tiveram inicialmente um ônus muito pesado, tinham a obrigação de atingir certas metas de atendimento ao usuário. “Em uma cidade que tem mais de um milhão de habitantes, tem que atender em uma semana, no máximo.” E assim por diante. Eles tiveram que fazer uma rede muito grande, fizeram de fato um investimento inicial muito pesado. E eles usaram os outros, e estão tendo lucro por causa disso.

Mas vamos voltar agora para a política. Apenas como lembrete, o primeiro incentivo à indústria de telecomunicações no Brasil foi em 1948. Foi dada uma dispensa de imposto de importação e de imposto de consumo, que é o IPI atual, para um grupo de empresas, entre as quais estava a Standard Electric. Em 1959, as outras conseguiram que se acabasse aquilo que tinha sido dado para a Standard Electric. Então, que dessem um outro por cinco anos para três delas, a Standard Electric, a Ericsson e a Siemens. A Standard Electric era ITT. Em 1965 e 66, quando foi feito o primeiro plano de expansão da CTB nas cidades do Rio e São Paulo, elas pediram novamente isenção. Nessa ocasião, o ministério¹⁰⁵ achou que não valia a pena, porque eram apenas algumas que estavam em uma certa condição, e ia-se criar uma diferenciação entre as empresas que existiam no Brasil. O Ministério das Comunicações fez uma exposição ao presidente Costa e Silva expondo que essa isenção não devia ser feita. Aprovou-se a lei no Congresso – por ação das empresas –, foi mandada para o Costa e Silva, o Costa e Silva vetou, voltou para o Congresso, o Congresso rejeitou o veto e entregou para elas. E uma coisa que aconteceu foi que elas importaram o que era para ser para ali e para milhões de outras coisas diferentes. Saiu, inclusive, uma briga danada entre as empresas que tinham obtido as vantagens. Mas isso já não vem mais ao caso. Quando foi feito o plano de um milhão de telefones e houve a discussão das cartas de intenção, foi solicitado e foi obtido, conforme o caso, mais um abatimento sobre os preços que tinham sido usados na expansão da CTB. Já era um preço mais baixo, 54% a menos do que era pago em Recife, e eles obtiveram ainda um abatimento de 20% a 50% sobre isso. Mesmo assim, os preços ainda estavam mais altos do que o geral, porque eles diziam que tinha muito insumo que vinha de fora com preços diferentes. Quando foram feitas essas cartas de intenção e esse plano de um milhão de telefones, verificou-se que duas das empresas que estavam impedidas, a ATE, que depois mudou o nome para Plessey, e a Philips estavam com uma qualidade muito baixa. Então, elas foram praticamente cortadas do sistema, e entrou a NEC. Ficaram Standard, Ericsson, NEC e Siemens. E aí começaram a estudar o problema da nova técnica. Quando assumi a presidência da Telebrás, uma das primeiras vezes que procurei o Corsetti foi para pedir que fizéssemos um estudo aprofundado sobre esse problema de semieletrônico, que era o que se dizia na ocasião.

¹⁰⁵ Deve ter havido um engano do entrevistado: o Ministério das Comunicações foi criado pelo Decreto-Lei 200, de fevereiro de 1967. No mesmo ano, também foi criado o Plano de Expansão da CTB, através do sistema de participação financeira, em que o assinante adquiria ações da empresa. Disponível em: www.eletrotel.com.br. Acessado em 29.06.2005.

Para estudar: o que é o semieletrônico? Como é? O que era aquilo? Ele, então, fez uma comissão da qual eu fazia parte também. Mas eu falei: “Não dá.” Essa comissão foi viajar pelo resto do mundo. O secretário-geral também fazia parte, e ele também não pôde ir. E essa comissão trouxe uma série de informações. Foi quando disseram: “Esse negócio de semieletrônico já é coisa do passado. Agora existe, vamos dizer, a mesma coisa, só que com outro nome. É a CPA, Central por Programa Armazenado.” Eu disse: “Então, vamos ter que estudar bem esse negócio. O primeiro cuidado que vamos ter que tomar é o seguinte: recomendar às indústrias existentes no Brasil que não ampliem suas instalações, que fiquem com as instalações no tamanho que elas têm, para que, quando tiverem que ampliar, que ampliem em CPA, e não mais em eletromecânico” – que era o que elas tinham na ocasião. E recomendei que era recomendável inclusive segurar as contratações, para não necessitar dessa ampliação. Então, o ministro das Comunicações, o Corsetti, autorizou os cinco que tinham sido escolhidos, que já estavam trabalhando, a colocar o seu próprio CPA. Não era digital ainda, era um CPA espacial. O CPA espacial era uma central telefônica que tinha um processador, um computador lá dentro que controlava o fechamento dos relés. Então, botavam uns relés menores, e era assim que ela funcionava. A Philips logo instalou em São Paulo, que foi um lugar dado. Ele alocou os lugares para que a central a ser instalada não fosse de fabricante diferente daquele equipamento que era o principal da cidade, para haver inclusive a compatibilidade de um sistema com outro.

[FINAL DA FITA 14-B]

E.O. – Ela instalou e os outros começaram um pouco a puxar para trás. Inclusive, a cidade de São Paulo usava equipamento Ericsson, e a Ericsson puxou para trás para não dar informações para a Telesp, que precisava para dar para a Philips. Até houve uma reclamação, feita pela Telebrás, em relação a uma série de coisas. E, logo depois que assumi o ministério, como todos os outros tinham se demorado e já estavam começando a chegar as informações sobre a CPA digital, eu mandei suspender, ficar só com aquela. Ela teve muita serventia para o pessoal aprender o que podia acontecer com uma CPA, ainda que não fosse em operação digital. Fixei a questão da produção, de não aumentar a produção eletromecânica, e criou-se uma nova comissão para estudar com mais profundidade o assunto. A Telebrás também ajudou, ela mandava estudar, foram feitos diversos estudos por todos os cantos, e vale a pena mencionar um estudo muito especial, feito em um simpósio realizado em Munique. Foi um simpósio sobre *eletronização* das companhias telefônicas, ao qual compareceram tanto o pessoal da tal comissão que tinha sido criada, quanto o pessoal da Telebrás. E compareceu pessoal de todas as companhias telefônicas do mundo inteiro: americanas, francesas, inglesas, italianas, japonesas. Estava todo o mundo lá, e houve uma longa discussão. Essa era a idéia do simpósio, uma troca de idéias para ver como as coisas iam evoluir. Dessas discussões, tanto da comissão como da Telebrás, eles fizeram uma análise e disseram que havia alguns problemas principais a resolver. A própria comissão recomendava que deveria haver *uma* indústria sob controle de capital nacional para produzir no Brasil, sempre pensando nos problemas que tinham acontecido no passado, quando vinha coisa de tudo quanto era tipo. Então, devia ter uma que seguisse uma certa regra inicial, porque já estava se pensando em fazer outras coisas ali. Segundo, o preço do equipamento no Brasil tinha baixado, mas ainda existia um cartel aqui. Aquelas poucas empresas que estavam atuando aqui ainda tinham um cartel, como já mencionei, aquele negócio de Curitiba, Porto Alegre e tal. E era necessário fazer, o mais rapidamente possível, um centro de estudos e pesquisas de telecomunicações. E a produção local de insumos era

absolutamente insuficiente. Nessa ocasião, ou até muito recentemente, coisas como as juntas para prender fio em poste eram importadas. As coisas mais simples possíveis ainda eram importadas. Foram feitas essas exposições e, em consequência disso, o Ministério das Comunicações baixou a Portaria 661, de 15 de agosto de 1975. Ela fixou a política industrial de telecomunicações. Já falei sobre o problema com o Severo Gomes?

I.F. – Não. Começaram a discutir isso tudo nesse simpósio de Munique?

E.O. – Não. O simpósio de Munique fez com que tomássemos consciência do que estava acontecendo em todas as outras empresas operadoras, porque não era uma reunião de fabricantes, era uma reunião de empresas operadoras. Era o pessoal das companhias telefônicas, eu diria que foi um bate-papo. Na verdade, nós só ficamos ouvindo. Aprendemos, por exemplo, que os Estados Unidos já tinham centrais CPA operando há oito ou dez anos. E que, nos Estados Unidos, a ATT, que era a grande empresa, não acreditava que as centrais CPA que viessem a ser digitalizadas pudessem ser usadas na telefonia local. Elas só poderiam ser usadas no trânsito. Sabem o que é trânsito, não? Só nas de trânsito, e não nas locais. Coisas dessa natureza. O sueco disse: “Nós já estamos começando” – era do governo – “só que estamos pagando por um desenvolvimento disso aqui.” Enfim, a Telebrás tomou conhecimento de como as outras companhias telefônicas estavam se comportando e fez a sugestão ao ministério: “Eles estão fazendo assim. É bom a gente seguir um caminho semelhante a esse.” Aí, preparou-se a Portaria 661, que fixava uma política industrial de telecomunicações. Só que indústria é competência do Ministério de Indústria e Comércio. Então, a Portaria 661 deu uma discussão desgraçada! [riso] Saiu um livro há pouco tempo, do Rômulo, em que ele faz questão de citar que a Portaria 661 foi toda feita por mim, que a secretaria geral não tinha entrado em nada. Porque o pessoal não acreditava que se pudesse implantar aquela política.

Mas eu estava falando sobre Indústria e Comércio. Procurei o Severo Gomes e expus tudo a ele, que concordou 100%. Mas, depois, ele voltou e me disse: “Acho que é melhor você publicar essa portaria sem a minha assinatura. Não vou reclamar. Se colocar para eu assinar, vou ter que fazer ela passar dentro do Ministério de Indústria e Comércio, e lá existem idéias completamente antagônicas.” Não era que todo mundo fosse contra, existia a favor e contra, mas ele já tinha conversado e sabia que não sairia. Disse que eu publicasse, que ele não reclamaria [riso] pelo fato de sair como política industrial. Então, baixei a Portaria 661 como política industrial de telecomunicações, política essa que tinha como princípio assegurar a produção de materiais em técnicas atualizadas e estimular as indústrias de controle de capital nacional. Esse era o resumo.

A.I. – Isso ocorreu depois do primeiro choque do petróleo, quando o Brasil começa a mudar a política em função de problemas. Tem alguma relação com isso?

E.O. – Não, ainda não tinha nenhuma relação. As telecomunicações ainda não estavam sentindo nenhum efeito. Uma das coisas que dizem muito é que o Geisel era centralizador. Absolutamente, eu nunca discuti com ele um pontinho como: “Vamos botar a televisão de tal lugar para não sei quem; vamos botar uma central.” Eu discutia a política: “Qual é a norma geral que vamos ter? Quais são os objetivos que vamos criar?” Em cinco anos de ministério, nunca levei um papel para ele assinar. Nunca! Depois de discutir, ele dizia: “O problema é esse? Então, está bom”. Eu fazia o negócio e mandava pelos canais competentes, e nunca tive nenhum problema. A gente discutia o essencial.

Acho que, você estando de acordo sobre o essencial – que é: como você vai atingir, aonde você quer chegar –, não tem problema.

O que essa portaria dizia? Ela dizia que devia se desenvolver no Brasil um sistema digital, que na época se chamava de temporal. Era um sistema temporal, que depois passou a ser chamado de digital. E eu vou usar sempre o termo digital, que é o termo agora. Então, era para desenvolver um sistema digital e copiar um sistema espacial. O espacial não ia ser desenvolvido, ia ser copiado. Ou comprado, como se quisesse. Devia-se viabilizar uma empresa brasileira no sistema digital e dar apoio a ela com pesquisas. Criar um centro de pesquisas para apoiar essa empresa, que mais tarde faria o sistema digital. E a essa empresa seria assegurado 40% do mercado digital. Nesse meio tempo, viabilizar as empresas brasileiras na área não digital, na área espacial, e dar apoio a elas também em pesquisas, se houvesse necessidade. Mas o espacial deveria ser usado logo, porque havia um problema: o sistema que a cidade de São Paulo usava – os sistemas eletromecânicos variavam de um para outro – era tal que, para crescer, tinha que usar muitas centrais de trânsito, porque uma central local só podia se conectar com cinco outras. E, com seis centrais, você certamente não atendia São Paulo. Na verdade, ela se ligava com cinco centrais de trânsito; cada uma das centrais de trânsito também só se comunicavam com cinco. Então, era uma rede. Quando você botava mais uma central, para que *todas* as outras falassem com ela e ela falasse com *todas* as outras, você tinha que botar mais centrais de trânsito. Quer dizer, o preço unitário da instalação ficava mais alto, precisava-se entrar em alguma coisa que fosse mais barata. Uma solução seria entrar no espacial. Mas havia um problema sério em toda essa história: o balanço de pagamentos. Isso era um dos efeitos da crise do petróleo. O balanço de pagamentos fazia com que houvesse fortes restrições às importações. O que acontecia com isso? Isso significava que, para continuar sempre para frente, para o futuro, as indústrias existentes teriam que ser nacionalizadas. Em outras palavras, teriam que ter um acionista majoritário brasileiro. Isso era um fato. Imaginem a reação, direta e indireta, que isso deu! A primeira reação foi direta. “Ah, não pode.” “Não, tem que ser, vai ser.” Como resultado, também fazia parte da própria portaria a determinação de que a Telebrás promovesse a criação de uma empresa estatal, empresa brasileira. A Telebrás, então, abriu a Concorrência Telebrás 0176, que incluiu duas coisas: a criação de uma empresa que tivesse 100% de capital nacional ou a proposta de alguma empresa estrangeira existente no Brasil, de controle não brasileiro, que quisesse se transformar em empresa brasileira. Logo se viu que a primeira coisa era impossível. Os maiores capitalistas se desinteressaram, não apareceu absolutamente ninguém que se interessasse pelo problema, nenhuma proposta. Para os outros, entre a publicação da portaria, da licitação, e a apresentação das propostas, passou quase um ano. Foi uma coisa demorada, eles não queriam. E, isso tudo, sem financiamento do BNDE. Tinha mais outro detalhe: o BNDE não financiava telecomunicações. Então, começou a aparecer um interessado aqui, apareciam possíveis interessados, mas sempre colocando dificuldades. A coisa foi seguindo: “Não, vai ter que ser.” A Ericsson propôs ao BNDE se associar, criar uma empresa junto. O BNDE não topou. Até que, lá pelas tantas, viram que era para valer, porque foi fixado, pelo ministério, um teto de compras anuais em equipamentos eletromecânicos, 540 mil terminais. Pelo estudo que tinha sido feito, essa era a capacidade de produção real das empresas. Provavelmente, poderiam até produzir mais, mas eram centrais de trânsito. Era o máximo que podia ser feito em normal. O mais interessante era o seguinte: a principal interessada em entrar no sistema era a Ericsson, que tinha a coisa. E eu, como ministro, tinha todo o interesse em que ela entrasse também, porque ela era quem melhor atendia. No Brasil, a Ericsson era a que melhor funcionava, a que melhor atendia em todo o serviço. Ela formava pessoal em

quantidade, mandava para treinar na Suécia, pois eles têm formação de engenheiros, de tudo. Ela tinha muito interesse. No entanto, por um erro administrativo, ela tinha resolvido aumentar as suas instalações, estava colocando mais fábricas. E eu me lembro de que, quando eu já estava no ministério, recebi convite da Ericsson para comparecer à inauguração de uma fábrica em Caxias do Sul e de uma em Fortaleza. Foi feita uma carta para a Ericsson alertando que ela estava crescendo excessivamente as suas instalações e que ela ia ter problemas, porque as novas instalações para a produção de equipamento CPA eram muito menores do que as antigas. Eles estavam com esse problema. E, por coincidência, pouco depois alguém me mandou uma revista americana que tinha um artigo de um jornal sueco em que o título era mais ou menos esse: “A Ericsson está falindo no Brasil” ou “A Ericsson está perdendo as esperanças no Brasil e na Suécia”. O artigo dizia isso, que ela estava com excesso de fábricas com capacidade de produção e que as coisas estavam mudando muito fortemente. E o problema que a Ericsson estava tendo para arranjar um sócio brasileiro era exatamente esse, porque o ativo dela aqui no Brasil chegava a centenas de milhões de dólares, era extremamente elevado. Então, para alguém entrar como sócio majoritário, teria que entrar com um recurso muito forte. É um terço de ordinária, dois de diferenciada. Tendo 51% das ordinárias, dava 17%. E 17% não de 50 milhões, mas sim de quinhentos milhões ou de um bilhão! Seria um valor elevadíssimo. Depois de algum tempo, ela desativou fábrica, fez coisas e obteve um sócio. Era até um sócio muito bom, a Atlântica de Seguros, só que a Atlântica de Seguros tinha algumas restrições sobre o uso dos seus recursos, porque era uma empresa de seguros. Ela tinha um vigia, que é a Susep¹⁰⁶, para tomar conta dela. Mas ela entrou na licitação. Entraram seis empresas. E, quando elas apresentaram suas propostas no edital, apresentaram seu interesse em participar, em ter sócios. Mas ainda não disseram quem era o sócio. Disseram que queriam fazer isso. Então, houve uma pergunta: quem são os sócios? Na realidade, na primeira parte, quando elas apresentaram as seis propostas...

[FINAL DA FITA 15-A]

E.O. – Foram: a LM Ericsson, a ISEC (que era a ITT internacional), a NEC, a Siemens, a Philips e a...Está me faltando o nome da sexta.¹⁰⁷ Não era Plessey nem ATE. A Plessey não estava entrando no ramo de CPA. Depois de fazer um primeiro exame, a Telebrás chegou à conclusão de que a Siemens, a NEC e essa outra não atendiam às condições do edital. O equipamento da Philips, que já tinha sido experimentado em São Paulo, não atendia ao tamanho das instalações brasileiras. Se fosse em lugares pequenos, o dela funcionaria, mas não ia funcionar em lugar grande. E era uma empresa

¹⁰⁶ A SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) é uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro no Brasil. Disponível em: www.susep.gov.br. Acessado em 04.07.2005.

¹⁰⁷ Em 14 de setembro de 1976, a Telebrás recebeu proposta de seis empresas, todas internacionais: 1) International Standard Electric Corporation - ISEC; 2) Telefonaktiebolaget LM Ericsson - LME; 3) Nippon Electric Company - NEC; 4) Siemens Aktiengesellschaft; 5) Philips Telecommunicatie Industrie BV; 6) GTE International Incorporate. No início de abril de 1977, a Comissão Julgadora da licitação apresentou um relatório preliminar informando que não fora possível classificar as propostas por grau de atendimento aos requisitos exigidos. Os equipamentos da Siemens e da Philips não atendiam quanto a qualidade e características, e a GTE não apresentava solução para as centrais de trânsito. Em 12 de abril de 1977, a diretoria da Telebrás aprovou a classificação de três licitantes, ISEC, LM Ericsson e NEC, e desclassificou Siemens AG, Philips e GTE. Ver: *Livro II* (título provisório). Originais de livro entregue pelo entrevistado à entrevistadora em março de 2005, como subsídio para preparação da entrevista. De acordo com o entrevistado, o livro é a segunda parte de *Renascem as telecomunicações*, São José dos Pinhais, Editel Gráfica e Editora, 1992.

para trabalhar em todo o Brasil. A NEC, não me lembro bem qual era o problema, mas o item que deu maiores problemas foi o que dizia que certos problemas tinham que ser resolvidos pela lei japonesa, e não pela lei brasileira. Então, isso a colocou fora. E o terceiro foi a Siemens: também foi considerado que o equipamento que ela estava apresentando não resolvia o problema brasileiro. Essas três foram desclassificadas, e ficaram só Ericsson, ISEC e... Foi a NEC. Não foi a NEC que foi desclassificada na primeira, foi a GTE! Foram desclassificadas Siemens, Philips e GTE. A GTE era a outra que tinha aparecido. Como ia ser escolhida uma só, foi dada uma classificação por pontos para cada coisa, e a classificação ficou nessa ordem: em primeiro lugar, a Ericsson; em segundo lugar, a ISEC; em terceiro lugar, a NEC. Então, foi feita a discussão com a Ericsson. Foram pedidas novas informações sobre uma porção de coisas, entre as quais a identidade dos sócios. Para a Ericsson, era a Atlântica Seguros¹⁰⁸. Não, acho que era a Atlântica Boavista Seguros. Em segundo, ficou a ISEC, que era a Standard Electric. E, em terceiro, a NEC. A Ericsson informou todas as coisas e apresentou a Atlântica Seguros. Nesse meio tempo, tinha surgido uma dúvida sobre se a Atlântica Boavista poderia. A coisa foi examinada mais a fundo, verificou-se um item que foi pedido, que era um acordo de acionistas entre elas, e, pelo acordo de acionistas, a Atlântica Boavista não podia investir tudo que era necessário. Em outras palavras, ela acabaria perdendo o controle da empresa, não poderia ficar com a empresa. Então, a Ericsson foi desclassificada. Ao mesmo tempo, enquanto isso estava sendo feito, fez-se uma consulta para a Susep e veio uma resposta dizendo que a Atlântica não poderia investir mais do que um delta, uma fração. Então, não podia mesmo, e ela foi desclassificada e foi chamada a ISEC, que era a segunda colocada. Nesse meio tempo, a Ericsson entrou com um recurso. Um detalhe: como esse assunto tinha sido todo tratado pelo ministério, a Telebrás fez tudo, terminou o estudo e mandou, pedindo a aprovação do ministério. Portanto, quem aprovou o resultado da concorrência foi o ministério, quer dizer, fui eu. E, nesse meio tempo, o CPqD já estava em funcionamento, já estava tudo em ordem. A ISEC – depois eu entro no recurso, porque aí foram examinados os problemas da ISEC – apresentava como sócio Mário Garnerio, que já tinha comprado da ISEC, da ITT, o controle da SESA. Então, ele entrou, foi examinado todo o problema. Foi determinado que estava bem, ele servia, mas tinha que se esperar o resultado do recurso que tinha sido feito ao presidente. O recurso ao presidente foi para a Consultoria Geral, que mandou para a Consultoria Jurídica do ministério, que deu o parecer, foi para a Consultoria Geral. Nesse meio tempo, foi verificado, e aí talvez tenha tido um pouco de interesse de não se perder a Ericsson, porque era a melhor de todas. Feito o exame do recurso, viu-se que ele chamava a atenção sobre um ponto: como é que uma decisão da Telebrás era tomada pelo ministério? O ministério não tinha que tomar a decisão. Quem tinha que tomar a decisão era a Telebrás. E isso fazia com que todo o processo, a partir da seleção dos três, estivesse extinto. Isso foi aprovado pelo presidente, e voltou tudo à estaca zero. Então, foi necessário pedir novamente as informações a todos. Só que, nessa ocasião, consultados os meios legais, decidiu-se o seguinte: não vamos mais fazer a escolha de um, porque a evolução técnica já está tão adiantada que não se pode mais perder muito tempo com esses problemas relacionados com a CPA espacial, que era a primeira que ia ser fabricada. Nesse meio tempo, já tinha sido até aberta a importância, porque era indispensável. Houve tentativas em São Paulo de fazer não sei o quê, a Ericsson tentou botar uma central de trânsito de um tipo um pouco diferente, que também não resolveu o problema. A Telebrás resolveu que então iria, em vez de escolher uma, escolher logo duas, o que não era contra os termos do edital. Pelo edital,

¹⁰⁸ Atlântica Companhia Nacional de Seguros.

poderiam ser escolhidas uma ou mais. Então, ela ia escolher dois fabricantes para fazer. Ela renovou isso tudo, fez o negócio todo e já pediu avisando: “Vamos escolher dois.” Mandamos os dados para todos. Foi nessa ocasião que a NEC deu a colocação da lei japonesa e foi desclassificada. Então, os outros dois foram declarados vencedores, a Ericsson e a ISEC. Nesse meio tempo, a Ericsson já tinha aberto mão da Atlântica, que continuava, mas como uma minoritária, e entrou o Grupo Monteiro Aranha, como principal, como controlador mesmo. A Ericsson fez logo a assembléia, se organizou e pronto, já entrou em funcionamento. Nessa ocasião, eu já tinha saído do ministério, já tinha passado o meu tempo, porque esse negócio foi demorado. A ISEC era da ITT, que era uma empresa que funcionava no mundo inteiro, mas estava pretendendo desistir de telecomunicações. Ela era dona de fábricas de telecomunicações, de prestadoras de serviços de telecomunicações, era dona de hotéis – a rede Sheraton é da ITT até hoje – e de uma dessas firmas grandes de aluguel de automóveis, que existe inclusive no Brasil. E ela, insatisfeita com os resultados que estava obtendo em telecomunicações, estava querendo sair do ramo. Então, a ITT inclusive vendeu, só que ela preparou as coisas. O Mário Garnero tinha uma parte da Standard Electric no Rio, mas era uma fração. A Ericsson se organizou para começar a produzir, mas a Standard Electric não começou a produção, por causa desse problema da ITT, que ela não tinha onde obter a técnica de CPA espacial. Porque a ITT fechou, acabou. Então, ela vendeu todo o controle dela da Standard ao Mário Garnero. Só que ela vendeu por uma quantia absurda! Imagine que ela vendeu por um dólar. Por quê? Porque ela jogou um monte de dívidas dentro da SESA, de modo que a SESA estava com valor nominal de zero. Então, ela vendeu por um dólar para ele e ele assumiu as dívidas da SESA. Nesse meio tempo, a NEC entrou também com um recurso, disse que mudava as leis. Ela era associada com as Docas de Santos, com os Guinle, que estavam realmente interessados, inclusive procuraram muitas vezes mostrando o interesse deles. Mas aí a NEC resolveu – porque o mercado ia ser dividido entre os três – aceitar o Mário Garnero como sócio. E ele, que já era dono integral da SESA, entrou como sócio da NEC também. Nessa entrada como sócio da NEC, ele transferiu, vendeu – deve ter sido uma das coisas com as quais ele recebia dinheiro –, entregou para a NEC os direitos que tinha de produzir CPA como SESA, porque ele não tinha de onde obter a tecnologia. Ele vendeu esse direito e ficou como sócio. Aí, aconteceu um problema qualquer dentro da NEC, em que as Docas de Santos, os Guinle, e Mário Garnero se desentenderam. As Docas entraram até na Justiça, contra a NEC ou contra o Mário Garnero, dizendo que o Mário Garnero as estava prejudicando, e saiu da sociedade. Então, na NEC ficou só o Mário Garnero.

Enquanto isso estava ocorrendo, no finzinho da minha participação no ministério, as coisas tinham evoluído bastante, e muita coisa mais precisava ser feita. Então, resolvi fazer uma complementação da política industrial, complementação essa que foi baixada pela Portaria 622/78, de 1º de junho de 78, e deveria ser assinada em conjunto com o Ministério da Indústria e Comércio. O Severo Gomes tinha saído do ministério, o ministro agora era o Ângelo Calmon de Sá. Então, conversei com o Ângelo e ele voltou com uma posição parecida. Ele me dizia que concordava com a minha posição, mas que a publicação da Portaria 661 sem a participação do ministério tinha provocado um forte ressentimento dentro de áreas do Ministério da Indústria e Comércio. Portanto, ele não queria entrar nesse negócio. Ele sugeria que, se eu quisesse fazer, arranjasse outro nome para essa portaria, que se adaptasse a ela, e que ele não iria se mexer. Respondi: “Está bem.” Baixei a Portaria 622, que é: Política de Compras do Sistema Telebrás.

I.F. – Mudou o nome?

E.O. – Mudei o nome. Política de Compras do Sistema Telebrás. E essa Portaria 622 tinha como idéias principais evitar o monopólio e a pulverização do mercado. Quer dizer, evitar o monopólio, porque era uma das coisas para a qual até o pessoal que tinha vindo de Munique tinha chamado a atenção. “Não vale a pena ter muito fabricante, porque, tendo muito fabricante, acaba subindo o preço também. Tem que ter médio e tomando cuidado com eles.” A idéia era evitar o monopólio e a pulverização do mercado. Ter uma empresa brasileira para cada tipo de material. Apoiar o desenvolvimento de novos produtos em todas essas áreas. Quer dizer, onde fossem feitas essas empresas brasileiras, elas teriam um apoio em desenvolvimento. O Sistema Telebrás só devia comprar importado aquilo que não fosse feito aqui no Brasil. Logicamente, ela teria que acompanhar o problema de preços, mas o que pudesse ser acompanhado, também, por causa da parte de desenvolvimento, porque seriam cobrados *royalties*. O Trópico, por exemplo, a Promon paga *royalties*, porque o dono da patente é o CPqD. Os equipamentos de grande porte seriam feitos por divisão de mercado, como estava sendo feito. Devia haver, para cada tipo de fabricante, no mínimo dois e, no máximo, quatro fabricantes, para evitar pulverização e monopólio. Deveria ser dada preferência aos equipamentos que tivessem maior índice de nacionalização de seus produtos. E o CPqD devia apoiar a indústria. Essa era a idéia que estava em toda a Portaria 622, que saiu bem no fim. E aí surgiram muitos equipamentos. Posso mencionar, por exemplo, PCI...

[FINAL DA FITA 15-B]

E.O. – Vou apenas mencionar algumas das áreas em que foram feitas empresas brasileiras fabricantes. PCM é um sistema multiplex. No multiplex, o PCM é o comum, o tradicional. O sistema ELO é a multiplexação digitalizada, teleimpressores. Chegou a se iniciar a fabricação de teleimpressores semieletrônicos. Foi criado um telefone brasileiro, aquele telefone grande, feio para chuchu. Antenas de VHF, antenas de UHF, antenas parabólicas. A Avibrás, de São José dos Campos, e em Santa Rita do Sapucaí também havia uma fábrica, da qual não me recordo o nome, que fazia antenas parabólicas. Hoje, você vê em todo canto.

I.F. – Todo. Você anda por este Brasil e o que mais vê é antena parabólica. Às vezes, o tamanho da antena é maior do que o da casa.

E.O. – Às vezes, maior do que o tamanho da casa, exatamente. *Software*: o CPqD fez um apoio muito grande a *software*, inclusive às empresas de *software*. Estou apenas mencionando alguns.

I.F. – Houve um desenvolvimento brutal nessa época, não?

E.O. – Foi. E até hoje ainda está havendo. Por exemplo, hoje o CPqD funciona muito mais na parte de *software*. Mas faz porque aqui no Brasil você não pode copiar os controles de uma empresa telefônica, de qualquer lugar. Você não pode simplesmente pegar um *software* de um outro lugar. Não adianta. São empresas, mas eles compram muito *software*, fazem muito *software*. Eles têm *softwares* sobre os tipos mais diferentes de coisas feitas no Brasil.

Em 1981, saiu a Portaria 215 do Ministério das Comunicações, que modificou a 661 e a 622. Nessa ocasião, nem tudo tinha entrado em operação ainda, porque as coisas

são demoradas e praticamente tinha acabado o espacial. A grande discussão que existia anteriormente era se o CPA espacial ia ser uma geração ou se era apenas um estágio intermediário; verificou-se que era um estágio intermediário. Então, a Portaria 215 complementa as coisas todas, considerando já a digitalização de todo o sistema. Essa era a idéia básica. E foi nessa ocasião que a NEC e o Garnero entraram e começaram a fazer essas distribuições de sistemas. Só um outro fato: o nome do CPqD é Centro Padre Landell de Moura, de Roberto Landell de Moura. Sabem por quê? É uma história até estranha. É um padre que, no fim do século XIX, começou a trabalhar em negócios de rádio, umas coisas esquisitas de rádio. Inclusive, ele tirou patente registrada nos Estados Unidos de equipamentos de transmissão de telefonia por rádio e de telegrafia pelo rádio antes de qualquer outra pessoa. Só que ele nunca conseguiu. Era um padre do interior de São Paulo e não apareceu nenhum fabricante querendo fabricar a idéia dele. Na verdade, ele teria sido o inventor desse negócio todo – quer dizer, se tivesse sido usado.

A.I. – Com relação a essa política industrial, ela difere em parte, pelo menos na composição das empresas, da política que depois é adotada para a informática.

E.O. – Informática era um problema que eu ia mencionar. Vamos entrar na informática. Quando saiu essa Portaria 661, foi uma verdadeira revolta contra mim. Até o secretário-geral, todo mundo, dizia: “Não, você não consegue. Ninguém vai dar informação, ninguém vai fazer isso, ninguém vai fazer aquilo.”

I.F. – Uma revolta *dentro* do seu ministério?

E.O. – Não, dentro do *setor* telecomunicações. Dentro do ministério, não. Quando eu digo revolta, era o pessoal que dizia: “Não adianta, não faça isso. Isso não vai dar.”

I.F. – Mas dentro do ministério estavam lhe dando força ou não estavam se incomodando?

E.O. – Quem daria suporte no ministério seria o secretário-geral. A 661 foi praticamente escrita de ponta a ponta por mim. E corrigida em todos [inaudível]. Toda vez que eu dava para alguém corrigir, trazia alguma coisa que não era a minha idéia e eu não concordava. Então, desisti e passei a fazer. A Portaria 661 é completamente da minha idéia. E outra coisa: uma das coisas que contribuíram para isso é o que eu vou agora mencionar. Depois da reunião de Munique, antes ainda de sair a 661, eu resolvi: “Preciso aprender um pouco mais desse negócio.” Porque eu não sou engenheiro, eu era especialista em radiotécnica na Marinha: trata-se de algo bastante diferente. Então, resolvi fazer uma viagem e ir aos principais países, mas não visitando as indústrias, e sim visitando as companhias telefônicas. Para todos os países a que eu fui, fui a convite do governo. Fiz essa viagem e devo ter demorado duas ou três semanas. Fui à França, à Itália, à Bélgica, à Holanda, à Alemanha, à Suécia e ao Japão. E, nessa viagem, procurei conversar com todos os dirigentes de mais alto nível, para ver os problemas com todos eles.

I.F. – Por que não foi aos Estados Unidos também?

E.O. – Porque os Estados Unidos têm um nível muito mais alto do que o nosso, então não adiantava. Estive nos Estados Unidos, mas em outra ocasião – antes, no tempo

ainda do Contel. Naquele tempo, havia a idéia de construir uma rede interamericana de comunicações. Essa rede seria dirigida por uma comissão, que existia...

I.F. – Então, essa viagem foi para esses países porque era um nível diferente, que poderia ser meio parêlho com o brasileiro?

E.O. – Para aqueles que poderiam ser mais parêlhos com os brasileiros, para ver como eles estavam se desenvolvendo. Lá, também visitei as respectivas fábricas, em todos os casos. E fiquei com uma idéia, na minha opinião, muito mais precisa do que eu tinha antes, fiquei conhecendo muito melhor aquelas coisas. Quando voltei, isso foi uma das coisas que me ajudaram a firmar posição.

Um dos trabalhos que estava em andamento era o de comunicação por satélite. Não mais a comunicação do satélite internacional, mas a comunicação interna, porque já se tinha começado a fazer a colocação de antenas de recepção de satélite em alguns lugares. Os dois primeiros que receberam foram Rio Branco e Manaus, porque eram as duas únicas capitais de estado que não receberiam a Copa do Mundo de 70 – foi o Corsetti quem botou. Então, colocaram licitações em Rio Branco e Manaus recebendo comunicação de satélite, ainda do satélite Intelsat.

A.I. – Que cobria até Letícia, na Colômbia, não é?

E.O. – É, faziam-se umas ligações, mas eram via Intelsat. Havia o programa de se fazer um satélite brasileiro para ser usado principalmente, como eu disse, em educação. E quem fazia era o pessoal do Ministério da Educação e o pessoal do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), de São José dos Campos. O INPE estava muito interessado em que houvesse um satélite brasileiro. Fizeram muitas coisas. Eu me lembro que, já no ministério, estive no INPE e montou-se uma estrutura geral para fazer esse satélite. Mas existiam dois aspectos. Um era que havia um espírito dentro da Embratel contra a implantação de um sistema de satélite brasileiro. Eles achavam que ia dar muita despesa para a empresa, que ia ser um problema mais difícil. Não é que eles chegassem dizendo “não faço”, mas havia uma certa resistência. E segundo, esse projeto, em 76 ou 77, ficou pronto para ser iniciado, iria se fazer uma concorrência etc. Mas, quando isso foi feito, coincidiu que no ano de 1975 foi criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento¹⁰⁹, com os recursos do Fundo Nacional de Telecomunicações. E o Fundo Nacional de Desenvolvimento teve um crescimento progressivo, talvez pela onda que eu andei fazendo contra. Então, a partir de 76, que era o primeiro ano de aplicação do fundo, ele recolhia 10% do FNT e o resto ficava com a Telebrás. Em 77, 20%; 78, 30%; 79, 40%; e 80, 50%. Progressivamente, iam-se retirando recursos do fundo. Havia uma promessa do Planejamento de que, se fosse necessário, ele faria, porque aquilo era para o Desenvolvimento, então daria também para as Comunicações uma parte, mas não confirmava muito exatamente. Isso, eles fizeram, nunca ficaram com muito menos. No segundo ano, em vez dos 20%, eles continuaram com 10%, porque realmente todo o planejamento financeiro do Sistema Telebrás, do sistema de telecomunicações, tinha

¹⁰⁹ A Lei 6.093, de 29 de agosto de 1974, criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), que absorveu parte dos recursos do Fundo Nacional de Telecomunicações (FNT) e dos impostos sobre combustível. O FNT foi criado pelo Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei 4.117, de 27.08.1962). De acordo com o livro “Alencastro, o general das telecomunicações”, os recursos arrecadados pelo fundo eram aplicados pelo governo em outras áreas, e em 1975 foram usados 10%; em 1976, 20%; em 1977, 30%; em 1978, 40%; e, em 1979, 50%. Ver: *Alencastro: o general das telecomunicações*. Coord. Lia Ribeiro Dias e Patrícia Cornils. São Paulo: Plano Editorial, 2004.

sido feito considerando que aqueles recursos do FNT seriam usados lá. Não é que eles fossem extremamente importantes. Se pegarmos, dentro dos planos de execução, creio que o FNT não deve ter passado de uns 10% a 15% dos recursos que foram investidos. Foram investidos inicialmente fortes recursos de empréstimos. Progressivamente, à medida que a rede ia crescendo, o que passou a pesar mais eram os recursos próprios, que eram reinvestidos integralmente no sistema. Não havia distribuição de dividendos, nada. Aplicavam-se integralmente todos os recursos. Mas, quando chegou em 77 ou 78, quando ficou pronto o projeto de satélite, fui ao pessoal da área financeira, especificamente ao Simonsen, e disse para ele: “Existe este projeto para se lançar o satélite brasileiro, que está para ser implantado. No entanto, considero que o satélite brasileiro não deve ter a mesma prioridade que o crescimento das redes locais e do sistema interurbano, porque ainda estamos muito longe do atendimento da demanda. Então, para fazer esse sistema, quero que me seja assegurado que os recursos do FND sejam usados para esse fim.” Ele não concordou: “Não pode ser.” Eu disse: “Então, vamos cancelar o programa de satélite.” Levei o problema ao Geisel, ele concordou e foi cancelado o programa de implantação do satélite brasileiro. Essa foi a razão. Mais tarde ele foi implantado.

I.F. – É isso que chamavam de um Sistema de Satélite Doméstico de Comunicações?

E.O. – É.

I.F. – Só foi implantado bem mais tarde, então.

E.O. – Foi iniciado em 82 e entrou em operação em 84.

I.F. – Aproveitando este comentário, como era a relação dos ministros durante o governo Geisel? Porque um ministério depende um pouco do outro. Quer dizer, tem ligação com Indústria e Comércio, tem ligação com Planejamento, tem ligação com Fazenda. Como vocês lidavam, como eram as reuniões, como era o ambiente?

E.O. – O sistema de telecomunicações funcionava de forma praticamente independente. Reuniões com Indústria e Comércio, por exemplo, foram só essas duas que eu mencionei, não tive mais nada. Com o Planejamento, tinha mais, por causa do orçamento. O orçamento das empresas não fazia parte do orçamento da União, mas era aprovado pelo Ministério do Planejamento. Quer dizer, eu tinha muito relacionamento com o Planejamento. Nosso relacionamento era mais ou menos. O Planejamento nunca me disse isso nessas palavras, mas acho que considerava o seguinte: “O setor de telecomunicações está se virando, está conseguindo implantar suas coisas sem pegar mais nada daqui. Então, vamos segurar esse negócio, e eles que se virem.” Era esse o posicionamento deles. Isso dava muito mais autonomia, porque eu não tinha que prestar contas a ninguém, a não ser para o presidente. Mas havia outro detalhe. Por exemplo, as empresas todas funcionavam como se fossem sociedades anônimas, mas tinham que ter, como sociedades anônimas, uma auditoria, inclusive uma auditoria externa. Além disso, havia a auditoria do Ministério das Comunicações, que fazia inspeções constantes em torno do pessoal – eu mencionei aqui o negócio dos dois diretores da Embratel que foram convidados a pedir demissão. E o Ministério do Planejamento também fazia auditoria, além do Tribunal de Contas. Quer dizer, havia uma série de auditorias que eram realmente efetuadas em cima do pessoal, das empresas.

I.F. – E tinha reunião de ministério da qual o Ministério das Comunicações participava?

E.O. – Das reuniões ministeriais, o ministério participava.

I.F. – Mas não eram seguidas?

E.O. – Não eram muito seguidas, mas havia algumas de vez em quando, de três em três meses, de quatro em quatro meses. Quando havia algum tema especial. Mas existia o Comitê de Desenvolvimento Econômico, que era constituído do presidente, da Fazenda, do Planejamento, e tinha mais alguém que eu não me lembro. Talvez uma vez por ano ele fazia uma reunião em que chamavam o ministro para expor qual era a situação econômica do seu ministério com todas as empresas.

I.F. – Agora uma pergunta bem de leiga. Comentava-se muito, *antes* da televisão, *antes* do desenvolvimento do rádio, que o governo controlava muito os jornais por meio da importação do papel, do papel de jornal. Os jornais ficavam muito dependentes do governo por causa da licença para a importação de papel. A rádio e a televisão passaram a ter um papel muito importante também no país. Na minha cabeça, não sei se o senhor vai concordar, era um ministério que poderia ter muito poder. Como funcionava essa disputa de poder dentro do governo? As grandes empresas tinham que usar o rádio e a televisão para fazer propaganda, tinha que ter concessões de rádio, concessão de televisão.

E.O. – Não, posso entrar na política de radiodifusão. Uma coisa eu posso lhe dizer: no meu tempo de ministério, devo ter ocupado 60% do tempo com a radiodifusão, porque era para o que mais me procuravam. Às vezes os prefeitos faziam reuniões para a gente ir e ouvir o que era e expor a situação. E nunca, em nenhuma reunião de prefeito, recebi *um* pleito relacionado com telefonia ou telecomunicações. Só havia pleitos em relação a rádio e televisão. Isso era tranqüilo. Mas o ministério tinha dois aspectos, e um aspecto que eu fazia questão de manter era o seguinte: o ministério fixava tudo quanto era norma, discussão etc. Mas ele era um trabalhador do meio, e não do trabalho. Quer dizer, o ministério não se preocupava com o que estava sendo transmitido, em princípio. Na época em que houve censura, quem fazia a censura era a polícia, o ministério não via. Inclusive, em uma certa ocasião, o chefe do Gabinete Militar, o...

I.F. – Golbery?

E.O. – Não.

[FINAL DA FITA 16-A]

I.F. – Gabinete Civil era o Golbery...

E.O. – Gabinete Civil era o general Golbery. O Gabinete Militar¹¹⁰. Ele veio para mim e me pediu: “Você baixa uma norma para proibir que transmitam...” Não queria que transmitisse qualquer informação ou propaganda sobre a candidatura do Figueiredo à presidência, que estava vindo. Eu disse: “Isso não é comigo.” Ele disse: “Não, mas o presidente Geisel mandou.” Eu disse: “Não. Tenho certeza de que não. Mas eu não

¹¹⁰ O general Hugo de Andrade Abreu foi chefe do Gabinete Militar do governo Geisel de 15.03.1974 a 06.01.1978. A partir de 02.05.1994, o titular do cargo passou a ser ministro de Estado. Ver DHBB.

concordo com isso, isso não é trabalho do ministério. Se vocês quiserem fazer, vão ao Ministério da Justiça ou à Polícia Federal, eles é que tomam conta disso.” Era o Hugo de Abreu. Fui ao Geisel e ele disse: “Não falei nada, não disse nada disso ao Hugo.” Eu disse: “Não vou fazer.” “Não, não faça.” Mas uma coisa eu tinha: eu comparecia a praticamente todos os congressos da Abrafet¹¹¹, era convidado e ia lá fazer sempre uma palestra. Eu dizia: “Acho que vocês estão usando muito vocabulário esquisito, não vale a pena. Isso não é uma ordem, é uma troca de idéias.” E sempre fazia esse negócio sobre o problema da violência na televisão. Quem estabelecia por lei a classificação dos programas de televisão era o ministério. Eu simplesmente chamava o Juizado de Menores: “O que você considera? É isso? Então, tá.” E foi publicado simplesmente o que o Juizado de Menores fez. Mas isso não era vigiado pelo Ministério das Comunicações. Como ministro, e desde ainda o tempo do Contel, eu tinha idéia de que se deveria ter uma política semelhante à americana. Por quê? Porque praticamente todas as estações de televisão européias eram do governo. Então, não podíamos seguir o que o europeu fazia. A americana era privada. O americano tinha política de redes e o próprio regulamento de radiodifusão, baseado no código, fixava essa idéia de redes. Enfim, a ninguém era permitido ter mais do que cinco estações de rádio e televisão. Mas, tendo cinco estações de rádio e televisão, era recomendado que fizesse uma rede nacional, mas os outros entravam porque queriam. Ele não tinha propriedade, não era permitida a propriedade. Isso deu muita discussão, inclusive na época foi com a Globo, que estava querendo ter tudo e não ficou.

I.F. – Vamos voltar para as comunicações. Estávamos comentando o contato com o ministro do Planejamento.

A.I. – A primeira referência a comunicações dentro de um plano de desenvolvimento no Brasil, pelo menos a que está escrita, é no II PND, no governo Geisel. Como foi isso? O ministério encaminhou?

E.O. – O Ministério do Planejamento encaminhou ao Ministério das Comunicações o pedido de um plano, deu as normas todas do II PND. Foi o plano feito pelo Ministério das Comunicações, que, na verdade, pegou o plano da Telebrás, juntou e colocou. Essa foi a idéia. Mas, nesse ponto, vou discordar um pouco de você. Acho que o I PND mencionava comunicações, tenho idéia de que mencionava. O que acontecia é que dentro, por exemplo, da Telebrás, não se falava em PND. Tinha aquela programação anual, quinquenal, e o 20 anos era um numerozinho que se botava lá para a frente, só para ter um objetivo longínquo, e não seguia mais. Portanto, não se falava. Mas todo ano tinha que haver um relatório expondo o que tinha sido realizado, enquadrado no PND. E, inclusive, não foi cumprido pelo PND. No final de 78, deveria ter oito milhões de terminais instalados e tínhamos uns 5,5 milhões, porque houve uma redução de possibilidade de recursos.

Ainda dentro desse problema, de telecomunicações e da minha passagem pelo ministério, uma das coisas que eu considerava essencial era a tentativa de conscientizar todos os que trabalhavam em um ponto qualquer do setor de telecomunicações da importância do seu trabalho para *ter uma equipe* trabalhando. Por isso, uma das coisas que eu fazia era o seguinte: viajava com uma certa frequência e, em qualquer cidade no Brasil, por menor que fosse, eu ia *sempre* na companhia telefônica e em agências de correios e telégrafos. Visitava, ia lá dentro, perguntava à pessoa: “Mas o que é? Você, o

¹¹¹ Provavelmente, o entrevistado refere-se à Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e não à Associação Brasileira de Fabricantes de Equipamentos Telefônicos (Abrafet).

que está fazendo?” Isso eu fazia até dentro do próprio ministério, vez ou outra eu dava uma caminhada assim. E sempre sem avisar. Não era para pegar gente, mas era porque as pessoas se sentiam mais... dizendo: “O que eu estou fazendo está sendo visto por alguém.” A pessoa tem mais vontade de fazer. Em algum lugar, eu disse o seguinte: “Ser submisso é muito mais fácil do que criar e dirigir. A nação só cresce e é respeitada quando usa seus cérebros, e não quando usa só os seus braços.” Isso é um dos negócios de pesquisa e desenvolvimento de trabalho. Agora vamos ver a questão da informática.

I.F. – Antes, para fechar: ainda há pouco comentei sobre as discussões internas do ministério e o senhor falou que a única pessoa com quem poderia ter uma troca era com o secretário. Mas houve também duas pessoas importantes, que foram escolhas suas e às quais eu tenho a sensação de que o senhor deu muita liberdade: o general José Antonio de Alencastro Silva, na Telebrás, e o Adewaldo Cardoso Botto de Barros, nos Correios e Telégrafos. Eram dois órgãos subordinados ao ministério e que o senhor entregou a eles, convidou-os e deixou-os com toda a liberdade?

E.O. – Não. Primeiro, como eu disse, durante o ano eu sempre visitava todos os lugares.

I.F. – Sim, cidades pequeninas, eles não estavam lá. Quero dizer o seguinte: eles tinham autonomia? Como era essa relação?

E.O. – Em Brasília, eu tinha o seguinte hábito, já de tempos antigos: sempre levantei cedo, então não ia tarde para o ministério. Normalmente, saía de casa às oito, chegava no ministério para tomar um cafezinho. E, para esse cafezinho, estavam convidados os chefes de departamentos, chefes do ministério, e os presidentes das empresas. Então, todo dia iam o Botto, o Alencastro, por exemplo, e conversava-se, tentava-se resolver os pequenos problemas diretamente na ocasião, por bate-papo entre as pessoas ali. Isso era uma coisa que eu fazia *todo* dia.

I.F. – O que significa que eles tinham bastante autonomia.

E.O. – Tinham autonomia, só que tinham um programa. Tinham um plano de trabalho que eles faziam.

I.F. – Esse plano que era subordinado ao ministério.

E.O. – Esse plano era aprovado pelo ministério. Não era subordinado, era aprovado. O plano de trabalho era feito por eles, não pelo ministério. Por exemplo, tanto a Telebrás, o Alencastro, como a ECT, o Adewaldo, apresentavam no fim do ano o plano de trabalho do ano seguinte, e, no princípio do ano, apresentavam o cumprimento do plano de trabalho do ano anterior, explicando todos os problemas. Isso, os chefes de departamento e o secretário-geral do ministério também faziam. Cada departamento tinha o seu plano de trabalho, o que eles iam fazer, o que eles não iam fazer, o que precisavam fazer. Eram planos muito menores, muito mais simples. E depois tinham que justificar.

I.F. – Os problemas do dia-a-dia vocês resolviam nesse café da manhã, e, se houvesse necessidade, em uma reunião extraordinária?

E.O. – É. Com muita frequência, eles iam lá com problemas, apresentando os problemas, dificuldades ou a evolução dos problemas. Mas eu realmente viajava bastante. Por exemplo, em uma ocasião, eu visitei, no estado de São Paulo, mais de duzentas cidades. Só no estado de São Paulo! Em Rondônia, visitei oito ou nove. Eu andava muito por aí.

I.F. – Vamos entrar na informática. Uma novidade que caiu de repente, não é?

E.O. – Não, não foi. A exposição de motivos que o Corsetti mandou para o presidente da República em 1970 já mencionava que era interessante que a informática ficasse no ministério. Uma exposição de motivos que eu fiz no ano de 78, durante o período não entrei no assunto porque ia parecer que eu estava querendo arranjar algo para ficar mais importante. Não deixei. Quando chegou no fim de 78, sugeri ao presidente Geisel que fosse incluída dentro do Ministério das Comunicações. Inclusive, durante as preparações desses trabalhos industriais houve uma participação até da Digibrás, que era um órgão exatamente para a informática. A Digibrás e a Telebrás trabalhavam juntas em algumas coisas, mas sem nenhuma subordinação. Mas o Geisel não concordou. Aliás, não concordou não, ele disse: “Esse negócio vai ser para o próximo governo, e eu quero que você converse com o Figueiredo.” Eu me dava muito bem com Figueiredo, tinha muita intimidade com ele. Fui a ele, que já estava eleito, e ele me disse: “Não. O pessoal já fez um estudo, esse negócio vai ficar subordinado à Presidência.” Eu disse: “Está bem.” Vou pegar um antecedente. No fim do governo Geisel, fui procurado por alguém do governo Figueiredo para falar sobre os problemas de informática. Nessa ocasião, não sei se já tinha mencionado, o Figueiredo mandou me avisar que eu iria continuar, e eu disse: “Não vale a pena.” Eu sou muito contra essa continuidade. Se você ficar tempo demais, você se acostuma com os problemas e acha que aquele é o normal e não uma coisa diferente. Então, eu não quis. Vieram me pedir alguns conselhos para a área de informática. Na verdade, quem estava fazendo isso era mais o pessoal do SNI, que tinha uma escola, não me lembro agora do nome, voltada para o negócio de informática, de formação de informática. Quando eu saí, fui para Belo Horizonte trabalhar em uma firma, a Transit. Era uma fábrica de semicondutores, achei que aquilo era do interesse do Ministério das Comunicações.

I.F. – Transit Semicondutores.

E.O. – É. A fábrica ficava em Montes Claros e os escritórios em Belo Horizonte. E comecei a ser procurado por pessoas que estavam começando a mexer, depois alguns acabaram desaparecendo, outros eram de Campinas, professores da Unicamp que estiveram envolvidos nisso. Conversaram muito sobre isso comigo, sobre como eu podia organizar, e esse negócio foi indo lentamente. Não houve uma saída súbita. A Lei de Informática é de que ano? Deve ser 82¹¹². Quando estava na preparação da Lei de Informática, formaram uma comissão. Essa comissão tinha uma porção de gente, e eu fazia parte dela. Até que chegou em um certo ponto em que eles iriam criar uma Secretaria de Informática¹¹³ e até perguntaram se eu aceitava uma função de assessoria da secretaria. Eu disse: “Aceito.” Não estava me dando bem com a Transit – não era com a Transit, com ela eu até estava me dando muito bem, era com o suposto dono da

¹¹² A Lei de Informática foi aprovada em 29 de outubro de 1984. Disponível em: www.mct.gov.br. Acessado em: 18.07.2005.

¹¹³ A Secretaria Especial de Informática - SEI, foi criada em 1979, ligada ao Conselho de Segurança Nacional. Disponível em: www.din.uem.br. Acessado em: 19.07.2005.

Transit. E então eu concordei. Mas eu discordava fortemente de um aspecto. Eu dizia que a Lei de Informática, da forma como estava sendo preparada, não era favorável à evolução da informática como um todo. Era uma lei exatamente preparada para os fabricantes de computadores, ou para os eventuais fabricantes de computadores e material de informática no Brasil. Esse é que parecia o *espírito* da lei, e que não deveria ser. Deveria ser uma lei favorável aos usuários dos serviços de informática. Tanto que, lá pelas tantas, eles desistiram da minha assessoria à secretaria. Em Campinas, chegou a ser iniciado, depois foi montado um centro, o Centro de Desenvolvimento da Informática.

A.I. – Tinha dois núcleos, Campinas e a própria USP, e uma competição entre as duas.

E.O. – É, mas em Campinas não era na Unicamp que eu estou falando. Era um órgão que seria diretamente vinculado à SEI. Era um Centro de Desenvolvimento da Informática.

A.I. – Existia um CDI. Não sei se associa a isso aqui.

E.O. – Inclusive, fui convidado para presidir esse negócio. Não aceitei porque não estava de acordo com as outras coisas e segui outro caminho. Quando a Lei de Informática estava para ser enviada ao Congresso, o anteprojeto, como era um negócio que vinha da área de segurança, passou pelo Conselho de Segurança Nacional, que é constituído pelos ministros e pelo presidente. E existe uma secretaria do conselho. O secretário do conselho, que eu conhecia, me pediu para ir lá e tivemos uma longa discussão. E ele concordava. Quer dizer, o Conselho de Segurança concordava com as alterações que eu também estava pensando em fazer, que era tirar o problema de ser uma lei de fabricantes, como ela acabou sendo feita, e se tornar uma lei de usuários. Só que o parecer do Conselho de Segurança não foi aceito pelo gabinete do Figueiredo, e eles ficaram na outra coisa, que foi mandada para o Congresso e aprovada.

I.F. – O senhor está dizendo que participou do grupo de trabalho vinculado à secretaria do Conselho de Segurança Nacional, que estudava a situação da informática e da microeletrônica no Brasil. Quem era esse seu amigo?

E.O. – Era o Mauro, um oficial de Marinha, que mais tarde foi ministro da Marinha no governo Fernando Henrique.

I.F. – Mauro César Rodrigues Pereira foi ministro de 95 a 98.

E.O. – É, exatamente. Ele é que era o secretário do Conselho de Segurança.

I.F. – E foi ele quem lhe convidou para trabalhar nessa parte de informática?

E.O. – No conselho, não cheguei a fazer parte de uma comissão. Uma ou duas vezes passei o dia conversando com eles, discutindo os termos do anteprojeto de lei. Depois que foi criada a Secretaria de Informática e baixada a lei, surgiu um problema para as telecomunicações, porque, pela Lei de Informática, qualquer coisa que fosse ser usada em informática tinha que ser aprovada pela Secretaria de Informática. E uma coisa que existia eram as centrais digitais, que tinham um processador lá dentro. A outra coisa era o programa que existia dentro desse processador. Houve vários casos em que programas

tiveram que ser modificados, porque a secretaria não permitia que viesse aquele programa. Aquele programa estava aqui e depois sabia-se que havia uma evolução qualquer, não se podia fazer aquela evolução porque não havia condições de fazer atuação nos programas. Houve uma divergência muito forte entre as telecomunicações e a Secretaria Especial de Informática durante os anos 80, pelo menos. Disso eu tenho certeza, foi uma discussão muito forte por causa desse problema. E o que aconteceu depois foi que, na realidade, os fabricantes que existiam aqui fabricavam o equipamento, mas não tinham a capacidade de...

[FINAL DA FITA 16-B]

E.O. – O CPqD, quando desenvolveu o Trópico, não só fez um grande departamento de *software* como também chamou todas as empresas que eram candidatas a fabricar o equipamento no Brasil a participar do desenvolvimento do *software*. Inclusive empresas que, depois, até não foram usadas, porque só duas foram usadas inicialmente. Então, as empresas começaram a construir aqui. Em muitos casos, traziam tecnologia de fora, porque não existia só o Trópico. Pelo contrário: o primeiro Trópico foi de pequena capacidade, não podia ter grande ampliação. Era o Trópico R¹¹⁴, se não me engano. Havia necessidade de comprar equipamentos dos outros fabricantes, da Ericsson, da NEC, da Siemens. E esses fabricantes usavam algo que vinha de fora, com *software* de fora. Só que, quando precisava mudar o *software* aqui, não deixavam mudar, não deixavam importar aquele de lá. A princípio, eles queriam que se pegasse uma empresa daqui para fazer o *software* daquele equipamento, o que não é muito possível. Você pegar um equipamento que está sendo fabricado na Suécia, na Alemanha, na Inglaterra e fazer o *software* aqui, não é possível. E, quando havia uma modificação no equipamento, então teria que ter uma modificação no *software*, eles não podiam mudar o *software* aqui. Eles é que tinham o *software*, de sorte que o fabricante aqui não tinha essa capacidade de mudança de *software*. Às vezes, eles pegavam alguém para fazer. O que aconteceu foi que, no fim de certo tempo, os equipamentos que existiam no Brasil não eram iguais, eram diferentes dos equipamentos que estavam sendo fabricados lá. E os *softwares* eram diferentes.

A.I. – E foram ficando defasados.

E.O. – E foram ficando defasados.

A.I. – Esse *software* chamado de embarcado, que vinha e ficava na sua versão original.

E.O. – Ficava na versão original. Tentavam fazer modificações, mas não conseguiam fazer naquela altura. Então, aquilo que se conseguia modificar no *software* aqui, eles faziam a mudança necessária, se fosse o caso, no *hardware*. Nem sempre você precisava mudar o *hardware*. Uma coisa que aconteceu foi que, inicialmente, um equipamento telefônico, a instalação dele, o custo dele, 100% era o *hardware*, era o equipamento que era instalado e pronto, antes do CPA. Não sei como está hoje, mas acho que cinco ou oito anos atrás o preço do *hardware* era 20% apenas do preço total. Não é que o *software* fosse os 80%, porque tinha o preço da rede, mas era muito mais.

¹¹⁴ Trópico R é uma central de pequeno porte para quatro mil assinantes e oitocentos troncos que está no mercado desde 1985. Disponível em: www.inventabrasilnet.t5.com.br. Acessado em: 15.07.2005.

I.F. – Uma coisa que conversamos aqui é que o BNDES não financiava nada dessa parte de aparelhos da indústria de telefonia. Mas, para os computadores, ele entrou junto com a Marinha, inclusive financiou a Cobra.

E.O. – Não. Computadores não eram telecomunicações, não era telefonia.

I.F. – Mas era uma aparelhagem também moderna, e aí o BNDES entrou firme, não?

E.O. – Entrou.¹¹⁵

I.F. – Incentivando a indústria nacional.

E.O. – Inclusive, chegaram a fabricar um computador, o Guarany.

A.I. – O Guarany, uma homenagem ao comandante¹¹⁶. O G-10.¹¹⁷

E.O. – G-10. O Guarany trabalhou comigo duas vezes. Uma ainda no tempo de Marinha, quando eu estava na Diretoria de Eletrônica, e outra vez na Telebrás. Quando fui para a Telebrás, eu o chamei. Ele estava passando para a reserva, eu o chamei e ele trabalhou na Telebrás. O negócio do Guarany é o seguinte. A Marinha, desde *muito* tempo, sempre tinha como princípio, na área de material de comunicações, ter – aliás, de uma maneira geral ela procurava fazer isso – naqueles equipamentos a possibilidade de trabalhar o máximo dentro deles. Tanto que, ainda durante a guerra, ela desenvolveu, no laboratório da USP, um equipamento sonar. Se houvesse qualquer problema, ela passaria a usar aquele equipamento. Depois, deixou. Mais tarde, ela desenvolveu o ecobatímetro, um medidor de profundidade do mar pelo eco. Foi desenvolvido aqui no Brasil, em São Paulo, e os navios brasileiros passaram a usar esse equipamento. E os equipamentos que fossem mais importantes e que tivessem condições de ser fabricados com segurança aqui, ela fabricava. Ela não importava transmissores e receptores, ela produzia aqui na indústria, principalmente em São Paulo. Então, isso era muito feito pela Diretoria de Eletrônica. Quando o BNDE resolveu entrar na área de informática, chegou à conclusão de que a Diretoria de Eletrônica da Marinha era o órgão que tinha a maior experiência de contato nos desenvolvimentos no Brasil. Então, pediu o apoio deles e mandaram um camarada para lá, o Guarany. Ele era da Diretoria de Eletrônica e foi mandado para o BNDE.

¹¹⁵ Em 1971, foi criado o Grupo de Trabalho Especial (GTE), sob a direção da Diretoria de Comunicações da Marinha (DCM), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Fundo Tecnológico (FUNTEC), tendo sido mobilizados vários órgãos e agências no sentido de financiar projetos das universidades que visassem à construção do computador nacional. José Pelúcio, do BNDES, deu o impulso inicial e forneceu os recursos. O comandante José Guarany (engenheiro eletrônico que estudou com o fundador do Laboratório de Sistemas Digitais da Universidade de São Paulo) era o representante da Marinha, e Ricardo Saur (que estudou computação em Stanford) era o representante do BNDES. “Juntos, eles transformaram o GTE 111 num ator crítico no estabelecimento do alicerce institucional para a futura evolução de uma indústria nacional de computadores”. Disponível em: www.poli.usp.br. Acessado em: 15.07.2005.

¹¹⁶ Comandante José Luiz Guarany.

¹¹⁷ No início dos anos 1970, nasceu a idéia de se montar um computador brasileiro. O primeiro protótipo chamou-se G10, do Projeto Guarany, e foi feito em parceria pela Universidade de São Paulo (USP) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Disponível em: www.inventabrasilnet.com.br. Acessado em 15.07.2005.

I.F. – Então, depois que o senhor saiu do ministério, trabalhou uns tempos em Belo Horizonte, depois voltou, deu essa assessoria e, de 80 a 86, trabalhou na Tele-Brasil, uma associação de classe das telecomunicações formada por empresas estatais ou privadas do setor.

E.O. – Eu não trabalhei na Tele-Brasil. Durante esse período, quando saí da Transit, fui fazer assessoria a uma empresa que ficava situada em Sorocaba, chamada Splice. Era Splice do Brasil S.A., mas não tinha nenhum estrangeiro lá, era 100% sorocabana, só tinha gente de Sorocaba. [riso] E eu fui para lá.

I.F. – Ela trabalhava com telecomunicações e informática?

E.O. – Não. A história é a seguinte. O dono da Splice era o presidente da Companhia Telefônica de Sorocaba no tempo em que ela era privada. Quando ele vendeu a participação, porque ele era presidente daqueles que tinha 1% ou 2%, ele fez um autofinanciamento. Ele tinha sido funcionário da então CTB, em São Paulo. E ele então fez uma fábrica, começou fazendo esses blocos de ligação de fios, fio em rede externa. E aí fez uma fábrica de material para rede. Quando eu trabalhava na Siemens, lembro que andei vendendo algumas coisas para ele, nem me lembro bem o que foi. Mais tarde, quando saí – porque saí meio, meio bastante brigado da Transit –, ele me procurou, porque tinha tido um problema de saúde e perguntou se eu podia ficar lá. Ele tinha tido um negócio de coração muito sério, e se ele morresse eu ficaria ajudando a tomar conta da empresa, que era dos filhos. Ele tinha oito filhos, e o mais velho tinha 28 anos. Aí, u fui para lá. Mas passei lá, vamos dizer, três ou quatro meses, talvez um pouco mais, seis meses, e cheguei à conclusão de que não ia dar certo, porque eu seria um assessor de administração e gerência para ele. A minha sistemática de administração e gerência não era a que eles faziam. Então, desisti e fiquei só como assessor. Quer dizer, como assessor lá, e até deixei de ir para Sorocaba. Porque, durante esses meses, eu ainda estava morando em Belo Horizonte, mas ia toda segunda-feira para Sorocaba e voltava no fim da semana. Como eu estava na pinimba, como se diz, em fortes dificuldades financeiras, fui para São Paulo e calhou que, nessa ocasião, a TV Bandeirantes ia fazer a instalação do sistema de transmissão via satélite para a rede dela. Então, ela me procurou e eu disse: “Topo.” Contrataram-me para eu fazer esse serviço para eles. E o negócio foi bem-sucedido, porque eles estavam com uma série de coisas. Na verdade, eu gerenciei o negócio e a Bandeirantes foi a primeira estação brasileira a ter sistema por satélite. Eles ficaram muito satisfeitos com a minha assessoria de administração e controle e me contrataram como assessor, mas eu não tinha que ir lá todo dia, nem passar o dia inteiro. Eu continuava dando assessoria para o outro, ambos pagavam uma mixurucalha. Fiquei um tempo procurando outras coisas, arranjei mais dois ou três trabalhos e, durante certo tempo, fiquei nessa vida. Minha família mudou-se de Belo Horizonte para o Rio de Janeiro, porque não queria ir para São Paulo, então toda segunda-feira eu ia para São Paulo e, na sexta-feira, voltava para o Rio de Janeiro. Minha mulher já estava acostumada a me ver pelas costas! [risos]

I.F. – Marinha é assim mesmo.

A.I. – Eu ainda tenho umas questões. Nesse período de 83 a 85 começa uma queda do setor de telecomunicações. Uma parte, o senhor explica pela defasagem dos equipamentos e tudo. Mas essa década, para o país, é tida como a década perdida. No setor também foi a década perdida?

E.O. – Foi uma década semiperdida, porque não foi durante todo o período. Mas eu diria que, a partir de 1982, começou a haver um problema cada vez maior. E a coisa começou em 1980, quando o governo fixou, por um decreto ou outra coisa, um teto para despesas. E mais: o plano de trabalho de 1980, que tinha sido aprovado e estava posto em execução, devia ser cortado em 20%, e o excesso da receita devia ser aplicado em títulos do governo. Então, havia dinheiro, mas esse dinheiro tinha que ser aplicado em títulos do governo, não podia ser usado. E ainda havia a redução do FNT pelo FND. Portanto, houve uma redução de recursos a partir de 1980. Em 80 e 81, apesar disso, eles conseguiram manter um certo ritmo de trabalho. Já a partir de 1982, essa segurança passou a ser maior, porque aí – se não me engano, em 1982 saiu a nova lei do FND – todos os recursos do FNT eram colocados no FND. Além disso, uma parte da receita também tinha que ser usada para comprar títulos, eles seguraram, forçaram uma redução. Então, passou a haver esse problema, que foi sério. Além disso, passou a haver um controle maior das tarifas, que já vinha vindo de algum tempo antes, mas esse negócio aumentou. A variação da tarifa de telecomunicações entre 1980 e 1988 foi de (menos) -60%, em valores normais. Era 40% do que era inicialmente, enquanto que a variação da tarifa de eletricidade foi de -0,2%. E isso já se vinha observando antes. A tarifa de eletricidade tinha sempre aumentos em ritmos um pouco maiores do que o de telecomunicações. Como uma idéia disso, a tarifa anual no ano de 1988 no Brasil foi de 22 marcos (essa informação foi tirada de um anuário alemão, por isso os valores são em marco). A tarifa anual na Argentina, no mesmo ano, foi de 125 marcos. A tarifa anual nos Estados Unidos foi de 319 marcos. E a tarifa anual na Áustria foi de 541 marcos. No Brasil, foram 22. Então, houve um aperto. A idéia era o seguinte: “Comunicações estão indo bem, então não precisam ter, vamos espremer nelas as coisas.”

A.I. – Aí, chegamos em 88, quando vem a Constituição, que muda...

E.O. – E o que foi que aconteceu, já a partir de 1982, mas principalmente em 85? As nomeações das chefias no setor de telecomunicações deixaram de ser feitas pela competência do indivíduo, mas pela sua filiação política. É o que chamo de politização das telecomunicações. As telecomunicações passaram a ser politizadas. Você, que foi da Telerj, deve se lembrar de um tempo em que o diretor de operações era designado pelo partido X, o diretor técnico era pelo partido Y, e inclusive o diretor técnico dizia: “Não, eu não vou fazer nada do que ele quer.” E esse aqui: “Eu não vou cumprir o que aquele outro faz.” E foram colocados na presidência. Inclusive, a Telerj é uma das empresas que mais sofreram com presidentes de um problema ético também bastante discutível. Presidentes políticos. Foi a politização que deu esse tranco nas telecomunicações. A partir de 1990, a coisa piorou. Com o Fernando Henrique, em 1994, houve uma ligeira melhora. Mas ainda tinha muito político. Nesse momento, porém, já havia um certo interesse em que tivesse alguma competência, ainda que a escolha fosse política. Porque isso não se referia ao presidente da empresa, nem ao diretor da empresa. Ia para o chefe do departamento, para o chefe de divisão, para o chefe de seção. O que arreventou as comunicações brasileiras foi a politização do sistema.

A.I. – Então a gente chega ao governo Fernando Henrique. Um pouco antes, no governo Collor, começa-se a discutir a privatização de todos os setores, o modelo para essa privatização. O que o senhor achava na época e o que o senhor acha, já com o modelo há seis anos implantado?

E.O. – Na época do Collor, até aquela época e até um pouco depois, eu ainda mantinha a idéia de que se podia manter o sistema existente. No governo Collor, foi inclusive elaborada pela Telebrás uma idéia de regionalização, como essa que foi feita depois. Mas o próprio Collor, acho que foi ele, não aceitou, não quis fazer e a coisa não foi feita, de modo que a coisa parou. No governo Fernando Henrique, tenho certa dificuldade em dizer, pelo seguinte: quando o Sérgio Motta começou a falar na privatização, ele convidou a mim, ao Alencastro e ao Luiz Carlos Bahiana, que tinha sido diretor da Telebrás no meu tempo, para conversar com ele sobre a privatização, e pediu conselhos. Depois de ele já ter uma coisa esboçada, ele nos pediu para darmos opinião. E nós não discordamos muito do que ele estava querendo fazer. Em última análise, concordei com a privatização naquela época da maneira como foi feita, porque era melhor do que aquela politização que estava sendo feita antes, que tudo indicava que ia continuar, que poderia continuar.

A.I. – E agora?

E.O. – É preciso examinar vários pontos. Há pontos que estão truncados, não estão bons. Um dos pontos que foi um erro na privatização foi o da forma de fixação de tarifas. Partindo de uma tarifa X, passou-se a dar uma correção monetária dessas tarifas em uma época em que se diz que se quer acabar com a indexação e com a correção monetária. Quer dizer, as tarifas estão indexadas. Tenho a impressão de que as empresas estão tendo um lucro excepcionalmente alto, que não precisava ser tão alto, para dar as tarifas que estão tendo hoje. Hoje eu não sei, mas da forma que era nos Estados Unidos a tarifa é calculada de forma a que a empresa tenha um lucro líquido de 8%. No Brasil, era a mesma coisa, com 12%. Mas, dentro das despesas cobertas, não podiam ser incluídas as despesas relacionadas com o investimento. Quer dizer, o investimento teria que ser feito ou com o lucro da empresa ou com dinheiro dos donos da empresa, que era a norma-padrão antiga.

I.F. – O senhor tem mais alguma coisa que gostaria de falar?

E.O. – Não.

I.F. – Só uma pergunta de ordem particular. O senhor teve formação religiosa na família?

E.O. – Não tive formação religiosa na família. Tenho uma coisa interessante, porque minha mãe era metodista, alemã metodista, luterana metodista. Meu pai não era religioso.

I.F. – Nunca estudou em colégio religioso.

E.O. – Não, nunca estudei em colégio religioso.

[FINAL DA FITA 17-A]

E.O. – E não tinha acompanhamento religioso, não assistia à missa, não fazia nada. Quando me casei, minha mulher era profundamente religiosa. Então, ela me pedia: “Vai para me acompanhar.” “Tudo bem. Vou acompanhar.” Ela ia assistir à missa e eu ficava em pé no fundo, o tempo todo, e depois saíamos. Um dia, aconteceu o seguinte: eu

estava passando em frente a uma igreja, me deu vontade de entrar naquela igreja, entrei, lembrei dos tempos, comecei a rezar e desde então nunca mais faltei a uma missa.

I.F. – Sem formação nenhuma, mas procurou alguma coisa. Está encontrando alguma coisa.

E.O. – Mas tinha outra coisa. Eu sempre fui um grande leitor. Sempre li. Nesse período, devo ter lido mais de uma vez a Bíblia como leitura, e não como ensinamento.

I.F. – Até como cultura.

E.O. – Hoje, eu a leio como religião.

I.F. – Outra coisa: fez a Escola Superior de Guerra?

E.O. – Não.

I.F. – Fez palestras lá?

E.O. – Fiz palestras na Escola Superior de Guerra.

I.F. – Sobre as comunicações?

E.O. – Foi. Como ministro, eu fiz. E fiz antes, acho que foi quando eu estava no Contel ou no período em que voltei para a Marinha, que estava comandando o *Minas Gerais*. Fiz uma palestra sobre a mobilização das telecomunicações.

I.F. – Não cursou, só deu palestras.

E.O. – Não cursei, não tenho o curso da Escola Superior de Guerra.

I.F. – Então, eu queria agradecer muito, em meu nome e no do CPDOC.

[FINAL DO DEPOIMENTO]